

Revista Acadêmica

# Licencia & acturas

Graduação | Pós-graduação | Extensão  
v. 5, n. 2, julho/dezembro 2017



**INSTITUTO IVOTI**

Ensino Superior

ISSN 2525-5754

Revista Acadêmica

# Licencia&acturas

v. 5 n. 2 julho/dezembro 2017

Ivoti



Instituto Superior de Educação Ivoti

© ISEI – Instituto Superior de Educação Ivoti

Rua Júlio Hauser, 171  
93900-000 – Ivoti/RS  
Tel.: (51) 3563-8656  
E-mail: [isei@isei.edu.br](mailto:isei@isei.edu.br)  
[www.isei.edu.br](http://www.isei.edu.br)

**Coordenação Editorial:**

Daniel Luciano Gevehr

**Conselho Científico:**

Antônio Gomes Ferreira – Universidade de Coimbra/Portugal  
Derti Jost – ISEI – Ivoti/RS – Brasil  
Daniel Luciano Gevehr – ISEI – Ivoti e FACCAT – Taquara/RS – Brasil  
Dilza Porto Gonçalves – UFMS – Campo Grande/MS – Brasil  
Doris Almeida – UFRGS – Porto Alegre/RS – Brasil  
José Edimar de Souza – UFFS – Erechim/RS – Brasil  
Luciane Sgarbi Santos Graziotin – UNISINOS – São Leopoldo/RS – Brasil  
Luciane Wagner Raupp – ISEI – Ivoti e FACCAT – Taquara/RS – Brasil  
Ernani Mügge – ISEI – Ivoti e FEEVALE – Novo Hamburgo/RS – Brasil  
Ivo Dickmann – UNOCHAPECÓ – Chapecó/SC – Brasil  
Luciana Facchini – ISEI – Ivoti/RS – Brasil  
Marguit Carmem Goldmeyer – ISEI – Ivoti/RS – Brasil  
Marlise Regina Meyrer – UPF – Passo Fundo/RS – Brasil  
Moisés Waismann – UNILASSALE – Canoas/RS – Brasil  
Patrícia Weiduschadt – UFPel – Pelotas/RS – Brasil  
Rodrigo Luis dos Santos – ISEI – Ivoti/RS – Brasil  
Rosane Marcia Neumann – UPF – Passo Fundo/RS – Brasil  
Rosângela Markmann Messa – ISEI – Ivoti/RS – Brasil  
Sandra Cristina Fagundes de Lima – UFMG – Belo Horizonte/MG – Brasil  
Terciane Ângela Luchese – UCS – Caxias do Sul/RS – Brasil

**Conselho Editorial:**

Carmen Gomes – FACCAT – Taquara/RS  
Lourival José Martins Filho – UDESC – Florianópolis/SC  
Johannes Doll – UFRGS – Porto Alegre/RS  
Jorge Luís da Cunha – UFSM – Santa Maria/RS  
Fernando Louzada – UFPR – Curitiba/PR  
Lúcia Hardt – UFSC – Florianópolis/SC

**Capa:** GPS Propaganda

**Revisão:** Luís M. Sander

Maria do Carmo Mitchell Neis – CRB 10/1309

**Arte-final:** Jair de Oliveira Carlos

**Editoração:**

Editora Oikos Ltda.  
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau  
93120-020 – São Leopoldo/RS  
Tel.: (51) 3568-2848 / 3568-7965  
[contato@oikoseditora.com.br](mailto:contato@oikoseditora.com.br)  
[www.oikoseditora.com.br](http://www.oikoseditora.com.br)

**Informações básicas:**

A Revista **Licencia&acturas** é uma publicação semestral do Instituto Superior de Educação Ivoti (ISEI) que tem como objetivo divulgar artigos científicos, relatos de experiência e resenhas ligados à educação, promovendo diálogos interdisciplinares, gerando e disseminando conhecimentos.

Autores e autoras são responsáveis pelo teor dos artigos. Qualquer inexatidão nas informações, plágio ou irregularidade por parte de autores/autoras são de sua inteira responsabilidade, isentando o Instituto Superior de Educação Ivoti em responder por sua publicação.

Revista Acadêmica Licencia&acturas / Revista do Instituto Superior de Educação Ivoti – ISEI (Ivoti/RS). – Vol. 1, n. 1 (julho/dezembro 2013)- . – São Leopoldo: Oikos, 2013-.

v.: il.; 21 x 28cm.

Semestral

ISSN versão eletrônica: 2525-5754

1. Educação. 2. Pedagogia. 3. Ensino Superior. 4. Língua alemã. 5. Língua portuguesa. 6. História. 7. Música. I. Instituto Superior de Ivoti. II. Título.

CDU: 37

## SUMÁRIO

Apresentação .....	5
<i>Carmem Adriane Ribeiro</i>	
<i>Caroline von Mühlen</i>	
<i>Tiago Weizenmann</i>	
<b>Artigos do Dossiê Temático</b>	
REGIMES DE MIGRAÇÃO NO BRASIL E NA ALEMANHA: uma comparação sincrônica .....	7
<i>Frederik Schulze</i>	
AS GRANDES MIGRAÇÕES: fronteiras abertas e fronteiras fechadas .....	20
<i>Vania B. M. Herédia</i>	
A IMIGRAÇÃO PARA O IMPÉRIO DO BRASIL: um olhar sobre os discursos acerca dos imigrantes estrangeiros no século XIX .....	26
<i>Angela Bernadete Lima</i>	
A COLÔNIA DE SÃO LEOPOLDO: a primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul ...	37
<i>Jorge Luiz da Cunha</i>	
RELIGIÃO E AS FRONTEIRAS MIGRATÓRIAS .....	44
<i>Joana Bahia</i>	
<b>Artigos Livres</b>	
AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA DE ESTUDANTES DE BIOLOGIA .....	58
<i>Marcela Ines Espinoza Rivas</i>	
<i>Maria Cecília de Chiara Moço</i>	
<i>Heloisa Junqueira</i>	
OLHARES EDUCACIONAIS VOLTADOS PARA OS RESÍDUOS: o relato de uma prática .....	66
<i>Luciane Knüppe-Rocha</i>	
<i>Marcela Ines Espinoza Rivas</i>	
A PERCEPÇÃO DO PROFESSOR FRENTE À AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM .....	74
<i>Shirlei Alexandra Fetter</i>	
<i>Raquel Karpinski Lemes</i>	
<i>Cleci Senczkowski da Silva</i>	

O QUE E QUEM RECLAMA? A zona do meretrício de Passo Fundo (RS) no jornal <i>O Nacional</i> (1949-1955) .....	83
<i>Bruna Telassim Baggio</i>	
<i>Marlise Regina Meyrer</i>	

## APRESENTAÇÃO

Prezadas leitoras e prezados leitores,

Com muita satisfação, a Revista Acadêmica Licencia&acturas, do Instituto Ivoti, apresenta mais uma importante edição, com o propósito de trazer ao público o dossiê temático *Pessoas em trânsito: as migrações históricas e contemporâneas em debate*, originado pelas discussões do XIII Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras e Seminário Nacional: migrações históricas e recentes, realizado no ano de 2017. Os textos que compõem o presente número, organizados pelos professores Carmem Adriane Ribeiro (PUCRS e ANPHCTB), Caroline von Mühlen (Colégio Sinodal e ANPHCTB) e Tiago Weizenmann (Univates e ANPHCTB), reúnem discussões acerca do tema das migrações, sejam elas demarcadas pelas experiências do passado, sejam pelas problemáticas que permeiam o mundo contemporâneo. Dessa forma, a partir de diferentes perspectivas, o debate trará uma análise crítica e interdisciplinar, reunindo campos distintos das Humanidades, permitindo que se privilegie um alargamento das compreensões referentes ao processo de migração.

As páginas que seguem apresentarão aos leitores estudos desenvolvidos por pesquisadores de diferentes instituições universitárias. O primeiro artigo, *Regimes de migração no Brasil e na Alemanha: Uma comparação sincrônica*, de autoria de Frederik Schulze, doutor e professor da Westfälische Wilhelms-Universität Münster, Alemanha, busca empreender um estudo comparativo, aproximando passado e presente, sobre regimes de migração no Brasil nos séculos XIX e XX e aqueles que vêm ocorrendo, atualmente, na Alemanha. Em seguida, em *As grandes migrações: fronteiras abertas e fronteiras fechadas*, a professora e doutora Vânia B. M. Herédia, da Universidade de Caxias do Sul, traz reflexões, também comparativas, confrontando as experiências migratórias do século XIX no Sul do Brasil com os contextos migratórios do século XXI para identificar posturas antagônicas e contraditórias praticadas pelo Estado.

Os discursos e os debates em torno da “ideal” imigração estrangeira, do modelo de colonização das terras do Brasil, bem como o questionamento acerca da mão de obra escrava e sua substituição são o tema do artigo intitulado *A imigração para o Império do Brasil: um olhar sobre os discursos acerca dos imigrantes estrangeiros no século XIX*, da professora e doutoranda Angela Bernadete Lima, da Universidade Federal de Santa Catarina. Em seguida, em *A Colônia de São Leopoldo: A primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul*, o doutor e professor da Universidade Federal de Santa Maria Jorge Luiz da Cunha se propôs a recuperar e refletir sobre o contexto da fundação da colônia alemã de São Leopoldo, datada do século XIX, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Apesar das inúmeras produções acerca dos alemães e seus descendentes que se estabeleceram em São Leopoldo, o autor reitera a possibilidade de confrontar a historiografia e aprofundar as pesquisas acerca da colonização no sul do Brasil.

Para fechar esse dossiê temático, apresentamos o artigo *Religião e as fronteiras migratórias*, da professora e doutora Joana Bahia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nesse artigo, a autora tece reflexões significativas acerca da importância da religião para compreender os processos migratórios recentes, as mudanças nas estratégias de expansão de religiões brasileiras e seu destaque no campo religioso transnacional.

Além do dossiê temático, esta edição conta com quatro artigos livres. São eles: *Avaliação do nível de alfabetização científica de estudantes de Biologia*, de Marcela Ines Espinoza Rivas, Maria Cecília de Chiara Moço e Heloisa Junqueira, e, da autoria de Luciane Knüppe-Rocha e Marcela Ines Espinoza Rivas, temos o artigo intitulado *Olhares educacionais voltados para os resíduos: o relato de uma prática*. Também temos *A percepção do professor frente à avaliação da aprendizagem*, de Shirlei Alexandra Fetter, Raquel Karpinski Lemes e Cleci Senczkowski da Silva, e, finalmente, *O que e quem reclama? A zona do meretrício de Passo Fundo (RS) no jornal O Nacional (1949-1955)*, de autoria de Bruna Telassim Baggio e Marlise Regina Meyrer.

Fazemos votos de que os artigos publicados na presente edição possam inspirar novas pesquisas e abordagens. Agradecemos aos autores e autoras que se propuseram a enviar seus artigos para o dossiê temático originado pelas discussões do *XIII Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras* e *Seminário Nacional: migrações históricas e recentes*. Por fim, desejamos às leitoras e leitores da Revista Acadêmica Licencia&acturas do Instituto Ivoti uma proveitosa “viagem” por entre as linhas dos artigos que ora estão aqui reunidos. Muito obrigado e ótima leitura!

Dra. Carmem Adriane Ribeiro  
Dra. Caroline von Mühlen  
Dr. Tiago Weizenmann  
*Organizadores*

# REGIMES DE MIGRAÇÃO NO BRASIL E NA ALEMANHA: uma comparação sincrônica<sup>1</sup>

## MIGRATION REGIMES IN BRAZIL AND GERMANY: a synchronic comparison

Frederik Schulze<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo compara regimes de migração no Brasil por volta de 1900 com aqueles que vêm ocorrendo atualmente na Alemanha. O regime de migração é um conceito para descrever ideias e práticas de regular migrações, implementadas por atores estatais e não estatais. Ambos os casos apresentam certos padrões estruturais: além da oposição entre uma percepção positiva e negativa de imigração, o debate é dominado por tentativas de controlar a imigração e de reforçar a integração dos imigrantes. Categorias nacionais e o medo da sua dissolução são elementos básicos dos regimes.

**Palavras-chave:** Emigração. Etnicidade. Nacionalismo. Brasil. Alemanha.

**Abstract:** The article compares the migration regimes in Brazil around 1900 and in Germany in the present. Migration regime as a theoretical concept helps to describe ideas and practices by governmental and non-governmental actors that intend to regulate migration. Both case studies feature some structural patterns: Besides the tension between positive and negative perceptions of immigration, the debate is shaped by efforts to control immigration and to accelerate the integration of immigrants. National categories and the fear of their dissolution are crucial elements of the regimes.

**Keywords:** Emigration. Ethnicity. Nationalism. Brazil. Germany.

### 1 INTRODUÇÃO

No momento, migração é um dos principais temas no debate político da Europa e da Alemanha, dada a grande quantidade de refugiados da Síria, do Iraque, do Afeganistão e da Eritreia, assim como migrantes econômicos da África, que tentam chegar à Europa – e muitos já conseguiram. Em 2015 e 2016, quase 1,2 milhão de pessoas pediram asilo na Alemanha (BUNDESAMT..., 2017, p. 9).

Dentro desse contexto, a imigração turca, também, domina a discussão pública. Apenas para dar um exemplo: na Alemanha existem mesquitas para imigrantes turcos, os quais, muitas vezes, apresentam a nacionalidade turca ou a nacionalidade dupla. Algumas mes-

quitas são operadas pela DITIB, uma associação privada que mantém laços estreitos com o Estado turco. Os imames da DITIB, ou seja, os sacerdotes que dirigem as orações nas mesquitas, são enviados e pagos pela Turquia, representando, assim, a política do Estado turco. Desde a tentativa de golpe na Turquia, em 15 e 16 de julho de 2016, contra o presidente Erdogan, autoridades turcas estão atuando, com grande veemência, contra partidários do movimento religioso *Gülen*, que o governo acusa de ser responsável pelo golpe. Neste cenário, a DITIB criou listas de supostos partidários do *Gülen* que moram na Alemanha, e alguns imames passaram a vigiar a comunidade turca. Além disso, em fevereiro de 2017, comentários no Facebook de alguns mem-

<sup>1</sup> A primeira parte deste artigo baseia-se nas discussões trazidas por um artigo publicado em alemão no volume Jochen Oltmer (ed.). *Migrationsregime vor Ort und lokales Aushandeln von Migration*. Berlin: Springer, 2017.

<sup>2</sup> Freie Universität Berlin, Alemanha, Doutor em História, Professor de História da Westfälische Wilhelms-Universität Münster, Alemanha, frederik.schulze@uni-muenster.de.

bros da DITIB foram publicados pela imprensa, e contêm falas que recusam a ordem democrática na Alemanha, e expressam desprezo pelo país (EUSTERHUS; BETZHOLZ, 2017). Por sua vez, políticos alemães de todo espectro político vêm criticando a atuação da DITIB como obstáculo para a integração dos turcos, e alguns Estados alemães (a Alemanha é uma República Federal) romperam sua cooperação com a DITIB, que é necessária, por exemplo, para organizar o ensino religioso nas escolas públicas. Também, sugeriu-se expulsar os imames, mas esse assunto ainda está em discussão.

Esta conjuntura tem certos paralelos com a história dos pastores protestantes alemães no Brasil, nos anos trinta do século XX, e aborda questões clássicas sobre a história imigratória: como os imigrantes devem se comportar no país de destino? Quem decide sobre isso e quem domina os discursos sobre a imigração na política e na opinião pública? Quais são os discursos sobre a imigração? Os discursos, ao longo do tempo, se repetem ou se modificam? De que forma a realidade cotidiana dos imigrantes se relaciona àqueles discursos – isto é, como reagem os imigrantes turcos à atuação da DITIB? Enfim, trata-se de dois grandes campos de pesquisa migratória, ou seja, a política e os discursos de migração, bem como o comportamento migratório, a etnicidade e a aculturação.

Tais assuntos, também, são alvo da historiografia migratória brasileira, e eu tentei, em meu livro recentemente publicado, combinar os dois campos de pesquisa (SCHULZE, 2016). Argumentei que a maneira de falar sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul, até 1942, apenas é compreensível num contexto global. Trata-se de discursos coloniais alemães que circulavam no século XIX e na primeira metade do século XX, refletindo a situação dos alemães no mundo. No contexto de colonialismo e imperialismo, estes discursos atribuíram aos emigrantes uma função política: os emigrantes, agora chamados ‘alemães no exterior’ (*Auslandsdeutsche*), deveriam preservar a sua ‘germanidade’, ou seja, as suas tradições, a sua língua e a sua cultura, sendo, desta maneira, política e economicamente úteis para o Império alemão. Partidários desses discursos foram associações, políticos colonialistas e autoridades eclesiásticas alemãs, que atuaram numa escala global e não somente no Brasil. Na segunda parte do meu livro, tentei mostrar o que aconteceu com os discursos no Rio Grande do Sul. Apesar de os discursos circularem globalmente, foram adaptados, modificados, desafiados e, muitas vezes, também,

limitados, seja pelo Estado Brasileiro que criticava a atuação alemã, seja pelas elites imigratórias que inventaram uma nova identidade teuto-brasileira, seja pelos próprios imigrantes que se aculturaram de forma heterogênea e diversa na sociedade brasileira, nem sempre concordando com a política germanista. Apesar de influenciar os discursos sobre os imigrantes, a política germanista nem sempre atingiu a vida deles. Analisando essa tensão entre discursos globais e a situação local, combinei a abordagem da história global, muito influente nas últimas duas décadas nos Estados Unidos e na Alemanha (CONRAD, 2016), com a micro-história para evitar privilegiar os discursos globais ou a região.

Da mesma maneira que a virada do século constituiu um momento global para o debate sobre migração, também hoje, na virada do milênio, a crise dos refugiados constitui um momento de compactação histórica em que se fala muito sobre migrações. O conflito entre os Estados Unidos e o México sobre o muro ou o isolamento da Austrália ilustram que os debates não se limitam à Europa. Pretendo mostrar que os debates de hoje funcionam de forma muito semelhante se comparados aos debates brasileiros que analisei no meu livro, algo que Sérgio Costa já constatou em relação aos debates sobre a imigração e identidade nacional em ambos os países (COSTA, 2008).

Para evidenciar isto, vou utilizar o conceito de regimes de migração. O regime de migração é um conceito elaborado pelo *Institut für Migrationsforschung und interkulturelle Studien* (IMIS) – Instituto para Pesquisa de Migração e Estudos Interculturais, em Osnabrück, na Alemanha. É um instrumento de análise para estudar, segundo Jochen Oltmer, um dos diretores do IMIS, “esforços de controle, de gestão e de regulamento por diferentes atores institucionais” os quais associam certas ideias e objetivos políticos com a migração (OLTMER, 2012, p. 15).<sup>3</sup> Oltmer distingue regimes de fronteira, que tentam promover, impedir ou regular a migração, de regimes de recepção ou inclusão, os quais pretendem controlar e dirigir o comportamento de imigrantes e decidir sobre a inclusão ou exclusão de certos grupos migratórios nos projetos nacionais (OLTMER, 2009, p. 13-19). Os atores que estabelecem e impõem regimes de migração não são necessariamente só atores estatais, mesmo que a política migratória oficial seja sempre de grande importância. Mas, também, o debate público e os atores não governamentais são capazes de colocar em funcio-

<sup>3</sup> Todas as traduções são do autor.

namento regimes de migração, influenciando, desta maneira, percepções de migrantes e seu comportamento. Na história, regimes de migração tiveram, muitas vezes, um papel importante para o Estado-nação, e discutiam como lidar com imigrantes e como perceber a relação deles com a nação (FOOTE; GOEBEL, 2014).

Pretendo esboçar como diferentes regimes de migração nacionalistas concorreram no Rio Grande do Sul e criaram um constante processo de negociação, algo que acontece no momento também na Alemanha. No sul do Brasil, basicamente três regimes de migração tentaram influenciar o comportamento dos imigrantes alemães: o alemão, o brasileiro e o teuto-brasileiro. Aliás, a maioria dos imigrantes, ou seja, a população camponesa, não participou ativamente desse debate e foi vista como problema, já que não correspondia aos ideais nacionalistas. Ao mesmo tempo, também, não podemos falar de um grupo homogêneo de imigrantes, mas de vários grupos, segmentados pela divisão entre imigrantes urbanos e camponeses, por ideias políticas, religião, classe, origem e nível de aculturação.

### 2 O BRASIL: O REGIME DE MIGRAÇÃO ALEMÃO

O primeiro regime de migração no Brasil foi o alemão, que se refere ao primeiro regime de recepção. Foi organizado desde os anos sessenta do século XIX, principalmente por associações e indivíduos interessados pela causa, e dedicou-se à homogeneização dos alemães como grupo étnico, preservando e, sobretudo, criando a ‘germanidade’ dos imigrantes. Essa caracterização tem a ver com a origem desse regime no contexto do nacionalismo liberal alemão e do colonialismo, que faziam parte de um desenvolvimento global em meados do século XIX (FENSKE, 1978; FITZPATRICK, 2008). Ao contrário de outros países europeus, não existiam colônias alemãs, nem um Estado alemão. Por isso, intelectuais definiram a nação alemã como comunidade por descendência, ou seja, como ‘povo’ que se definia pela língua, cultura e origem comuns, isto é, pela ‘germanidade’ (ECHTERNKAMP, 1998; JANSEN, 2011; JUDSON, 2011). Os emigrantes foram vistos como parte da nação e foram considerados ‘alemães no exterior’ – no mundo inteiro (WEIDENFELLER, 1976, p. 37; NARANCH, 2005). O objetivo dos partidários do colonialismo foi obter influência política e econômica no mundo através dos emigrantes, como se os emigrantes fossem uma colônia substituta.

Dessa forma, formou-se uma rede de associações e de atores alemães que apoiou os emigrantes, demonstrando interesse pela política colonialista, tal como po-

demos encontrar na Sociedade Evangélica que se encontrava enraizada na missão protestante e começou a enviar pastores ao sul do Brasil e ao Chile para atender os emigrantes religiosa e pedagogicamente, bem como para preservar a ‘germanidade’ (BADE, 1975; WACHHOLZ, 2003). No Império Alemão, que chegou a adquirir possessões coloniais na África e na Ásia, surgiram novas associações, tais como a *Associação Central para a Geografia Mercantil*, que se interessou pela emigração por razões comerciais, a *Associação Colonialista Alemã*, que operou uma agência de informações para emigrantes, e a influente *Associação para a Germanidade no Exterior* (VDA), que apoiou escolas de fala alemã no estrangeiro. Estas sociedades contaram, principalmente, com a participação da burguesia letrada (WEIDENFELLER, 1976; SENGER; ETTERLIN, 1991; KLOOSTERHUIS, 1994; MANZ, 2014).

As associações atuaram no mundo inteiro, fazendo-se presentes na maioria dos países latino-americanos, no Leste e Sudeste da Europa (Siebenbürgen/Transilvânia), nos Estados Unidos, na Austrália, nas colônias da África e nas comunidades alemãs das grandes cidades asiáticas e africanas. Mantiveram contatos com as elites de imigrantes locais, as quais se identificavam, basicamente, com questões germanistas. No sul do Brasil, apoiaram escolas e comunidades eclesiais, sempre com a ideia de conservar a ‘germanidade’. Desde a virada do século, a Igreja Territorial da Prússia dedicou-se cada vez mais aos emigrantes no Brasil, por meio de recursos e funcionários, e permitiu que comunidades no exterior se afiliassem a ela (DREHER, 1978; PRIEN, 1989). Também os católicos atuaram entre os emigrantes, primeiro os jesuítas alemães, que fundaram escolas e comunidades, e mais tarde a Caritas alemã e outras associações.

Depois da Primeira Guerra Mundial, as atividades para a conservação da ‘germanidade’ continuaram, ainda que a Alemanha já não fosse uma potência colonialista (RINKE, 1996). Agora, também na Europa moravam alemães fora do Estado, dado que a Alemanha havia perdido territórios em virtude da guerra. Isto aumentou o interesse do público na chamada ‘germanidade no exterior’. O Instituto Alemão do Exterior (*Deutsches Ausland-Institut*), em Stuttgart, foi um dos novos atores e recolheu informações sobre alemães no globo (RITTER, 1976). Sobre esse debate na República de Weimar, os nazistas puderam construir a sua ideologia, a partir de 1933 (LUTHER, 2004).

Embora o tamanho e os participantes do germanismo no sul do Brasil tenham mudado constantemente durante quase um século, e embora o germanismo tenha sido um empreendimento político bastante hetero-

gêneo e não simplesmente pangermânico, o objetivo desse regime de migração não sofreu grandes mudanças: os emigrantes foram considerados ‘alemães’ e deveriam permanecer ‘alemães’, por meio de escolas, igrejas, associações locais e imprensa. Foi, por um lado, um regime de fronteira que lutou pela emigração para o Brasil. A ideia de que alemães foram eficazes em colonizar o Brasil tem a sua origem no pensamento colonialista, e esse pensamento apareceu parcialmente nos textos escritos por integrantes do regime de migração. Incluía a concepção dicotômica entre uma autoimagem positiva e uma percepção pejorativa do outro, neste caso o brasileiro, e a visão de uma missão cultural própria.

Neste contexto, a emigração foi considerada como uma perda para a nação. Foi necessário um desvio da mesma para locais onde os emigrantes poderiam preservar sua ‘germanidade’ e ficar em contato com a pátria. O sul do Brasil foi considerado, já desde os anos sessenta, como a região mais adequada para a colonização alemã (AVÉ-LALLEMANT, 1859; EPP, 1864; CONRAD, 2006, p. 229-278). Os ativistas colonialistas afirmavam que os ‘alemães’ no Brasil eram supostamente isolados e poderiam preservar, assim, a sua cultura. Outras vantagens da região eram, segundo os colonialistas, o clima, o espaço presumivelmente vazio e as boas terras, tornando possível uma missão cultural alemã. Textos semelhantes foram publicados sobre o sul do Chile e sobre o Río de La Plata.

O regime não teve grande sucesso ao buscar aumentar a emigração ao Brasil, pois a maioria dos emigrantes dirigiu-se aos Estados Unidos. Mais importante se tornou seu papel como regime de recepção que tinha o propósito de determinar o comportamento dos imigrantes no Brasil. Eles deveriam permanecer alemães, e o regime, também, determinou o que esta noção abrangia. Os emigrantes deveriam estar conscientes da sua descendência alemã, sentir-se ligados ao povo alemão, continuar a falar a língua alemã, valorizar tradições alemãs, ter uma vida familiar alemã com certos valores éticos e morais, afirmar-se politicamente ao Estado Alemão, interessar-se por outros grupos de ‘alemães no exterior’, ficar em contato com partidários do germanismo na Alemanha e, finalmente, não se abraçar culturalmente ou até se misturar biologicamente com brasileiros.

Esta visão não se limitou somente ao Brasil, como mostram as seguintes citações sobre o papel do germanismo. No Brasil, as escolas tinham a tarefa de “guardar e manter o espírito e o caráter alemães, os costumes e as tradições alemães, a arte e a ciência alemãs” (BREITENBACH, 1883, p. 202), bem como, por exemplo, no Paraguai: “Nas escolas alemãs, o sentimento de pertenc-

ça à pátria alemã é implantado todos os dias nas corações das crianças” (MEYER, 1937, p. 40). Outro relatório, de 1928, da ex-colônia do Sudoeste Africano Alemão, declarou importante a vida familiar, como demonstravam textos semelhantes do Brasil: “A vida familiar, a educação dos filhos são as tarefas principais para a germanidade – são da responsabilidade da mulher” (SCHRÖDER, 1928, p. 4). Isto era a teoria.

Mas, na realidade, os germanistas logo enfrentaram dificuldades no Brasil – as suas ideias mostraram-se utópicas. Eles perceberam, já desde o início, a heterogeneidade e a aculturação dos imigrantes, e os declararam “abrasileirados, isto é: alemães corrompidos”, e como problema (DEDEKE, 1898, p. 35). Por isso, a atuação dos germanistas tinha como objetivo não apenas preservar a ‘germanidade’, mas, de fato, criá-la. O *Deutsches Volksblatt* escreveu, em 1904, sobre a “obrigação de cada um em permanecer fiel à sua etnicidade” (DEUTSCHES VOLKSBLATT, 1904, p. 1), e o *Kalender für die Deutschen in Brasilien* constatou, em 1924: “Não temos vergonha do nosso sangue alemão, mas orgulhosamente devemos e queremos manter a nossa germanidade, conservar fiel e duramente o nosso caráter alemão em que se enraiza exclusivamente a nossa força, como fazem os bálticos, os alemães do Volga e os saxões transilvanos” (KALENDER..., 1924a, p. 46). (Refere-se a emigrantes alemães na Europa.) Alguns desses apelos foram escritos originalmente nos Estados Unidos e circularam depois, também, no Brasil.

Tal aspecto incluía, também, normas para a população camponesa sobre modos de vida morais e religiosos. As mulheres, como donas de casa, deveriam ser subordinadas aos homens. Alcool e dança foram vistos como perigos imorais – considerando a quantidade dos textos sobre o assunto, eram práticas bem comuns nas picadas. Também se encontraram textos que condenavam a sexualidade livre e a masturbação. Esse disciplinamento social foi feito, também, através dos famosos almanaques que imprimiam poesia dialetal e catecismos (GRÜTZMANN, 2004). Segundo os germanistas, a imprensa tinha basicamente uma “missão educativa especial” para os imigrantes (KAHLE, 1937, p. 39).

Apelos para falar alemão eram publicados frequentemente pela imprensa de língua alemã: “Por isso, em casa, na família e junto com membros tribais alemães: só alemão!” (KALENDER..., 1924a, p. 41). Dado que muitas crianças frequentavam irregularmente a escola, publicavam-se chamadas aos pais para que assegurassem a frequência escolar regular. Mesmo a atuação eclesiástica faziam parte do regime e foi, por isso, referida muitas vezes como “igreja de missão”, cujo

papel era influenciar o comportamento dos imigrantes (DEDEKIND, 1924, p. 41). Por fim, o cônsul alemão em Porto Alegre, Felix von Stein, exigiu, em 1915, que a igreja, a escola e a imprensa equilibrassem “os componentes heterogêneos”. “Apenas depois segue, como última etapa, a remodelação da inteira germanidade nova e antiga numa única grande e uniforme entidade” (STEIN, 1915, p. 9).

Enfim, o regime de migração alemão apresentava um resultado misto. É verdade que exerceu certa influência sobre os colonos através de igrejas e escolas, mas os inúmeros textos que mencionavam processos de aculturação e tentavam disciplinar os colonos evidenciam que muitos imigrantes não cumpriam os apelos da Alemanha, mas seguiam caminhos individuais de migração. Além disso, ocorreram conflitos entre germanistas e colonos sobre o disciplinamento social. São documentados casos que envolveram pastores protestantes. Por isso, nós historiadores temos que prestar atenção. Os discursos germanistas não representam, necessariamente, uma realidade histórica, pois o regime de migração nem sempre conseguiu alcançar o que queria.

### 3 O BRASIL: O REGIME DE MIGRAÇÃO BRASILEIRO

O regime de migração brasileiro foi o primeiro regime de fronteira no Brasil, pois atraiu imigrantes alemães desde os anos vinte do século XIX. Como regime de recepção, surgiu como resposta ao regime alemão. O seu objetivo foi criar ‘brasileiros’, criticando a atuação alemã em favor da conservação da ‘germanidade’. No início, esse regime apresentou-se, também, como não governamental, e expressou-se, antes de tudo, no debate público. A partir de 1917, o Estado brasileiro começou a regular a integração dos imigrantes por meio de medidas de nacionalização (GONZÁLEZ MARTÍNEZ, 2003).

Desde a abertura do país para a imigração europeia em 1818, políticos, intelectuais e jornalistas discutiram sobre a sua finalidade. No Império, a imigração camponesa da Europa foi considerada desejável porque procurava substituir o sistema escravista por mão de obra livre europeia, além de fortalecer a posição geopolítica do Brasil no sul do país, que ainda se encontrava pouco povoado (SEYFERTH, 2002). Além disso, intelectuais brasileiros assumiram discursos racistas e positivistas de progresso da Europa e pretenderam tornar o Brasil mais europeu. Foi exatamente com a imigração vinda da Europa Central e do Norte, onde se situa a imigração alemã, que os intelectuais quiseram ‘civilizar’ e ‘branquear’ a nação. Discussões similares houve, ao mesmo tempo, em outros países imigratórios, tais como nos Esta-

dos Unidos ou na Argentina, onde, também, diferenciou-se a imigração desejável e indesejável. Na Argentina, Sarmiento e Alberdi promoveram vigorosamente a civilização do seu país por meio da imigração europeia. Ao contrário disso, a imigração da Ásia foi vista como problema e foi proibida, nos Estados Unidos, pelo *Chinese Exclusion Act*, em 1882. Debates semelhantes ocorreram no Brasil, mas não impediram a imigração japonesa no início do século XX (SCHULZE, 2014).

Ainda no século XIX, políticos e sociedades de imigração brasileiros solicitavam constantemente o recrutamento de imigrantes alemães, afirmando, como atesta a declaração do Ministro de Agricultura João Cardoso de Menezes e Sousa, em 1875, “que o alemão é o colono por excellencia e que dos paizes habitados pela variedade teutonica é que nos ha de vir o éxodo fecundador” (MENEZES; SOUSA, 1875, p. 405). Em estreita relação às ideias dos germanistas, sublinhavam a laboriosidade dos alemães. “Qualidades excepcionais de trabalho, de disciplina, e de inteligência distinguem êsse ramo, que é o mais forte dentre todas as correntes imigrantistas do Estado”, escreveu, ainda em 1934, o político Aurélio Porto no seu livro *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul* (PORTO, 1934, p. 264).

Por causa dessa percepção positiva da imigração europeia no século XIX, diversas instituições estatais promoveram e organizaram a imigração. Além disso, houve projetos de colonização privados. Todos esses esforços tinham o objetivo de trazer colonos para o Brasil. Esse regime de fronteira, embora tenha tido a mesma finalidade mostrada pelo regime alemão, teve pouco êxito. Ao contrário: por causa das experiências negativas com o sistema da parceria em São Paulo, a Prússia interditou o recrutamento de imigrantes para o Brasil, entre 1859 e 1895.

Com a proclamação da República, em 1889, o regime de recepção brasileiro se tornou cada vez mais influente, reforçando a crítica à suposta ausência de assimilação dos alemães. Tendo em vista que a imigração foi concebida para promover a valorização da nação, era necessário, nessa lógica, que os imigrantes abandonassem a sua cultura e se assimilassem ao Brasil, de preferência, também, biologicamente – a ideia central da ideologia do branqueamento. Imigrantes alemães foram, então, criticados porque foi exatamente isso que o regime de migração alemão se recusava a aceitar: a assimilação na sociedade brasileira. Da mesma forma, outros grupos causaram polêmicas, como, por exemplo, italianos e japoneses (DEZEM, 2005).

A crítica à falta de assimilação aumentou nos anos trinta do século XX, diante da influência produzida pe-

los estudos de sociologia migratória da *Chicago School of Sociology*, uma escola que pesquisou cientificamente a assimilação e a declarou como o caminho ideal para a imigração. Por outro lado, o governo nacionalista-autoritário de Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930, atuando pelo reforço da nação. A imigração fazia parte desse programa, e em 1938, foi fundado o Conselho de Imigração e Colonização para pesquisar a imigração e apresentar propostas legislativas a fim de regulá-la (SEYFERTH, 1999). Membros do Conselho criticaram os alemães pela sua fraca assimilação:

Existem, no Brasil, vários núcleos de elevada concentração de elementos alienígenas, de etnias diversas da brasileira [...]. Esses núcleos, verdadeiros quistos raciais, psicológicos, linguísticos, culturais e sociais, na mais alta expressão deste último termo, incluindo portanto peculiaridades econômicas, morais e até políticas, são, em grau maior ou menor, resistentes à assimilação ao meio nacional (LIMA CÂMARA; HEHL NEIVA, 1941, p. 96).

A crítica não se limitou à assimilação. Já na virada do século, desencadeou-se um debate público sobre o germanismo, afirmando que ele poderia ser um perigo para o Brasil. O ‘perigo alemão’ foi um slogan que uma parte da imprensa e da *intelligentzia* brasileiras usou para presumir uma expansão do Império alemão no sul do Brasil. Tais acusações tinham a sua origem no contexto imperialista, pois foram inventadas por rivais da Alemanha, como os Estados Unidos. No Brasil, o texto mais famoso desse debate foi ‘O allemanismo no sul do Brasil’, publicado em 1906 por Sílvio Romero. Romero criticou expressivamente a política germanista e citou questionáveis publicações alemãs que exerciam influência política da Alemanha no Brasil (ROMERO, 1910).

Durante a Primeira Guerra Mundial, o debate sobre o ‘perigo alemão’ culminou quando muitos brasileiros de fala alemã tomaram o partido dos Impérios Centrais, enquanto a maioria dos brasileiros optou pelos Aliados. Quando submarinos alemães torpedearam navios brasileiros, houve manifestações e tumultos contra lojas e clubes com nome alemão. Com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, o governo implementou, pela primeira vez, medidas de disciplinamento contra imigrantes alemães, e proibiu imprensa, escolas e missas em língua alemã. Temporariamente, a política germanista chegou ao fim, e o regime de recepção brasileiro passou a dominar (LUEBKE, 1987).

Também na Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil entrou na guerra contra Alemanha, circulavam textos que alertavam para a existência de supostas atividades conspiratórias alemãs no Brasil (PY, 1942). Além de

espionagem, expressou-se o medo de uma ‘quinta coluna’, ou seja, imigrantes como inimigos em seu interior.

Tais alegações sustentaram as rigorosas medidas de nacionalização aplicadas aos imigrantes sob o governo de Vargas. Antes de tudo, foi o Conselho de Imigração e Colonização que sugeriu medidas estatais de assimilação, tais como um regime de colonização misto, uma política escolar e o fim de atividades estrangeiras como a política germanista. Introduziram-se cotas de imigração, e regulou-se a nacionalização das escolas, proibindo o uso de línguas estrangeiras e fechando, finalmente, as escolas de fala alemã. Em 1941, o uso público de línguas estrangeiras e a imprensa de língua estrangeira foram totalmente proibidos. O regime de migração brasileiro prevaleceu definitivamente contra o regime alemão.

Depois de o regime de migração alemão poder ter agido quase sem impedimentos, especialmente no século XIX e no período entreguerras, o regime de migração brasileiro surgiu durante a Primeira Guerra Mundial e ganhou, nos anos trinta, tanta influência que foi capaz de impor as suas ideias por meio de medidas coercivas. O regime não estatal alemão não tinha poder de impedir isso. O Brasil conseguiu estabelecer um regime que se ligou ideológica e intitucionalmente a modelos modernos da época, como o dos Estados Unidos.

#### 4 O BRASIL: O REGIME DE MIGRAÇÃO ‘TEUTO-BRASILEIRO’

Mesmo assim, no contexto local, surgiu um terceiro regime de migração, uma vez que ambos os regimes nacionalistas percebiam os imigrantes, de maneira homogênea, como deficitários e implementaram medidas de disciplinamento social. Por isso, as elites dos imigrantes desenvolveram um contramodelo para unir, sob o lema ‘teuto-brasileiro’, os dois regimes e atender as exigências dos dois lados (SEYFERTH, 1981; GANS, 2004; SILVA, 2006).

O fato de que as elites eram politicamente e religiosamente fragmentadas não as impediu de inventar, desde os anos oitenta do século XIX, a ideia de uma identidade ‘teuto-brasileira’, através da imprensa de fala alemã local e do associativismo. A ideia de uma identidade hifenizada foi criada já antes nos Estados Unidos, e é um fenômeno que se observa em muitos países de imigração e com vários grupos étnicos (LESSER, 1999).

A burguesia ‘teuto-brasileira’ postulou que era possível satisfazer ambos os regimes de migração: ser um bom cidadão brasileiro e preservar a ‘germanidade’. As elites exigiram, cito Franz Metzler, o “compromisso quanto à teuto-brasilidade no sentido de lar e de pátria e também quanto à germanidade no sentido de pátria ét-

nica, de povo e de caráter étnico” (METZLER, 1935, p. 7). Os ‘teuto-brasileiros’ compreendiam-se como ‘brasileiros’ e afirmavam: “Provavelmente não há melhores patriotas brasileiros” (DEUTSCHE ZEITUNG, 6/61893, p. 1).

Argumentavam com a própria ‘germanidade’, pois somente com as qualidades alemãs, ou seja, com a suposta capacidade de colonizar e de cumprir uma missão cultural, os imigrantes eram capazes de contribuir de forma valiosa à nação brasileira, no sentido de civilizar e elevar: “Apenas como alemães, em língua, costume e mente, os nossos colonos podem cumprir a sua profissão como teuto-brasileiros” (KOSERITZ’..., 7/3/1891, p. 1). Esta finalidade – ser um bom cidadão brasileiro e preservar a ‘germanidade’ – era o objetivo do regime de migração que as elites tentaram instalar para influenciar os colonos e os demais regimes de migração. Foi na verdade uma hibridização desses regimes.

Basicamente através da sua imprensa local, as elites ‘teuto-brasileiras’ tentaram disciplinar a população camponesa, exigindo a preservação da ‘germanidade’ e o cumprimento dos deveres como cidadãos brasileiros. Depois de os cidadãos naturalizados terem recebido quase os mesmos direitos como os nativos, nos anos oitenta de século XIX, alguns porta-vozes, tal como o político Carl von Koseritz, convidaram os imigrantes alemães para optar pela cidadania brasileira e “amar [o Brasil] como a sua verdadeira pátria” (KOSERITZ, 1881, p. 22). Segundo os teutos, os imigrantes também deveriam aprender a língua portuguesa para o “cumprimento dos seus deveres cívicos” (DEUTSCHES VOLKSBLATT, 31/7/1940, p. 2).

As elites tentaram, por práticas performativas, enraizar a sua visão sobre migração. O centenário da migração alemã, em 25 de julho de 1924, que comemorou a primeira chegada de alemães ao Brasil, em São Leopoldo, tornou-se crucial neste empreendimento. Para esta ocasião, as associações e clubes locais organizaram celebrações, inauguraram monumentos e publicaram um grande livro comemorativo (VERBAND DEUTSCHER VEREINE, 1924). Tudo isso tinha como finalidade enfatizar “a colaboração dos alemães na formação do Estado” (DEUTSCHE..., 1924b, p. 77). Nos anos seguintes, o 25 de julho tornou-se um dia de festa e, finalmente, um feriado para comemorar a atuação dos imigrantes alemães – e, atualmente, de todos os imigrantes.

Sem esquecer que as elites dos imigrantes estiveram em permanente contato com os adeptos alemães do germanismo, a ideia do ‘teuto-brasileiro’, enfim, entrou nos discursos sobre a ‘germanidade’. Textos escritos no Brasil circulavam na Alemanha, e muitos ‘teuto-

brasileiros’ e partidários colonialistas com experiências de viagem no Brasil, como a poetisa Maria Kahle, foram membros das associações germanistas e influenciaram o debate público sobre a emigração na Alemanha. A ideia do alemão hifenizado se tornou uma ideia hegemônica no contexto global, tanto que o Presidente Paul von Hindenburg, nos anos trinta, cunhou o lema dos ‘alemães no exterior’: “Amor pela nova pátria – lealdade à antiga pátria” (FUNCKE, 1934, p. 2).

Membros da elite ‘teuto-brasileira’ tentaram influenciar também o regime de migração brasileiro pela participação no debate público e na política. Os políticos ‘teuto-brasileiros’ no Parlamento do Rio Grande do Sul, entre outros o já mencionado Koseritz, atuaram, muitas vezes, como defensores dos interesses da população imigratória.

Embora os ‘teuto-brasileiros’ tenham procurado se juntar aos dois regimes de migração, depararam-se com ceticismo. Comentadores da Alemanha criticavam o “estado híbrido” deles e os acusavam de não ser “nem peixe nem carne”, nem alemães verdadeiros (ZÖLLER, 1883, p. 134). O lado brasileiro expressava incompreensão pela distinção entre a ‘germanidade’ e a identificação cívica. Aos olhos dos críticos brasileiros, a preservação da ‘germanidade’ permitia concluir que os imigrantes não eram brasileiros verdadeiros. As duas objeções resultaram no fato de que o regime de migração ‘teuto-brasileiro’ se formou como regime independente, distanciando-se, com o tempo, dos outros dois regimes.

As elites ‘teuto-brasileiras’ criticavam aspectos do regime de migração alemão e rejeitavam, em geral, a participação em atividades políticas, pois se identificavam politicamente com o Brasil. Expressaram-se “contra qualquer influência do Império Alemão”, “a qual chamam paternalismo e paralisam por evasão ou resistência ativa ou passiva” (FUNCKE, 1903, p. 51). Esse ceticismo referiu-se inicialmente a fins imperialistas do Império alemão e surgiu, novamente, quando o Partido Nazista tentou infiltrar-se nas associações ‘teuto-brasileiras’ no sul do Brasil, nos anos trinta. Foram, principalmente, membros da elite que já viviam há gerações no Brasil que resistiram à influência nazista a esse associativismo (GERTZ, 1987).

A reação das elites à acusação brasileira de não se assimilar foi, também, um reflexo de delimitação. Nos seus jornais, chamaram os críticos de brasileiros nativistas. Nativismo era, segundo os ‘teuto-brasileiros’, “a aspiração pelos habitantes nativos de um país de ter mais privilégios que os irmãos adoptivos e imigrantes” (JOSEPHSON, 1906, p. 1). O nativismo foi visto, no fundo, como “germanofobia/teutofobia” (KOLONIE, 7/11/

1903, p. 1). Mas os ‘teuto-brasileiros’ não foram capazes de diminuir a crítica brasileira, e, desta maneira, a única estratégia foi a participação política para representar os seus interesses no âmbito das possibilidades institucionais, mas não chegaram a fundar um partido político para os imigrantes.

Em resumo, as elites ‘teuto-brasileiras’ não tinham a força para estabelecer um regime de migração completamente autônomo. Pelo menos, conseguiram influenciar o regime alemão e, de certa maneira, também os colonos, mas foram incapazes de se impor contra o regime brasileiro.

## 5 ALEMANHA: OS TURCOS

Parece que a história de migração segue certos padrões, pelo menos o debate atual na Alemanha lembra-me do que acabei de esboçar sobre o Brasil. Na Alemanha existe um conflito semelhante entre três regimes de migração para os imigrantes turcos. O debate sobre os refugiados, por outro lado, constitui uma gênese de regimes de migração, durante a qual a hegemonia está sendo negociada. Enquanto o regime alemão se estabelece no momento, ainda não existem regimes de refugiados ou de seus países de origem.

Como no caso brasileiro, foi necessária uma intervenção de fora, da Turquia, para iniciar o debate sobre a situação dos imigrantes de descendência turca. Depois de décadas sem falar sobre a imigração turca na Alemanha, o governo turco, do ex-primeiro-ministro e atual presidente Tayyip Erdogan, está tentando, há alguns anos, implementar um regime de migração turco, mais especificamente um regime de recepção. Em vários discursos, Erdogan apelou ao orgulho nacional dos emigrantes turcos e chamou a assimiliação “um crime contra a humanidade” (ERDOGAN, 2010). Segundo ele, os imigrantes têm que permanecer turcos, cultural, religiosa e politicamente, mas devem aprender alemão e participar da sociedade alemã para obter mais direitos cívicos. O Estado turco fundou a associação religiosa DITIB e procura influenciar os imigrantes através dos imames.

No início de 2017, ocorreu um conflito porque representantes do governo turco pretendiam fazer campanha, na Europa, em prol de um referendo constitucional na Turquia para introduzir um sistema presidencialista, pois muitos imigrantes turcos ainda possuem a cidadania turca e têm o direito de votar. Tendo em vista que o referendo significava, aos olhos dos políticos europeus, a restrição de direitos humanos e a limpeza do Estado como reação ao golpe de 2016, muitos governos europeus recusaram o referendo e a campanha eleito-

ral, pelo menos no caso de ela ser feita na Europa.

A comunidade turca na Europa é bastante heterogênea – os curdos, por exemplo, opõem-se a Erdogan – e por isso temeu-se que o conflito turco também afetasse os imigrantes na Alemanha. Nos Países Baixos, esse conflito provocou um incidente diplomático em fevereiro de 2017 (POPP, 2017): o país proibiu uma apresentação eleitoral de uma ministra turca. Quando ela ignorou a diretiva, foi declarada *persona non grata* e deportada. O governo turco reagiu com polêmicas contra a Europa e acusou-a de ser fascista e nazista, suprimindo os cidadãos turcos. Erdogan até disse que campos de concentração seriam possíveis na Europa e chegou a exigir que os turcos na Europa tivessem mais filhos para mudar a relação de forças no continente.

Este conflito, junto com a crise dos refugiados, resultou na implementação, pelo governo alemão, de um regime de migração que reclama a integração dos turcos, já que a considera fraca, assim como seu comportamento constitucional. Recusa a intervenção da Turquia e pede que os imigrantes não se identifiquem politicamente com a Turquia. Durante muito tempo, não foi oportuno exigir a integração dos turcos ou criticar problemas de integração, devido ao passado nazista da Alemanha que desacreditou tudo que seja nacionalista. A ideia de uma cultura dominante alemã (*Leitkultur*) foi considerada uma posição da extrema direita. Isso está mudando agora, e problemas com a integração dos imigrantes estão sendo articulados (BRINKMANN; SAUER, 2016).

A Alemanha ainda não possui uma lei de imigração, e está se compreendendo, lentamente, que ela é um país de imigração. Este fato foi negado pelos políticos conservadores por décadas, pois os turcos chegaram, nos anos sessenta, como trabalhadores convidados, somente para permanecer um determinado tempo, voltando, posteriormente, à Turquia (HERBERT, 2017). Mas isso não aconteceu – ficaram na Alemanha. O recente regime de migração alemão está criticando problemas de integração com os turcos, mas está definindo apenas hesitantemente medidas para superá-los. Muitos comentaristas culpam o Estado pelos problemas de integração e propõem esforços no domínio da educação para integrar os turcos. Outros criticam o comportamento dos próprios imigrantes e identificam o Islã como obstáculo para a integração. Há um debate sobre o uso do véu e sua proibição em empregos públicos (BIRNBAUM, 2016).

Embora sejam categorizados como vítimas, nacionalistas ou até fundamentalistas islâmicos, os imigrantes turcos constituem, por sua vez, um grupo bem heterogêneo. Existem partidários de Erdogan tanto como críticos dele (especialmente os curdos), e os dois grupos

já organizaram manifestações na Alemanha. Existem turcos religiosos e laicos, integrados e não integrados. Existem, também, associações turcas na Alemanha que representam os interesses dos chamados ‘teuto-turcos’ (*Deuschtiirken*) – é interessante que não se fale de turco-alemães, dando assim ênfase a que ainda são turcos.

Não se sabe de que maneira a integração continuará. A televisão por satélite, a internet e os voos baratos facilitam uma relação mais forte com a Turquia se se compara ao que foi possível no caso dos alemães no Brasil, especialmente porque a televisão turca é controlada pelo Estado turco. Também existe o fato de que muitos turcos são educacionalmente desfavorecidos e moram em guetos, dificultando a sua integração e a promoção financeira e social (STATISTISCHES BUNDESAMT, 2017).

## 6 ALEMANHA: OS REFUGIADOS

Um catalisador para o debate sobre os turcos foram certamente os 1,2 milhões de refugiados e migrantes econômicos do Oriente Médio e da África que chegaram, desde 2015, à Alemanha (BUNDESAMT..., 2017, p. 9). Os refugiados – e nem todos são refugiados no sentido político ou pessoas deslocadas devido às guerras civis como na Síria e no Iraque – foram a razão para que a discussão sobre a imigração na Alemanha se radicalizasse consideravelmente, em 2016. Como no caso brasileiro, discutem-se regimes de migração. O fenômeno dos refugiados é tão novo que não existe um regime de fronteira ou de recepção para eles. Quando a crise começou, em 2015, surgiu rapidamente um regime de fronteira que recebeu os refugiados calorosamente. Os sírios refugiaram-se passando pela Turquia, pela Grécia e pelos Bálcãs e encaharam na Hungria, onde não foram bem acolhidos. Quando cada vez mais sírios chegaram a Budapeste e acamparam na estação de trem, a chanceler Angela Merkel convidou estes milhares de pessoas, em setembro de 2015, para virem à Alemanha, como medida extraordinária (BLUME et al., 2016). Normalmente, pela lei, refugiados têm que pedir ajuda ao país de entrada na União Europeia. Na Alemanha, foram recebidos freneticamente pela população, e muitos voluntários os ajudaram. Fala-se da cultura de boas-vindas (*Willkommenskultur*).

Mas pela decisão de deixar entrar os refugiados da Hungria, criou-se uma corrente de migrantes que não tinha fim. Naquele momento, quase todos os refugiados e migrantes econômicos quiseram ir à Alemanha, sobretudo porque os traficantes de seres humanos prometeram que a Alemanha ofereceria dinheiro e casas aos refugiados. Traficantes são contratados para entrar na Europa porque é ilegal entrar sem visto. Os traficantes

criminosos cobram caro e, às vezes, até matam os refugiados ou determinam a sua morte. Todos os refugiados que chegaram, desde 2015, entraram ilegalmente no país, visto que não existe o direito de imigrar para a Alemanha, nem solicitar asilo, quando se chega de um país terceiro que é considerado seguro. Desde o início de 2016, cada vez mais alemães reagiram chocados ao colapso da fronteira, pois, nos últimos meses de 2015, a polícia federal não foi capaz de controlar e registrar quem entrou no país. Logo, foram implementados controles na fronteira (normalmente não existem controles), mas somente para registrar as pessoas. Poucas foram recusadas. Pela quantidade de refugiados que tiveram que ser atendidos, os municípios chegaram ao limite organizatório. Os custos corresponderam, só em 2016, a quase 22 bilhões • (Handelsblatt, texto digital, 2017).

Em 2016, a opinião pública mudou em desfavor dos refugiados (WIEDEMANN, 2016). Alguns políticos ainda prometeram que os refugiados eram a solução para o problema demográfico da Alemanha, que é uma sociedade em processo de envelhecimento. Mas a mistura de imigração com o problema de refugiados não adiantou. A Baviera, um Estado tradicionalmente conservador, começou a criticar a política de fronteiras abertas, e a *AfD*, um partido de extrema direita que simpatiza com o movimento Pegida, lutando contra a islamização da Alemanha, polemizou fortemente contra o governo. O incidente de Colônia ainda agravou o debate. Centenas de jovens da África do Norte, a maioria refugiados, assaltaram e assediaram sexualmente 1.200 mulheres em Colônia e outras cidades alemãs durante a festa de *Reveillon* (MASCOLO; VON DER HEIDE, 2016). Os partidários da cultura de boas-vindas foram diminuindo, e a maioria passou a exigir um regime de fronteira mais rígido. Isto, também, tem relação com os vários ataques islâmicos cometidos por refugiados, e que aconteceram em 2016. O mais grave atentado, em dezembro de 2016, ocorreu em Berlim, e deixou doze pessoas mortas. A percepção dos imigrantes “como ameaça à segurança” lembra o debate sobre o ‘perigo alemão’ no Brasil (COSTA, 2008, 116).

A opinião pública se expressou em várias eleições estaduais, com derrotas da *CDU*, o partido de Angela Merkel, e assim o governo estabeleceu regimes de fronteira e de recepção. Para terminar com a corrente de refugiados, a União Europeia celebrou um tratado com a Turquia, determinando que pessoas que chegam ilegalmente deste país sejam deportadas (EUROPÄISCHER RAT, 2016). Ao mesmo tempo, a Áustria e vários países dos Bálcãs fecharam a fronteira da Macedônia com a Grécia e impediram, desta maneira, que refugia-

dos possam chegar à Europa Central. O resultado é que a maioria dos refugiados, agora, embarca na Líbia para chegar à Itália. Esta rota é muito perigosa e resulta em milhares de afogados, quase 2.000 somente no primeiro semestre de 2017 (UNHCR, 2017). Além disso, o governo alemão restringiu o direito de asilo e decretou restrições contra refugiados. Como resposta a Colônia, instalou-se um regime de recepção que inclui cursos de integração e ensino de alemão obrigatórios. Adicionalmente, o governo aprovou uma lei de integração que facilita a entrada no mercado do trabalho para os refugiados e decreta a obrigação de se integrar (BUNDESTAG..., 2016). Até agora, somente poucos refugiados trabalham, já que não contam com educação e competências linguísticas adequadas. Muitos refugiados estão com problemas psicológicos por causa das experiências de guerra e de fuga, mas, também, porque sua situação na Alemanha é complicada. As promessas dos traficantes não se realizaram.

A discussão emocional sobre os refugiados polarizou a sociedade alemã mais do que nunca. O número grande de migrantes provocou medo e xenofobia, e diminuiu a disponibilidade para a integração. O período da cultura de bem-vindo foi breve. Em 2016, houve 857 ataques da direita radical contra asilos onde os refugiados são hospedados (Anschläge auf Asylunterkünfte, texto digital, 2016). Por outro lado, os Estados de origem, muitas vezes desintegrados, ainda não têm regimes de migração. A Síria se articulou contra a fuga. Comunidades de aldeias na África levantam dinheiro para mandar os jovens para a Europa. Então, a situação nesses países também é diversa e confusa.

## 7 CONCLUSÃO

A migração é e continua sendo complexa, conflituosa e, para nós pesquisadores, fascinante. Se analisarmos debates sobre migração como parte de regimes de migração, podemos entender melhor a interação entre diferentes olhares à migração e perceber que são imaginações, medos e desejos que dominam o falar sobre migração. Os regimes de migração perguntam: o que é a nação e quem pertence a ela? Eles tentam definir, preservar ou combater identidades. A migração é, então, sempre um desafio para categorias homogêneas. Nós, historiadores, temos que nos dar o trabalho de não somente repetir os discursos dos regimes, mas de entrar no mundo complexo do cotidiano dos imigrantes.

Gostaria de concluir com algumas problematizações para uma futura pesquisa: será que a Alemanha pode aprender com as experiências brasileiras com a imigração, ou são dois casos que não são comparáveis? Como regimes de migração desaparecem depois de um

determinado tempo? Ou, ainda, existem, no Brasil de hoje, certas expectativas e regras? Será que um regime de migração é necessário para regular e conduzir a imigração? Como é possível superar medos e criar uma situação imigratória que seja bem-sucedida para todos?

## REFERÊNCIAS

- 921 Anschläge auf Asylunterkünfte. **taz.de**. Berlin, 28 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.taz.de/!5370050>>. Acesso em: 4 jul. 2017.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Reise durch Süd-Brasilien im Jahre 1858**. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1859.
- BADE, Klaus J. **Friedrich Fabri und der Imperialismus in der Bismarckzeit: Revolution – Depression – Expansion**. Freiburg im Breisgau: Atlantis, 1975.
- BIRNBAUM, Robert. Volker Kauder heizt die Islam-Debatte wieder an. **Tagesspiegel online**. Berlin, 6 maio 2016. Disponível em: <<http://www.tagesspiegel.de/politik/muslimen-und-der-islam-in-deutschland-volker-kauder-heizt-die-islam-debatte-wieder-an/13562060.html>>. Acesso em: 4 jul. 2017.
- BLUME, Georg et al. Was geschah wirklich? **Zeit online**. Hamburg, 22 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.zeit.de/2016/35/grenzoeffnung-fluechtlinge-september-2015-wochenende-angela-merkel-ungarn-oesterreich/komplettansicht>>. Acesso em: 4 jul. 2017.
- BREITENBACH, Wilhelm. Statistisches über eine hiesige deutsche Schule. **Koseritz' Deutscher Volkskalender**, Porto Alegre, p. 179-206, 1883.
- BRINKMANN, Heinz Ulrich; SAUER, Martina (eds.). **Einwanderungsgesellschaft Deutschland: Entwicklung und Stand der Integration**. Wiesbaden: Springer, 2016.
- BUNDESAMT FÜR MIGRATION UND FLÜCHTLINGE. **Das Bundesamt in Zahlen 2016**. Asyl. Nürnberg, 2017.
- BUNDESTAG. Integrationsgesetz. **Bundesgesetzblatt**, Bonn, I, 39, 5 ago. 2016.
- CONRAD, Sebastian. **Globalisierung und Nation im Deutschen Kaiserreich**. München: Beck, 2006.
- \_\_\_\_\_. **What Is Global History?** Princeton: Princeton University Press, 2016.
- COSTA, Sérgio. Imigração no Brasil e na Alemanha: Contextos, conceitos, convergências. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 44, n. 2, p. 105-118, 2008.
- DEDEKE, Gerhard. Als Missionsprediger durchs Gebiet der alten Jesuiten-Missionen. **Der Deutsche Ansiedler**, Barmen, v. 36, n. 5, p. 34-38, 1898.
- DEDEKIND, Max. **Brasilien, das Ziel deutscher Auswanderer und die Deutsche Evangelische Kirche in Brasilien: Zur Jahrhundertfeier deutscher Einwanderung in Brasilien**. Elberfeld: Evangelische Gesellschaft für die protestantischen Deutschen in Südamerika, 1924.

- DEUTSCHE Zeitung. **Nativismus und Deutschthum**, Porto Alegre, 6 jun. 1893.
- DEUTSCHES Volksblatt. **Etwas vom Rechte und von der Pflicht auf Nationalität**, Porto Alegre, 28 abr. 1904.
- DEUTSCHE Evangelische Blätter für Brasilien. **Hundert Jahre deutsche Siedlung in Rio Grande do Sul**, São Leopoldo, v. 6, n. 7, p. 77-78, 1924b.
- DEUTSCHES Volksblatt. **Unsere Stellung zur Sprachenfrage**, Porto Alegre, 31 jul. 1940.
- DOETZER JR., J.B. **Nationalisierung**. **Deutsches Volksblatt**, Porto Alegre, 19 jan. 1938.
- DEZEM, Rogério. **Matizes do “amarelo”**: A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878–1908). São Paulo: FAPESP/Humanitas USP, 2005.
- DOHMS, Hermann. Sind völkische Minderheiten in Südamerika möglich? **Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien**, São Leopoldo, v. 8, n. 1/2, p. 7-9, 1926.
- DREHER, Martin N. **Kirche und Deutschthum in der Entwicklung der Evangelischen Kirche Lutherischen Bekenntnisses in Brasilien**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1978.
- ECHTERNKAMP, Jörg. **Der Aufstieg des deutschen Nationalismus (1770–1840)**. Frankfurt a.M.: Campus, 1998.
- EIN RIESIGES Konjunkturprogramm. **Handelsblatt**, Düsseldorf, 27 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.handelsblatt.com/politik/deutschland/fluechtlingskosten-ein-riesiges-konjunkturprogramm/19312302.html>>. Acesso em: 4 jul. 2017.
- EPP, F. **Rio Grande do Sul oder Neudeutschland**. Mannheim: Franz Bender, 1864.
- ERDOGAN, Tayyip. “Assimilation ist ein Verbrechen gegen die Menschlichkeit.” **Sueddeutsche.de**. München, 17 maio 2010. Disponível em: <<http://www.sueddeutsche.de/politik/erdogan-rede-in-koeln-im-wortlaut-assimilation-ist-ein-verbrechen-gegen-die-menschlichkeit-1>>. Acesso em: 4 jul. 2017.
- EUROPÄISCHER RAT. **Erklärung EU-Türkei**, 18. März 2016. Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/de/press/press-releases/2016/03/18-eu-turkey-statement/>>. Acesso em: 4 jul. 2017.
- EUSTERHUS, Eva; BETZHOLZ, Dennis. “Was für einen Wert haben sie schon, wenn sie keine Muslime sind.” **Welt online**, Berlin, 22 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.welt.de/regionales/hamburg/article162302747/Was-fuer-einen-Wert-haben-sie-schon-wenn-sie-keine-Muslime-sind.html>>. Acesso em: 4 jul. 2017.
- FENSKE, Hans. Imperialistische Tendenzen in Deutschland vor 1866: Auswanderung, überseeische Bestrebungen, Weltmachtsträume. **Historisches Jahrbuch**, München, n. 97/98, p. 332-383, 1978.
- FITZPATRICK, Matthew P. **Liberal Imperialism in Germany: Expansionism and Nationalism 1848-1884**. New York: Berghahn, 2008.
- FOOTE, Nicola; GOEBEL, Michael (eds.). **Immigration and National Identities in Latin America**. Gainesville: University Press of Florida, 2014.
- FUNCKE, Gottlieb. Reichspräsident von Hindenburg und das Deutschthum Brasiliens. **Neue Deutsche Zeitung**, Porto Alegre, 20 jun. 1934.
- FUNKE, Alfred. Der deutsche Außenposten in Süd-Brasilien. **Das Deutschthum im Auslande**, Berlin, v. 22, n. 4, p. 50-53, 1903.
- GANS, Magda Roswita. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850–1889)**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.
- GERTZ, René E. **O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GONZAGA, Antônio Gavião. Fatores de assimilação nacionalizadora. **Revista de Imigração e Colonização**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 649-653, 1940.
- GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda. **La inmigración esperada: La política migratoria brasileña desde João VI hasta Getúlio Vargas**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003.
- GRÜTZMANN, Imgart. O almanaque (Kalender) na imigração alemã na Argentina, no Brasil e no Chile. In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur B.; TRAMONTINI, Marcos J. (eds.). **Imigração e imprensa**. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, 15., 2004. Porto Alegre/São Leopoldo: EST Edições, 2004. p. 48-90.
- HERBERT, Ulrich. **Geschichte der Ausländerpolitik in Deutschland: Saisonarbeiter, Zwangsarbeiter, Gastarbeiter, Flüchtlinge**. München: Beck, 2017.
- JANSEN, Christian. The Formation of German Nationalism, 1740-1850. In: WALSER SMITH, Helmut (ed.). **The Oxford Handbook of Modern German History**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 234-259.
- JOSEPHSON, Constans. Zum Thema der Ablenkung deutscher Auswanderung nach Südbrasilien und dem La Plata. **Deutsche Zeitung**, Porto Alegre, 4 set. 1906.
- JUDSON, Pieter M. Nationalism in the Era of the Nation State, 1870–1945. In: WALSER SMITH, Helmut (ed.). **The Oxford Handbook of Modern German History**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 499-526.
- KAHLE, Maria. **Deutsche Heimat in Brasilien**. Berlin: Verlag Grenze und Ausland, 1937.
- KALENDER für die Deutschen in Brasilien. **Gedenke, daß du ein Deutscher bist!**, São Leopoldo, p. 39-46, 1924a.
- KLOOSTERHUIS, Jürgen. **“Friedliche Imperialisten”**: Deutsche Auslandsvereine und auswärtige Kulturpolitik, 1906-1918. Frankfurt a.M.: Peter Lang, 1994. 2 volumes.
- KOLONIE. Dr. **Parobé über das eingewanderte Element**, Santa Cruz do Sul, 7 nov. 1903.
- KOSERITZ, Carl von. **Sieg des Deutschthums in Brasilien**. **Export**, Berlin, v. 3, n. 2, p. 22, 1881.

- KOSERITZ' Deutsche Zeitung. **Unser Deutschthum**, Porto Alegre, 7 mar. 1891.
- LESSER, Jeffrey. **Negotiating National Identity: Immigrants, Minorities, and the Struggle for Ethnicity in Brazil**. Durham: Duke University Press, 1999.
- LIMA CÂMARA, Aristoteles de. A nacionalização do ensino. **Revista de Imigração e Colonização**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 236-253, 1940.
- LIMA CÂMARA, Aristoteles de; HEHL NEIVA, Arthur. Colonizações nipônica e germânica no sul do Brasil. **Revista de Imigração e Colonização**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 39-119, 1941.
- LUEBKE, Frederick C. **Germans in Brazil: A Comparative History of Cultural Conflict During World War I**. Baton Rouge/London: Louisiana State University Press, 1987.
- LUTHER, Tammo. **Volkstumspolitik des Deutschen Reiches 1933–1938: Die Auslandsdeutschen im Spannungsfeld zwischen Traditionalisten und Nationalsozialisten**. Stuttgart: Franz Steiner, 2004.
- MANZ, Stefan. **Constructing a German Diaspora: The "Greater German Empire", 1871–1914**. New York/London: Routledge, 2014.
- MASCOLO, Georg; VON DER HEIDE, Britta. 1200 Frauen wurden Opfer von Silvester-Gewalt. **Sueddeutsche.de**. München, 10 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.sueddeutsche.de/politik/uebergrieffe-in-koeln-frauen-wurden-opfer-von-silvester-gewalt-1.3072064>>. Acesso em: 4 jul. 2017.
- MENEZES E SOUSA, João Cardoso de. **Theses sobre colonização do Brazil**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875.
- METZLER, Franz. Deutschbrasilianertum. **Deutsches Volksblatt**, Porto Alegre, v. 8, n. 5, 1935.
- MEYER, Alfred. 55 Jahre deutscher Einwanderung in Paraguay. **Der Deutsche Auswanderer**, Witzenhausen, v. 33, n. 2, p. 40-41, 1937.
- NARANCH, Bradley D. Inventing the Auslandsdeutsche. Emigration, Colonial Fantasy, and German National Identity, 1848-71. In: AMES, Eric; KLOTZ, Marcia; WILDENTHAL, Lora (eds.). **Germany's Colonial Pasts**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2005. p. 21-40.
- OLTMER, Jochen. Einführung: Europäische Migrationsverhältnisse und Migrationsregime der Neuzeit. **Geschichte und Gesellschaft**, Göttingen, v. 35, n.1, p. 5-27, 2009.
- \_\_\_\_\_. Einführung: Migrationsregime und ‚Volksgemeinschaft‘ im nationalsozialistischen Deutschland. In: OLTMER, Jochen (ed.). **Nationalsozialistisches Migrationsregime und 'Volksgemeinschaft'**. Paderborn: Schöningh, 2012. p. 9-25.
- POPP, Maximilian. Erdogans perfekter Sturm. **Spiegel Online**, Hamburg, 12 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/politik/ausland/tuerkei-niederlande-erdogans-perfekter-sturm-a-1138396.html>> Acesso em: 4 jul. 2017.
- PORTO, Aurélio. **O trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha, 1934.
- PRIEN, Hans-Jürgen. **Evangelische Kirchwerdung in Brasilien: Von den deutsch-evangelischen Einwanderergemeinden zur Evangelischen Kirche Lutherischen Bekenntnisses in Brasilien**. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus Gerd Mohn, 1989.
- PY, Aurélio da Silva. **A 5a coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.
- RINKE, Stefan. **"Der letzte freie Kontinent": Deutsche Lateinamerikapolitik im Zeichen transnationaler Beziehungen, 1918-1933**. Stuttgart: Heinz, 1996. 2 volumes.
- RITTER, Ernst. **Das Deutsche Ausland-Institut in Stuttgart 1917-1945: Ein Beispiel deutscher Volkstumsarbeit zwischen den Weltkriegen**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1976.
- ROMERO, Sílvio. O Allemanismo no Sul do Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Provocações e debates**. Porto: Livraria Chardron de Lello e Irmão Editores, 1910. p. 115-169.
- SCHRÖDER, Gertrud. Frauenaufgaben in Südwestafrika. **Mitteilungen des Frauenbundes der Deutschen Kolonialgesellschaft**, Berlin, v. 1, n.1, p. 2-4, 1928.
- SCHULZE, Frederik. Nation and Migration: German-Speaking and Japanese Immigrants in Brazil, 1850-1945. In: FOOTE, Nicola; GOEBEL, Michael (eds.). **Immigration and National Identities in Latin America**. Gainesville: University Press of Florida, 2014. p. 115-138.
- \_\_\_\_\_. **Auswanderung als nationalistisches Projekt: 'Deutschtum' und Kolonialdiskurse im südlichen Brasilien (1824-1941)**. Köln/Wien: Böhlau, 2016.
- SENGER UND ETTERLIN, Stefan von. **Neu-Deutschland in Nordamerika: Massenauswanderung, nationale Gruppensiedlungen und liberale Kolonialbewegung, 1815-1860**. Baden-Baden: Nomos, 1991.
- SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí**. Florianópolis: FCC, 1981.
- \_\_\_\_\_. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (ed.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228.
- \_\_\_\_\_. Colonização e política imigratória no Brasil imperial. In: SALES, Teresa; SALLES, Maria do Rosário (eds.). **Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior**. São Carlos: EdUFSCar/Sumaré, 2002. p. 79-110.
- SILVA, Haiké Kleber da. **Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)**. São Leopoldo: Oikos, 2006.
- STATISTISCHES BUNDESAMT. **Bevölkerung und Erwerbstätigkeit: Bevölkerung mit Migrationshintergrund. Ergebnisse des Mikrozensus 2015**. Wiesbaden, 2017.
- STEIN, Felix von. Bericht des Konsuls in Porto Alegre, 29 jun. 1915. In: EVANGELISCHES Zentralarchiv Berlin, EZA 5/2220.
- UNHCR. UNHCR deeply concerned about the latest reports of deaths at sea on the Mediterranean. **UNHCR.org**. Gene-

va, 11 jun. 2017. Disponível em: <<http://data2.unhcr.org/en/news/16261>> Acesso em: 4 jul. 2017.

VERBAND DEUTSCHER VEREINE (ed.). **Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul 1824-1924**. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1924.

WACHHOLZ, Wilhelm. **“Atravessem e ajudem-nos”**: a atuação da “Sociedade Evangélica de Barmen” e de seus obreiros e obreiras enviados ao Rio Grande do Sul (1864-1899). São Leopoldo: Sinodal/EST, 2003.

WEIDENFELLER, Gerhard. **VDA, Verein für das Deutschtum im Ausland**: Allgemeiner Deutscher Schul-

verein (1881-1918): Ein Beitrag zur Geschichte des deutschen Nationalismus und Imperialismus im Kaiserreich. Frankfurt a.M.: Peter Lang, 1976.

WIEDEMANN, Johannes. Mehrheit der Deutschen hält Merkels Asylpolitik für gescheitert. **Welt online**, Berlin, 28 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.welt.de/politik/deutschland/article157356285/Mehrheit-der-Deutschen-haelt-Merkels-Asylpolitik-fuer-gescheitert.html>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

ZÖLLER, Hugo. **Die Deutschen im Brasilischen Urwald**. Berlin/Stuttgart: W. Spemann, 1883.

# AS GRANDES MIGRAÇÕES: fronteiras abertas e fronteiras fechadas

## THE GREAT MIGRATIONS: open borders and closed borders

Vania B. M. Herédia<sup>1</sup>

**Resumo:** O processo migratório é um fenômeno antigo, e a análise dos deslocamentos populacionais ajuda a entender as razões pelas quais, historicamente, os homens migram quando lutam pela sobrevivência. Nas migrações contemporâneas, o controle nas fronteiras é objetivo, mas isso não significa que, em outras épocas, não houvesse mecanismos de controle nos deslocamentos humanos. A análise traz experiências migratórias no Sul do Brasil que, no século XIX, foram favorecidas pelo governo imperial, e, no século XXI, os procedimentos são antagônicos e contraditórios. A análise evidencia a mudança de critérios que são usados, quando o Estado promove a imigração e quando cria obstáculos.

**Palavras-chave:** Migrações internacionais. Território. Fronteiras.

**Abstract:** Migration is a long-standing global phenomenon, and the analysis of population displacements helps to understand the reasons why historically men migrate as they struggle for survival. In contemporary migrations, border controls are objective, but this does not mean that at other times there were no mechanisms of control in human displacements. The article analyzes migratory experiences in the south of Brazil that in the 19<sup>th</sup> century were favored by the imperial government, and in the 21<sup>st</sup> century the procedures are antagonistic and contradictory. It shows the change in the use of criteria when the State promotes immigration and when it creates obstacles to it.

**Keywords:** International migration. Territory. Borders.

### 1 MIGRAÇÕES E FRONTEIRAS

O termo *fronteira* neste estudo parte da condição de que o Estado Nacional estabelece limites e regras para proteger seus territórios. Mesmo que recentemente o controle de fronteiras seja mais especializado, ele sempre foi estabelecido pelo Estado-Nação em relação aos seus cidadãos, seja para mantê-los no local de permanência, seja para expulsá-los, quando o excedente ameaça o equilíbrio da população. Nas guerras napoleônicas, ou mesmo em algumas sociedades no passado, existiam “preocupações de não perder artesãos qualificados, mão de obra para agricultura, súditos que tinham condições de pagar taxas e mão de obra para o exército” (AMBROSI-NI, 2011, p. 199-200). Esses quesitos mostram a atenção em reter a mão de obra do Estado, quando a população encontra razões para emigrar. Para tratar as migrações, usou-se o conceito de Becker (1997, p. 323), que as define como um mecanismo de deslocamento que

reflete “mudanças nas relações entre pessoas (relações de produção) e entre essas e o seu ambiente físico”. Para essa autora, o processo migratório é entendido como uma “mobilidade espacial da população”. Associada a esse conceito, incluiu-se a visão de Sayad (1998), que postula que o migrante é tratado como aquele que se desloca em busca de condições de vida e, conseqüentemente, é força de trabalho em movimento. Esse autor explicita que o migrante assume uma posição provisória de cidadão daquele lugar que o recebe, mas que esta condição é uma ilusão, já que sempre será estrangeiro. O termo *estrangeiro* remete ao conceito de nação, de fronteiras e abre este questionamento: por que os indivíduos migram da sua pátria e para que lugares migram? É possível afirmar que a migração tem sido um fenômeno frequente e preocupação de muitos governos.

Para explicar esses deslocamentos, Corti (2007) contextualiza que as grandes migrações trazem mudan-

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade de Gênova, professora titular da Universidade de Caxias do Sul – UCS, vbmhered@gmail.com.

ças significativas para o mundo contemporâneo, e que a globalização tem promovido e estimulado esses movimentos.

Ainda hoje – embora em um quadro internacional assim diversificado das grandes migrações de 1800 e 1900, nas quais são certamente menores os desafios atrativos de mercados de trabalho, que sopram de vento em popa da industrialização e da exigência de mão de obra – se impõem ao pluralismo dos motivos e dos protagonismos que alimentam o variado mundo da mobilidade na idade da globalização (CORTI, 2007, p. IX).

Com o processo de globalização que o mundo sofreu, a partir da crise do capitalismo nas últimas décadas do século XX, os processos migratórios se tornaram bastante evidentes, o que comprova que os indivíduos deslocam-se em busca de melhores condições de vida e que, no sistema capitalista, tanto o capital migra quanto o trabalho, mesmo que para o trabalho as barreiras sejam eficientes, e para o capital elas sejam praticamente invisíveis.

Santos (2005, p. 85) define globalização como “conjuntos de relações sociais que se traduzem na intensificação das interações transnacionais, sejam elas práticas interestatais, práticas capitalistas globais ou práticas sociais e culturais transnacionais”. Essa definição resume que os dominantes praticam as relações sociais com os dominados estabelecendo as regras. No campo da emigração, as regras são estabelecidas pelos que dominam. Santos (2005, p. 60) coloca “o direito de emigrar” dentro das práticas sociais e culturais transnacionais. Nessa explicação, as trocas desiguais “dizem respeito a recursos não-mercantis cuja transnacionalidade assenta na diferença local, tais como etnias, identidades, culturas, tradições, sentimentos de pertença, imaginários, rituais, literatura escrita ou oral”. Esses elementos, na análise das migrações internacionais, são importantes para olhar e identificar os antagonismos das culturas que se movem nos constantes deslocamentos populacionais. Ceschi (2012, p. 11) parte da ideia de que “a presença de comunidades expatriadas e de suas ações transnacionais podem aportar benefícios significativos em conjunto aos polos de migração, mas mais especificamente aos contextos de origem dos migrantes”. Esse autor, utilizando a experiência italiana, aponta que o resultado das migrações transnacionais, cujas culturas são muito distintas, torna-se fator de transformação dos lugares de origem, à medida que ocorrem mudanças nas condições materiais na vida desses grupos.

## 2 MIGRAÇÕES TRANSOCEÂNICAS NO PASSADO

Para elucidar esses deslocamentos, Corti (2007) analisa as grandes migrações transoceânicas, dividindo-as em quatro períodos. Na divisão proposta, evidencia as exigências que o sistema econômico impõe para entender as características de cada um desses períodos. O primeiro período contempla as grandes migrações transoceânicas, a partir de 1830, chamando a atenção para a ausência de controles, estimulada pelo liberalismo econômico, que facilitava os deslocamentos do excedente de população da Europa para outros continentes. Constatou-se que alguns países não se constrangem com o fato de que uma parte do excedente da sua população migre, resolvendo questões internas de reprodução da população, e outros, os receptores, estabelecem políticas de atração para que seus territórios sejam escolhidos pelos fluxos migratórios.

O segundo período localiza-se entre as duas guerras mundiais (1914-1945), quando ocorre a introdução de sistemas de regulação e restrição de movimentos migratórios. Nessa fase, as migrações assumem outras características, principalmente ligadas “não somente aos eventos bélicos, mas também à depressão econômica, que gerava demanda protecionista nas forças de trabalho nacional” (HAMMAR, 1990 apud AMBROSINI, 2011, p. 200). O terceiro período, marcado pelo pós-guerra (1945), envolve a etapa de reconstrução de diversos países europeus e a retomada do desenvolvimento econômico, na qual prevalece o mecanismo de regulação política, motivado pela demanda, que implica a necessidade de mão de obra. O quarto período, que abrange os anos 70 do século XX, quando ocorre mudança no modelo de produção fordista para o neofordista, os sintomas evidentes da crise estrutural do capital aparecem. Nessa direção, Harvey (1993) argumenta que a crise do capitalismo afeta a própria luta de classes. Modifica a “dinâmica da luta de classes, movida por ambos os lados, no domínio dos mercados de trabalho e do controle do trabalho” (HARVEY, 1990, p. 169). É possível vislumbrar que “a dinâmica do capitalismo era necessariamente propensa a crises” (HARVEY, 1993, p. 169).

Nessa direção, os deslocamentos populacionais que ocorreram por meio das migrações transoceânicas, ainda no século XIX, que se dirigiram principalmente para América do Norte e para a América Latina, ajudam a elucidar essa classificação proposta por Corti (2007). A autora analisa as diferenças que existiram em relação a esses dois continentes, que trataram de forma distinta a migração, à medida que criaram políticas de

imigração e de colonização para povoar, ocupar e colonizar os países envolvidos. A primeira é a imigração para os Estados Unidos, cujo êxito se deve ao contingente de europeus que se deslocaram para aquele território, e a segunda, a que ocorreu para a América Latina, que se dá de forma distinta, inclusive apoiada pelo Estado, após os diversos movimentos de independência.

A análise feita por Corti (2007, p. 31) evidencia, por meio do estudo das migrações internacionais, como se caracterizou o deslocamento nos dois continentes: de um lado, como conquista das fronteiras e da colonização da terra e, por outro, como investimento no crescimento urbano e industrial, como o trabalho nas construções, nas minas e nas áreas industriais para construir uma nação.

No primeiro caso, mostra que os Estados Unidos foram o país aonde, entre 1840 e 1915, dirigiu-se o maior contingente da migração europeia, ou seja, 70%, frente aos 10% que foram para a Argentina e aos 5% que se dirigiram à Austrália, ao Canadá e ao Brasil (CORTI, 2007, p. 30). O que quer frisar é que os Estados Unidos foram uma sede numericamente privilegiada de imigração e se tornaram um lugar-símbolo da mesma. Chama a atenção para o fato de que, entre o século XVI e o XVII, a maior parte dos migrantes eram “súditos ingleses, o que incluía nobres, mercadores, proprietários de terra envolvidos em aumentar suas riquezas, dissidentes políticos e religiosos e ainda artesãos que em troca da viagem se colocavam na condição de servos temporários, com perspectiva de ascensão social” (CORTI, 2007, p. 30). Chegaram aos Estados Unidos “mais de 15 milhões de imigrantes, de 1890-1914, do sul da Europa” (CORTI, 2007, p. 30), o que simbolicamente se caracteriza como a época do Milagre do Ouro, a mitologia das fronteiras e a conquista do Oeste. Nesse sentido, o desenvolvimento de grandes obras de infraestrutura, bem como a construção de ferrovia, exigia uma disponibilidade de mão de obra migrante. Essas observações evidenciam a marca da emigração para os Estados Unidos, num viés de construção de uma nação que precisava de mão de obra para promover seu desenvolvimento.

O segundo caso, especificamente a migração voltada para a América Latina, mostra as diferenças que ocorreram tanto entre os que foram para a Argentina e para o Brasil quanto os que partiram de diversos países europeus. É importante lembrar que o Brasil e a Argentina foram destinos preferidos por muitos imigrantes europeus, pela forma como era divulgada a mobilidade nesses países, principalmente o Brasil, pelo acesso à terra e pelas vantagens iniciais que a política de colonização, promovida pelo governo imperial, oferecia aos imigran-

tes. Nessa direção, é evidente que a migração permitida resolve um problema de excedente de população daquele que expulsa em relação ao que recebe, e, quando a mão de obra é escassa, há uma regulação política por parte do país de origem quanto ao país de chegada. No caso do Brasil, a política de estímulo da vinda de europeus foi marcada por uma série de benefícios que não, necessariamente, os que haviam nascido aqui poderiam acessar. Esses benefícios diziam respeito ao acesso à terra, ao trabalho de quinze dias mantido pelo Estado, aos equipamentos de construção das próprias colônias.

Corti (2007) ressalta a diferença entre os alemães que partiram na metade do século XIX para a constituição de colônias agrícolas dirigidas seja por entes públicos, seja por companhias privadas, ou mesmo após 1880, e os contingentes de colonos de origem italiana e espanhola, que se juntaram aos alemães. A análise feita pela autora mostra a distinção daqueles que partiram e seus estratos sociais correspondentes, cuja junção constituiu os fluxos migratórios daquele período e que são caracterizados, na sua maioria, por mão de obra não especializada, trabalhadores diaristas, pequenos proprietários, imigrantes com família, entre outros. Ainda nesse raciocínio, até o final do século XIX, para alguns países como Áustria, Hungria e Rússia, a emigração era considerada uma “traição” e perseguida por lei (CORTI, 2007, p. 34-35). A autora evidencia que o papel da legislação tem a ver com os interesses do Estado e que as fronteiras são abertas ou fechadas, conforme esses interesses.

A análise apresentada anteriormente sobre as migrações transoceânicas chama a atenção para o fato de que a migração começa como a solução de um problema de natureza econômica e, à medida que se desenrola, torna-se um problema de ordem política. Constatase que sociedades criaram mecanismos de controle quando definiram os tipos de migração que constrangiam ou liberavam esses deslocamentos. Explicitar o que é regular do que é clandestino, nas configurações dos deslocamentos mundiais, não é uma tarefa simples. Cada país define, no quadro que se instala, os critérios de legalidade que diferenciam as migrações regulares das clandestinas. Esses critérios legalizados pela própria sociedade definem o que é voluntário e o que não é.

Nos deslocamentos populacionais, a migração laboral sempre aparece como uma das principais. Aqueles que se deslocam em busca de trabalho precisam definir sua situação e ter autorização para o trabalho, implicando a aceitação da natureza da ocupação. Para tal, as regras que são postas nas legislações evidenciam os interesses de quem recebe e de quem expulsa. Bourdieu coloca que a migração é produto e expressão de uma

relação histórica de dominação ‘*inter-nacionalmente*’ que é contemporaneamente material e simbólica. Compreensão de que a migração é de fato uma busca para melhorar a existência e que “o imigrado funciona como um extraordinário instrumento de análise das regiões mais obscuras do inconsciente” (BOURDIEU, 2002, p. 6). Na ótica de Bourdieu, sempre há um jogo de forças que mostra as diferenças entre “as duas nações, duas línguas, duas pátrias e as duas culturas” (BOURDIEU, 2002, p. 4). O imigrante que se desloca enfrenta uma série de obstáculos, que são colocados para evitar que os deslocamentos sejam contínuos, quando não são desejados. O enfrentamento desses obstáculos em muitas situações distancia o imigrante de um acolhimento à medida que é tratado como estrangeiro.

Ambrosini (2011, p. 201-202) postula que as condições de irregularidade podem ser analisadas por meio de quatro aspectos que envolvem a situação dos imigrantes: a entrada, a permanência, a autorização para o trabalho e a natureza da ocupação (legal, ilegal, formal e informal). Esses quatro aspectos nem sempre são resolvidos de modo harmônico, e as possibilidades cruzadas podem demonstrar que os países resolvem essas questões de formas distintas, mas não existem tantas saídas para solucionar esse tipo de problemática.

Segundo essa classificação dos quatro aspectos, praticamente dois se referem à autorização para o trabalho e à natureza da ocupação, o que remete aos estudos de Sayad (2002) quanto à definição de migrações laborais. Esse autor chama a atenção para a ausência de crítica, ou mesmo de conhecimento acerca dos deslocamentos, “como se não fosse nada de mais”, como se fosse apenas a existência de uma mão de obra excedente, sem a interrogação acerca das razões pelas quais esse excedente está disponível para emigrar (SAYAD, 2002, p. 11). Entretanto, destaca que as migrações laborais se diferenciam das migrações de povoamento, quando as primeiras são uma imigração exclusiva de trabalhadores das que são constituídas por imigrações de família ou de povoamento. Nessa direção, diz que as migrações laborais requerem regras e se restringem às questões de trabalho e que as de povoamento trazem consequências sociais e políticas, incluindo as de natureza cultural.

### 3 ALGUMAS CONTRADIÇÕES: DO PASSADO AO PRESENTE

Para elucidar a questão das contradições inerentes ao processo migratório, pode-se trazer para a reflexão o fenômeno das migrações africanas para o Sul do Brasil, a partir de 2011. Esses migrantes, que se deslocaram em busca de trabalho, foram movidos por propa-

gandas midiáticas e empresariais, estabelecidas pela visão externa de que o país vivia um período de crescimento rápido e acentuado, com absorção de mão de obra externa. Antes de explicitar as questões que movem esses deslocamentos populacionais, é importante lembrar que uma parte do território do Rio Grande do Sul foi ocupada por migrações europeias no século XIX. Dado o interesse do governo imperial de ocupar o território no Sul do País, no sentido de defesa, as migrações foram estimuladas e receberam um fluxo acentuado de migrantes transoceânicos, que atendiam aos interesses do Império, naquele momento. Os europeus receberam uma série de estímulos para a migração, começando pelo acesso à terra e por uma série de benefícios que foram se alterando à medida que os objetivos do governo eram atendidos. Não vieram apenas para trabalhar, vieram para se tornar donos de seu destino, com condições de reproduzir suas condições de vida, proprietários de pequenos lotes coloniais, enfim, com a possibilidade de mobilidade e ascensão social.

A este mesmo território, um século depois, chegaram os africanos que vieram apenas para trabalhar, sem a família e com o objetivo principal de enviar recursos para a mesma, que havia permanecido na sociedade de origem. As questões migratórias foram também enfrentadas por esse grupo, que elegeu o nordeste do Rio Grande do Sul para trabalhar, ou seja: a viagem, o deslocamento, os problemas de partida, os de chegada, a documentação, a busca de trabalho, o local para morar, entre outros. A descrição evidencia que são duas situações semelhantes e distintas entre si.

Nesse contexto, caracterizado pelo tipo de migração laboral, os problemas de fronteira foram evidentes, e, mesmo que muitos não tivessem documentação, fizeram o deslocamento. No caso dos africanos e no período que migraram, a legislação em vigor referia-se à possibilidade de permanecer no país, com solicitação de refúgio. Essa situação mostra que a legislação feita para atender a demanda de outra fase histórica do país não responde às exigências de cada período. No caso dos italianos no século XIX, as fronteiras foram abertas, já que o governo imperial tinha interesse em ocupar o Sul do Brasil, e, principalmente, no caso dos europeus, sejam os alemães, os italianos, os austríacos, os franceses, a política de imigração e colonização favoreceu a entrada, o acesso à terra e às condições iniciais de sobrevivência. Dessa forma, a classificação que Sayad (2002) propõe quando distingue a migração de povoamento com a migração laboral, usando a França e outros países como referência, serve para explicitar o que ocorreu no Brasil, em períodos distintos, com a migração estrangeira.

Num estudo realizado por Cornelius, Martin e Holliifield (apud AMBROSINI, 2011, p. 202) acerca das políticas migratórias de nove países avançados, os autores chegaram a duas principais tendências: uma que mostra uma convergência que identifica uma semelhança “entre os países que importam mão de obra”, e uma segunda que consiste em maior resistência e austeridade no controle. Entender a primeira tendência não é um problema, uma vez que a mesma se sustenta na demanda de mão de obra. A segunda implica que na sociedade onde há padrões de vida coletiva autônomos para toda a população os obstáculos para a entrada são restritivos, e os conflitos internos derivados desses deslocamentos são mais evidentes. A primeira trata de agregar os critérios de importação de mão de obra, e a segunda trata de aumentar as dificuldades de entrada em países ditos altamente industrializados.

Essas tendências indicam que os interesses em jogo são definidos pelos atores que estão no controle desses países. “A regulação política da migração, depois de ser por muito tempo um argumento político marginal, representa hoje uma questão prioritária e de difícil gestão na Europa e na maior parte dos países desenvolvidos” (AMBROSINI, 2011, p. 203). Poderíamos estender também para muitos países em desenvolvimento.

No senso comum, existe uma evidência de que a população em geral espera de seus governos a defesa de suas fronteiras. Já afirmamos essa lógica anteriormente, quando foi expresso que cabe aos governos a providência de manter sob controle as fronteiras do Estado, a fim de evitar que ocorra uma crise de confiança por parte dos cidadãos, que pedem e acreditam ser protegidos eficazmente contra os fluxos migratórios.

A experiência no Sul do Brasil, com a chegada de um número considerável de senegaleses (HERÉDIA; PANDOLFI, 2015) e outros,<sup>2</sup> mostra a dificuldade do cidadão comum em aceitar o migrante, como se o território fosse seu, inclusive esquecendo que seus antecedentes também foram migrantes. Nesse sentido, a questão do preconceito, da xenofobia, da marginalização passa a ser uma resposta dada pela população ali estabelecida,<sup>3</sup> como se fosse uma defesa de algo que os migrantes antigos querem fazer valer, esquecendo a própria condição, ou seja, de serem descendentes de migrantes. A resposta direta da população nativa em rela-

ção aos novos migrantes traz para a realidade a dificuldade de aceitação do outro, da não compreensão da origem da cultura brasileira, da ausência de valores humanos, da tendência de querer definir a situação do outro a partir da negação de acolhimento e, principalmente, pela presença acentuada de ações hostis, como posturas de crítica, preconceito, discriminação. Há um esquecimento total do que passaram seus familiares, no deslocamento transoceânico no passado, quando chegaram a terras estrangeiras como migrantes internacionais. As questões que vêm à tona nesta pesquisa mostram esse desconhecimento que Sayad (2002) coloca sobre o desconhecimento das demandas migratórias. O caso das migrações em Caxias do Sul reflete que parte da população não tem noção da África, de como os africanos ajudaram a construir a sociedade brasileira pelo trabalho escravo; das condições do colonialismo na época em que migraram seus antecedentes; das facilidades que lhes foram oferecidas pelo governo da época; das condições como vivem os migrantes no país de origem; da exploração colonialista; das guerras; das ditaduras civis, entre tantos outros problemas.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As restrições à mobilidade trazem muitos paradoxos, ou seja, é possível liberar muitas trocas e fluxos de capital financeiro, comercial, cultural e inclusive turístico, mas entre os deslocamentos de pessoas as regras são restritivas e não são de mão dupla: os investimentos dos ricos nos países pobres são estimulados e o contrário não é permitido. Muitos são os controles em relação à mobilidade, estabelecidos principalmente nas entradas e saídas dos países, ou seja, nas fronteiras: vistos de entrada, vistos de permanência, algumas exigências mais restritivas, ter passagem de volta, ter dinheiro disponível, critérios que conhecemos por experiência ou mesmo pela literatura.

Cella (2006 apud AMBROSINI, 2011, p. 203) diz que “não é por nada que o fechamento das fronteiras permanece um dos símbolos mais visíveis de soberania nacional”. Constata-se, nos estudos migratórios recentes, o destaque de duas abordagens explicativas: aquelas que situam as políticas migratórias atuais dos Estados, no contexto do sistema político-internacional, em relação às suas colocações no mapa da geopolítica do siste-

<sup>2</sup> No caso de um estudo que estamos realizando na Universidade de Caxias do Sul sobre migrações internacionais desde 2010, são evidentes os conflitos que nascem da incompreensão da população rio-grandense acerca das migrações recentes. Esse estudo, financiado pela Fapergs em 2013, trouxe uma série de constatações acerca dos africanos que chegaram ao Rio Grande do Sul em busca de trabalho.

<sup>3</sup> Elias e Scotson (2000) colocam bem a posição dos estabelecidos e dos *outsiders*, como se os que chegaram primeiro pudessem manter a hegemonia em relação aos demais.

ma mundial, regidas pelo lugar de mediação entre as forças de mercado que desafiam a abertura das fronteiras, na oferta de trabalho estrangeira, e as lógicas políticas que tendem, ao invés, a fechar as fronteiras e a limitar a distribuição de serviços e direitos de proteção social somente aos seus cidadãos. E a segunda aborda as diferenças entre os países nas mediações desses desafios, já que as políticas de controle assumem perfis e equilíbrios diversos entre uma nação e outra.

Conclui-se que o controle feito pelos Estados em relação aos estrangeiros é mais rígido nos países onde o grau de desenvolvimento é maior do que naqueles em que o controle é menor. As exigências e os critérios para definir o acesso dependem das políticas públicas em relação à imigração. Percebe-se que, dependendo do período histórico, os países mudam sua posição no deslocamento da força de trabalho. As restrições são mais exigentes quando o país atingiu um patamar de desenvolvimento social, que implica dividir, compartilhar frutos da riqueza. Não é impossível identificar os limites que os países desenvolvidos colocam para a entrada de estrangeiros em suas fronteiras. Isso significa que, se o deslocamento é de natureza turística, ele é aceito e balizado pela sociedade; já se for um deslocamento baseado na busca de trabalho, condições de vida e bens materiais, as fronteiras deixam de ser invisíveis.

O controle de fronteiras, em muitas situações, é repressivo, uma vez que pune os indivíduos e os devolve à sociedade de origem. Os mecanismos de controle são distintos, como já foi dito anteriormente, e incluem vistos de entrada, vistos de trabalho, vistos de permanência, o que reflete de forma clara os interesses daquela sociedade. No caso do Brasil, muitas migrações nasceram de acordos diplomáticos que foram realizados por governos, com a intenção de minimizar os riscos que algumas populações sofreram frente a questões climáticas, ambientais e mesmo políticas. Os fluxos que derivaram desses acordos são distintos de outros migratórios, mesmo que os problemas que enfrentem sejam os mesmos, ou seja: as dificuldades de inserção, a língua, os preconceitos de raça, as distintas culturas e suas práticas, entre tantos outros. No caso da Itália, em alguns momentos históricos, devido à necessidade de força de trabalho para alguns setores econômicos, identifica-se uma política pública de migração que integra, mas que, segundo Ambrosini (2011), nem sempre promove a inclusão social.

## REFERÊNCIAS

AMBROSINI, Mauro. **Sociologia dele migrazioni**. 2. ed. Bologna: Il Mulino, 2011.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Prefácio In: SAYAD, A. **La doppia assenza: dalle illusioni dell'emigrato alle sofferenze dell'immigrato**. Milano: Raffaello Cortina, 2002.

CESCHI, Sebastiano. **Movimenti migratori e percorsi di cooperazione: l'esperienza di co-sviluppo di Fondazioni4Africa-Senegal**. Roma: Carocci, 2012.

CORNELIUS, W. A.; MARTIN, P. L.; HOLLIFIELD, J. E. Controlling Immigration: A Global Perspective. Stanford: Stanford University, 1994. In: AMBROSINI, Mauro. **Sociologia dele migrazioni**. 2. ed. Bologna: Il Mulino, 2011.

CORTI, Paola. **Storia dele migrazioni internazionali**. 3. ed. Roma: Laterza, 2007.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1993.

HERÉDIA, Vania B.M. **Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no sul do Brasil**. Caxias do Sul: Belas Letras, 2015a.

\_\_\_\_\_. Políticas imigratórias no século XIX: os italianos no Rio Grande do Sul. In: HERÉDIA, Vania B. M.; RADUNZ, Roberto. **Imigração e sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil**. Caxias do Sul: Educs, 2015b. p. 134-152.

\_\_\_\_\_. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 5, n. 94, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

\_\_\_\_\_; PANDOLFI, Bruna. Migrações internacionais: o caso dos senegaleses em Caxias do Sul. In: HERÉDIA, Vania B. M. **Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no sul do Brasil**. Caxias do Sul: Belas Letras, 2015.

POUPART, Jean et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

POUTIGNAT, Philippe; FENART, Jocelyne Streiff. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Unesp, 1998.

\_\_\_\_\_. **La doppia assenza: dalle illusioni dell'emigrato alle sofferenze dell'immigrato**. Milano: Raffaello Cortina, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

# A IMIGRAÇÃO PARA O IMPÉRIO DO BRASIL: um olhar sobre os discursos acerca dos imigrantes estrangeiros no século XIX

## IMMIGRATION TO THE EMPIRE OF BRAZIL: a look at the discourses about the foreign immigrants in the nineteenth century

Angela Bernadete Lima<sup>1</sup>

**Resumo:** A imigração estrangeira foi tema de intensos debates no século XIX no Brasil. A questão a ser resolvida era: quem deveria ocupar as terras do Império e compor a população? Ao lado disso, a escravidão começava a ser questionada e era preciso substituir a mão de obra nas lavouras brasileiras. Nesse sentido, os debates acerca da imigração ideal se tornaram intensos, e o surgimento de vários grupos destinados a propor soluções para todas estas questões também favoreceu os debates sobre modernização agrícola, formação de uma classe intermediária e os benefícios e malefícios da entrada de certas etnias.

**Palavras-chave:** Imigração. Império do Brasil. Imigrante ideal. Discursos.

**Abstract:** Foreign immigration was a subject of intense debates in nineteenth century Brazil. The question to be solved was: who should occupy the lands of the Empire and compose the population? Alongside this, slavery was beginning to be questioned and it was necessary to replace the workforce in Brazilian farms. Thus, the debates about the ideal immigration became intense, and the emergence of various groups aimed at proposing solutions to all these issues also favored debates on agricultural modernization, the formation of an intermediate class, and the benefits and harms of the entry of some ethnic groups.

**Keywords:** Immigration. Empire of Brazil. Ideal immigrant. Discourses.

### 1 INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XIX, a escravidão e o modelo de colonização das terras do Brasil configuravam-se num entrave para as intenções imigratórias. Do mesmo modo, havia uma ampla discussão sobre a criação de um mercado de trabalho livre. Inseridos no mesmo contexto, o trabalho escravo e o trabalho livre chamam a atenção do historiador para os problemas decorrentes da lógica econômica operante naquele momento, a do latifúndio. No final de século XIX, os latifundiários viam-se ameaçados pela iminência do fim da escravidão e dependiam cada vez mais da vinda de trabalhadores estrangeiros. Passa-se, assim, a discutir sobre os pilares que sustentavam a economia do país e mudanças que careciam de ser operadas. Muitos dos indivíduos da elite social e política defendiam a vinda de estrangeiros

para dar fim à escravidão, ao atraso técnico na produção agrícola e ao latifúndio.

Todos os fatores conexos ao chamado “atraso” do Brasil com relação às nações europeias serviram de pano de fundo para as discussões colocadas. Os discursos, permeados de interesses, destacavam a necessidade de criação de uma nação moderna, livre do trabalho escravo e com uma nova estrutura agrária. Uma das soluções apontada como ideal para o caso brasileiro de abastecimento de trabalhadores para a lavoura foi a imigração estrangeira: imigrantes de outros países seriam trazidos para empregar-se como trabalhadores livres.

Neste processo, a *Lei de Terras de 1850* possuía papel fundamental, uma vez que visava regular o acesso à terra e, desta maneira, impedir os futuros imigrantes de se tornarem proprietários em vez de se empregar nas

---

<sup>1</sup> PPGH-UFSC, doutoranda em História, bolsista CAPES, email: angela\_ufsc@hotmail.com

fazendas. Assim, a lei servia para criar mecanismos que impedissem aos setores pobres da população – não se restringindo apenas aos imigrantes, mas do mesmo modo aos nacionais e libertos – o acesso às propriedades de terras e, conseqüentemente, o abandono do serviço nas fazendas.

O cerne dos discursos dizia que uma nova configuração social baseada no trabalho livre deveria ser formada, preferencialmente com trabalhadores estrangeiros. Mas na opinião dos latifundiários esta transição deveria ocorrer sem que fossem postas em prática alterações na estrutura agrária e na produção. Ansiava-se por uma modernização que não alterasse a correlação de forças, onde a elite proprietária permaneceria intocada, assim como as suas propriedades (NAXARA, 2002, p. 52). Muitos eram os atores envolvidos neste contexto: os latifundiários, que buscam manter sua hegemonia de poder; os escravos e libertos, na luta por liberdade, sobrevivência e direitos; e os imigrantes e colonos buscando refazer sua vida.

A ideia de colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola já vinha sendo discutida, e algumas tentativas de colocá-la em prática datam do início do século XIX. Nesse momento, em que a estrutura social correspondia economicamente à monocultura da cana-de-açúcar, alguns homens da política advertiam da necessidade em se formar uma camada média, especialmente com o início da era imperial e com a produção cafeeira adquirindo força.

Alguns defendiam que, assim como a questão do trabalho na lavoura exibia problemas, o atraso técnico da agricultura suscitava discussões acerca de mudanças nas lavouras. Dentre tantos temas, a incondicional defesa do europeu, preferencialmente proveniente do norte da Europa, como melhor solução para a questão de braços ao trabalho agrícola trazia consigo ainda a expectativa de progresso em termos sociais, étnicos, das técnicas empregadas na lavoura e ainda da possibilidade de diversificação do cultivo. Por conta desses fatores, a questão do trabalho na lavoura ganha destaque e torna-se uma das principais temáticas debatidas no Parlamento Brasileiro. Segundo Octavio Ianni, “o estancamento do tráfico de africanos, a taxa negativa de crescimento vegetativo da população escrava e o desenvolvimento econômico traduzem-se numa efetiva fome de braços” (IANNI, 1976, p. 306).

Contudo, entendemos que a questão de atrair imigrantes não se resumiu apenas na falta de braços para suprir as necessidades da expansão da lavoura cafeeira, mas envolveu outras questões, como a ideia de povo amparada nos ideais elitistas tributários do modelo euro-

peu de sociedade. Segundo Pinheiro Machado, na segunda metade do XIX o Império vinha apresentando uma conjuntura favorável ao crescimento do setor de exportação agrícola, que favorecia, por outro lado, investimentos por parte do governo, visto que “as principais receitas do Império eram os impostos” destas atividades.

O autor ainda destaca que esta fase de crescimento “exigia decisões das elites sobre importantes pontos de estrangulamento”, que, caso não fossem solucionados, poderiam resultar no colapso do “domínio e a riqueza da grande lavoura” (MACHADO, 1999, p. 64). O problema não estava apenas na questão do trabalho escravo, mas envolvia ainda a necessidade de uma política de terras, um plano de investimento interno para setores de infraestrutura como portos, linhas férreas e urbanização e, principalmente, uma política imigrantista que atendesse as necessidades da grande lavoura e a ocupação das terras, bem como favorecesse uma diversificação do mercado interno nacional (MACHADO, 1999, p. 64). Sobre este aspecto José Murilo de Carvalho menciona que “o problema da mão de obra era preocupação constante no Império, como o indica o fato de ter sido o que mais vezes apareceu nas *Falas do Trono*: em 56 falas, 34 o mencionaram” (CARVALHO, 1981, p. 51).

No bojo dos debates é que surgem diversas entidades empenhadas em transformar a lógica que estava colocada. Mesmo com objetivos e atividades diferenciadas, essas entidades imprimiram importância no contexto político e social do século XIX ao discutirem, geralmente nas páginas de suas publicações, os problemas relativos aos temas candentes. Empenhadas em divulgar o que vinha sendo discutido nos círculos europeus e estadunidenses, algumas entidades como a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* (SAIN), criada em 1827, e o *Imperial Instituto Fluminense de Agricultura* (IIFA) surgem com a marca do espírito iluminista presente em instituições semelhantes que brotaram no continente europeu durante os séculos XVII e XVIII, e que se propunham a incentivar o progresso e desenvolvimento brasileiros.

Congregando indivíduos ligados ao regime e pouco propensos a métodos revolucionários, o grupo dos novos liberais se notabilizou por apresentar um amplo programa reformista, que incluía mudanças como a abolição da escravidão, a extensão dos direitos civis e a disseminação da pequena propriedade rural. Críticos ferrenhos da escravidão – que deveria ser extinta sem indenização – buscavam universalizar a cidadania civil, criticando o latifúndio improdutivo e valorizando experiências de colonização verificadas nas províncias do Sul do país (ALONSO, 2009, p. 204). No dizer de Angela Alonso, o objetivo dos novos liberais – defensores do

trabalho do imigrante, bem como do liberto – era a “formação de uma nacionalidade americana”, com a generalização da pequena propriedade, de modo a tornar o país uma “sociedade de pequenos produtores, descendentes de europeus educados, gerando cidades médias” (ALONSO, 2009, p. 204).

Com objetivos bastante semelhantes, a *Sociedade Central de Imigração* (SCI) surge alinhada a estes propósitos, sobretudo o de ser uma ferramenta para o aumento da vinda de imigrantes para colonização. Na opinião do grupo, a forma como vinha sendo conduzida a imigração até aquele momento não poderia continuar, visto que resultava em exploração dos imigrantes e no fortalecimento do latifúndio monocultor.

## 2 APONTAMENTOS SOBRE A NECESSIDADE DA IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA

Ao longo das duas últimas décadas da monarquia brasileira, ao mesmo tempo que temas e questões relacionados à escravidão passaram à ordem do dia, igualmente ampliam-se os discursos e propostas de aumento da imigração e do que poderíamos chamar atualmente de “reforma agrária”. A reorganização do trabalho na lavoura necessita de “novos braços”. Nesse sentido, a ampliação da discussão acerca de uma maior inserção de imigrantes no Brasil passa a ocupar a agenda do governo, dos intelectuais envolvidos na causa e, de modo mais intenso, dos proprietários de terra.

Assim, o tema tomou conta dos jornais, das produções intelectuais, dos discursos proferidos no Parlamento, nas *Falas do Trono* e em vários espaços de discussão política e social do Império. A preocupação estava em propor soluções para subtrair o Império da dependência do tráfico e da escravidão, e concordavam que neste processo de transição a imigração estrangeira poderia representar um importante papel (SILVA, 1998, p. 3). Contudo, as opiniões expressas divergiam amplamente.

Com a ameaça do fim da escravidão, os fazendeiros paulistas passaram a incentivar a entrada maciça de imigrantes europeus. Por muito tempo, a historiografia brasileira, de um modo geral, aceitou esse argumento sem fazer maiores questionamentos. Contudo, segundo o historiador Petrônio Domingues, não havia escassez de mão de obra na província de São Paulo de finais do século XIX. Domingues calculou que havia no Brasil cerca de 4 milhões de brasileiros ociosos, entre negros e não negros (DOMINGUES, 2003, p. 27). Entre 1851 e 1900, entraram no Brasil 2 milhões de imigrantes, ou seja, metade do total de nacionais fora do mercado de trabalho. Assim, não havia uma real necessidade de atrair esse contingente de imigrantes para o país, pois

os próprios brasileiros poderiam ter suprido a demanda (DOMINGUES, 2003, p. 27).

Logo, seguindo a receita de progresso por meio da imigração, o Brasil precisava atrair essa corrente para seu território. A imigração para o Brasil, comparada aos números estadunidenses, era pífia, e ainda menor do que aquela que se dirigia à República da Argentina. O número de imigrantes que chegaram ao porto do Rio de Janeiro entre 1855 e 1863, já subtraindo aqueles que deixaram o país também por este porto, foi de aproximadamente 46 mil, ao passo que somente em 1872 chegaram à Argentina cerca de 32 mil imigrantes (SOUZA, 1875, p. 21).

Para a maioria dos envolvidos nas discussões, incluindo a SCI, havia outros fatores que afastavam a imigração do Brasil: a falta de tolerância religiosa; o diminuto número de instituições de crédito, especialmente de bancos destinados a auxiliar a pequena lavoura e indústria; as restrições e estorvos que a Legislação e a Administração Pública do Império colocavam à liberdade de indústria, em vez de desenvolver a iniciativa individual; os defeitos das leis de locação de serviços e contratos de parceria com estrangeiros; a inexecução da lei de terras públicas e a não existência do imposto territorial sobre os terrenos baldios e sem edificação; a falta de transportes entre interior e litoral; a falta de providências para a recepção dos imigrantes e colonos nos portos do Império; e a falta de propaganda do Brasil no exterior (A IMMIGRAÇÃO, nº 1, 1883, p. 3).

Na década de 1880, iniciou-se o sistema de imigração subvencionada ou subsidiada. Os fazendeiros paulistas organizaram, em 1886, a *Sociedade Promotora de Imigração*, que, entre outras atividades, passou a administrar a Hospedaria dos Imigrantes, construída no mesmo ano em São Paulo, e que se tornaria um verdadeiro mercado de trabalho onde se firmavam contratos entre imigrantes e fazendeiros. Na imigração subvencionada, diferentemente do que ocorria no sistema de parceria, o governo brasileiro assumia a responsabilidade de arcar com as despesas de viagem dos trabalhadores imigrantes e de suas famílias e os fazendeiros arcavam com os gastos do colono durante o seu primeiro ano de vida no país. Além disso, os colonos receberiam um salário fixo anual e mais um salário de acordo com o volume da colheita, fixado por alqueire de café produzido.

Sobre as características gerais da imigração para o Brasil, observamos que houve uma maciça preocupação em trazer imigrantes para o trabalho agrícola, para colonização de áreas de fronteira ou ainda para as pretensões de formação populacional e de modernização, como veremos mais adiante neste trabalho. Contudo,

pouco tem sido mencionado na historiografia sobre preocupação com a imigração para áreas e atividades urbanas. Embora não existam muitos dados referentes à população imigrante que se fixou nos centros urbanos no século XIX, podemos supor que muitos dos que chegavam em nossos portos tenham decidido tentar a vida nestes espaços.

Estudando imigrantes italianos no início do período republicano, Melina Rovina assinala que os estrangeiros que se fixaram nos centros urbanos encontraram um ambiente bem mais hostil do que aqueles que rumaram para as zonas rurais. Enquanto as regiões agrícolas eram enormes e era fácil encontrar emprego, nos centros urbanos a competição no mercado de trabalho se mostrava mais acirrada. Como consequência, os imigrantes eram vistos pelos brasileiros como concorrentes no mercado de trabalho e eram repetidamente vítimas de agressividade e xenofobia por parte destes, como foi o caso dos portugueses no Rio de Janeiro e dos italianos em São Paulo (ROVINA, 2012).

Refletindo sobre a situação dos imigrantes italianos que vinham para as fazendas de café de São Paulo, Angelo Trento destaca que, na medida em que os imigrantes percebiam que nas fazendas a exploração do trabalho e os pequenos salários não eram interessantes, cada vez mais pessoas rumavam para os centros urbanos (TRENTO, 1989, p. 67). Chegando um momento em que havia a transição do trabalho escravo para o assalariado, os imigrantes conseguiram monopolizar amplos setores produtivos no tecido urbano de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outras capitais menores. De acordo com Maria Aparecida Macedo Pascal, muitos começavam como mascates e, reunindo algum pecúlio, abriam sua própria loja. A presença de imigrantes entre o proletariado era maciça nos dois principais centros urbanos brasileiros. Neste aspecto, é importante lembrar que, na década de 1890, teve início no Brasil um processo de industrialização em que muitos imigrantes, em grande parte mulheres e crianças, foram empregados nas fábricas nascentes (PASCAL, 2008, p. 6).

No ano de 1834, as atividades de imigração e colonização de estrangeiros foram delegadas às províncias, que deveriam arcar com os custos do processo. Em seguida, algumas províncias elaboraram sua própria legislação para este fim, como foi o caso da província de Santa Catarina, permitindo a atuação de companhias colonizadoras ou de empresas particulares, nacionais ou estrangeiras na inserção de imigrantes direcionados a ocupar e desenvolver atividades agrícolas em sua própria terra (KLUG, 2009, p. 204). Analisando o modelo do Sul do Brasil, o historiador João Klug destaca que

nesta região a imigração gerou um modelo de colonização diferenciado do que teve lugar no período colonial, “inserindo uma nova ordem na qual as teorias raciais ganhavam espaço e consistência”, e que do mesmo modo contribuíram para inserir “o regime de escravidão, no mínimo, sob um holofote interrogativo” (KLUG, 2009, p. 207).

O modelo de imigração que se dirigiu às províncias do Sul do Brasil era almejado por aqueles que defendiam a vinda de estrangeiros para colonizar. No entanto, “nos decênios de 1860-1870, os colonizadores que se ocupavam com a instalação de alemães no Sul do Brasil tiveram que lidar de forma intensa com o *Rescrito Von der Heydt*, de 1859, promulgado no reino da Prússia” (KLUG, 2009, p. 211), que em teoria impunha-se como empecilho à vinda de alemães para o Império do Brasil. Tal decreto surgiu por conta das denúncias de maus-tratos sofridos por estes nas colônias de parceria de São Paulo. Nas palavras de Klug (2009, p. 211), “o documento revogava as licenças concedidas que dispunham sobre o transporte de emigrantes para o Brasil, assim como suspendia a outorga de novas licenças”.

De acordo com boa parte dos autores do tema, o incentivo à imigração europeia se deu por razões estritamente econômicas. O excesso na oferta de trabalhadores estrangeiros para a lavoura teria permitido aos empregadores manter os salários em níveis baixos, favorecendo a dominação da classe subalterna pela elite e ainda minando a organização política dos trabalhadores. Petrônio Domingues discorda dessa opinião, pois, pautado somente no critério custo/benefício, teria sido mais vantajoso aos fazendeiros paulistas, por exemplo, ter contratado trabalhadores vindos do Nordeste do Brasil, que, quando requisitados, migraram em massa para trabalhar nos seringais da Amazônia entre 1876 e 1914. Neste caso, não haveria necessidade de uma imigração em massa de europeus para São Paulo, e sim de um deslocamento de migrantes brasileiros vindos de regiões de economia estagnada. Outra questão levantada por Domingues é o fato de que a classe dominante paulista, uma vez optando pela imigração estrangeira, incentivou a vinda de europeus e rechaçou a de africanos.

Em concordância com as “teses científicas” de darwinismo social e eugenia racial, a elite social e política brasileira passou a considerar como certo que o país não se desenvolvia porque sua população era, em sua grande maioria, composta por negros e mestiços. Assim, a imigração não era considerada somente um meio de suprir a mão de obra necessária na lavoura, ou de colonizar o território nacional coberto por matas virgens, mas também como meio de “melhorar” a população bra-

sileira pelo aumento da quantidade de europeus (VAINFAS, 2002, p. 152).

A proposta de “branqueamento” com imigrantes europeus sempre foi apresentada como se fosse ciência comprovada. Entre seus defensores destacaram-se sobretudo médicos, como Sílvio Romero em Pernambuco, Nina Rodrigues na Bahia e João Francisco Lacerda no Rio de Janeiro (ENNES, 2006, p. 58-59), além do sociólogo Francisco José de Oliveira Viana, autor do livro clássico *Populações Meridionais do Brasil*, publicado em 1918.

O modelo de imigração almejado, portanto, abarcava inúmeras questões, e neste aspecto a questão étnica despontava nos argumentos daqueles imbuídos de cientificidade para buscar soluções. Por conta disso, analisaremos a seguir dois aspectos pautados nestas premissas: a introdução de chineses (como opção barata e rápida ao problema) e os ideais constituídos em torno do desejo de se formar uma população que livrasse o país do atraso.

### 3 A BUSCA POR BRAÇOS PARA A LAVOURA – O CHINÊS COMO OPÇÃO

Com a crescente necessidade de substituição do trabalho escravo, a inserção de trabalhadores asiáticos tornou-se uma opção defendida por alguns membros da política do Império e foi vista como caminho para a solução dos problemas por muitos fazendeiros. Contudo, a inserção de trabalhadores de origem asiática, especialmente de chineses, gerava grandes controvérsias, especialmente no que se tratava de pensar os rumos que uma grande introdução dessas poderia acarretar para a formação da nação brasileira. Nesse sentido, a documentação aponta para a criação de discursos antagônicos que se baseavam tanto em estudos de cunho racial quanto em exemplos considerados bem-sucedidos em outros países.

A questão da imigração chinesa destaca a criação de um discurso antiasiático e a falta de unanimidade de opinião quanto à conveniência ou não da entrada de asiáticos no país. Conforme Rogério Dezem, o elemento de tensão entre imigrantistas e abolicionistas em torno da “questão chinesa” oscilava entre um ou outro tipo de mão de obra vista como ideal, tanto do ponto de vista técnico como do racial e político. Múltiplos discursos sustentaram-se pelas teorias racialistas importadas da Europa que inspiravam paradigmas de civilização (DEZEM, 2005, p. 48).

As primeiras experiências de introdução de chineses no Brasil datam do início do século XIX, e estão relacionadas com a tentativa de introdução da cultura do chá no Rio de Janeiro. Sobre isso, Dezem lembra

que na Europa de fins do século XVIII, sobretudo na Inglaterra, o hábito de tomar chá estava em voga, não apenas por ser considerado uma especiaria com propriedades medicinais e de paladar diferenciado, mas pelo fato de que a sua comercialização era quase que totalmente monopólio dos ingleses (DEZEM, 2005, p. 48). Na tentativa de participar desse mercado, D. João VI incentivou o desenvolvimento da cultura de chá em espaços experimentais como o Jardim Botânico, a Ilha do Governador e a Fazenda Imperial de Santa Cruz, onde o solo e o clima pareciam ser mais favoráveis. Em 1814, chegaram os primeiros chineses vindos da colônia portuguesa de Macau, responsáveis pelo trabalho de organizar o plantio, a colheita, a seleção e o preparo das folhas.

No entanto, essa experiência não obteve sucesso, sendo o fracasso atribuído ao fato dos imigrantes chineses não serem agricultores, e sim carregadores que trabalhavam nos portos da China. Esses imigrantes, segundo estudos, nem sequer possuíam conhecimentos para o plantio de chá, e, ao lado disso, as condições climáticas e do solo das áreas escolhidas para o cultivo não se mostraram satisfatórias, gerando um produto de péssima qualidade para o consumo. Soma-se a isso ainda que “os maus-tratos sofridos pelos trabalhadores nas plantações do Jardim Botânico contribuíram para a fuga de vários deles” (DEZEM, 2005, p. 49).

No primeiro momento, a iniciativa não motivou debates em torno da introdução de um maior número de trabalhadores chineses, uma vez que naquela ocasião o tráfico de escravos não passava por uma iminência de interrupção. Rogério Dezem e José Teixeira Leite acreditam que outro fator teria sido a própria característica do projeto, que estava ligado exclusivamente à cultura do chá, sendo, portanto, este argumento bastante utilizado para a pouca importância atribuída a esta primeira imigração de chineses e suas consequências. A vinda de imigrantes chineses para o Brasil começou igualmente a gerar repulsa de alguns setores em meados do século XIX, quando se construiu todo um discurso negativo com relação aos trabalhadores chineses, seus hábitos e mesmo o seu fenótipo.

Muitos escritos buscaram menosprezar os imigrantes chineses, acompanhados da fala de que, se o Império do Brasil pretendia formar um verdadeiro povo, precisaria voltar-se para a grande contribuição que somente a Europa poderia prover. Muitos compartilhavam do discurso desenvolvido pelo escritor e diplomata francês Arthur de Gobineau, que redigiu o livro intitulado *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, publicado em 1853 e mais tarde largamente vulgarizado entre os

intelectuais brasileiros como um dos cânones referentes à questão degenerativa da miscigenação das etnias.

Após a primeira tentativa de introdução dos chineses, denominados *coolies*<sup>2</sup>, direcionados ao cultivo do chá, uma nova investida teve lugar no ano de 1854. Na ocasião, um investidor chamado Manoel de Almeida Cardoso apresentou ao governo imperial uma proposta de organização para uma empresa de navegação que fizesse a ligação entre Brasil e China, com vistas a trazer imigrantes. Porém, tal proposta não foi aceita. O investidor, entretanto, financiou a vinda de 303 *chins*<sup>3</sup> vindos de Singapura para o Rio de Janeiro (ELIAS, 1970, p. 61-62). A vinda desses imigrantes fazia parte de acordos que foram firmados diretamente com fazendeiros interessados neste tipo de mão de obra. Assim, em fevereiro de 1855, imigrantes desembarcaram na ilha de Sapucaia com o compromisso de permanecerem no trabalho durante dois anos, quando então receberiam suas passagens de retorno sem custos.

Todavia, como Maria J. Elias destacou, o governo brasileiro vinha sendo alertado pelo governo britânico quanto à forma como vinha sendo operado o recrutamento de chineses. Este trabalho, que vinha sendo exercido por companhias particulares e logo se tornaria oficial, foi assunto de um relatório elaborado em 1855 por uma representação do governo britânico por solicitação do governo do Brasil. Neste documento são detalhadas as dificuldades e os limites de imigração de chineses. Apontava-se que, além dos costumes peculiares, era preciso estar atento ao modo como estes imigrantes eram recrutados, ou seja, se de forma espontânea ou com uso da força (ELIAS, 1970, p. 62).

Ao que parece, os britânicos temiam a substituição dos negros pelos chineses no trabalho da lavoura e outros serviços. Por conta disso, empenharam-se em alertar o governo sobre a vinda dos chineses. Talvez o alerta tenha surtido algum efeito, pois as tentativas de inserção de chineses foram quase nulas e, conforme Dezem, houve apenas um contrato entre fazendeiros brasileiros e uma companhia de Boston para a introdução de 2 mil chineses num período de 18 meses. Desse número, vieram apenas 368, que foram distribuídos entre alguns fazendeiros, que continuaram entusiasmados com a possibilidade da vinda de um número maior (DEZEM, 2005, p. 56).

A partir destas tentativas principiam os mais variados discursos relativos aos trabalhadores chineses, veiculados na imprensa, em discursos nas sessões do Parlamento e da Câmara, e também em publicações avulsas que visavam tanto evidenciar suas vantagens como alertar para os problemas que a sua inserção na sociedade nacional poderia acarretar. Ao nos lançarmos na leitura e análise de tais documentos, percebemos como se tratava de um assunto bastante relevante naquele momento, o que nos leva a crer que a questão da imigração chinesa ocupou a agenda de muitos indivíduos a partir de meados do século XIX.

Todavia, a vinda de chineses como consequência de acordos realizados diretamente com fazendeiros logo apresentou problemas. Do mesmo modo como os colonos europeus que vieram para trabalhar nas colônias de parceria, pouco tempo depois da chegada, tiveram lugar desavenças e conflitos entre os chineses e os fazendeiros. Acusados pelos fazendeiros de morosidade e indisposição para o trabalho, alguns se rebelaram e outros foram inclusive castigados fisicamente maior (DEZEM, 2005, p. 56). Seus contratos teriam sido rescindidos por serem os chineses, conforme atestaram os fazendeiros, indolentes, indisciplinados, inúteis e um tanto prejudiciais (ELIAS, 1970, p. 67).

Com isso, os elementos formuladores de um discurso antichinês adquirem forma, e da euforia logo passou-se aos discursos de desgosto e decepção com relação aos trabalhadores chineses. No jornal *A Imigração*, publicado em 1883, Alfredo Taunay chama a atenção dos nacionais para a necessidade de ampliação de uma enérgica propaganda em favor da imigração europeia com vistas a impedir a entrada de trabalhadores chineses, pois aqueles países que apostaram todas as suas esperanças em seu trabalho estavam agora enfrentando problemas. Neste aspecto, notícias vindas dos Estados Unidos, Peru e Cuba davam conta de revoltas sangrentas envolvendo os chineses. Nesse sentido, Taunay busca chamar a atenção dos fazendeiros para o “perigo” de se investir na vinda de chineses e destaca que não devem se deixar envolver pelos sedutores discursos que apontam para as vantagens econômicas desse projeto:

É impossível que a nação se sujeite aos cálculos e esperanças de algumas dezenas ou centenas de pessoas, que ou pensam mal ou não se importam com

<sup>2</sup> Segundo Alexander Chung Yuan Yang, a denominação de *coolie* aparece como *coles* nos escritos portugueses quinhentistas. A palavra origina-se do hindu *kuli*, evoluindo a seguir para *coly* – *kouilly* e finalmente ao francês *coulie*. Em inglês passou a ser *coolie*, massa móvel de trabalhadores assalariados, quer indianos, quer chineses, que se irradiaram pelo Ocidente servindo a várias sociedades.

<sup>3</sup> Termo amplamente utilizado nos escritos da época para designar *chinês* e outros indivíduos de origem asiática.

os terríveis males que se originem das más resoluções e projectos. Reflectam bem os fazendeiros, aos quaes ascena com um trabalho baratissimo e capaz de lhes dar lucros fabulosos; reflectam bem, antes de aceitarem o insidioso presente: lembrem-se das horrorosas scenas de sangue do Peru e de Cuba, onde os crimes se multiplicam; não cuidem só do interesse transitório, ainda quando apareça ele; mas atendem para o paiz todo (A IMMIGRAÇÃO, n.º 1, out. 1883, p. 3).

Podemos compreender que as discussões acerca da introdução de trabalhadores chineses, conhecida como “*Questão Chinesa*”, concentraram num mesmo debate elementos de cunho racial, político e econômico. Contudo, percebemos que o interesse pela vinda destes trabalhadores não foi abandonado, sendo em alguns momentos retomada com amplo vigor. Constituindo este um período de grande eferescência de ideias racialistas, a consistência dos debates sobre a possibilidade de substituição da mão de obra escrava via no “elemento amarelo” uma espécie de “intermediário” entre as raças branca e negra, de acordo com teorias desenvolvidas a partir do final do século XVIII e início do XIX (DEZEM, 2005, p. 61-62).

O temor relativo a uma possível imigração em massa de chineses fomentou o aparecimento de inimigos declarados que apontavam que tal prática resultaria tão somente em um modelo de servidão disfarçada. Segundo Célia Marinho Azevedo, os inimigos declarados da imigração chinesa, bem como de qualquer modelo que apresentasse características de semisservidão, encontravam-se principalmente na *Sociedade Brasileira de Imigração*, na *Sociedade Central de Imigração* e nos jornais *O Paiz*, comandado por Joaquim Nabuco, e *Gazeta de Notícias*, de José do Patrocínio, ambos fundados com o intuito de combater a escravidão e promover a imigração de europeus (AZEVEDO, 2008, p. 147).

De acordo com Maria José Elias, os *coolies* que viessem para o Brasil seriam encarregados de serviços aos quais se acreditava que os colonos europeus não se adaptavam, ou melhor, que não queriam realizar, como a limpeza de pastos e terrenos, derrubada das matas, construção de açudes, eliminar insetos, secar e beneficiar o café e salvá-lo de intempéries (ELIAS, 1970, p. 73-74). Portanto, os interesses ligados à grande lavoura escravista não viam como o trabalho livre do imigrante europeu pudesse substituir o do escravo, e nada mais justo, desse ponto de vista, que se buscasse uma solução seguindo os exemplos das experiências feitas com chineses em outros países.

Mostrando-se um grande partidário de tal discurso, Quintino Bocayuva, atuante jornalista e político, pu-

blicou em 1868 uma espécie de relatório intitulado *A Crise da Lavoura*. Bocayuva deixava claro que não concebia outro caminho para a lavoura onerada de compromissos, falida, necessitada de créditos e de braços para o trabalho do que a inserção do trabalhador chinês. Em sua opinião, a “imposição do destino” que trazia consigo o regime de trabalho assalariado deveria ser resolvida com os chineses, os quais dizia serem superiores aos europeus (BOCAYUVA, 1868, p. 9). Entretanto, embora favorável, Bocayuva não deixou de destacar os defeitos “desta gente”, mencionando o fato de os chineses serem exigentes quanto aos salários, serem praticantes de jogos, um tanto renitentes à disciplina que os impedisse de jogar, e também apresentavam uma natureza moral pervertida (BOCAYUVA, 1868, p. 43). Características que poderiam ser contornadas e relevadas pelo lucro extraordinário que estes trabalhadores proporcionariam, quando comparados aos europeus.

Os que defendiam a imigração chinesa procuraram de todo modo evitar que as críticas e comentários acerca da experiência do trabalhador chinês em outros lugares, publicando em contraponto vários comentários apontando a positividade de sua vinda. De modo geral, é possível observar que o tema da imigração chinesa passou a inserir-se nos debates que tratavam de apontar soluções imediatas para a crise da lavoura. Um destes foi o engenheiro paulista José Custódio Alves de Lima, que, após uma viagem aos Estados Unidos, publicou um estudo detalhado da experiência com chineses naquele país. Assim, em *Estados Unidos e os norte-americanos, acompanhado de algumas considerações sobre a Imigração Chinesa no Império do Brazil*, publicado em 1886, Alves de Lima atribui os problemas com a mão de obra ao fato de o Brasil não ser o melhor destino aos imigrantes que se dirigem à América Meridional, e por isso não conseguiria atrair um “maior influxo de imigração inteligente” (ALVES DE LIMA, 1886, p. 144).

Setores do governo imperial igualmente apontaram a imigração chinesa como caminho para a crise que se anunciava, como os relatórios apresentados pelo Ministro da Agricultura nos anos de 1869 e 1870, onde esta sugestão aparece. No ano de 1870, o governo decide abrir concorrência para a organização da imigração chinesa e, por decreto de 9 de julho, concede a Manoel José da Costa Lima Vianna e João Antônio de Miranda e Silva, ou à companhia que organizassem, a autorização para iniciarem os trabalhos. Estavam, portanto, autorizados a importar trabalhadores asiáticos destinados ao serviço da lavoura, mediante cláusulas que se baixavam juntamente com o mesmo decreto (COLEÇÃO LEIS DO BRASIL. Tomo XXX. Parte I. Decreto n.º 4547 de 9/

07/1870). O prazo de concessão era de 10 anos a partir do primeiro desembarque de chineses em portos brasileiros. Na vigência deste prazo, nenhuma outra companhia poderia trazer trabalhadores da mesma procedência e para o mesmo fim. O decreto teve prorrogação de mais dois anos em 2 de outubro de 1874. Sobre a mentalidade que permeou a sua elaboração, é bem clara a preocupação de conter despesas com a mão de obra e orientá-la para a grande propriedade, seguindo as condições que atendessem uma economia de exportação de gêneros.

As dificuldades seguiram a companhia, que foi nomeada de *Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos*, desde sua fundação, encontrando os seus patronos sérios problemas para a efetivação do projeto. As contensões internacionais vieram por parte da Inglaterra e de Portugal, que chegaram a proibir o engajamento, sob tal regime, de trabalhadores chineses nos portos de Hong Kong e Macau. A questão ganharia ainda espaço de discussão no *Congresso Agrícola*, ocorrido no Rio de Janeiro no ano de 1878.

Ainda em 1877, a *Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos* publicou a obra *Demonstração das conveniências e vantagens à lavoura no Brasil pela introdução de trabalhadores asiáticos*, que no ano seguinte, durante os debates do Congresso Agrícola, acabou tornando-se a principal referência do assunto por compilar artigos publicados em diversos jornais desde 1850 e alguns outros discursos proferidos em palestras e encontros (DEZEM, 2005, p. 65). Os jornais realçavam o tom de defesa a favor dos *chins*, reiterando que a necessidade econômica precisava estar acima de qualquer preconceito étnico. O congresso serviu também, em última instância, para apurar as questões de etnia provocadas pelas teorias racistas em evidência no final do século XIX.

Acerca da imigração, faz-se importante lembrar a existência da *Lei de Locação de Serviços* de 1879, que regulamentava os contratos efetivados especificamente na agricultura com trabalhadores nacionais, libertos e estrangeiros. De acordo com Maria Lúcia Lamounier, no final dos anos 1870, ainda se aventava entre os fazendeiros, nos debates e propostas parlamentares, a possibilidade de a imigração chinesa ser levada a cabo em moldes mais “livres” do que a europeia (LAMOUNIER, 1986, p. 104). Ou seja, o rigor da lei seria quebrado conforme os interesses.

Em setembro do mesmo ano da aprovação da referida lei, a Câmara aprovava, em meio a grandes controvérsias, um crédito para uma missão especial à China, com o intuito de estabelecer relações diplomáticas com o chamado “Celeste Império” e promover a imi-

gração de chineses para o Brasil. Tal projeto foi idealizado pelo Ministro Sinimbu, cujas simpatias pela introdução de trabalhadores asiáticos ficaram amplamente conhecidas. Sinimbu colaborara com a própria elaboração da Lei de Locação de Serviços. Contudo, como destaca Lamounier, a lei “não trazia em seus termos nenhuma referência aos contratos com trabalhadores chineses: os ‘estrangeiros’ de que tratava, não há dúvida, incluíam apenas os europeus” (LAMOUNIER, 1986, p. 113).

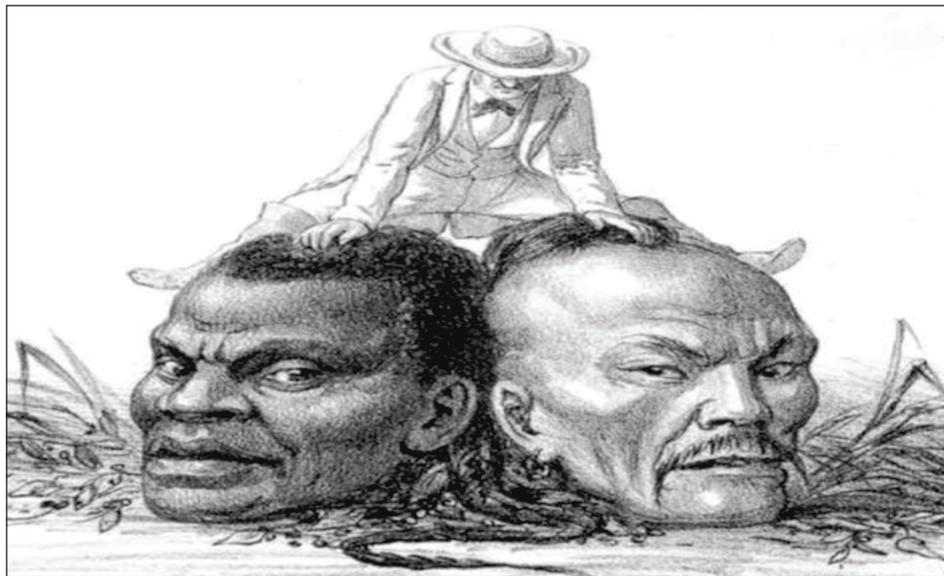
Embora houvesse divergências quanto à interpretação da Lei de 1879 no que tange à imigração de chineses, o fato é que seus conteúdos revelam as consonâncias dos planos que se delineavam como alternativas ao regime de trabalho escravo. O fato de estarem ao mesmo tempo condicionando os temas das discussões da “crise” não configura coincidência, e tampouco trata-se de algo inédito. Estas questões já haviam sido sugeridas em outros momentos em que o trabalho escravo esteve sob ameaça. Sobre isso, Lamounier nos lembra que, em meados na década de 1850, e depois em 70 e 80, muitas propostas defenderiam a opinião de que, no quadro de trabalhadores estrangeiros, os chineses e os indianos seriam os únicos que se submeteriam às condições de trabalho exigidas na transição do trabalho escravo para o trabalho livre (LAMOUNIER, 1986, p. 114).

Por ocasião do Congresso Agrícola de 1878, ocorrido no Rio de Janeiro, as simpatias de Sinimbu pelos asiáticos já eram amplamente conhecidas pelos participantes, tendo sido as vantagens e desvantagens de seu engajamento de novo exaustivamente ponderadas durante o encontro. Além de tudo que já fora exposto até então, o congresso foi palco da inevitável discussão em torno da inserção de chineses como população nacional. Sobre este aspecto, de acordo com Dezem, o governo e uma comissão formada por lavradores vindos de São Paulo eram também favoráveis à introdução do chinês exclusivamente como elemento transitório no processo de preparação do país para receber o trabalhador livre europeu (DEZEM, 2005, p. 73).

No entanto, a ideia que prevaleceu foi a de que o governo imperial deveria optar por uma política migratória que propiciasse uma colonização de etnias “mais aperfeiçoadas”, ou seja, de indivíduos brancos e livres. Acerca de tal proposta, logo após o encerramento do Congresso Agrícola, a *Revista Ilustrada* publicou passagens e caricaturas acerca das discussões que tiveram lugar no evento. Algumas de suas imagens são interessantes para observarmos, mesmo que sempre em tom satírico, as diferenças étnicas, de profissão e lugar social dos trabalhadores da terra. Logicamente, o lugar ocupado

pelo trabalhador chinês representa, com sutil ironia, umas das intenções dos idealizadores do Congresso Agrícola e do próprio Império: de descartar não apenas o trabalho negro, como também seu elemento étnico (considerado negativo) na composição do povo nacional.

Figura 1: “Os chins como transição”



Fonte: *Revista Ilustrada*, nº 120, 1878, p. 8.

Ao observarmos a gravura, temos o fazendeiro diante de duas possibilidades de mão de obra, de um lado o negro e de outro o chinês; um substituiria o outro de forma barata e lucrativa, de acordo com discursos na época. O autor da imagem, o jornalista Angelo Agostini, destaca o descontentamento em termos de formação populacional: “Preto e amarelo. É possível que haja quem entenda que a nossa lavoura só pode ser sustentada por essas duas raças tão feias! Mau gosto!” (*REVISTA ILUSTRADA*, nº 120, 1878, p. 8).

A necessidade de combate a uma possível corrente migratória chinesa foi amplamente alertada e mesmo executada pela SCI por meio de suas propostas, de seus escritos e de seu jornal *A Imigração*. Na publicação de seu primeiro boletim mensal, o grupo já deixava expressa sua opinião com relação ao assunto, alegando que de tal medida resultariam tão somente danos, tanto sociais quanto econômicos, e, ao lado disso:

O Brasil deve querer irmão de trabalho e não machinas vivas de trabalho, que significa a exploração dos outros, idéia só possível no tempo em que não haviam feito caminho as generosas ideias do abolicionismo. O chim para não poucos é uma escravidão disfarçada, e essa possibilidade lhes sorri

ao espírito e aos péssimos hábitos contrahidos desde a infância. Na obra de regeneração nacional o chim é um mal, um grande mal, pois continua uma viciosíssima disposição que cumpre combater a todo o transe (*A IMMIGRAÇÃO*, Boletim nº 1 a 4, 1883, p. 4).

Esta opinião, expressa logo na sessão inaugural dos trabalhos da SCI, revela que, na opinião do grupo, a imigração chinesa deveria ser combatida de todos os modos, não sendo cogitada nem mesmo como uma solução temporária ou transitória. Também na sessão inaugural, alguns dos presentes propuseram a coleta de assinaturas em um protesto que seria encaminhado ao governo imperial. Ações como essa permearam muitas e muitas discussões nos anos finais do século XIX, pois, como consta da ata da reunião da SCI, estavam convencidos de que “o

elemento chinês é uma barreira á imigração que queremos unicamente – a européa” (*A IMMIGRAÇÃO*, Boletim nº 1 a 4, 1883, p. 4).

#### 4 DISCURSOS E DEBATES ACERCA DO IMIGRANTE IDEAL

Ao analisarmos alguns dos guias, panfletos e livretos de incentivo à imigração, podemos perceber que, desde meados do século XIX, a diplomacia brasileira se esforçara por desenhar, do Império do Brasil, o retrato de um lugar privilegiado pela ausência de preconceito racial e de conflitos entre sua população. Essa imagem, levada ao público internacional por meio destes livros, de palestras e exposições, foi um dos elementos responsáveis pela chegada em massa de imigrantes ao país.

A partir de 1850, com maior impacto a partir de 1870, foram produzidos e veiculados discursos centrados na defesa e no incentivo à imigração como caminho necessário para o ingresso do país nas trilhas do progresso e da civilização. Nesse caso, o imigrante ideal era europeu e “morigerado”, tinha cor branca e seria a mão de obra capaz de assegurar a superação do “atraso” e do “imobilismo”, em uma cenografia na qual caía um enorme silêncio sobre o ex-escravo e as populações indígenas.

Os discursos traziam as marcas de uma visão de presente e de futuro na qual estava ausente a possibili-

dade do negro liberto transformar-se em trabalhador livre, capaz de arrancar o Brasil das amarras do passado, a partir de enquadramentos que opunham habilidades, características e moralidade entre as “raças”, segundo os parâmetros evolucionistas e racistas que marcaram a segunda metade do século XIX. Tal concepção de imigração não apresentou alterações até o final do Império e persistiu com o advento da República, mesmo que discursos voltados para uma melhor regulamentação e controle sobre o processo passassem a ter visibilidade. O fato é que as preferências étnicas ganharam forças nos discursos, sendo sempre exaltadas as qualidades e vantagens da introdução desta ou daquela nacionalidade.

Fazia-se imperativo despendar extremo cuidado com a escolha dos povos que imigrariam, pois, segundo Jaguaribe Filho, as etnias acima citadas certamente propagariam “o mau carácter, bem como os vícios orgânicos e morais” no local que as acolhesse. Tais males seriam praticamente insolúveis, uma vez que a ciência, conforme o autor, já havia comprovado a sua inferioridade biológica, moral e intelectual (JAGUARIBE FILHO, 1878, p. 296). De acordo com essa visão, a “infeliz raça africana” era extremamente inconveniente para “preencher a lacuna da falta de braços em um paiz como o nosso” (JAGUARIBE FILHO, 1878, p. 295). Em contraste com o negro, os “arianos” eram considerados, tanto no imaginário social como nas teorias científicas, como a expressão do que havia de mais desenvolvido em termos de civilização e cultura, além de se acreditar que a sua suposta pureza sanguínea seria capaz de regenerar etnicamente o Brasil. A partir daí surgem os mais diversos discursos e escritos em defesa da entrada de alemães no Império.

A questão da escolha de uma etnia ideal para povoar e modernizar o país caminhava em conjunto com a ideia de imigração para substituição de mão de obra na grande lavoura e demais serviços executados até então pelos escravos. As duas perspectivas angariaram adeptos ferrenhos e munidos de elaborados aportes teóricos de defesa. No entanto, no caso específico da SCI, a questão repousava em atrair espontaneamente e criar mecanismos que proporcionassem aos imigrantes uma vida plena de direitos e oportunidades.

Para além da ênfase na superioridade dos alemães e da intenção de fazer uso de sua mão de obra na grande lavoura, buscava-se atrair imigrantes com certas características – sobretudo agricultores e com algum capital para compra de terras – concebidas como ideais para muitos grupos como a SCI. Hermann Blumenau, fundador da colônia que leva seu nome no Estado de Santa Catarina, foi um destes incentivadores da imigração

européia para o Brasil. Hermann Blumenau escreveu, em 1851, o seu *Guia para os Imigrantes da Província de Santa Catarina no Sul do Brasil*, onde, de acordo com sua opinião, algumas classes tinham maior chance de sucesso no empreendimento imigratório; acreditava que a classe mais favorecida com a imigração seria certamente a dos agricultores que, através do trabalho em uma propriedade estável da terra, conseguiriam o que na Europa parecia mais difícil de realizar-se: sair do estado precário em que viviam. Enfatizava também que, mesmo que venham em grande número, podem ter certeza de que poderão adquirir terras apropriadas às suas atividades e conhecimentos (BLUMENAU, 1999, p. 91).

No entanto, se a imigração européia era considerada ideal, nem todos os europeus eram vistos sob as mesmas luzes. No contexto do evolucionismo que marcava a época e forjava uma “geografia” altamente discriminadora e “imaginativa”, uma Europa ativa e, portanto, industrializada (a ser tomada como modelo) contrapunha-se a uma “Europa passiva”, agrícola e “atrasada”, com os povos da Europa mediterrânica caracterizando esse atraso e essa passividade; justamente aqueles que constituíam as maiores colônias estrangeiras no país. Frente ao negro liberto, entretanto, o trabalhador europeu – sem maiores distinções – acabava sendo idealizado como pertencente às “raças superiores”. Evolucionismo e racismo jogavam, assim, uma dialética ímpar, no sentido da defesa da imigração européia como opção de futuro. Deste modo, a ideia de nação brasileira propagada pelos intelectuais e estudiosos da realidade brasileira do século XIX forjou uma nacionalidade, sobretudo, com a ideologia de construir o Brasil a partir da concepção européia.

### REFERÊNCIAS

- A IMMIGRAÇÃO – Jornal da Sociedade Central de Imigração (1883-1891). Rio de Janeiro.
- ALVES DE LIMA, José Custódio. **Imigração chinesa no Império do Brasil**. São Paulo: Typographia Jorge Seckler, 1886.
- ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. 3. ed. São Paulo: Editora Annablume, 2008.
- BLUMENAU, Hermann. Guia de instruções aos imigrantes para a província de Santa Catarina no Sul do Brasil. In: BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. **Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a Política Colonizadora no Sul do Brasil**. Organização de Cristina Ferreira e Sueli Maria Vanzuita Petry. Tradução de Curt Willy Hennings e Annemarie Fouquet

Schünke. Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 anos, 1999.

BOCAYUVA, Quintino. **A crise da lavoura** – succinta exposição. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1868.

CARVALHO, José Murilo de. Modernização frustrada: a política de terras no Império. **Revista Brasileira de História**, mar. 1981.

COLEÇÃO LEIS DO BRASIL. Tomo XXX. Parte I.

DEZEM, Rogério. **Matizes do “amarelo”**: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Humanitas, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no Pós-Abolição. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

ELIAS, Maria J. Introdução ao estudo da imigração chinesa. In: ANAIS do Museu Paulista, 24., 1970, São Paulo.

ENNES, Marcelo Alario. Imigração e direitos na Região Noroeste Paulista. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, n. 12, p. 53-78, 2006. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/219/178>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

HANDELMANN, Gottfried Heinrich. **Geschichte von Brasilien**. Berlin: Verlag von Julius Springer, 1860.

IANNI, Octavio. O progresso econômico e o trabalhador livre. In: **História geral da civilização brasileira – II**: o Brasil Monárquico: reações e transações. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1976.

JAGUARIBE FILHO, Domingos José Nogueira. **Reflexões sobre a colonização no Brasil**. São Paulo: A. L. Garraux e Cia., 1878.

KLUG, João. Imigração no Sul do Brasil. In: GRIMBERG, Keila; SALES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial**: volume III – 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. O trabalho sob contrato: a lei de 1879. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 101-124, mar./ago. 1986.

LEITE, José R. Teixeira. **A China no Brasil**: influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileira. Campinas: Unicamp, 1999.

LOPES, José Reinaldo. **O oráculo de Delfos**: Conselho de Estado no Brasil Império. São Paulo: Saraiva, 2010.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização no Império**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

NAXARA, Márcia Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro, 1870/1920. São Paulo: Annablume, 2002.

NEDER, Gizlene. **O liberalismo conservador brasileiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

PASCAL, Maria A. Macedo. Imigrantes portugueses: anarquistas e comunistas sob o olhar do DEOPS. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH/SP, set. 2008.

REVISTA ILLUSTRADA – Rio de Janeiro, 1978.

ROVINA, Melina. **Fogo cruzado**: os imigrantes italianos entre o barrete frígio e o saco de coar café. 2012. 164f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012. Disponível em: <[http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279085/1/Rovina\\_MelinaRoberto\\_M.pdf](http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279085/1/Rovina_MelinaRoberto_M.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2017.

SILVA, Lígia Osorio. Tavares Bastos e a questão agrária no Império. In: **História econômica e História das empresas**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SOUZA, João Cardoso de Menezes e. **Theses sobre a colonização do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1989.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

# A COLÔNIA DE SÃO LEOPOLDO: a primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul

## THE COLONY OF SÃO LEOPOLDO: the first phase of German colonization in Rio Grande do Sul

*Jorge Luiz da Cunha<sup>1</sup>*

**Resumo:** Considerando a complexa realidade brasileira na passagem da condição de colônia portuguesa para a de país independente, a análise introdutória deste texto procura recuperar informações e reconstituir o contexto em que iniciou a colonização com imigrantes alemães, no começo do século 19, resultando na fundação da colônia de São Leopoldo, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. A experiência histórica registrada por diferentes fontes documentais e interpretações historiográficas sobre São Leopoldo é um interessante indicativo quanto às possibilidades de aprofundar as pesquisas e confrontar resultados sobre o papel da colonização e imigração alemã no sul do Brasil.

**Palavras-chave:** Imigração alemã. Colonização alemã. Colônia de São Leopoldo.

**Abstract:** Considering the complex Brazilian reality in the transition from the condition of being a Portuguese colony to that of an independent country, the introductory analysis of this text seeks to recover information and reconstitute the context in which colonization with German immigrants began in the early 19th century, resulting in the founding of the colony of São Leopoldo, in the Province of São Pedro do Rio Grande do Sul. The historical experience recorded by different documentary sources and historiographical interpretations on São Leopoldo is an interesting indication as to the possibilities of extending the research and comparing results on the role of colonization and German immigration in the south of Brazil.

**Keywords:** German immigration. German colonization. Colony of São Leopoldo – RS.

### 1 INTRODUÇÃO

No Rio Grande do Sul, São Leopoldo, Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara das Torres foram as três colônias fundadas pelo governo geral, sob as mesmas bases do estabelecimento dos colonos suíços em Nova Friburgo, Rio de Janeiro: concessão gratuita de terras, ferramentas e subsídios.

O cumprimento das promessas e vantagens aos colonos de São Leopoldo, Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara das Torres nem sempre aconteceu. Houve problemas principalmente no que dizia respeito à demarcação dos lotes, problemas somados ao descumprimento de alguns itens do decreto de 1818 (BRASIL,

1891, p. 46-52). Estes fatos levaram o governo prussiano a intervir, o que resultou na autorização, por parte do governo imperial brasileiro, do pagamento das passagens, subsídios diários e concessão gratuita dos lotes (LANDO; BARROS, 1980).

Estes fatos marcaram a primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul, e o contexto em que se deram merece algumas reflexões.

Marcada sobremaneira pela necessidade do governo, na época da independência e mesmo antes, de criar uma classe média na estrutura social brasileira, então formada pela aristocracia escravista de um lado e pelos sem posses de outro. Uma classe média que deve-

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Doutor em História Medieval e Moderna Contemporânea pela Universität Hamburg (Alemanha). Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado e Doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, e do Mestrado Profissional em Ensino de História da UFSM. E-mail jlcunha11@yahoo.com.br.

ria ser capaz de desenvolver a policultura, tão necessária ao abastecimento das cidades em expansão e dos exércitos em campanha (OBERACKER JR., 1967, p. 220-221; CUNHA, 1991, p. 54-64; CUNHA, 1995, p. 30-33).

Esta preocupação já se fazia presente mesmo antes da vinda da corte portuguesa para o Brasil. Pombal manifestou esta intenção ao tentar criar colônias de açorianos, nos extremos norte e sul do Brasil, para a formação de uma classe média econômica e socialmente independente dos latifundiários. Contudo, “o espírito dominante, e o desprezo ao trabalho corporal considerado humilhante para o homem branco, contagiou em breve todos os imigrantes açorianos e estrangeiros, conduzindo-os ou à ociosidade ou ao emprego de escravos” (OBERACKER JR., 1967, p. 221).

Dom João, em 1808, tinha como intenções o aumento considerável da população, para promoção da riqueza e prosperidade do sul do país, e a defesa das fronteiras em tempo de guerra.

A partir de 1810, manifestou-se mais claramente uma nova preocupação, o suprimento de braços para a economia, que urgia ser repensado diante das pressões inglesas.

Em março de 1809, a Inglaterra, ansiosa por novos mercados para suas manufaturas, aboliu o tráfico africano para todos os seus súditos e colônias e passou a pressionar seus aliados para que adotassem medidas semelhantes. O sistema escravista vigente no Brasil consistia num sério obstáculo à expansão inglesa. Nesta forma de trabalho, o escravo era privado de poder aquisitivo, o que limitava a expansão do mercado para as mercadorias inglesas. A Inglaterra tinha interesse em aumentar seu mercado consumidor, e para isso era imprescindível que se abolisse a escravidão. Diante disso, Portugal, durante as guerras napoleônicas, inteiramente dependente da potência inglesa, viu-se obrigado, pelo tratado de amizade e comércio assinado em 19 de fevereiro de 1810, a condenar por princípio o tráfico e limitá-lo ao sul do Equador. Em 1817, Portugal assinou uma nova convenção com a Inglaterra onde era prevista a completa extinção do tráfico negreiro e estipulada a mútua investigação de seu cumprimento (CUNHA, 1995, p. 32-33).

Com a independência, o Brasil, necessitado do apoio inglês, reconheceu os tratados e convenções celebrados por Portugal em nova convenção assinada em 23 de novembro de 1826, ratificada em 13 de março de 1827, onde se previa a proibição completa do tráfico de escravos a partir de 13 de março de 1830. Um decreto imperial de novembro de 1831 previa castigos aos trans-

gressores da proibição e liberdade dos escravos contrabandeados, e, finalmente, outro decreto, de 12 de abril de 1832, ordenava a execução obrigatória dessas leis (BRASIL, 1892, 1892a, 1892b, 1892c, 1892d; BEIGUELMAN, 1967, p. 220-221). Todo este aparato judicial não passou de letra morta, apesar das constantes e insistentes pressões inglesas, que acabaram produzindo resultado somente em 1850, com a radicalização provocada pela chamada *Aberdeen Act* (de 8 de agosto de 1845, com este nome em homenagem ao ministro inglês de relações exteriores Lord Aberdeen) ou *Slave Trade Suppression Act*, promulgada pela Inglaterra, proibindo o tráfico de escravos africanos (CUNHA, 1995, p. 32).

A primeira fase da colonização com imigrantes não portugueses foi pautada pela expectativa da supressão do tráfico. Os grandes fazendeiros, mais capitalizados, compravam todos os escravos que podiam, exatamente dos pequenos proprietários produtores de alimentos. Os gêneros de primeira necessidade se tornavam escassos e seu preço subia de forma alarmante (CUNHA, 1995, p. 33).

Esta situação ocupou o governo imperial nos primeiros anos da independência. O estabelecimento de colônias de estrangeiros, pequenos proprietários que utilizavam sua própria força de trabalho, nas regiões não ligadas diretamente à produção destinada ao mercado externo, atenuou os efeitos da crise de mão de obra na produção de alimentos e permitiu a migração de escravos destas regiões para as regiões monocultoras, substituindo o braço escravo pelo braço imigrante na produção de alimentos.

Além da questão da supressão do tráfico, há um ponto que não deve ser desprezado na análise do contexto que motivou o começo da imigração e colonização alemã no Brasil, a necessidade política de formação de esquadrões de soldados que defendessem a independência brasileira ante as pretensões portuguesas.

Através da ordem imperial de 8 de janeiro de 1823 foi determinada a criação de um regimento de estrangeiros. Este primeiro regimento de estrangeiros foi composto por suíços, da colônia de Nova Friburgo, e completado por sujeitos forçados ao recrutamento, de todas as nacionalidades, marujos desertores, desempregados, entre outros (SCHMID, 1951, p. 14-15).

Pouco antes da proclamação da independência, em 1º de setembro de 1822, embarcou para a Europa, onde chegou 95 dias depois, o Major von Schäffer. Suas instruções eram as de obter a adesão dos governos da Santa Aliança para a causa brasileira e angariar mercenários para a guerra iminente contra Portugal (SCHÄFFER, 1824, p. 18; SCHÄFFER, 2007, p. 26).

A segunda parte de sua missão Schäffer executou em Hamburgo, entre 1824 e 1826, e Bremen, entre 1826 e 1828, de onde foram embarcados para o Brasil, em 21 expedições, cerca de 4.500 imigrantes (SCHRÖDER, 1930, p. 47-50; OBERACKER JR. 1975, p. 88-89; MÜHLEN, 2013, p. 71-86):

Com os primeiros transportes, organizados pelo major Schäffer em Hamburgo, foram embarcados vários apenados das casas de detenção e trabalho de Mecklenburgo-Schwerin, e de Hamburgo. De Mecklenburgo-Schwerin foram deportados ao todo 345 reclusos e apenados das Casas de Trabalho, Casas de Correção e Penitenciárias (Landarbeitshäuser und Straf- und Korrekptionsanstalten). De Hamburgo foram enviados, em março de 1824, 11 apenados e, em maio do mesmo ano, 28. Dos embarcados no navio *Germania*, em maio, cinco foram fuzilados durante a viagem, por insubordinação e motim (CUNHA, 1999, p. 1145).

Motivado pela crescente oposição que vinha sofrendo de empresários e armadores de Hamburgo e, principalmente, pela não obtenção do reconhecimento, por parte do Senado, de sua condição de encarregado dos negócios do Império do Brasil (RICHTER, 1977, p. 87-126), Schäffer transferiu suas atividades para Bremen, em 1826.

Em Bremen, o Senado, encabeçado pelo Bürgermeister Smidt, procurava realizar o plano de ampliação e desenvolvimento do porto e esperava, através de Schäffer, melhorar suas relações com o Brasil e selar um tratado comercial (RICHTER, 1977, p. 124). Schäffer designou o comerciante Ludwig Friedrich Kalkmann como vice-cônsul do Brasil em Bremen e determinou a abertura de uma agência para averbamento e contratação de colonos e soldados. Em 1º de julho de 1826, a fragata *Frederik*, de F. & E. Delius, partiu para o Rio de Janeiro com o primeiro transporte de imigrantes para o Brasil (ENGELSING, 1961, p. 21).

O modo como se processou na Europa o recrutamento de colonos e soldados e o fracasso da organização dos batalhões de estrangeiros resultaram em completo descrédito da imigração para o Brasil entre os opositores de D. Pedro I no Brasil, de um modo contundente, e entre a maioria dos governos europeus, especialmente na Alemanha.

Com a lei de orçamento de 1830, projetada para os anos financeiros de 1831 e 1832, foram abolidas quaisquer despesas com imigração e colonização para todas as províncias do império brasileiro (BRASIL, 1876, p. 108). A lei de orçamento de 1830 espelha a crescente oposição à política de D. Pedro I e foi uma reação ao excesso de dinheiro gasto com os batalhões de alemães.

Interrompeu-se também, assim, a contratação de mercenários para o Império como motivação para a entrada de estrangeiros no país, pelo menos até 1851, quando chegou ao Brasil a Legião Alemã, com 1.770 soldados (PORTO, 1934, p. 219; BECKER, 1938, p. 43; SOMMER, 1926; SCHMID, 1949).

## 2 A COLÔNIA DE SÃO LEOPOLDO

Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a primeira colônia, fundada em 1824, foi estabelecida em lotes da Real Feitoria do Linho Cânhamo e Estância Velha. A primeira Real Feitoria do Linho Cânhamo foi fundada na Ilha de Canguçu, na Laguna dos Patos, em 1783, devendo dedicar-se à produção de linho para a fabricação de cordoalha náutica, para a Coroa. Em 1803, a Real Feitoria do Linho Cânhamo foi transferida para o "*Fachinal da Courita*" (Feitoria Velha), junto da margem esquerda do Rio dos Sinos. No mesmo lugar, na margem direita do Rio dos Sinos, entre os arroios das Pedras, Portão e Costa da Serra, em terras de campos e matos desapropriados no começo do século 19 para a criação de gado, localizava-se a Estância Velha. A Feitoria Velha e Estância Velha foram extintas em 1824 com a fundação de São Leopoldo (WAPPÁUS, 1871, p. 1833; PETRY, 1947, p. 146; CUNHA, 2015, p. 85).

Esta primeira experiência no Rio Grande do Sul não dispunha de uma regulamentação legal própria. Os primeiros alemães que nela se estabeleceram receberam as vantagens oferecidas aos colonos de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro.

Em 1818, através do Decreto de 16 de maio (BRASIL, 1891, p. 46-52) que deu caráter legal a um tratado longamente negociado entre o Governo do Rio de Janeiro e Sébastien Nicolas Gachet, representante do Cantão de Friburgo e autorizado pela Confederação Suíça, foi aprovada a criação de uma colônia de suíços, de cem famílias, no Rio de Janeiro, Nova Friburgo, estabelecida em 1819 (NICOULIN, 1973, p. 108-172; CUNHA, 2015, p. 84-85).

Nova Friburgo inaugurou uma tradição de ajuda oficial para o estabelecimento de estrangeiros no Brasil. Os colonos do Cantão de Friburgo, todos católicos, conforme determinava o decreto, receberiam passagem paga da Suíça para o Rio de Janeiro e daí para a colônia (art. 2º), terra em plena propriedade por concessão gratuita, além de bois, cavalos, vacas, ovelhas, cabras, porcos e diversas variedades de sementes (art. 4º). Os colonos suíços receberiam ainda, a título de diárias, 160 réis por cabeça no primeiro ano de estabelecimento e 80 réis no segundo ano (art. 5º). Todos seriam, assim de sua che-

gada, naturalizados portugueses, gozando de todos os direitos dos demais vassallos do reino (art. 13º).

Nova Friburgo não correspondeu às expectativas. As intenções e o capital empregado não corresponderam aos resultados, e a maioria absoluta dos imigrantes suíços abandonou a colônia de Nova Friburgo, dirigindo-se para o Rio de Janeiro, onde muitos se instalaram como artesãos ou foram engajados na organização do primeiro batalhão de estrangeiros em 1823 (SCHMID, 1951, p. 15; LIENAU, 1826, p. 105; SCHUMACHER, 1826, p. 58).

São Leopoldo era uma colônia sob a responsabilidade do governo imperial, criada por D. Pedro I, e acobertava os interesses estratégicos da Coroa, que recrutava na Europa imigrantes, em sua maioria destinados aos batalhões de estrangeiros do imperador e à fundação de colônias em regiões remotas do sul do país para a defesa de suas províncias parcamente povoadas. Oberacker Jr. (1975, p. 6) assinala, em nota de rodapé, que também o ministro Carvalho e Melo se ocupou com a ideia de criação de colônias agromilitares, que tornassem possível garantir, permanentemente, a defesa das fronteiras com as novas repúblicas hispano-americanas, mandando que Tales da Silva (ministro do Brasil em Viena) lhe enviasse informações sobre a organização deste tipo de colônias no Império Austro-Húngaro. Tales da Silva enviou, de Viena, para Carvalho e Melo, no Rio de Janeiro, o livro de Karl Hetziger, "Fronteiras Militares", escrevendo: "pela ideia que tenho dessas colônias, me parecem um estabelecimento de militares que são ao mesmo tempo agricultores [...], o que será mui vantajoso na nossa querida pátria [...], pois, o esgrimir com uma mão a espada não impede a outra de guiar o arado."

Os primeiros colonos imigrantes chegaram à nova colônia, que recebeu o nome de São Leopoldo, em julho de 1824. Cada família recebeu, gratuitamente, um lote de 160.000 braças quadradas. Ainda em 1824, foi escolhido o local para a povoação, junto da sede da antiga feitoria, logo depois transferido para a margem do Rio dos Sinos, no lugar chamado de Passo Geral, onde em 1828 começou a ser construída a primeira igreja católica e onde em 1833 foram demarcados as primeiras quadras e lotes urbanos (TSCHUDI, 1868, p. 20; PELLANDA, 1925, p. 55-57).

Quanto à entrada de imigrantes na colônia de São Leopoldo, entre 1824 e 1828, chegaram 3.050 (RIO GRANDE DO SUL, 1867; KALKMANN, 1847; TSCHUDI 1868, p. 23; PORTO, 1934, p. 41, p. 163). Em 1829 chegaram e foram assentados 1.689, e eram na maioria soldados que haviam dado baixa das tropas alemãs de D. Pedro I (DER DEUTSCHE AUSWANDERER, 1850,

p. 474). No período entre 1830 e 1840 não se registraram entradas de novos imigrantes. Este fato foi motivado pela aprovação da lei de orçamento, em dezembro de 1830. A falta de verbas para a colonização estrangeira logo foi agravada, no Rio Grande do Sul, pela eclosão da guerra civil, a Revolução Farroupilha (1835-1845).

Até o começo da Revolução Farroupilha, em 1835, as maiores dificuldades enfrentadas pelos colonos em São Leopoldo foram os ataques e confrontos de indígenas, nas linhas mais afastadas do centro da colônia (SCHRÖDER, 1930, p. 51), e o fornecimento de contingentes militares para a Guerra Cisplatina. Este último fator acabou se tornando igualmente um estimulador de desenvolvimento econômico para a colônia que, transformou-se em principal fornecedora, não somente de alimentos, mas, também, de material de cavalaria para as tropas imperiais em luta no Uruguai.

Por ocasião da Revolução Farroupilha, o comércio e a comunicação na colônia e da colônia com seus mercados foram interrompidos. Saques e mortes, durante quase 10 anos, estiveram na ponta dos acontecimentos. Pouco importava quais tropas cruzassem as linhas de São Leopoldo. Imperiais e republicanos levavam consigo o que lhes interessava. Muitas famílias deixaram a colônia e instalaram-se nas proximidades de Rio Pardo, Santa Maria e Pelotas (DER DEUTSCHE AUSWANDERER, 1847, p. 634-635; KALKMANN, 1847).

Os colonos de São Leopoldo dividiram-se. Uns, liderados por João Daniel Hillebrand, nomeado diretor da colônia em 1836, colocaram-se ao lado dos legalistas, outros, principalmente os católicos, liderados pelo pastor protestante Christian Klingelhöfer e seu filho Hermann e por outros antigos oficiais como Friedrich Otto Heise, Hermann von Salisch, Johann Friedrich Krieger, Friedrich Engerer, Anton Ludwig Schröder e Johann Jacob Agner, entre outros (OBERACKER JR. 1955, p. 224), das tropas alistadas por Schäffer para o imperador D. Pedro I, perfilaram-se ao lado dos revolucionários farroupilhas. Na colônia travaram-se importantes combates, e os conflitos entre os partidários de legalistas e farroupilhas praticamente paralisaram as atividades produtivas em São Leopoldo durante 10 anos. No começo da revolução, em 1835, a população da colônia era de 5.223 pessoas; nove anos depois, a população somava apenas 5.208 habitantes (TSCHUDI, 1868, p. 22-23).

Koseritz (RIO GRANDE DO SUL, 1867, p. 4) registrou em seu relatório de 1867 que São Leopoldo começou a desenvolver-se somente depois de 1846. A guerra civil entre 1835 e 1845 dividiu a população, e a

colônia foi por diversas vezes palco de batalhas que reduziram São Leopoldo a um “montão de ruínas”, obrigando seus habitantes, reduzidos à miséria, a começar de novo.

Terminado o conflito, ainda em 1844, reiniciou a afluência de imigrantes alemães para São Leopoldo.

Provavelmente com o intuito de estimular a emigração alemã para o Rio Grande do Sul, em 1850 o jornal *Der Deutsche Auswanderer* (1850, p. 475) afirmava que diante do volume de exportações da colônia de São Leopoldo era possível reconhecer que, ainda que as marcas da guerra civil não tivessem desaparecido da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, não eram mais encontradas na colônia.

Kalkmann (*DER DEUTSCHE AUSWANDERER*, 1847, p. 669), que visitou São Leopoldo em novembro de 1846, afirma que havia muito dinheiro na colônia, pois as necessidades dos colonos eram supridas pelo seu próprio trabalho em suas próprias terras. As vacas, porcos, galinhas, e muita caça (“da qual qualquer um podia usufruir”), algodão para as roupas mais simples e um pouco de fumo garantiam tudo o que era necessário. Apenas sal, ferramentas, munição e vez ou outra um copinho de vinho eram as despesas que os colonos faziam fora de suas propriedades. Acreditava que algumas famílias haviam juntado razoável fortuna e afirma que muito poucos dos colonos de São Leopoldo eram pobres.

A maioria dos colonos de São Leopoldo era protestante. Na colônia, no final de 1846, existiam, entre igrejas e capelas, oito protestantes e quatro católicas, atendidas por dois pastores e um padre católico. Até então tudo corria bem em matéria de tolerância religiosa, sem nenhum problema entre as diferentes confissões. As pessoas, independentemente de seus catecismos, em regra geral visitavam aos domingos a igreja mais próxima de suas casas (KALKMANN, 1847; *DER DEUTSCHE AUSWANDERER*, 1847, p. 685-686). Quanto aos protestantes, especialmente os de São Leopoldo, Hörmeyer (1857, p. 207) afirma que a falta de pastores criou condições para o aparecimento de pseudo ou falsos pastores, chamados pela população de *Schnapsfarrer* (BÜRGER, 1926, p. 381).

A preocupação com o desenvolvimento cultural das populações das colônias alemãs do sul do Brasil, em um país em que a religião católica era a religião do Estado, e o reconhecimento da importância da religião protestante na manutenção dos vínculos culturais, e em extensão também econômicos, com a Alemanha manifestou-se desde o começo da imigração alemã para o Brasil. Contudo, somente a partir de 1864 foram toma-

das medidas mais concretas no sentido de organizar as comunidades protestantes alemãs no Rio Grande do Sul e vinculá-las à Igreja Alemã (COMITÉ..., 1869, p. 6).

Em 1864, o Conselho Superior da Igreja Prussiana (Preussischer Oberkirchenrat) enviou para São Leopoldo o pastor Borchard, com a função de organizar uma primeira sociedade de professores e um primeiro sínodo (“*eines ersten allgemeinen deutschen Lehrervereins und einer ersten Synode*”), estruturas que perduraram apenas até 1870, quando Borchard retornou para a Alemanha, principalmente devido à desconfiança de pastores não acadêmicos e ao receio em filiar o recém-criado sínodo à estrutura de governo do Estado prussiano. O fracasso do sínodo organizado por Borchard, o contínuo crescimento do “*vielverbreitetes Pseudopfarrentum*” e o episódio dos Mucker não deixaram de atestar a fragilidade da organização inicial dos protestantes no Rio Grande do Sul.

Em 1874, com a chegada do pastor Dr. Rotermund (nascido em Lüneburg, 1843, que estudara teologia em Erlangen e Göttingen) iniciou-se um longo e penoso processo de organização e valorização do protestantismo luterano a partir de São Leopoldo. Rotermund fundou em 1877 a “*Evangelische Buchhandlung*”, depois Editora Rotermund, responsável por ampla gama de publicações destinadas às escolas e às famílias alemãs no Rio Grande do Sul; organizou as comunidades evangélicas protestantes na luta pela igualdade de direitos religiosos; e finalmente, em 1886 (19 e 20 de maio), Rotermund conseguiu realizar a primeira reunião sinodal, fundando o Sínodo Riograndense (FAUSEL, 1936; GEISLER; MICHAELIS, 1938, p. 179-199; DREHER, 2003; 2014).

Os católicos queixavam-se da falta de sacerdotes alemães, que pudessem atender suas necessidades religiosas. Estavam dispostos a arcar com todos os custos necessários para poderem assistir ao sermão da missa aos domingos em sua própria língua. O padre que então atendia São Leopoldo não falava sequer uma palavra em alemão (KALKMANN, 1847; *DER DEUTSCHE AUSWANDERER*, 1847, p. 685-686). Desde 1849 os católicos passaram a ser atendidos por jesuítas austríacos, que organizaram as comunidades católicas nas principais colônias alemãs do Rio Grande do Sul a partir de São Leopoldo.

Em 1849, o diretor colonial Hillebrand calculava o valor da exportação de São Leopoldo em 450 contos de réis e informava que os colonos experimentavam a cultura do fumo e do algodão com sementes importadas de Cuba e de Virginia. O crescimento da população acompanhou o crescimento econômico. Em 1849 já eram 9.393 os habitantes de São Leopoldo, entre eles

229 escravos: “Um número demasiado grande num distrito que pode dispor de tantos braços livres. Muito se precisa de uma lei que proíba inteiramente a introdução de escravos nos distritos coloniais da província” (Relatório de João Daniel Hillebrand, diretor da colônia de São Leopoldo, de 1850, citado por PELLANDA, 1925, p. 61).

Em 1854 a colônia de São Leopoldo foi transformada em município, um dos mais prósperos da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, graças à sua proximidade com a capital, Porto Alegre, seu principal mercado e porto de exportação de seus produtos.

## REFERÊNCIAS

- BECKER, Rudolf. **Deutsche Siedler in Rio Grande do Sul: Eine Geschichte der deutschen Einwanderung.** Ijuí: Ulrich Löw, 1938.
- BEIGUELMANN, Paula. O encaminhamento político do problema da escravidão no Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico**, v. 3. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BRASIL. **Collecção das leis do Império do Brasil de 1830.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.
- BRASIL. **Collecção das leis do Brasil, de 1818.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1891.
- BRASIL. **Collecção das leis do Brasil, de 1810.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1892.
- BRASIL. **Collecção das leis do Brasil, de 1817.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1892a.
- BRASIL. **Collecção das leis do Brasil, de 1826.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1892b.
- BRASIL. **Collecção das leis do Brasil, de 1827.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1892c.
- BRASIL. **Collecção das leis do Brasil, de 1830 a 1832.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1892d.
- BÜRGER, Otto. **Brasilien: Eine Landes- und Wirtschaftskunde für Handel, Industrie und Einwanderung.** Leipzig: Dieterich'sche Verlagsbuchhandlung, 1926.
- COMITÉ FÜR DIE PROTESTANTISCHEN DEUTSCHEN IN SÜDBRASILIEN. **Die Arbeit unter den Evangelischen Deutschen in Südamerika:** Dritte Mittheilung des Comité's für die protestantischen Deutschen in Südbrasilien. Barmen, 1869.
- CUNHA, Jorge Luiz da. **Os colonos alemães e a fumiicultura:** Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation:** Ein Beitrag zur Geschichte der deutsch-brasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914. Santa Cruz do Sul: Gráfica Léo Quatke, 1995.
- \_\_\_\_\_. Os interesses políticos e econômicos na colonização do sul do Brasil com alemães. In: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria; IOKOI, Zilda M. Gricoli (Org.). **História: fronteiras.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 20., 1999, Florianópolis. São Paulo, Humanitas – FFLCH/USP, 1999. p. 1141-1157.
- \_\_\_\_\_. Os efeitos práticos das políticas provinciais e imperiais sobre a colonização de territórios do Rio Grande do Sul com imigrantes europeus no século XIX. In: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti (Org.). **Imigração e sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil.** Caxias do Sul, Educus, 2015. p. 80-101.
- DER DEUTSCHE AUSWANDERER. n. 40-43. Darmstadt, 1847.
- DER DEUTSCHE AUSWANDERER. n. 30. Frankfurt a.M., 1850 (27. Juni). 4. Jahrgang.
- DREHER, Martin Norberto. **Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.** São Leopoldo: Sinodal, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Wilhelm Rotermund: seu tempo, suas obras.** São Leopoldo: Oikos, 2014.
- ENGELSING, Rolf. Bremen als Auswandererhafen, 1683-1880. In: **Veröffentlichungen aus dem Staatsarchiv der Freien Hansestadt**, Bremen, Heft 29, 1961.
- FAUSEL, Erich. **Dr. Rotermund, ein Kampf um Recht und Richtung des evangelischen Deutschtums in Südbrasilien.** São Leopoldo: Rotermund, 1936.
- GEISSLER, Bruno; MICHAELIS, Otto. **An der Front: Evangelische Kämpfer des Deutschtums im Ausland.** Leipzig/Hamburg: Gustav Schloebmanns, 1938.
- HÖRMEYER, Joseph. **Südbrasilien: Ein Handbuch zur Belehrung für Jedermann insbesondere für Auswanderer.** Hamburg: Würger, 1857.
- KALKMANN, Ludwig Friedrich. **Reisebriefe aus Brasilien, mit besonderer Rücksicht auf die deutsche Auswanderung.** Bremen: Schünemann, 1847.
- LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: Imigração & colonização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- LIENAU, J. F. v. **Darstellung meines Schicksals in Brasilien und der von mir gemachten Erfahrungen über die Behandlung der durch den Major Dr. Schäffer dahin beförderten Europäischen Auswanderer im Allgemeinen, besonders in militärischer Hinsicht.** Nebst mehreren merkwürdigen Aktenstücken herausgegeben von J. F. Lienau, Königl. Dänischem Capitain der Infantarie ausser Diensten. Schleswig, 1826.
- MÜHLEN, Caroline von. **Degredados e imigrantes: trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Brasil Meridional (século XIX).** Santa Maria: UFSM, 2013.

NICOULIN, Martin. **La genèse de Nova Friburgo**: emigration et colonisation suisse au Brésil 1817-1827. Fribourg: Éditions universitaires, 1973.

OBERACKER Jr., Carlos Henrique. **Der deutsche Beitrag zum Aufbau der brasilianischen Nation**. São Paulo: Herder, 1975.

\_\_\_\_\_. **Jorge Antônio von Schaeffer**: criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1957.

\_\_\_\_\_. A colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil monárquico, v. 3. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

PELLANDA, Ernesto. **A colonização do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1925.

PETRY, Leopoldo. O município de São Leopoldo. In: **Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia de São Leopoldo**. Porto Alegre: Globo, 1947.

PORTO, Aurélio. **O trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Solaris, 1934.

RICHTER, Klaus. Hamburgs Rolle im Interessenkonflikt um die ersten Auswanderungen nach Brasilien. **Zeitschrift des Vereins für Hamburgische Geschichte**, Hamburg, 63, p. 87-126, 1977.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da administração central das colônias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Apresentado a Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, digníssimo presidente da mesma província, pelo agente intérprete da colonização Carlos von Koseritz. Porto Alegre, 1867.

SCHÄFFER, Georg Anton von. **Brasilien als unabhängiges Reich in historischer, mercantilischer und politischer Beziehung**. Altona: Hammerich, 1824.

\_\_\_\_\_. **O Brasil como império independente**: analisado sob o aspecto histórico, mercantilístico e político – 1824. Santa Maria: UFSM, 2007.

SCHMID, Albert. **Die “Brummer”**: Eine deutsche Fremdenlegion in brasilianischen Diensten im Kriege gegen Rosas. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1949.

\_\_\_\_\_. **Deutsches Söldnerschicksal in Brasilien**: Die Fremdenbataillone des Kaisers Dom Pedro I; ihre Revolte und ihre Auflösung. Porto Alegre, 1951.

SCHRÖDER, Ferdinand. **Die deutsche Einwanderung nach Brasilien bis zum Jahre 1859**. Hamburg: Ev. Hauptverein f. dt. Ansiedlung u. Auswanderung, 1930.

SCHUMACHER, P. H. **Beschreibung meiner Reise von Hamburg nach Brasilien im Juni 1824 nebst Nachrichten über Brasilien bis zum Sommer 1825 und über die Auswanderer dahin**: Der Wahrheit gemäss und zur Warnung niedergeschrieben von P. H. Schumacher, vormals Kommandant an Bord eines Kolonisten-Transport Schiffes. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1826.

SOMMER, Friedrich. Die “Brummer” in der deutschbrasilianischen Geschichte. In: **Der Ausland-Deutsche**. Stuttgart: Institut für Auslandsbeziehungen, n. 21-22, 1926.

TSCHUDI, Johann Jakob von. **Reisen durch Südamerika**. v. IV. Leipzig: Brockhaus, 1868.

WAPPÄUS, Johann Eduard. **Handbuch der Geographie und Statistik des Kaiserreichs Brasilien**. Leipzig: Verlag der I.C. Hinrich'sschen Buchhandlung, 1871.

# RELIGIÃO E AS FRONTEIRAS MIGRATÓRIAS

## RELIGION AND THE MIGRATORY BORDERS

Joana Bahia<sup>1</sup>

**Resumo:** Num primeiro momento, este trabalho analisa a importância da religião para se compreender os processos migratórios e mostra as recentes mudanças no campo religioso que de modo direto afetam os fluxos migratórios mais recentes, destacando a posição do Brasil como grande exportador de religiões e missionários no mundo contemporâneo. Num segundo momento, tomamos como exemplo o caso da presença das religiões brasileiras na Alemanha, sejam estas influenciadas pela migração de brasileiros ou pelas estratégias de expansão das religiões no campo religioso transnacional.

**Palavras-chave:** Religião. Migração. Transnacionalização religiosa. Brasil e Alemanha.

**Abstract:** Initially, this paper analyzes the importance of religion to understand the migratory processes and shows the recent changes in the religious field that directly affect the most recent migratory flows, emphasizing Brazil's position as a major exporter of religion and missionaries in the contemporary world. Secondly, we take as an example the case of the presence of Brazilian religions in Germany, whether these are influenced by the migration of Brazilians or by the expansion strategies of religions in the transnational religious field.

**Keywords:** Religion. Migration. Religious transnationalization. Brazil and Germany.

### 1 A IMPORTÂNCIA DA RELIGIÃO NO CONTEXTO MIGRATÓRIO

Migrações e religiões no contexto contemporâneo, em especial no contexto alemão, e de que modo isso serve para pensar em que medida as culturas podem ser plásticas e flexíveis e em que medida não.

Para alguns autores, a relação entre migração e religião tem uma conotação muito especial. Nagata (1982), ao estudar a extensão da relação entre etnicidade e religião na elaboração de uma identidade malaia e sua relação com outros grupos, evidencia as interseções entre ambos os fenômenos.

A autora mostra que as ideias de nascimento comum, origem, ancestralidade e sangue são elementos importantes e recorrentes tanto na formulação de uma identidade étnica como na formação religiosa de uma coletividade.

Segundo Nagata (1982, p. 133),

dada la frecuencia con la que las religiones parecen estar basadas en el nacimiento y en las fronteras

prescritas de ligación, y el camino por el cual varios grupos étnicos colocan a la religión a su servicio, como una frontera poderosa y esencial, se nota que existe una afinidad básica entre identidad y religión. Ambas son tipos de ligación capaces de generar intensivamente respuestas emocionales y tienen algo que decir sobre algunas de las más importantes relaciones entre los hombres. Ambas tienen, implícitamente por lo menos, un tipo de punto de vista sobre la construcción del mundo a través del cual las personas y los grupos son clasificados, y ambas cargan consigo mitos para legitimar el orden social. Finalmente, ambas están ligadas al poder, en el más amplio sentido, en la extensión en que ambas, las religiones y afiliaciones étnicas, pueden modificarse por los intereses políticos y económicos que a su vez también pueden ser catalizadores para las causas religiosas y étnicas.

Na longa história dos fluxos migratórios para o Brasil, temos a interseção entre migração e religião, pois muitos migrantes tinham na sua fé o ponto de apoio fundamental para a construção de sua identidade étnica e

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia Social, UFRJ/Museu Nacional. Projeto financiado pela FAPERJ. E-mail: joana.bahia@gmail.com

social. Nos primórdios da organização de muitos grupos migratórios, a igreja, sinagoga ou templo era o ponto de encontro entre múltiplas tarefas. Muitas vezes, o lugar da religião se transformava simbólica e espacialmente em escola, cemitério, sindicato, ponto de resolução de conflitos tanto pessoais quanto coletivos e ainda demarcava com a sua presença o modo como o migrante se representava diante da sociedade local.

Segundo Seyferth (2000, p. 164-165): “A associação entre escola e igreja, criada ao longo do processo de colonização, por outro lado, aponta para o papel da religião na conservação dos valores étnicos. Em muitas linhas coloniais a atividade religiosa e o ensino aconteciam no mesmo espaço: a capela podia se transformar em escola ou uma construção destinada ao ensino primário podia abrigar os ofícios religiosos – lembrando que a capela era uma unidade social importante, em especial para os italianos [...]. Mais do que isto, boa parte das escolas particulares eram mantidas por ordens religiosas (no caso dos católicos) ou pela igreja evangélica luterana (no caso dos alemães protestantes)”. Assim, se à escola era atribuída a função de ajudar a transmitir a língua materna e a cultura “de origem”, sua ligação com a igreja expõe um outro critério de diferenciação étnica: a fé, expressa em alemão, italiano e polonês. Isto é, a religiosidade dos imigrantes e seus descendentes serviu como limite contrastivo em relação aos brasileiros, medida por uma suposta “intensidade” devocional, a qual serviu de parâmetro para explicar o grande número de vocações sacerdotais observado no sul. Padres e pastores, portanto, incentivaram valores étnicos por considerar que estes eram fundamentais para manter os colonos apegados à fé e à igreja.

Portanto, desde o início da imigração histórica para o Brasil, não era possível compreendê-la sem examinar o papel desempenhado pela religião. Os desdobramentos das interseções entre as religiões e as migrações são diversos e podem ser examinados de múltiplos aspectos.

Tanto a religião quanto aqueles que são, por excelência, seus mediadores possuem o reconhecimento da legitimidade da palavra sagrada. O pastor é um letrado, aquele que melhor domina a língua sagrada e histórica na construção tanto do sentimento da nação alemã quanto na reinvenção da Alemanha no Brasil a partir da imigração e da formação de colônias alemãs no país (BAHIA, 2011).

Conforme Willems (1946, p. 297), referendado por Dreher (1984, p. 64-65), “aos imigrantes mais antigos nada significava a Unificação da Alemanha, pois não lhe sentiam nem as causas e nem as consequências”.

Boa parte dos imigrantes, muitos já na terceira geração nascida no Brasil, emigraram muito antes da Unificação Alemã. Os alemães haviam sido cidadãos dos mais variados estados alemães, ou seja, eram antes de mais nada prussianos, pomeranos, bávaros; portanto, não se concebiam como cidadãos de um estado-nação. Segundo Dreher (1984, p. 64), os imigrantes “eram alemães mais por costume do que por vontade própria”.

Enquanto a maioria da população migra no decorrer do longo processo histórico de formação do Estado Alemão, tendo como bagagem suas especificidades regionais, a igreja não apenas participa deste processo, mas evoca o sentimento de unidade nacional expresso na religião luterana e na construção das bases do alto-alemão pelo reformador Martim Lutero (WILLEMS, 1946 apud DREHER, 1984, p. 64).

Como nos lembra Roche (1968, p. 353): à fusão de doutrina religiosa e consciência étnica correspondia a união das principais igrejas protestantes com a Igreja Territorial da Prússia. Era ela que enviava os pastores para cá ou se incumbia de terminar a formação vocacional dos candidatos que daqui se encaminhavam para a Alemanha e a ordenação. Como a pregação do evangelho de Lutero envolvia também a difusão do idioma alemão e de outros elementos culturais simbólicos, a função do pastor protestante na comunidade era muito mais ampla do que a do padre católico. Essa diferença foi bem observada no Espírito Santo.

Conforme vimos, algumas relações saltam aos olhos mais naturalmente como papel desempenhado pela igreja luterana na manutenção do uso da língua alemã pelos imigrantes alemães que chegaram ao Brasil no século XIX. Destaque igual tem o papel da ordem Scalabriniana, fundada na Itália, em 1887, para dar apoio inicial aos migrantes italianos no Brasil, mas tendo se expandido posteriormente nos anos 30 e 40 para Europa e América do Norte e a partir dos anos 60 para Ásia e África, respectivamente. Além dos chamados migrantes, cabe ainda ressaltar o papel das religiões de matrizes africanas trazidas para o Brasil pelos diferentes grupos étnicos vindos da África como escravos. Sua diversidade étnico-cultural possibilitou que a religião dos orixás se transformasse no Brasil em diversas nações religiosas. Como exemplo temos o candomblé, a religião dos orixás formada na Bahia, no século XIX, a partir de tradições de povos iorubás, ou nagôs, com influências de costumes trazidos por grupos fons, aqui denominados jejes, e residualmente por grupos africanos minoritários. O candomblé iorubá, ou jeje-nagô, como costuma ser designado, congregou, desde o início, aspectos culturais originários de diferentes cidades iorubanas, ori-

ginando-se aqui diferentes ritos, ou nações de candomblé, predominando em cada nação tradições da cidade ou região que acabou lhe emprestando o nome: queto, ijexá, efã. Muitos trabalhos historiográficos mostram as relações entre feitiço e parte da vida colonial, personagens e suas subjetividades interligadas por teias de representações sociais lidas sob as metáforas religiosas da mandinga. E são estas religiões de matrizes africanas que vieram para o nosso país que, desde fins dos anos 1950 e início dos anos 1960<sup>2</sup>, migram para várias partes do mundo (América Latina, EUA, Europa, regiões da antiga URSS e Japão), sendo o Brasil, juntamente com Cuba e África, parte fundamental na construção deste Atlântico Negro (GILROY, 2001).

Atualmente todas estas relações são fundamentais para pensar os novos fluxos migratórios e também como os migrantes trazem suas religiões. Se por um lado muitos migrantes chegaram ao Brasil entre meados do século XIX e meados do século XX (alemães, poloneses, italianos, espanhóis, portugueses, japoneses, judeus asquenazis e sefaradis, sírios e libaneses e outros grupos), por outro lado atualmente temos novos fluxos internos vindos da própria América Latina (Bolívia, Peru e Argentina) e refugiados tanto da América Latina (Haiti, Colômbia e Venezuela) quanto diferentes grupos da África (Angola, Senegal, Nigéria, Congo) e da Síria. Neste sentido, é igualmente importante destacar aquilo que não está tão óbvio, como o papel dos mediadores e das instituições como a Caritas, uma organização católica, na recepção dos refugiados no Brasil, ou a relevância da Missão Paz, também uma organização católica, no atendimento aos imigrantes em São Paulo.

Não obstante as diferenças de marco temporal entre diferentes fluxos migratórios, vemos que os mediadores religiosos e suas instituições têm sido fundamentais para compreendermos o campo migratório em toda a sua totalidade e complexidade. E para enriquecer ainda mais este xadrez migratório, o Brasil, que foi, por mais de um século, um típico país de imigração, tornou-se, a partir de 1980, um exportador de mão de obra, ou seja, um país de emigração. Neste sentido, o fenômeno da emigração é algo novo para um país que se constituiu historicamente como área de destino de imigrantes. Esta mudança não é apenas demográfica, mas denota um fato social e político complexo com implicações diversas. A religião vai também na bagagem dos

brasileiros, quer como símbolo de fé, quer como “*capital*” étnico e identitário. Será que alguém associa facilmente a expansão da Igreja Universal em Portugal com o aumento da imigração brasileira para esse país?

Contudo, nossa principal missão é demonstrar a relação entre migração e religião exatamente onde ela não é facilmente perceptível, isto é, ver se “Deus usa passaporte” e se pode ser ao mesmo tempo local e global, ou seja, transformar-se e adaptar-se às novas realidades das redes de origem e de acolhida do migrante (LEVITT, 2009).

## 2 MUDANÇAS NA ORDEM GLOBAL

A maioria dos devotos e fiéis maneja referências distintas dos símbolos locais, ao mesmo tempo que se mantêm conectados a outros lugares de forma material ou espiritual. Há uma relocalização do global e uma transnacionalização do local (ARGYRIADIS; LA TORRE, 2012, p. 15). As comunidades religiosas étnicas, assim, tornam-se espaços de familiaridade que, inclusive, geram uma unidade simbólica transnacional: no mesmo dia, em diferentes países do mundo, é realizado o mesmo ritual, como é o caso, por exemplo, no contexto do catolicismo peruano, da festa do Señor de los Milagros de Nazarenas, ou a Festa de Iemanjá comemorada em vários países do Mercosul e do mundo. A religião cria o poder de conectar os migrantes com sua terra de origem, sobretudo com as práticas de peregrinação – força presente nas religiões de matrizes africanas em especial quando os ritos mantêm o vínculo com a terra de origem, a África. Mas também o trabalho de imaginação das diásporas inventando povoados transnacionais, recriando um misticismo para além das fronteiras (ARGYRIADIS; LA TORRE, 2012, p. 15).

Nessa ótica, a religião possui o potencial de transcender as fronteiras espaciais e temporais: cria no imaginário de seus afiliados um espaço demarcado não pelas fronteiras nacionais, e sim por santuários e outros lugares sagrados – é suficiente pensar no muçulmano que reza diariamente virado para Meca – e, simultaneamente, “transcende também as fronteiras do tempo, porque permite aos crentes se sentirem parte de uma teia de memória, conectada com um passado, um presente e um futuro” (LEVITT, 2007).

Cabe ressaltar que as lógicas religiosas são duais e paradoxais no sentido de que podem ser práticas por-

<sup>2</sup> Sobre o tema ver FRIGÉRIO, A. El futuro de las migraciones mágicas en Latinoamérica. *Ciências Sociais e Religião*, v. 1, n. 1, 1999; SEGATO, R. L. Formação de diversidade: nação e opções religiosas no contexto de globalização. In: ORO, A.; STEIL, A. P. (Org.). *Globalização e religião*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

táteis e transponíveis por seu potencial de plasticidade e de universalidade; entretanto, a universalidade da mensagem religiosa não garante que esta não esbarre em limites e impossibilidades. O próprio paradoxo que garante a consciência de pertencer a múltiplos lugares, culturas e línguas, próprio do migrante, é próprio da realidade religiosa em que este transformará ao se transformar. É, neste sentido, necessário considerar este princípio de corte, evocar o pertencimento as estas zonas de ambivalência, esta transmigração entre mundos para se pensar que a coabitação no entrelugares é necessária nas formas de sentir e pensar a fé do migrante num novo país.

Appadurai (2004, p. 69) chamaria de paisagens sociais globais, ou mesmo comunidades imaginadas no sentido de Benedict Anderson, mas de um modo ou de outro trataria dos múltiplos mundos constituídos por imaginários historicamente situados de pessoas e de grupos dispersos por todo o planeta. Formação complexa de uma pluralidade disjuntiva, mas não sem pontos de superposição de mundos imaginados. Ladrilhos que ao fundo podem formar um mosaico, caleidoscópio que se movimenta conforme seus atores sociais.

Enganam-se aqueles que achavam que as etnicidades e as identidades migratórias se pareciam aos gênios presos numa garrafa a uma espécie de localismo; agora estas se expandem nas fissuras entre estados e fronteiras.

Por exemplo, a participação em denominações religiosas nos EUA leva o migrante a interagir com traços característicos da cultura do país, o que gera descontinuidades em relação ao passado. Vários estudos mostram como as tradições religiosas que historicamente surgiram fora do país norte-americano, com o tempo, tendem a assumir uma estrutura “congregacional” típica do protestantismo nacional (WARNER, 2000; YANG; EBAUGH, 2001). Porém com outro sotaque, com outras línguas, pois é necessário também reconstituir o “feel like home”, o que muitas vezes significa também tornar a igreja um pedaço do Brasil em Nova York.

Se Deus está no detalhe, as análises sobre os fenômenos migratórios se revelam mais sutis, quando olhamos para o modo como a religião é estrategicamente usada como rede social. Como relacionar a migração de jovens pernambucanos para a Alemanha tendo uma ordem religiosa alemã em Pernambuco como rede de apoio social e educacional? Como perceber que a religião professada por um pai de santo em Berlim pode ser também seu meio de vida e sua forma de se manter na Alemanha? De que modo as migrações e seus múltiplos fluxos e novas formas de mobilidade são importantes para os novos arranjos dos atores religiosos na atualidade?

E de que modo o avanço do pentecostalismo, do islamismo e das práticas da Nova Era<sup>3</sup> moldam essas novas mobilidades no plano mundial (MARIZ, 2009)?

Segundo Mariz (2009), as novas comunidades católicas e muitas igrejas pentecostais justificadas pela valorização de um projeto missionário global se expandem para muitos países e se tornam transnacionais, algumas seguindo os passos migratórios dos brasileiros, mas em grande parte buscando um lugar ao sol no campo religioso global altamente competitivo, buscando legitimidade em espaços de peregrinação consagrados no plano mundial. O Brasil, país originalmente terra de missões, tanto para católicos quanto para protestantes – tendo parte dos missionários, respectivamente, vindos em geral da Europa e dos EUA entre o século XVI até meados do século XX – torna-se, no final dos anos 80, exportador de missionários (MARIZ, 2009, p. 164). Podemos afirmar que a missão se torna reversa e que a geografia do sagrado não é mais do hemisfério norte para o sul. Mas vemos que o sagrado se desloca do Oriente para o Ocidente, da periferia para o centro, muitas vezes de uma periferia subalterna a outra – a exemplo do pentecostalismo brasileiro em Moçambique (VAN DE KAMP, 2012) – e especialmente do sul para todo o mundo, neste caso levando o Brasil a ocupar um papel central neste processo (CSORDAS, 2009)<sup>4</sup>. Todo esse processo

<sup>3</sup> Autores como Lewis e Melton (*New Thought and New Age in Perspectives on the New Age*. New York: State University of New York, 1992. p. 19) e Ferreux (*Le New Age: ritualités et mythologies contemporaines*. Paris: L'Harmattan, 2000. p. 9) afirmam a dificuldade em definir *New Age*, movimento difuso, múltiplo, difícil de apreender e que toma o retorno à natureza, ao qualitativo, à autenticidade, ao desenvolvimento pessoal, à espiritualidade, que simboliza a busca da criação de um mundo alternativo e holístico. Não obstante se basear em práticas antigas, como a astrologia e as cartas de tarô, cristais, runas, técnicas de meditação e outras, o sentido que estas passam a ter no movimento *New Age* é outro. Isto é, não se trata de práticas divinatórias, mas de recursos que promovem o autoconhecimento e servem para “a transformação do indivíduo em uma pessoa melhor”. Sobre o tema ver HEELAS, Paul. *The New Age in Cultural Context: The Premodern, the Modern and the Postmodern*. *Religion*, v. 23, n. 2, 1993.

<sup>4</sup> O termo se refere ao processo de transnacionalização observado e ao revés da inicial expansão das grandes religiões monoteístas, impulsionadas pelos Estados nacionais imperialistas. Atualmente, há migrações de sul a norte, do Oriente para o Ocidente, das periferias para os centros metropolitanos, das culturas subalternas para as religiões hegemônicas, o que nos faz crer que aos poucos se constrói uma nova geografia religiosa no mundo. A globalização, em suas formas contemporâneas, traz um grande impacto no deslocamento de práticas religiosas profundamente ligadas a suas tradições, territórios e grupos sociais específicos e notadamente

transforma o país num dos maiores atores na nova geografia global das religiões (ROCHA; VÁSQUEZ, 2013). Se, por um lado, muitos brasileiros levam suas práticas culturais e religiões aos países para os quais migram, por outro muitos europeus de distintos países e outras nacionalidades têm buscado no país um lugar de *know-how* do sagrado. A proliferação de fluxos religiosos multidirecionais e multiescalares que tanto partem quanto chegam ao Brasil inclui grupos religiosos tão diversos como candomblé, umbanda, santo-daime, pentecostalismo e neopentecostalismo, assim como práticas culturais como samba e capoeira.

E ainda lembramos que, além da migração brasileira proporcionar mudanças no campo religioso mundial, o Brasil evoca no plano transnacional um imaginário “*selvagem, primitivo*” geralmente construído pelo turismo, pelos peregrinos que viajam em busca de cura ou de uma viagem existencial (ROCHA; VÁSQUEZ, 2013; CSORDAS, 2009). Além deste imaginário que circula no turismo, seja este religioso ou não, há uma circulação de imagens de líderes e ideias sobre o Brasil na mídia internacional e ainda a circulação em múltiplos fluxos de empresários religiosos (sejam pastores ou mesmo leigos, como muitos jogadores de futebol que atuam como missionários religiosos) representantes de um mundo religioso múltiplo e dinâmico que explicitamente viajam divulgando suas religiões e competindo com lugares de peregrinação e campos de disputa no campo religioso transnacional, como é o caso mais recente da peregrinação de igrejas evangélicas a Israel.

Nas últimas décadas cresceu o interesse do campo acadêmico em analisar a relação entre migrações e dimensão religiosa. Temos a irrupção de complexas questões religiosas nos debates internacionais que se impuseram aos olhos tanto dos cientistas sociais quanto dos historiadores – a exemplo da questão do véu islâmico, dos fundamentalismos, da presença de crucifixos em recintos públicos no Brasil e em outros países, as relações entre Estado laico e crescimento religioso na esfera pública, em especial, no campo político, e o crescimento das novas comunidades católicas e dos novos ateísmos. Muitos cientistas perceberam que era impossível compreender determinadas dinâmicas sociais sem levar em conta a questão religiosa e seus nexos com a mobilidade.

Como as religiões interferem no fenômeno migratório? Como o fluxo de migrantes leva a novos ar-

ranjos organizacionais e institucionais das religiões? O que a religião possui de tão acolhedora? Em que medida a religião se relaciona diretamente com o desenraizamento da condição migrante?

No mundo moderno o sujeito está em constante mobilidade geográfica, social e cultural, que produz instabilidade e uma sensação de deslocamento (BAUMAN, 1999; SENNET, 2007), o “*sentir-se estrangeiro*” na modernidade (SIMMEL, 1983). Esta condição de instabilidade – o que seria a modernidade líquida para Bauman (1999) ou o capitalismo flexível para Sennet (2007) – se aprofunda na migração, sendo esta última compreendida muitas vezes no seu sentido máximo de desenraizamento do sujeito. Se, no capitalismo industrial, as redes de segurança eram baseadas na participação numa categoria profissional ou no mundo assalariado, no atual capitalismo flexível (SENNET, 2007) as relações de trabalho se transformaram e geraram uma dissociação social baseada na competição e na excessiva instabilidade dos laços sociais e afetivos. Neste sentido, os laços comunitários são, em muitas sociedades, aqueles que ainda garantem a confiança como modelo mínimo de sobrevivência social, em que, não obstante esta garantir alguma segurança, não exime os sujeitos do risco (GIDDENS, 1991). A ideia de comunidade (BAUMAN, 2003) – isto é, a força dos laços fracos (familiares, de amizade, de vizinhança, laços afetivos e pessoais, distintos daqueles que conectam o sujeito aos bens fornecidos pelo Estado) – se torna central numa sociedade de risco (GIDDENS, 1991), em que tudo é precário e a cidadania um bem escasso (WACQUANT, 2001). As redes religiosas se organizam muitas vezes como uma família e evidenciam para o indivíduo o sentimento de pertencimento a uma comunidade, o que minimiza a sensação de insegurança presente nos primeiros momentos do processo migratório, num mundo em que tudo soa inconstante e que mesmo o acesso aos bens de bem-estar social está distante da realidade do migrante, seja por desconhecimento, seja pelas políticas migratórias mundialmente cada vez mais restritivas.

As religiosidades não apenas conferem a ideia de segurança de estar numa comunidade para os migrantes, mas cabe ainda ressaltar que muitas religiosidades se adéquam a esta modernidade e lhe dão interpretações bastante contundentes. Por exemplo, muitas reflexões sugerem que o sucesso da religiosidade pentecos-

---

nacionais. Tradições que migram do sul ao norte, da periferia ao centro, do Oriente ao Ocidente do mapa-múndi e que paradoxalmente reelaboram tanto os localismos, reivindicando uma identidade étnico-nacional, quanto os cosmopolitismos, que forjam culturas híbridas.

tal e carismática, em geral, mas também dos seus projetos de “missão”, tem afinidades com esse contexto de mobilidade da modernidade. O sucesso das religiões e grupos religiosos depende da sua capacidade de acionar símbolos que atribuam sentido a experiências de desenraizamento e a um estilo de vida inconstante. Segundo Aubrée (apud MARIZ, 2009, p. 168), “alguns já apontaram para a afinidade eletiva entre a religiosidade pneumática, que enfatiza os dons do Espírito Santo, que, na própria literatura religiosa (pentecostal), é referido como ‘sopro’ ou vento (o ‘vento que sopra onde quer’), e as crescentes mutações do mundo contemporâneo”.

E é justamente em função das rupturas e instabilidades que a religião aparece. É possível afirmar que a religião oferece uma ligação do migrante com a sua terra natal, mas sem se desconectar do novo contexto. Isto é, “a home to feel at home”, vida dupla do migrante que se remete ao seu país de origem como a sua casa, ainda que seja evidente que tenha construído a sua casa no país de recepção (LEVITT, 2007). Neste sentido, a religião é uma das redes migratórias mais importantes, pois são construídas pelos migrantes entre lugares de origem e de destino na direção e volume dos fluxos migratórios. Estas redes sociais propiciam aos migrantes recursos na forma de assistência e informação e permitem entender o fenômeno da migração em cadeia (*chain migration*), pela qual migrantes novos são levados ao lugar de destino por iniciativa dos que ali já se encontram (HASENBALG; FRIGÉRIO, 1999, p. 6).

Outro modo de lembrar que a imigração é um “*networking process*” é mostrar o papel das redes sociais mantidas por intermédio das religiões que atribuem vários significados à emigração. A inserção dos brasileiros não se dá apenas no mercado de trabalho, mas também nas reconstruções simbólicas do campo religioso. Vimos em vários estudos a importância da rede de relações, sociabilidades e também a mudança do campo social e religioso nos países em que se instalam (PORDEUS Jr., 2000 e 2009; MARTES, 1999). A participação das igrejas nos movimentos de migração internacional é um fenômeno milenar (MARTES, 1999, p. 87). As igrejas e centros religiosos são, por definição, instituições expansionistas: é preciso levar a palavra de Deus aos mais recônditos cantões.

Não apenas se expandem, mas ajudam aqueles a construir sentido às suas próprias experiências migratórias, quando fazem o migrante se perguntar: o que fazemos aqui? A dimensão religiosa, portanto, torna-se uma preciosa ferramenta de reinterpretação da realidade, na tentativa de conciliar o presente e o passado, num

complexo e sofrido processo de “negociação identitária”. Em que medida a cosmovisão religiosa explica a migração ou a teologiza a sua experiência?

Tratamos aqui da entrada da migração dos brasileiros na Alemanha e o modo em que se adequam ao novo contexto e também trazem consigo religiões à brasileira. No caso aqui abordo as religiões afro-brasileiras e penso de que modo pensar as adaptações tanto com o universo local quanto o global.

### 3 RELIGIÕES BRASILEIRAS NO CONTEXTO ALEMÃO: O CASO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

O campo religioso alemão vem se transformando em grande parte com os fluxos migratórios, a partir dos anos 60, de turcos, africanos e demais populações árabes e mais recentemente, a partir dos anos 70 e 80, com a emigração dos cubanos e brasileiros (BAHIA, 2012 e 2013). De acordo com os dados do Ministério das Relações Exteriores no Brasil, estima-se que vivam pelo menos 95.150 brasileiros na Alemanha, considerado o quarto país da Europa em número de brasileiros. A presença de brasileiros na Europa tem sido expressiva desde as mudanças socioeconômicas ocorridas no contexto internacional, mas especialmente no que se refere às políticas de imigração nos EUA na década de 1990. Atualmente, essa imigração cresceu no norte da Europa (Alemanha, Holanda, Inglaterra e Suíça).

Dentre as religiões presentes na Alemanha nos últimos anos, destacamos os centros kardecistas, os terreiros de umbanda e candomblé, o santo-daime, todos fundados por brasileiros em Berlim, Hamburgo, Munique e demais cidades alemãs (BAHIA, 2012 e 2013). Há também a presença da Igreja Universal do Reino de Deus e outras denominações evangélicas. Analisamos, em especial, as religiões afro-brasileiras (seu recente crescimento em vários países do continente europeu), de que modo estas se adaptam culturalmente ao contexto alemão produzindo hibridismos e sincretismos, reavivando as práticas pagãs europeias e como podemos pensar as construções identitárias resultantes deste processo. Não obstante haver pais e mães de santo sem terreiros e vários praticantes que ainda se encontram sem filiação a uma casa de santo, cabe ressaltar que as práticas religiosas estão presentes em toda Alemanha, sendo este um indicador da presença de praticantes do culto. Cabe ressaltar que, desde os anos 1960, a prática e a expansão das religiões afro-brasileiras na América Latina (Paraguai, Venezuela, Uruguai e Argentina) foram estudadas por Frigério, Segato e Oro. A partir dos anos 1970,

estas cruzam o Atlântico e se expandem por Portugal, encontrando-se hoje na Espanha, Reino Unido, Bélgica, Itália, França, Alemanha, Áustria, Suíça, EUA, Rússia (jogo do ifá) e Japão (umbanda).

Além disso, cabe ressaltar a presença também das religiões afro-cubanas. Segundo Gruner-Domic (1996) e Rossbach de Olmos (2009), a fé dos orixás chegou à Alemanha nos anos 70 trazida pelos estudantes e jovens trabalhadores cubanos. A primeira parada dos orixás teve lugar na parte comunista das duas Alemanhas, no caso na República Democrática Alemã, que, com seu tipo prussiano de socialismo, era caracterizada como ateuista. Gruner-Domic (1996) e Rossbach de Olmos (2009, p. 485) descrevem que os cubanos chegados na década de 70 foram beneficiados

with the framework of a bilateral agreement between Cuba and the GDR about the exchange of professional workers, satisfying at the same time the high demand for manpower in socialist Germany. Within approximately one decade between 1978, when the agreement was signed, and the unification of the two German states in 1990, it is calculated that between 20.000 and 30.000 Cubans came to the GDR for the period of four or eight years.

A autora relata que muitos cubanos trouxeram seus objetos religiosos à República Democrática Alemã especialmente quando retornaram de férias de Cuba, momento em que o controle alemão era menos estrito. Após a reunificação alemã em 1990, um grande número de cubanos permaneceu no país. De acordo com Statistisches Bundesamt (2001), o país experimentou um aumento da presença cubana de 295 em 1989 para 3.361 em 1991. Até o ano de 2004 o número de cubanos cresceu, estabilizando-se em torno de 9.000 indivíduos. Atualmente vivem cerca de 12.000 cubanos na Alemanha, sendo que 3.000 são considerados ilegais.

Rossbach de Olmos (2009, p. 484-485) mostra que atualmente as razões para a difusão da santeria mudaram. Nos últimos anos casamentos mistos, viagens turísticas a Cuba e o crescente interesse na música afro-cubana levaram os alemães a terem mais contato com a religião. Neste sentido, as mesmas motivações também fazem parte do interesse dos alemães pelo universo da cultura e do candomblé brasileiro.

Cabe lembrar que a expansão de uma religião tem variáveis e, no caso das religiões brasileiras, esta não é apenas o produto de brasileiros que migram para outros países, mas há uma grande circulação de peregrinos atraídos pelo *know-how* das tradições do sul global. Muitos encontram as religiões brasileiras em seus países, ou

se encontram com líderes religiosos que circulam pelo mundo, e isso os leva a buscar no Brasil um caminho espiritual. O Brasil é muitas vezes compreendido como um lugar autêntico, aonde a modernidade não destruiu o sagrado. Este é o caso da umbanda na Alemanha e na França, em que seus líderes encontraram no Brasil o seu modo de se reconectar com a África ou de reavivar sua transcendência pessoal perdida.

A umbanda praticada por austríacos e alemães – em grande maioria praticantes do budismo – desde 2006 por Astrid Kreuzmeyer (Mãe Habiba) atua na Alemanha e Áustria, tendo sua sede na Suíça. No caso de Mãe Habiba, seu encontro com Pai Buby foi em um congresso de xamanismo em Marrakech, em 1992, onde recebeu um convite para uma iniciação na religião em São Paulo, que se deu em 1994. Não obstante ter se iniciado com ele, não vincula seu terreiro na Suíça à filial de São Paulo.

Nesse sentido, a representação do orixá como algo pessoal, manifestação da natureza, essência da pessoa, parte do desenvolvimento das capacidades mediúnicas como um processo de transformação, permitindo traduzir as práticas da umbanda em uma linguagem *New Age*. O orixá harmoniza as forças cósmicas com a luz divina própria de cada indivíduo, que está totalmente interligada às etapas de desenvolvimento pessoal. Assim, o modo como a cosmogonia e a ritualística não se detêm nos chamados aspectos históricos que marcam a umbanda no Brasil.

Não obstante a mãe de santo apontar a necessidade de aprender português, sendo os pontos, nos rituais, tocados no atabaque e cantados em tal língua, eles estão sendo traduzidos em panfletos e CDs para a língua alemã, e não há a mesma pressão que existe no templo de Paris, em que o aprendizado do português é condição incontornável para se desenvolver no interior da hierarquia do templo, pois a língua confere maior autenticidade no campo religioso.

Nos rituais, os pontos são cantados em português; entretanto, como a grande maioria não domina a língua, eles soam como uma terceira língua, uma língua de comunhão. Nesse sentido, não importa falar uma língua corretamente, no caso o português, mas produzir uma conexão com o sagrado, em uma espécie de língua de comunhão. Do mesmo modo que se entoa o latim nas missas, seria um sentido de sagrado construído pela musicalidade feita de um português falado com forte acento alemão, que, entoado, lembra quase um mantra. Mais recentemente, com a crescente incorporação de seus filhos de santo, muitos espíritos têm vindo e falado

em português, o que não acontecia anteriormente, o que tem levado a maioria a ter que aprender também a língua fora da prática ritual.

Para o grupo a ideia de cura é central, sendo agregada a outros elementos recorrentes na cultura alemã, com as influências *New Age* trazidas pela forte presença das práticas orientais. A mãe de santo define seu trabalho espiritual e o modo como a cura ganha uma nova dimensão juntamente com a prática terapêutica, fazendo desta algo que ganha conotações mais complexas com o aparato religioso. Isso amplia a concepção de cura e mostra as interconexões entre a psicologia e os vários conhecimentos que lhe podem ser agregados, tornando a gira um campo semântico fundamental.

Não obstante a separação do que considera trabalhos distintos, a busca espiritual de outras tradições sempre fez parte de sua rotina de congressos e encontros na área da psicoterapia (que, aliás, tem predomínio entre os adeptos suíços e alemães de seu ilê, muitos também advindos das práticas budistas, bastante difundidas na Alemanha). Essa escolha espiritual não exclui outros conhecimentos ou tradições, conforme se dá nos casos da conversão às religiões pentecostais.

Conforme vimos, Appadurai, com a ideia de etnopaisagens, mostra que neste processo temos faixas de cultura que atravessam fronteiras nacionais, estabelecendo nexos que não existiam e heterogeneidades nas ordens nacionais. Nesse sentido, novos nexos são construídos, levando-se em consideração a realidade alemã e, em termos gerais, a europeia. Como exemplo tomam-se os *workshops*, folhetos e textos produzidos por Mãe Habiba.

Um dos vários *workshops* de Mãe Habiba é realizado na região de Ravensbruck, um campo de concentração no período da Segunda Guerra, na Alemanha. É obvio que essa revisão histórica é uma atualização em termos locais do modo como são interpretadas a religião e a realidade local. De acordo com o que traduz em seu livro como “*systemische Prozessgestaltung*”, os traumas da guerra e outras questões históricas afastaram os alemães de sua própria natureza e, por que não dizer, de seus próprios espíritos. Nesse sentido, o Brasil (com seu *know-how*) lhes traria de volta o contato com essa natureza, ancestralidade e espíritos. Lembraria aos alemães o que é viver (título do *workshop*, *Lebendiges Erinnern – Lembrando de Viver*), evocando mais a ideia de natureza e dirimindo o nome religião, que em momento nenhum aparece em suas descrições.

No folheto, há o que se chama de Fórum das Águas Doces (*Forum der süssen Wasser*), uma clara alusão tanto a seu orixá de cabeça, Oxum, quanto à ideia do feminino, que evoca os espíritos das mulheres que

morreram em Ravensbruck, que a partir de 1939 foi considerado um campo de concentração predominantemente feminino, tendo somente em 1941 a entrada de homens e, posteriormente, em 1942, a de crianças e adolescentes. A ideia de água como fonte da vida (*Lebenswasser*), a ideia de comunidade (*Gemeinschaft*) e outros elementos da natureza são temas pertinentes em seus *workshops* e textos, que descrevem os orixás sem nomeá-los e sem usar o nome umbanda ou religião afro, não permitindo, também, o uso de imagens de caboclos (índios) e pretos velhos (escravos), pois considera esse “hábito brasileiro *kitsch*”, baseando seu ponto de vista na essencialidade espiritual e não se detendo no que considera “apenas aspectos materiais”.

Conforme Silva (2014, p. 290-293), ao analisar o discurso da mãe de santo, mostrando como ela se apropria da realidade local:

[P]ensando a situação da Alemanha – um país profundamente traumatizado com o recente passado do Shoah –, podemos nos perguntar se aprenderemos algo com este momento da história brasileira. Nesta terra, os antigos deuses e deusas têm sido mais cruéis, que não podemos mais deles nos lembrar. A mãe de santo austriaca Ya Habiba de Oxum Abalô afirma o pensamento acima com as seguintes palavras: gostaria de falar que a nossa comunicação com a essência do nosso espírito foi de uma maneira violenta, expulsando o saber. O que é uma realidade nossa... O nosso contato com a natureza e com nosso espírito da natureza foi interrompido.

Se a umbanda é um espelho, esse espelho também serve para os adeptos alemães pensarem também sua própria realidade, em que o sujeito, ao melhorar seu caminho espiritual, estaria mais apto a lidar com a sociedade. A ideia de bem-estar do indivíduo, expressa em uma espécie de consciência corporal, está presente nas práticas contemporâneas da chamada *New Age* e é recriada pela umbanda, em que seus espíritos ajudam o indivíduo a seguir um caminho espiritual tendo o corpo como suporte para isso.

No caso da umbanda, a adesão à religião pode contribuir para confirmar a eficácia das práticas anteriores presentes no cotidiano dos adeptos (Reiki, magnetismo, florais de Bach, ioga, meditação, uso de cristais), e essas práticas também, por sua vez, seriam prova viva do poder da nova religião. Não obstante muitos adeptos do candomblé também praticarem meditação ou outras práticas *New Age* e esta ser também uma religião que agrega práticas anteriores, muitos, em especial os alemães, não conseguem mantê-las juntamente com a religião. Isso leva a crises e afastamentos em relação à con-

tinuidade no candomblé, como no caso de um filho de Xangô que está entre “só meditar e fazer a iniciação em seu santo no Brasil”. E mesmo no discurso do pai de santo há sempre a ideia de que “é mais fácil seguir cristais, gurus e todo esse conhecimento [New Age] do que seguir o caminho do candomblé”, que exige um novo aprendizado, que ele considera estar aquém do que já existe no campo esotérico alemão.

Diferentemente da umbanda, o candomblé tem presença na Alemanha, estando relacionado com a imigração brasileira a partir do final da década de 1970.

O Fórum Brasil é lugar de referência na cidade, sendo indissociável do papel do candomblé em terras alemãs e uma estratégia para expandir e divulgar a religião. Mesmo o candomblé ter uma outra identificação, este é praticado no mesmo espaço físico do Fórum. No Fórum, são realizadas atividades como: Salão Transartes, que é considerado o primeiro salão de artes brasileiras/show teatral, curso de capoeira para crianças de 3 a 6 anos, colônia de férias com capoeira, esportes, jogos, música e culinária brasileira, culinária cultural brasileira e ioga e cursos de língua portuguesa (do Brasil). A recorrência dessas atividades destaca a importância da música, dança e artes e seus vários modos de uso do corpo como elementos enfatizados no Fórum como marcadores de brasilidade.

Então percebemos de que modo a corporalidade dotada de uma religião é acionada como elemento de construção identitária. Muitas vezes, Murah dá aulas do curso “A força dos orixás” (*die Kraft*, que também pode significar energia) no Fórum, que se baseia nas danças afro-brasileiras. Esse curso não apenas mostra aspectos da cultura afro-brasileira, mas fornece dados sobre o *modus operandi* do candomblé. Muitos frequentadores do curso foram atraídos para o candomblé por meio desse curso. O curso de dança e o bloco de afoxé Loni no *Karneval der Kulturen* são os meios pelos quais os alemães são seduzidos a entrar no candomblé. O bloco de afoxé tem 14 anos e congrega brasileiros, alemães e africanos entre seus 300 componentes.

Buscou-se dimensionar a importância da produção não apenas da esfera religiosa, mas também simbólica e cultural, dos participantes do campo religioso estabelecidos na cidade de Berlim, evidenciando as relações entre essa produção e a construção de referências para o processo de autoidentificação étnica. Ressaltou-se a importância de esses produtores de símbolos religiosos também participarem de eventos culturais e políticos que estão para além do campo religioso e que demarcam lugares e eventos considerados brasileiros.

Nesse sentido, o papel do pai de santo pode ser pensado como *ethnic maker*, isto é, um construtor de histórias e ideologias sobre o grupo, pois elege elementos culturais para que haja uma valorização positiva na reconstrução da identidade étnica. Deve-se lembrar que o candomblé reúne corpo, música e dança, elementos pelos quais esse mediador definirá uma concepção de ser brasileiro.

Sua relação com a religião data de sua existência como pessoa. E a idealização do terreiro está relacionada com sua história de emigrante. Ao associar o candomblé à sua história de vida e à de sua família biológica, percebem-se as imagens dos orixás como forças que levam a migrar. Como Murah mesmo afirma: “Se o orixá me abriu as portas do aeroporto de Frankfurt, ele quis que eu permanecesse na Alemanha e levasse comigo seus preceitos”. Sua narrativa é entrecortada pela religião e com ela se confunde, de modo que seu carisma torna uma tarefa impossível indissociar o ilê do Fórum Brasil. Mas deve-se lembrar que o candomblé começa com a vinda de Murah, e o Fórum Brasil tem apenas cinco anos de existência. O candomblé começou de fato em Neukölln no *Keller* (porão) do apartamento, no qual o próprio pai de santo morou por longos anos. Nessa época, ainda trabalhava em escolas de dança. O ilê tem cerca de 12 anos.

Os alemães se aproximam do candomblé por causa de vários interesses. Um deles é que os poderes da religião são os elementos da natureza. A energia da natureza é o verdadeiro poder. No candomblé, o entrelaçamento entre sagrado e profano se dá na ideia de que os orixás são pessoas com poderes, são tão humanos e ao mesmo tempo deuses. Sentem ciúmes, raiva e amor. Assim os alemães reinterpretem a ideia de *Kraft*. Nesse sentido, além de falar fluentemente alemão, o pai de santo usa metáforas que se adaptam a seus ensinamentos. A proximidade que o pai de santo constrói em suas explicações aproxima os orixás dos deuses da mitologia grega, em muitos casos se opondo aos santos e diabos da Igreja Católica. Os orixás não são definidos em uma oposição bem e mal, são tomados como figuras ambíguas, como os deuses do panteão grego, possuidores de uma personalidade “quase humana”, com seus defeitos e virtudes. Outra ideia atrativa no público alemão está na concepção de que a força da natureza não está apenas na natureza, mas pode ser vivenciada nas práticas corporais. O corpo ganha uma dimensão mais próxima da natureza e se movimenta conforme esta. Além disso, é sexualizado, algo muito diferenciado na concepção de corpo na construção identitária dos alemães. A sexuali-

dade e a alegria são elementos fundamentais na dança dos orixás e também o momento de agregar brasileiros e alemães. Muitos descendentes de africanos nascidos na Alemanha, os chamados *Afrodeutsche*, são também atraídos na busca de uma África como lugar de marcação identitária. Muitos são negros e, apesar de inseridos na cultura alemã, não se identificam com ela. Procuram o candomblé como um lugar em que se sentem mais negros e mais próximos de uma imagem de cultura africana original. Quando perguntados sobre a própria África, afirmam que esta atualmente é cristianizada e islamizada e pouco restou dessa cultura original. Nesse sentido, o Brasil permaneceu como um lugar em que se africanizou o candomblé.

O lado exótico é o que atrai os alemães, mas especialmente a relação do corpo com a natureza. Quando chega a prática ritual, há um divisor de águas. A dança, os rituais, o uso das ervas não assustam até o momento em que se tem a ideia de sangue como parte do sacrifício. Muitos desistem da religião nesse momento. A entrada na religião, para os alemães, é um forte processo de desracionalização, isto é, é preciso aprender a lidar com os sentidos e valores que estão fortemente relacionados com a ideia de mistério e que não são verbalizados, e sim literalmente “incorporados”, ou seja, expressos na relação entre natureza e corpo. Quando incorporam a música simultaneamente à dança é que de fato podem ser iniciados, pois estão aptos a entender o sentido da religião. A dança e o sentido dos movimentos do corpo são apreendidos no *workshop* de Murah. A mudança corporal denota uma mudança de atitude.

Portanto, investigaram-se memórias que, no caso dos brasileiros, guardam a marca da experiência migratória e uma nova percepção de sua identidade de origem. Muitos dos adeptos do terreiro e iniciantes são negros de classe média baixa (alguns moradores dos subúrbios cariocas) e percebem a religião como um lugar de vivenciar sua identidade negra e ao mesmo tempo brasileira. Isto é, de negro brasileiro. Nesse sentido, para alguns, “o candomblé é coisa de negão”. É como se veem e se sentem revivendo sua negritude fora do Brasil, reafirmando seus laços identitários a partir da religião de ex-escravos e de negros brasileiros. Outros brasileiros adeptos da religião vivenciam não apenas a ideia de serem negros, mas também a proximidade com a herança familiar marcada pela religiosidade afro-brasileira, retomando o destino espiritual presente na história familiar: “Minha tia possuía ilê na Baixada, mas teve que fechar por causa da idade”. Ou ainda: “Mi-

nha mãe rezava as pessoas, mas meu pai não permitia”.

Outros retomam sua relação com a religiosidade popular presente no cotidiano das cidades onde viveram no Brasil, mas que só pode ser sentida com a proximidade com as coisas do Brasil representadas pelo papel que o Fórum adquire para muitos que dele se aproximam ou porque trabalham com elementos com que definem a cultura brasileira: os ritmos musicais brasileiros, como o forró, o afoxê e a capoeira. Outros manifestaram sua mediunidade quando ficaram doentes. Como é o caso do dofono que teve feridas na perna até descobrir que tinha um problema espiritual e que precisava ser iniciado. Não desconhecia a prática do candomblé no Brasil, mas só se aproximou da religião quando de fato migrou.

Cabe ainda ressaltar a importância da rede de relações familiares e de amizade na construção do processo migratório. Nesse caso, é preciso considerar a ideia de família de santo e de parentesco simbólico. Muitos autores mostram o carisma e a tolerância dos cultos afro-brasileiros em relação às demais práticas religiosas que não são excluídas do novo cotidiano religioso.

Muitos brasileiros iniciados no santo relatam que a religião, além de permitir uma expressão individual das emoções, lhes confere uma ideia de pertencimento a uma comunidade, ou melhor, a uma família de santo. E alguns são atraídos pela tolerância das religiões afro-brasileiras com a presença de homossexuais, especialmente em países em que a maioria das igrejas evangélicas presentes condena essa forma de opção sexual.

Cabe chamar a atenção para a importância dos lugares dos cultos afro-brasileiros não somente como instituições étnicas, mas também como lugares de memória. Foi mostrado que serão memórias construídas pelos brasileiros em seu processo de identificação com o candomblé e pelos alemães e demais grupos ao se transformarem em “estrangeiros” que buscam no rito um novo pertencimento e filiação.

Atualmente, as religiões afro-brasileiras no Brasil e no mundo se voltam para uma apropriação romântica da ideia de natureza a fim de responder às demandas do atual discurso ecológico e ambiental. De que modo esse discurso se aproxima de uma discussão presente e, digamos, moderna da mentalidade europeia sobre ambientalismo? Como exemplo, as forças da natureza no candomblé são representadas por orixás que são também tão imperfeitos quantos homens e mulheres mortais. De que modo elas se adaptam culturalmente ao contexto alemão, produ-

zindo hibridismos<sup>5</sup>, reavivando as práticas pagãs europeias?

Essa concepção de mágico que correlaciona sagrado e profano e que os interliga à natureza se torna interessante para um imaginário, no caso alemão, que se construiu em torno das influências da chamada *Lebensreformbewegung* (movimento da reforma da vida)<sup>6</sup>. Este designa vários tipos de reformas presentes na Alemanha e na Suíça que foram iniciados em meados do século XIX, decorrentes do Romantismo alemão. Movimento crítico aos excessos do industrialismo e aos males causados por este à saúde e ao corpo humano e que ratifica certo retorno a uma vida natural. Teve influência nos movimentos *New Age*, *hippie*, na formação de comunidades alternativas e em várias formas de misticismo.

Muitas das ideias desse movimento ressurgem atualmente no discurso ecológico, na agricultura orgânica e no modo de vida autossustentável. No final do século XIX e no início do XX, a cidade de Darmstadt foi especialmente importante para o movimento. Aí se fundou uma colônia de artistas, desenvolveu-se a arquitetura, montou-se a escola de dança moderna no *Mathildenhöhe* por Isadora e Elizabeth Duncan, sob a direção da última (contra o *ballet* altamente formalizado e mais próximo aos movimentos naturais do corpo). A cidade tornou-se um centro polarizador da Reforma da Vida. Entretanto, para entender mais sobre o tema, cabe lembrar a importância dos clássicos do Romantismo e do nacionalismo alemão, como Schiller e Herder, e seu impacto sobre esse movimento.

Entre as influências mais sentidas por esse movimento, há atualmente na Alemanha o discurso ecológico. O que Castells denomina “o enverdecimento do *self*”. Segundo o autor, o fator que unifica os movimentos ambientalistas é uma temporalidade alternativa, que pede que a sociedade e as instituições aceitem a realidade do lento processo evolutivo de nossas espécies em seu meio ambiente, sem um fim para nosso ser cosmológico, enquanto o universo se expande desde o momento e o local de sua/nossa origem comum. Além das limitações do submetido tempo do relógio ainda vivenciado pela maior parte das pessoas no mundo, a disputa histórica por uma nova temporalidade ocorre entre a

anulação do tempo nas redes de computação e a realização do tempo glacial na tomada de consciência de nossa dimensão cosmológica (*cosmological self*).

Com essa disputa pela apropriação da ciência, do espaço e do tempo, os ecologistas induzem à criação de uma nova identidade. Uma identidade biológica, uma cultura das espécies humanas como componentes da natureza. Essa identidade sociobiológica não implica negar a cultura histórica. Os ecologistas respeitam as culturas *folk* e toleram a autenticidade cultural de várias tradições.

#### 4 RESSEMANTIZAÇÕES E TRADUÇÕES: RITUAIS TRILÍNGUES

Mas como se dá essa capacidade plástica e híbrida no contexto alemão? Quem pratica e frequenta o candomblé? E de que modo o candomblé vai aproximar os alemães que o frequentam do imaginário romântico? Essas possíveis correlações não significam que os processos de hibridismo e transnacionalização da religião não sofram problemas e impasses em seus novos contextos nacionais. Esses problemas estão presentes nos vários processos de adaptação religiosa: as diferenças linguísticas (especialmente no caso alemão, que tem de dominar a lógica do português e do iorubá) e os objetos utilizados nos rituais não são facilmente encontrados, e deve-se aceitar a concepção de sacrifício presente em tais práticas religiosas, que envolvem a morte de animais. Há leis na Alemanha que proíbem o sacrifício animal e há várias regras para realização dos rituais, sendo muitos destes realizados fora do eixo urbano de Berlim. As mesmas dificuldades são descritas por Rossbach de Olmos no que se refere à santeria cubana, não apenas na busca do local para as iniciações, mas em especial quanto ao sacrifício dos chamados animais de quatro patas.

Segundo a autora (ROSSBACH DE OLMOS, 2009, p. 486):

[...] the sacrifices would mean an offense against the German legal regulations of animal protection, as long as they are not protected by the legal guarantee of free religious workshop. Since Santeria is not recognized as an official religion, it is not protected by this law.

<sup>5</sup> Sobre o termo, ver: WEBER, P. The Limits of Cultural Hybridity on Ritual Monsters, Poetic Licence and Contested Postcolonial Purifications. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, n. 7, 2001. A autora reconhece que o hibridismo pode ser produzido como uma duplicação do signo. O mesmo objeto ou costume deslocado para diferentes contextos adquire novos significados, enquanto ecoa os antigos.

<sup>6</sup> Há uma série de referências na literatura alemã. Ver: “A reforma vital: Propostas para a reformulação da vida e da arte em 1900” (K. Buchholz; R. Latocha; H. Peckmann; K. Wolbert, “Entwürfe zur Neugestaltung von Leben und Kunst um 1900”, in: *Katalog zur Ausstellung*, Darmstadt: Institut Mathildenhöhe Darmstadt, 2001).

Viagens e mais viagens com objetos para a prática dos rituais (objetos de cerâmica são caros e feitos em um processo artesanal, o que os torna frágeis, revelando-se de pouco tempo de uso nos rituais), os preços elevados dos objetos rituais na Europa, o plantio e a manutenção das ervas especialmente usadas em certos rituais e festas para um orixá que coincidem com o período de inverno são algumas das dificuldades descritas pela maioria dos adeptos da religião. Há também grande dificuldade na feitura dos despachos em áreas públicas, principalmente por causa das atitudes dos alemães com relação a essas práticas religiosas. Muitos chamam a polícia ou mesmo cobram explicações sobre o uso do espaço público, bem como quanto à intervenção na natureza. Além desses problemas, há ainda a própria natureza difícil do país, com muita neve e gelo, o que dificulta a realização de muitos despachos e trabalhos que necessitam do uso dos elementos da natureza.

Não obstante a dificuldade no aprendizado das técnicas corporais, muitos alemães se aproximam da religião buscando compreender o próprio corpo. Muitos vivenciam os processos de mudança de vida a partir das mudanças corporais.

Nesse sentido, várias conversões entre os alemães são precedidas por crises existenciais, muitas tendo forte experiência corporal como prenúncio. A conversão se torna uma missão espiritual que visa à obtenção do equilíbrio, buscando um novo sentido de vida. A importância de um fato que inicialmente não tinha explicação (como tremores no corpo desde a infância, dores de cabeça repetidas) ganha sentido ao se levarem em consideração as próprias histórias de vida. A conversão não é uma passagem automática de um sistema de crenças a outro, mas pensada como um esforço constante de reinterpretação das experiências de vida sob a lógica interna do novo sistema de crença. Um bom exemplo é um estudo de Halloy sobre um terreiro na Bélgica, quando o autor evidencia o caso de uma divindade da floresta, de origem eslava ou galesa, que possui o pai de santo do terreiro de candomblé de Carnières e as tentativas de adequação das entidades do mesmo terreiro às divindades galesas e romanas.

Em que medida os cultos afro-brasileiros se transformam em releitura e ressemantização da ideia de natureza e do primitivismo presente no imaginário alemão e europeu? E de que modo essa releitura concorrerá com as demais religiões que seguem um padrão cultural brasileiro e que porventura venham a ser apropriadas pelos alemães e demais grupos a partir de uma ressemantização? E se, no processo de expansão e consequente hibridismo,

as religiões orais, nesse caso os cultos afro-brasileiros, incorporarem uma cultura vernácula?

Nos rituais do Obá Ilê Silekê, há a inclusão da língua alemã juntamente com o iorubá e o português. A prática pública é orquestrada em grande parte em três línguas: alemão, português e iorubá, sendo o domínio deste em grande parte pelos brasileiros iniciados, cantado nas festas de candomblé e ensinado paulatinamente aos alemães. Na hora de dar bronca e em especial explicar ao público o que se passa e como deve agir para participar do ritual, o alemão é que é usado. Paralelamente ao aprendizado oral, muitos têm cadernos com nomes dos objetos, pontos e modos de fazer os ebós, especialmente os alemães, que têm grande dificuldade na compreensão de atitudes que não são escritas, mas subentendidas, nas práticas cotidianas, que compreendem desde a feitura dos banhos e dos ebós, das comidas até os rituais.

Nas giras de caboclo, a língua predominante é o português, pois o próprio espírito exige que se fale sua língua. Tal fato gera inúmeras interpretações no decorrer do ritual, sendo às vezes interrompidas por um caboclo impaciente nada afeito a traduções, que acaba imitando a fala “estranha dos alemães”. Os brasileiros que falam bem as três línguas traduzem o que o caboclo fala, e os alemães “entendem” e respondem em alemão, ao que imediatamente o caboclo revida em um português arcaico próprio dos espíritos que evocam os índios brasileiros imitando de modo jocoso a fala alemã.

## FONTES

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior, 2., 2009, Brasília. Carta da comunidade de brasileiros e brasileiras residentes na jurisdição de Berlim, out. 2009. ONU. Department of Economic and Social Affairs. Statistisches Jahrbuch, 2009. Statistisches Bundesamt 2001.

## REFERÊNCIAS

- APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias**. Lisboa: Teorema, 2004.
- ARGYRIADIS, Kali; LA TORRE, Renée de. Introducción. Del objecto al metodo: los desafios de la movilidad. In: ARGYRIADIS, Kali; LA TORRE, Renée; CAPONE, Stefania (Org.). **En sentido contrario: Transnacionalización de las religiones africanas y latinoamericanas**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Academia L’Harmattan, Institut de Recherche pour le Développement, 2012.
- BAHIA, Joana. **O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

- \_\_\_\_\_. De Miguel Couto a Berlim: a presença do candomblé brasileiro em terras alemãs. In: PEREIRA, G.M.S.; PEREIRA, J.; SOUSA, Ribamar de (Org.). **Migração e globalização: um olhar interdisciplinar**. Curitiba: CRV, 2012.
- \_\_\_\_\_. As religiões afro-brasileiras em terras alemãs e suíças. **Working Paper ICS**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013. Disponível em: <http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2013/wp2013\_2.pdf>. Acesso em: 01 out. 2014.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, J.; STREIFFENART. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: Unesp, 1997.
- BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**, Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CAPONE, Stefania; TEISENHOFFER, Viola. Devenir médium à Paris: apprentissage et adaptation rituels dans l'implantation d'un terreiro de candomblé en France. **Psychopathologie Africaine**, v. 31, n. 1, p. 127-156, 2002.
- CASTELLS, Manuel. The greening of the self: the environmental movement. In: **The power of identity**. Oxford: Blackwell, 1999. p. 113-133.
- CSORDAS, T. **Transnational transcendence: essays on religion and globalization**. Berkeley: University of California Press, 2009.
- DREHER, Martin Norberto. **Igreja e germanidade: estudo crítico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. São Leopoldo: Editora Sinodal; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.
- FERREUX, Marie-Jeanne. **Le new age: ritualités et mythologies contemporaines**. Paris: L'Harmattan, 2000.
- FRIGÉRIO, Alejandro. El futuro de las migraciones mágicas em Latinoamérica. **Ciências Sociais e Religião**, v. 1, n. 1, p. 51-88, 1999.
- GRUNER-DOMIC, Sandra. **Die Migration kubanischer Arbeitskräfte in die DDR 1978**. 1996.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GILROY, P. **O Atlântico Negro**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- HASENBALG, Carlos; FRIGÉRIO, Alejandro. **Imigrantes brasileiros na Argentina: um perfil sócio-demográfico**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999. (Série Estudos, 101).
- HEELAS, Paul. The New Age in Cultural Context: The Pre-modern, the Modern and the Postmodern. **Religion**, v. 23, n. 2, p. 103-116, 1993.
- KREUZMEIER, Astrid. **Systemische Naturtherapie**. Heidelberg: Carl-Auer Verlag, 2008.
- LEVITT, P. **God needs no passport: Immigrants and the changing American religious landscape**. New York, London: New Press, 2007.
- MARIZ, C. Missão religiosa e migração: "novas comunidades" e igrejas pentecostais brasileiras no exterior. **Análise Social**, v. 44, n. 1, p. 161-187, 2009.
- MARTES, Ana Cristina Braga. Os imigrantes brasileiros e as igrejas em Massachusetts. In: SALES, Teresa; REIS, Rossana. **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- NAGATA, J. What is a Malay? Situational selection of ethnic identity in a plural society. **American Ethnologist**, v. 1-2, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Particularism and universalism in religious and ethnic identities: Malay Islam and others cases**. Proceedings of the American Ethnological Society. The American Ethnological Society, 1982.
- ORO, A. As religiões afro-brasileiras: religiões de exportação. Trabalho apresentado no *workshop* "Afro-American Religions in Transition", International Conference of the Americanists, Uppsala, jul. 1998.
- PORDEUS JR., Ismael. **Uma casa luso-afro-portuguesa com certeza: emigrações e metamorfoses da umbanda em Portugal**. São Paulo: Terceira Margem, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Portugal em transe: Transnacionalização das religiões afrobrasileiras: conversão e performances**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009. (Coleção Antropologia Breve).
- ROCHA, C.; VASQUEZ, M. (Org.). **The diaspora of Brazilian religions**. Brill: Leiden, 2013.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã no Espírito Santo**. São Paulo: Difel/USP, 1968.
- ROSSBACH DE OLMOS, Lioba. Konfliktpotential und Konfliktvermeidung. Tieropfer einer Religion in der Fremde. In: ROSSBACH DE OLMOS, L.; DROTBOHM, H. (Org.) **Förderverein "Völkerkunde in Marburg"/Fachgebiet Völkerkunde**, Curupira-Workshop, 10, Marburg, p. 119-138, 2005.
- \_\_\_\_\_. Santeria Abroad: The Short History of an Afro-Cuban Religion in Germany by Means of Biographies of Some of its Priests. **Anthropos**, 2009.
- SARAIVA, Clara. Afro-brazilians religions in Portugal: bruxos, priests and pais de santo. **Etnográfica**, v. 14, n. 2, jun. 2010.
- SEGATO, R. L. Formação de diversidade: nação e opções religiosas no contexto de globalização. In: ORO, A.; STEIL, C. A. (Org.). **Globalização e religião**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2007.
- SEYFERTH, Giralda. A problemática do nacionalismo alemão. In: **Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
- \_\_\_\_\_. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000.

- SILVA, Inga Scharf da. Naturgeschichte, Körpergedächtnis: Erkundungen einer kulturanthropologischen Denkfigur. Konnex: Studien im Schnittbereich von Literatur, Kultur und Natur. In: BARTL, A.; SCHOTT, H-J. (Org.). **Trauma als Wissensarchiv**: Ambivalenzen zwischen kollektivem Bildgedächtnis und Verkörperungen am Beispiel der Caboclas und Caboclos in der Umbanda. Würzburg: Königshausen & Neumann, 2014. p. 271-293.
- SIMMEL, George. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 182-188. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 34).
- SPLIESGART, Roland. Brasilianische Religionen in Deutschland. In: KLÖCKER, Michael; TWORUSCHKA, Udo (Org.). **Handbuch der Religionen**: Kirchen und andere Glaubensgemeinschaften in Deutschland. Ergänzungslieferung, München, 2011. v. 2, p. 27.
- TEISENHOFFER, Viola. Umbanda, new age et psychothérapie: aspects de l'implantation de l'umbanda à Paris. **Ateliers du LESC**, 2007. Disponível em: <<http://ateliers.revues.org/-872>>. Acesso em: 01 out. 2014.
- VAN DE KAMP, Linda. Pentecostalismo brasileiro, macumba e mulheres urbanas em Moçambique. In: ORO, Ari; STEIL, C.; RICKLI, J. **Transnacionalização religiosa**: fluxos e redes. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.
- WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- WARNER, Carolyn M. **Confessions of an Interest Group**. The Catholic Church and Political Parties in Europe. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- YANG, Fenggang; EBAUGH, Helen Rose. Transformations in new immigrant religions and their global implications. In: **American Sociological Review**, v. 66, n. 2, p. 269-288, abr. 2001.

# AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA DE ESTUDANTES DE BIOLOGIA

## ASSESSMENT OF THE LEVEL OF SCIENTIFIC LITERACY AMONG BIOLOGY STUDENTS

*Marcela Ines Espinoza Rivas<sup>1</sup>*  
*Maria Cecília de Chiara Moço<sup>2</sup>*  
*Heloisa Junqueira<sup>3</sup>*

**Resumo:** Esta pesquisa objetiva comparar e analisar o grau de alfabetização científica entre ingressantes e concluintes do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para isso, foi utilizado o Teste de Alfabetização Científica Básica, criado pelos pesquisadores Rudiger C. Laugksch e Peter E. Spargo, em 1996. Entre outros resultados, pode-se afirmar que a média de acertos dos estudantes foi de 78,4% e as médias dos ingressantes e concluintes não diferiram significativamente entre si ( $\alpha=0,05$ ). Em síntese, pode-se afirmar que essa pesquisa fornece subsídios para promover melhorias no ensino da Ciência e da Tecnologia neste curso de graduação.

**Palavras-chave:** Formação de biólogos. Ensino de Ciências. Alfabetização científica.

**Abstract:** The research is intended to analyze and compare the degree of scientific literacy between freshmen and students in the last semester of the course of Biology at the Federal University of Rio Grande do Sul. To achieve this purpose, we used the Basic Scientific Literacy Test, created and validated by the researchers Rudiger C. Laugksch and Peter E. Spargo, in 1996. According to the results, we can see that the average student score was 78,4%, and the average scores of freshmen and last semester students do not differ significantly ( $\alpha=0,05$ ). In summary, we can say that this research project provides insights to promote improvements in the teaching of science and technology in this undergraduate course.

**Keywords:** Education of biologists. Teaching of Science. Scientific literacy.

### 1. INTRODUÇÃO

A expressão “alfabetização científica” foi utilizada pela primeira vez na literatura em 1958, por Paul Hurd, com um sentido de “entendimento público da ciência” (HURD, 1958). Entretanto, ao longo dos anos, esta expressão tem enunciado diferentes interpretações e significados. Geralmente está relacionada com o entendimento do público sobre ciência e tecnologia, embora diferentes autores incluam noções que envolvem comportamentos individuais, como hábitos intelectuais e “habilidades mentais” que permitam utilizar os conhecimentos científicos para resolver problemas e tomar decisões em situações cotidianas (LAUGKSCH, 2000).

É possível encontrar na literatura brasileira sobre Ensino de Ciências autores que empregam a expressão

“Letramento Científico” (MAMEDE; ZIMMERMANN, 2005; SANTOS; MORTIMER, 2001) e, também, aqueles que usam a expressão “Enculturação Científica” (CARVALHO; TINOCO, 2006; GRANDI; MOTOKANE, 2009). Ambos os conceitos são utilizados para denominar o objetivo desse ensino de Ciências, que busca a formação para a cidadania através do domínio e utilização de conhecimentos científicos no cotidiano. Entretanto, neste estudo, será utilizada a expressão “Alfabetização Científica” baseada na ideia de alfabetização defendida por Paulo Freire:

A alfabetização é mais que o simples domínio psicológico e mecânico de técnicas de escrever e de ler. É o domínio destas técnicas em termos conscientes. [...] Implica numa autoformação de que

<sup>1</sup> Licenciada e Bacharela em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especializada em Metodologia do Ensino de Biologia e Química pelo Centro Universitário Internacional UNINTER. Professora do Colégio Anchieta. Porto Alegre – RS. MARCELAER@colegioanchieta.g12.br

<sup>2</sup> Doutora em Botânica pela UFRGS. Professora Adjunta da UFRGS. Porto Alegre – RS. mcecilia.moco@ufrgs.br

<sup>3</sup> Doutora em Educação em Ciências pela UFRGS. Professora Adjunta da UFRGS. Porto Alegre – RS. heloisa.junqueira@ufrgs.br

possa resultar uma postura interferente do homem sobre seu contexto (FREIRE, 1980, p. 111).

Deste modo, será empregado o termo alfabetização por ele expressar o significado do desenvolvimento da capacidade de organizar o raciocínio de maneira lógica e possibilitar a construção de uma consciência mais crítica em relação ao mundo.

Os sujeitos alfabetizados cientificamente não apenas têm facilitada a sua leitura do mundo, mas entendem as necessidades de transformá-lo – e, preferencialmente, transformá-lo em algo melhor (CHASSOT, 2003). Com a ciência, é possível melhorar a vida no planeta, vencendo a pobreza e o atraso nas nações emergentes. Seus conhecimentos nos alertam contra os perigos introduzidos por tecnologias que alteram o mundo e esclarecem sobre as questões mais profundas das origens, naturezas e destinos (SAGAN, 2006).

É importante ressaltar que a alfabetização científica é fundamental nos dias de hoje, pois vivemos em uma sociedade repleta de inovações científicas e tecnológicas. O indivíduo alfabetizado cientificamente torna-se capaz de compreender conhecimentos, procedimentos e valores que podem torná-lo crítico em relação ao desenvolvimento e às múltiplas aplicações da ciência.

## 2. MENSURAÇÃO DO NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA

A avaliação do nível de alfabetização científica foi desenvolvida a partir do trabalho de Miller (1983), que indicou um modelo composto por três dimensões: o entendimento da natureza da ciência (ou seja, as normas e os métodos da ciência, assim como os fatores éticos e políticos que permeiam a sua prática); a compreensão referente ao impacto da ciência e da tecnologia sobre a sociedade; e o entendimento de conceitos e termos técnicos e científicos.

Em 1989, a Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS) lançou o chamado Projeto 2061, cuja finalidade é contribuir para a alfabetização científica, matemática e tecnológica dos norte-americanos. A primeira publicação desse projeto foi o *Science for All Americans* (SFAA), que estabelecia as recomendações sobre os conhecimentos e habilidades mínimos que os concluintes do Ensino Médio deveriam ter em ciências, matemática e tecnologia. Além disso, abordava também valores, atitudes e “habilidades mentais” relacionadas a tais disciplinas (AAAS, 1989).

A partir das recomendações do SFAA e das dimensões propostas por Miller, os pesquisadores Laugksch e Spargo (1996) criaram um instrumento para mensurar o nível de alfabetização científica de indivíduos com ca-

racterísticas mínimas de concluintes do Ensino Médio. Essa ferramenta foi designada como “Test of Basic Scientific Literacy” (TBSL). O TBSL foi legitimado ao ser aplicado em um grupo de universitários ingressantes de uma Instituição de Ensino Superior da África do Sul (LAUGKSCH; SPARGO, 1996). Sua denominação em português, “Teste de Alfabetização Científica Básica” (TACB), foi adotada por Clélia M. Nascimento-Schulze, em 2006.

O TACB engloba questões relacionadas às Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, à Natureza da ciência e ao Impacto da ciência e da tecnologia sobre a sociedade. Ele pode ser um importante instrumento para avaliar e comparar a alfabetização científica tanto em nível nacional quanto internacional, podendo ser aplicado em diferentes grupos, como estudantes, professores, cientistas, consumidores, entre outros, focalizando os mais diversos objetivos (CAMARGO; PILAR; RIBEIRO; FANTINEL; RAMOS, 2011).

Estruturado em três subtestes, o TACB contempla os eixos norteadores da alfabetização científica: Natureza da ciência (22 itens); Impacto da ciência e da tecnologia sobre a sociedade (16 itens); e Conteúdo da ciência (72 itens). Os 110 itens do teste apresentam-se como enunciados que possuem as seguintes opções de resposta: “verdadeiro”, representado pela letra V; “falso”, representado pela letra F; e “não sei”, representado por um ponto de interrogação (?). As respostas dadas como “não sei” são consideradas erradas.

De acordo com Rudiger C. Laugksch e Peter E. Spargo (1996), para alguém ser considerado cientificamente alfabetizado é necessário obter um mínimo de acertos em todos esses três subtestes, como discriminado na Tabela 1. Assim sendo, é necessário obter pelo menos 13 respostas corretas dentre as 22 questões que compõem o subteste “Natureza da ciência”; 10 respostas corretas dentre as 16 questões que formam o subteste “Impacto da ciência e da tecnologia sobre a sociedade”; e 45 respostas corretas dentre as 72 questões que compõem o subteste “Conteúdo da ciência”.

No Brasil, esse teste completo já foi aplicado no Ensino Superior por Andrea N.B. Camargo e colaboradores (2011), em 58 alunos do curso de Licenciatura em Química de uma Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul, bem como em 8 professores formados nessa Instituição há mais de cinco anos. A análise dos dados demonstrou que os níveis médios de alfabetização científica dos universitários e dos professores estavam acima do nível mínimo proposto. Além disso, foi verificado que estaria ocorrendo uma evolução da alfabetização científica ao longo do curso de graduação e

da carreira docente. Entretanto, o estudo apontou para a necessidade de uma qualificação na formação dos cursos de licenciatura, no sentido de aprofundar as dimensões “Natureza da ciência” e “Impacto da ciência e tecnologia sobre a sociedade”, pois nesses eixos os respondentes obtiveram escores próximos ao mínimo proposto.

Este trabalho tem como objetivo comparar e analisar o nível de alfabetização científica em alunos ingressantes e concluintes do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mais especificamente, analisar a assimilação dos estudantes em relação às três dimensões da alfabetização científica: a natureza da ciência, o impacto da ciência e da tecnologia nas sociedades humanas e o conhecimento de conteúdos relacionados às ciências da natureza.

### 3. METODOLOGIA

Neste trabalho, o TACB foi aplicado a dois diferentes grupos de alunos de disciplinas iniciais e finais do Curso de Graduação em Ciências Biológicas, pertencentes às modalidades Bacharelado e Licenciatura, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com aviso e autorização prévia dos professores regentes.

Este estudo foi aprovado pela Comissão de Pesquisa de Ciências Biológicas da UFRGS. Os alunos que aceitaram participar da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para assegurar que seus dados pessoais e/ou acadêmicos fossem mantidos em sigilo, em conformidade com os valores éticos e prezando pela segurança de todos os envolvidos na pesquisa.

As turmas foram incentivadas a responder ao teste, entretanto, os estudantes não foram obrigados a participar, tendo o livre-arbítrio para desistir a qualquer momento da pesquisa.

Os dados dos questionários foram analisados estatisticamente, através do teste de hipóteses que compara duas médias (Teste t), para verificar se ocorre uma evolução significativa no nível de alfabetização científica dos alunos ao longo do curso de graduação.

### 4. ANÁLISE DOS DADOS

O TACB foi respondido por 46 alunos, sendo 25 calouros e 21 alunos concluintes do curso de Ciências Biológicas da UFRGS. Uma parte dos alunos concluin-

tes (28,5%) respondeu o TACB em sala de aula, pois a professora pôde incluir essa atividade em seu planejamento, respeitando o tempo de 45 min para responder a todo o Teste, conforme referido por Rudiger C. Laugksch e Peter E. Spargo (1996). Os demais alunos responderam ao questionário online, que foi enviado por e-mail.

A avaliação dos TACB produziu os seguintes tipos de dados: diferenças quantitativas abaixo, acima ou no nível mínimo de alfabetização científica; dados quantitativos gerais sobre a resposta “Não sei” e dados quantitativos sobre a resposta “Não sei” para cada subteste da alfabetização científica. Os dados dos ingressantes e dos concluintes foram analisados de forma separada e em conjunto. Também foi incluída uma análise das questões em que 50% ou mais dos estudantes de Ciências Biológicas respondeu de forma incorreta ou não soube responder.

#### 4.1. Análise e comparação dos ingressantes e concluintes

Considerando os eixos norteadores da alfabetização científica, compararam-se na Tabela 1 os resultados dos calouros e concluintes em relação aos escores mínimos propostos no TACB.

Tabela 1: Escores médios de alfabetização científica dos calouros e concluintes: comparação com os resultados mínimos propostos por Laugksch e Spargo (1996)\*

Resultados	Nível de alfabetização científica médio dos calouros	Nível de alfabetização científica médio dos concluintes	*Escore mínimo para o nível de alfabetização científica
Natureza da Ciência	14	15,38	13
Impacto da Ciência e da Tecnologia sobre a Sociedade	12,52	11,86	10
Conteúdo da Ciência	58,32	60,67	45
Alfabetização Científica	84,84	87,9	68

Fonte: LAUGKSCH, R.C.; SPARGO, P. E. Construction of a paper-and-pencil Test of Basic Scientific Literacy based on selected literacy goals recommended by the American Association for the Advancement of Science. **Public Understanding of Science**, v. 5, n. 4, p. 331-359, 1996.

Uma avaliação do nível de alfabetização científica apresentado na Tabela 1 permite afirmar que a média dos resultados dos calouros é 24,77% maior do que o nível mínimo esperado para estudantes egressos do Ensino Médio. Isso pode estar relacionado com a escolha do curso, que demanda um conhecimento prévio mais amplo na área das ciências da natureza e suas tecnologias. Um resultado semelhante foi obtido por An-

drea N.B. Camargo e colaboradores (2011) ao analisar os estudantes do curso de graduação em Licenciatura em Química. Já os concluintes, tiveram um desempenho 3,6% maior que o dos calouros.

No eixo “natureza da ciência”, os calouros tiveram um aumento de 7,7% de acertos em relação ao mínimo proposto e os concluintes, 18,3%. Em relação às pontuações alcançadas no eixo “impacto da ciência e tecnologia sobre a sociedade”, a diferença dos calouros em relação ao mínimo proposto foi de 25,2% e dos concluintes, 18,6%. Já no eixo “conteúdo da ciência”, os calouros apresentaram um resultado 29,6% superior ao mínimo esperado, e os concluintes, 34,8%. Isso pode ser em decorrência de um maior foco dos estudos sobre a compreensão básica de termos, conhecimentos e conceitos científicos.

Os resultados da avaliação dos TACB respondidos pelos 46 alunos demonstraram que 6 ingressantes e 5 concluintes não podem ser considerados como cientificamente alfabetizados. Embora alguns tenham alcançado níveis aceitáveis em dois subtestes, não foram incluídos como cientificamente alfabetizados, pois, segundo a lógica do instrumento, é necessário obter escores mínimos em todos os três eixos da alfabetização científica.

A diferença entre as médias do nível de alfabetização científica dos calouros e concluintes (3,06 acertos) está 1,07 erros padrão afastada da diferença entre as médias consideradas na hipótese da nulidade. Como o nível de significância escolhido estipula um máximo de 2,02 para uma diferença não significativa, deve-se aceitar a hipótese de que as médias da alfabetização científica dos ingressantes e dos concluintes não diferem significativamente entre si ( $\alpha = 0,05$ ).

Para cada eixo da alfabetização científica, também não foi possível rejeitar a hipótese da nulidade, concluindo-se que não há diferença significativa entre os calouros e concluintes ( $\alpha = 0,05$ ). Isso porque a diferença entre as médias dos calouros e concluintes foi de: 1,54 erros padrão no eixo natureza da ciência; 1 erro padrão no impacto da ciência e da tecnologia sobre a sociedade; e 1,23 erros padrão no eixo conteúdo da ciência. Esses valores não ultrapassaram o nível de significância de no máximo de 2,02 para uma diferença significativa.

A última linha da Tabela 2 compara o número (n) e a porcentagem (%) de calouros e concluintes que obtiveram escores abaixo, acima ou no nível mínimo de alfabetização científica. Nas linhas acima é possível observar os resultados para cada eixo da alfabetização científica.

Tabela 2: Comparação da proporção de calouros e concluintes que acertaram abaixo, acima ou no nível mínimo de alfabetização científica

	CALOUROS						CONCLUINTE					
	Abaixo do mínimo		Acima do mínimo		Acertou o mínimo		Abaixo do mínimo		Acima do mínimo		Acertou o mínimo	
Eixos	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Natureza da Ciência	6	24	15	60	4	16	3	14,3	15	71,4	3	14,3
Impacto da Ciência e da Tecnologia sobre a Sociedade	3	12	21	84	1	4	3	14,3	16	76,2	2	9,5
Conteúdo da Ciência	1	4	23	92	1	4	0	0	21	100	0	0
Alfabetização Científica	2	8	23	92	0	0	1	4,76	20	95,24	0	0

Fonte: LAUGKSCH, R.C.; SPARGO, P. E. Construction of a paper-and-pencil Test of Basic Scientific Literacy based on selected literacy goals recommended by the American Association for the Advancement of Science. **Public Understanding of Science**, v. 5, n. 4, p. 331-359, 1996.

Em relação à alfabetização científica, 8% dos calouros e 4,76% dos concluintes apresentaram escores totais abaixo dos 68 pontos mínimos.

No eixo “natureza da ciência”, observa-se que 24% dos calouros e 14,3% dos concluintes obtiveram escores abaixo do mínimo. Já em relação ao eixo “impacto da ciência e tecnologia sobre a sociedade”, 12% dos ingressantes e 14,3% dos concluintes tiveram escores abaixo do ideal. Por último, no eixo “conteúdo da ciência”, 4% dos calouros obtiveram pontuação abaixo do mínimo e nenhum concluinte acertou abaixo do recomendado.

A Tabela 3 reúne os escores médios dos alunos relativos à resposta assinalada como “Não sei”, tanto em cada eixo da alfabetização científica como no total. A coluna f demonstra a frequência média dos sujeitos sobre os itens que julgaram não conhecer. Já a coluna % mostra a porcentagem dessa frequência em relação ao número total de escores do instrumento, ou seja, no total (110 itens) ou nos eixos (22, 16 e 72 respectivamente).

Tabela 3: Comparação em relação às respostas “Não Sei” dadas pelos calouros e concluintes no TACB

Eixos	CALOUROS		CONCLUINTES	
	f	%	f	%
Natureza da Ciência	3,24	14,73	1,71	7,77
Impacto da Ciência e da Tecnologia sobre a Sociedade	1,92	12	1,90	11,87
Conteúdo da Ciência	6,84	9,5	4,71	6,54
Alfabetização Científica	12	10,90	8,33	7,57

Fonte: LAUGKSCH, R.C.; SPARGO, P. E. Construction of a paper-and-pencil Test of Basic Scientific Literacy based on selected literacy goals recommended by the American Association for the Advancement of Science. **Public Understanding of Science**, v. 5, n. 4, p. 331-359, 1996.

Observa-se que os calouros tiveram um número médio de 10,9% de indicações “Não sei” no TACB, já os concluintes, 7,57%. A análise de cada eixo demonstrou que os maiores escores médios dos calouros relativos à resposta assinalada como “Não sei” foram no eixo natureza da ciência, com um percentual de 14,73%. Verificou-se que no eixo impacto da ciência e da tecnologia sobre a sociedade, calouros e concluintes se equipararam no número de indicações “Não sei”, com porcentagens de 12% e 11,87%, respectivamente.

#### 4.2. Análise do total de alunos respondentes

Como não houve diferença significativa entre os calouros e concluintes, tanto para o nível de alfabetização científica quanto para cada um dos eixos que compõe o TACB ( $\alpha = 0.05$ ), será realizada uma análise do total de alunos respondentes desta pesquisa.

Considerando os eixos norteadores da alfabetização científica, compararam-se os escores médios dos 46 alunos participantes em relação aos escores mínimos de alfabetização científica, conforme a Tabela 4.

Tabela 4: Escores médios de alfabetização científica dos estudantes de Ciências Biológicas e escores mínimos propostos por Laugksch e Spargo (1996)\*

Resultados	Nível de alfabetização científica médio	*Escore mínimo para o nível de alfabetização científica
Natureza da Ciência	14,63	13
Impacto da Ciência e da Tecnologia sobre a Sociedade	12,22	10
Conteúdo da Ciência	59,39	45
Alfabetização Científica	86,24	68

Fonte: LAUGKSCH, R.C.; SPARGO, P. E. Construction of a paper-and-pencil Test of Basic Scientific Literacy based on selected literacy goals recommended by the American Association for the Advancement of Science. **Public Understanding of Science**, v. 5, n. 4, p. 331-359, 1996.

O nível médio de alfabetização científica apresentado na Tabela 4 permite afirmar que os estudantes de Ciências Biológicas obtiveram uma média de 86,24 pontos. Sendo assim, a média dos resultados dos alunos é 26,83% maior do que o nível mínimo esperado para estudantes egressos do Ensino Médio e corresponde a uma média de 78,4% de acertos do total do teste. Além disso, é possível verificar que o nível de alfabetização científica médio, em todos os três subtestes, ultrapassou os escores mínimos propostos pelos autores do TACB.

A última linha da Tabela 5 compara o número (n) e a porcentagem (%) de alunos que acertaram abaixo, acima ou no nível mínimo de alfabetização científica. Nas linhas acima é possível observar os resultados para cada eixo da alfabetização científica.

Tabela 5: Comparação da proporção de alunos que acertaram abaixo, acima ou no nível mínimo de alfabetização científica.

Eixos	TOTAL DE ALUNOS RESPONDENTES					
	Abaixo do mínimo		Acima do mínimo		Acertou o mínimo	
	n	%	n	%	n	%
Natureza da Ciência	9	19,56	30	65,21	7	15,22
Impacto da Ciência e da Tecnologia sobre a Sociedade	6	13,04	37	80,43	3	6,52
Conteúdo da Ciência	1	2,17	44	95,65	1	2,17
Alfabetização Científica	3	6,52	43	93,49	0	0

Fonte: LAUGKSCH, R.C.; SPARGO, P. E. Construction of a paper-and-pencil Test of Basic Scientific Literacy based on selected literacy goals recommended by the American Association for the Advancement of Science. **Public Understanding of Science**, v. 5, n. 4, p. 331-359, 1996.

Em relação à alfabetização científica, 6,52% dos estudantes apresentaram escores totais abaixo dos 68 pontos mínimos. O menor rendimento foi no eixo “natureza da ciência”, no qual 19,56% dos alunos obtive-

ram escores abaixo do mínimo. Já em relação ao eixo “impacto da ciência e tecnologia sobre a sociedade”, 13,04% tiveram escores abaixo do ideal. Por último, destacamos o bom desempenho dos alunos no eixo “conteúdo da ciência”, no qual 95,65% dos estudantes obtiveram pontuação acima do nível mínimo.

É conveniente analisar também as respostas “Não sei” dadas pelos respondentes nesta pesquisa. A Tabela 6 demonstra esses resultados.

Tabela 6: Comparação em relação às respostas “Não Sei” dadas pelos alunos respondentes do TACB

Eixos	TOTAL	
	f	%
Natureza da Ciência	2,5	11,36
Impacto da Ciência e da Tecnologia sobre a Sociedade	1,9	11,87
Conteúdo da Ciência	5,9	8,194
Alfabetização Científica	10,3	9,36

Fonte: LAUGKSCH, R.C.; SPARGO, P. E. Construction of a paper-and-pencil Test of Basic Scientific Literacy based on selected literacy goals recommended by the American Association for the Advancement of Science. **Public Understanding of Science**, v. 5, n. 4, p. 331-359, 1996.

Observa-se que os estudantes tiveram um número médio de 9,36% de indicações “Não sei”. Considerando os escores brutos, o menor número de itens assinalados como “Não sei” foi zero e o maior foi 32, o que implica um alto desvio padrão, de 9,7. Logo, o coeficiente de variação é igual a 88,18%, o que indica que a dispersão dos dados em relação à média é muito grande, ou seja, a dispersão relativa é alta.

A análise de cada eixo mostra que os maiores escores médios dos respondentes relativos à resposta assinalada como “Não sei” foram no eixo impacto da ciência e da tecnologia sobre a sociedade, com um percentual de 11,87%, seguido do eixo natureza da ciência, com 11,36% de indicações.

#### 4.3. As 10 questões mais difíceis

Agora, serão analisadas as questões em que cerca de mais da metade do total de alunos respondentes erraram ou não souberam responder:

#### Natureza da Ciência:

18. (V) A ciência presume que as leis físicas são as mesmas em todos os lugares do universo.

Resposta	Calouros (%)	Concluintes (%)	Média total (%)
Verdadeiro	44	52,38	48,19
Falso	40	28,57	34,285
Não sei	16	19,05	17,525

20. (F) Existem passos predeterminados que os cientistas seguem para chegar, sem falhas, ao conhecimento científico.

Resposta	Calouros (%)	Concluintes (%)	Média total (%)
Verdadeiro	68	38,095	53,05
Falso	28	57,143	42,57
Não sei	4	4,762	4,38

29. (V) Ao levar a cabo uma investigação, nenhum cientista deve sentir que ele/ela deve chegar a um determinado resultado.

Resposta	Calouros (%)	Concluintes (%)	Média total (%)
Verdadeiro	40	52,38	46,19
Falso	36	33,34	34,67
Não sei	24	14,28	19,14

30. (F) Apesar de ser uma atividade realizada por muitas pessoas diferentes, a ciência quase nunca reflete os valores e pontos de vista relacionados com a sociedade (por exemplo, pontos de vista sobre mulheres e convicções políticas).

Resposta	Calouros (%)	Concluintes (%)	Média total (%)
Verdadeiro	48	42,86	45,43
Falso	28	42,86	35,43
Não sei	24	14,28	19,14

No eixo natureza da ciência, pôde-se verificar que mais da metade dos estudantes de Biologia não compreende que a ciência presume que as leis da física são as mesmas em todos os lugares. Além disso, demonstraram dificuldades em perceber que os cientistas podem cometer falhas, chegar a resultados inesperados e até mesmo sofrer influência em temas que recebem aprovação ou desaprovação social.

**Impacto da Ciência e da Tecnologia:**

71. (F) As reações psicológicas das pessoas perante o risco (por exemplo, o seu medo de voar ou dirigir) equiparam-se à realidade dos riscos envolvidos.

Resposta	Calouros (%)	Concluintes (%)	Média total (%)
Verdadeiro	48	38,095	43,0475
Falso	44	47,619	45,8095
Não sei	8	14,286	11,143

75. (V) Os fatos técnicos relevantes, por si só, geralmente não resolvem as questões relacionadas à tecnologia (por exemplo, se uma estação de energia nuclear deve ser construída perto de uma cidade) escolhendo um lado a favor ou contra a decisão.

Resposta	Calouros (%)	Concluintes (%)	Média total (%)
Verdadeiro	40	28,57	34,285
Falso	24	38,09	31,045
Não sei	36	33,34	34,67

77. (V) A maioria das soluções relativas a problemas tecnológicos é baseada em informações incompletas.

Resposta	Calouros (%)	Concluintes (%)	Média total (%)
Verdadeiro	12	19,05	15,525
Falso	40	38,09	39,045
Não sei	48	42,86	45,43

Nas questões relacionadas ao impacto da ciência e da tecnologia sobre a sociedade, pôde-se observar que mais da metade dos estudantes não se deram conta de que o medo e a insegurança podem não ter muito fundamento em certas ocasiões. Um bom exemplo é o nervosismo em andar de avião, apesar de ele ser considerado um dos meios de transportes mais seguros (ainda que não seja imune a acidentes fatais).

Também tiveram dificuldade em perceber que, mesmo com evidências técnicas relevantes, algumas questões despertam muita polêmica, dividindo a opinião da população. Além disso, 45,43% declarou não saber que para resolver um problema técnico precisamos empregar o método científico, usando hipóteses a partir de informações incompletas, para facilitar a busca de uma solução.

**Conteúdo da Ciência:**

81. (V) Existe um baixo nível de radiação natural no ambiente que nos rodeia.

Resposta	Calouros (%)	Concluintes (%)	Média total (%)
Verdadeiro	48	42,86	45,43
Falso	32	47,62	39,81
Não sei	20	9,52	14,76

87. (V) As alterações nos movimentos sempre acontecem devido aos efeitos de forças desequilibradas.

Resposta	Calouros (%)	Concluintes (%)	Média total (%)
Verdadeiro	44	57,1	50,55
Falso	12	28,6	20,3
Não sei	44	14,3	29,15

90. (V) As forças eletromagnéticas que atuam entre os átomos são muito mais fortes do que as forças gravitacionais que atuam entre eles.

Resposta	Calouros (%)	Concluintes (%)	Média total (%)
Verdadeiro	52	33,33	42,665
Falso	12	19,05	15,525
Não sei	36	47,62	41,81

Os principais equívocos no eixo “conteúdo da ciência” foram na área da física. Os resultados apontam que mais da metade dos estudantes não tiveram uma aprendizagem significativa desses conteúdos na Educação Básica e/ou no Curso de Ciências Biológicas. Mais da metade dos respondentes não compreende a 1ª Lei de Newton, as interações fundamentais da natureza e que estamos expostos pela radiação ambiente.

**5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos resultados desta pesquisa, pode-se afirmar que os estudantes de Ciências Biológicas da UFRGS demonstraram um nível de alfabetização científica com valores médios significativamente superiores ao nível esperado para alunos egressos do Ensino Médio. Entretanto, não houve diferença significativa entre calouros e concluintes, tanto para o nível de alfabetização científica quanto para cada um dos eixos que compõem o TACB ( $\alpha = 0.05$ ).

Dentre os subtestes do TACB, foi gerado um melhor desempenho dos estudantes no eixo “conteúdo da ciência”, sendo que as maiores dificuldades ocorreram nas questões relacionadas à área da física. No currículo do Curso de Ciências Biológicas, os alunos possuem apenas uma disciplina obrigatória de Física, o que pode gerar certa defasagem de conteúdos.

O menor rendimento ocorreu no eixo “natureza da ciência” e o eixo com o maior índice de respostas

“não sei” foi o “impacto da ciência e da tecnologia na sociedade”. Isso pode ser devido a um provável foco dos estudos nos conceitos e termos técnicos e científicos, com menor ênfase nas discussões sobre os processos da ciência para testar nossos modelos de realidade, assim como o impacto da ciência e da tecnologia na sociedade.

Os resultados obtidos podem inspirar ações que visem contribuir e reforçar a difusão da alfabetização científica no Curso de Ciências Biológicas da UFRGS. É imprescindível investir na compreensão de conhecimentos, procedimentos e valores que permitam aos futuros biólogos tomar decisões com firmeza e perceber as múltiplas aplicações da ciência para a melhoria da qualidade de vida, assim como as limitações e consequências negativas de seu desenvolvimento.

As disciplinas poderiam utilizar metodologias de ensino que busquem despertar o interesse dos alunos em relação à estrutura e aplicação prática do método científico, assim como posturas éticas e políticas, a fim de trazer vantagens para uma alfabetização científica mais rica e significativa durante a formação desses biólogos.

### REFERÊNCIAS

- AMERICAN ASSOCIATION FOR THE ADVANCEMENT OF SCIENCE (AAAS). **Science for all Americans: a project 2061 report on literacy goals in science, mathematics, and technology**. Washington, D.C.: American Association for the Advancement of Science, 1989.
- AMERICAN ASSOCIATION FOR THE ADVANCEMENT OF SCIENCE (AAAS). **Benchmarks for science literacy**. New York: Oxford University Press, 1993.
- CAMARGO, A. N. B. de; PILAR, F. D.; RIBEIRO, M. E. M.; FANTINEL, M.; RAMOS, M. G. Alfabetização Científica: A evolução ao longo da formação de Licenciandos Ingressantes, Concluintes e de Professores de Química. **Momento – Diálogos em Educação**, v. 20, n. 2, p. 19-29, 2011.
- CARVALHO, A. M. P.; TINOCO, S. C. O Ensino de Ciências como “enculturação”. In: CATANI, D. B.; VICENTINI, P. P. (Org.). **Formação e autoformação: saberes e práticas nas experiências dos professores**. São Paulo: Escrituras, 2006. p. 251-255.
- CHASSOT, A. Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 22, p. 89-100, 2003.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- GRANDI, L.; MOTOKANE, M. Reflexões sobre as características de um trabalho de campo que estimule a argumentação e a enculturação científica dos alunos. In: **VIII Congresso Internacional sobre Investigación en Didáctica de las Ciencias**, Barcelona, n. extra, p. 849-852, 2009.
- HURD, P. de H. Science literacy: its meaning for American schools. **Educational Leadership**, v. 16, n. 1, p. 13-16, 1958.
- LAUGKSCH, R.C. Scientific Literacy: a conceptual overview. **Science Education**, v. 84, n.1, p. 71-94, 2000.
- LAUGKSCH, R.C.; SPARGO, P. E. Construction of a paper-and-pencil Test of Basic Scientific Literacy based on selected literacy goals recommended by the American Association for the Advancement of Science. **Public Understanding of Science**, v. 5, n. 4, p. 331-359, 1996.
- MAMEDE, M.; ZIMMERMANN, E. Letramento Científico e CTS na formação de professores para o ensino de Física. In: **VII Encuentro de Enseñanza de las Ciencias**, Barcelona, v. extra, n. 1, p. 03-21, 2005.
- MILLER, J. D. Scientific literacy: a conceptual and empirical review. **Daedalus**, v. 112, n. 2, p. 29-48, 1983.
- NASCIMENTO-SCHULZE, C. M. Um estudo sobre alfabetização científica com jovens catarinenses. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 8, n. 1, p. 95-117, 2006.
- SAGAN, C. **O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SANTOS, W. L. P.; MORTIMER, E. F. Tomada de decisão para ação social responsável no ensino de Ciências. **Ciência & Educação**, v. 7, n. 1, p. 95-111, 2001.
- SASSERON, L. H.; CARVALHO, A. M. P. Alfabetização Científica: uma revisão bibliográfica. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 16, n. 1, p. 59-77, 2011.

# OLHARES EDUCACIONAIS VOLTADOS PARA OS RESÍDUOS: o relato de uma prática

## AN EDUCATIONAL PERSPECTIVE ON WASTE: a practice report

*Luciane Knüppe-Rocha<sup>1</sup>*

*Marcela Ines Espinoza Rivas<sup>2</sup>*

**Resumo:** Neste trabalho, pretende-se demonstrar a repercussão do trabalho sobre resíduos sólidos desenvolvido no 2º ano do Ensino Fundamental de uma escola da cidade de Porto Alegre-RS. A abordagem dessa temática deve-se à importância de implantar a cultura da sustentabilidade e da destinação correta dos resíduos sólidos desde os primeiros anos escolares. Para atingir os objetivos propostos, foram cumpridas as seguintes etapas: a) exploração do assunto com os personagens da Turma da Mônica; b) construção de cartazes; c) uso de um jogo; d) construção de objetos com materiais recicláveis; e) coleta seletiva na hora do lanche. Os resultados indicam que as crianças desenvolveram o hábito da separação correta e o uso racional dos recursos naturais.

**Palavras-chave:** Educação ambiental. Resíduos sólidos. Anos iniciais.

**Abstract:** In this article, we intend to demonstrate the repercussion of the work on solid waste developed in the 2<sup>nd</sup> year class of an elementary school in Porto Alegre-RS. We approached this subject due to the importance of implementing a culture of sustainability and teaching students the correct disposal of solid waste from the earliest school years onwards. In order to meet the proposed objectives, the following steps were implemented: a) exploration of the subject with characters from the comics book “Turma da Mônica”; b) development of posters; c) a simple game; d) construction of objects with recyclable materials; e) selective waste collection at snack time. The results indicate that these children developed the habit of correctly separating and of rationally using natural resources.

**Keywords:** Environmental education. Solid waste. Elementary school.

### INTRODUÇÃO

A questão ambiental do nosso planeta é um assunto que vem gerando muitas polêmicas e estudos, pois, juntamente com o aumento da população, crescem também problemas de cunho social, como, por exemplo, a grande quantidade de resíduos sólidos produzidos diariamente. Esse descontrole na produção fomenta debates referentes a “que se fazer com tantos resíduos?”. No entanto, a resposta para esse problema vai além de uma solução imediata, mas sim ao encontro de um trabalho de reeducação de comportamentos e hábitos. Frente a

esses fatos, acredita-se que é cada vez mais importante trabalhar a Educação Ambiental desde os primeiros anos escolares, possibilitando a valorização e a preocupação com o futuro do nosso meio ambiente.

A práxis educativa e social da Educação Ambiental tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente (LOUREIRO, 2000). Nesse sentido, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societá-

<sup>1</sup> Mestre em Educação, Especialista em Educação Infantil, Pedagoga e Pós-Graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Professora do Colégio Anchieta (Porto Alegre/RS). lucianeknuppe@hotmail.com.

<sup>2</sup> Pós-Graduada em Metodologia do Ensino de Biologia e Química (UNINTER). Graduada em Licenciatura e Bacharelada em Ciências Biológicas (UFRGS). Professora de Ciências do Colégio Anchieta (Porto Alegre/RS). marcela.spnz@gmail.com.

rio distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza. Dessa forma, para a real transformação do quadro de crise estrutural e conjuntural em que vivemos a Educação Ambiental, por definição, é elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza (LOUREIRO, 2000).

A quantidade de resíduos sólidos gerada *per capita* e coletada no país vem aumentando a cada ano. Estimativas da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano demonstram que, em 2008, foram coletadas no Brasil 183.481 toneladas por dia de resíduos domiciliares e/ou públicos. A geração média *per capita* é de 1,1 kg/habitante/dia, com a seguinte geração regional (kg/habitante/dia): 1,6 nas regiões Sul e Norte; 1,3 na região Centro-Oeste; 1,2 no Nordeste e 0,9 no Sudeste.

Já um estudo realizado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) estima que no Brasil, em 2010, foram produzidos 60,8 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos, quantidade 6,8% mais alta que a registrada em 2009 e seis vezes maior que o crescimento populacional, que, no mesmo período, ficou em pouco mais de 1%. Estima-se ainda que de 30 a 40% desses resíduos sólidos secos urbanos possam ser coletados seletivamente e encaminhados para a reciclagem.

Perante esses fatos, sentiu-se a necessidade de realizar um trabalho de conscientização com as crianças, pois, ao atingirem a idade adulta, já teriam atitudes como preservação e cuidados com o planeta internalizadas como um hábito. Frente a isso, Reigota (1994) comenta que adquirir valores sociais desde a infância possibilita o desenvolvimento de um profundo sentimento de interesse pelo ambiente, assim como uma vontade de contribuir para a sua proteção e qualidade.

Na busca da conscientização, da preservação e do cuidado com o meio ambiente, Minc (2005) afirma que “as escolas devem funcionar como poços irradiadores da consciência ecológica, envolvendo as famílias e a comunidade” (p. 71).

Vale ressaltar que, segundo o Projeto Educativo Comum da Rede Jesuíta (PEC), é também uma questão de articulação entre fé e justiça e de opção pelos pobres a inclusão das questões que envolvem a sustentabilidade ambiental do nosso planeta, pois, apesar de as populações pobres serem as que menos contribuem para a degradação ambiental, acabam sendo as que mais sofrem com as consequências, tais como comunidades de pescadores, ribeirinhos do Amazonas, regiões tribais e tantas outras populações (PEC, nº 23).

Com todos estes apontamentos, acredita-se que cabe à escola contribuir na construção de novos pensamentos e práticas sociais. Assim, estratégias de atividades voltadas a valores, mudanças de hábitos e atitudes serão grandes aliados a esse novo modelo de prática pedagógica.

### RELATO DE UMA PRÁTICA: RESÍDUO NÃO É LIXO

Em meio às grandes mudanças que o ambiente vem sofrendo ao longo do tempo, sentiu-se a necessidade de conscientizar e sensibilizar as crianças quanto à valorização dos resíduos despejados na natureza. Assim, dez turmas de 2<sup>os</sup> anos do Ensino Fundamental de uma escola particular da Rede Jesuíta da cidade de Porto Alegre deram início ao trabalho “Resíduo não é lixo”. Este trabalho foi desenvolvido no ano de 2017, sendo iniciado no mês de abril e perdurado até o final do ano letivo, no mês de dezembro, totalizando oito meses de atividade.

De acordo com os objetivos propostos para o 2<sup>o</sup> ano do Ensino Fundamental, são desenvolvidas estratégias pedagógicas em torno da temática escola, bairro, das diferenças e semelhanças entre as zonas rurais e urbanas da cidade de Porto Alegre, além de atividades referentes ao conhecimento lógico-matemático, educação física, artes, música, pensamento lógico, entre outros. Frente a esses pontos significativos, as professoras organizaram um trabalho interdisciplinar englobando a problemática do lixo em todas as áreas do conhecimento, seguindo assim os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais do MEC (Brasil, 1998) que enfatizam a necessidade da prática da interdisciplinaridade dentro do ensino formal.

De acordo com as diretrizes da Rede Jesuíta, as estratégias desenvolvidas seguem uma organização e um planejamento dos diferentes componentes curriculares, para que contemplem assim a transversalidade e a interdisciplinaridade como inerentes à realidade e as utilizem nas propostas de aprendizagem; também é observado que os recursos didáticos utilizados nas abordagens estejam preparados para responder de maneira mais eficaz aos desafios dos tempos atuais (PEC, nº 29).

Diante dessas premissas, foi desenvolvido um trabalho de conscientização perante o acúmulo de resíduos arrecadados durante a hora do lanche, pois se acredita que, para que as transformações de atitudes aconteçam, é imprescindível uma mudança de comportamentos e da prática diária dessas atitudes.

Após o trabalho sobre higiene pessoal ser concluído, as professoras desejavam que os seus alunos des-

pertassem um interesse e um envolvimento perante o novo tema abordado em aula. Assim, elas introduziram o assunto dos resíduos com os personagens da Turma da Mônica, de Maurício de Sousa. A estratégia desenvolvida iniciou com o recebimento, em cada turma, de um envelope contendo um enigma. Esse enigma era uma mistura de códigos, letras e desenhos, cuja frase a ser descoberta era: “Se cada um fizer a sua parte, o mundo será mais limpo” (Figura 1).

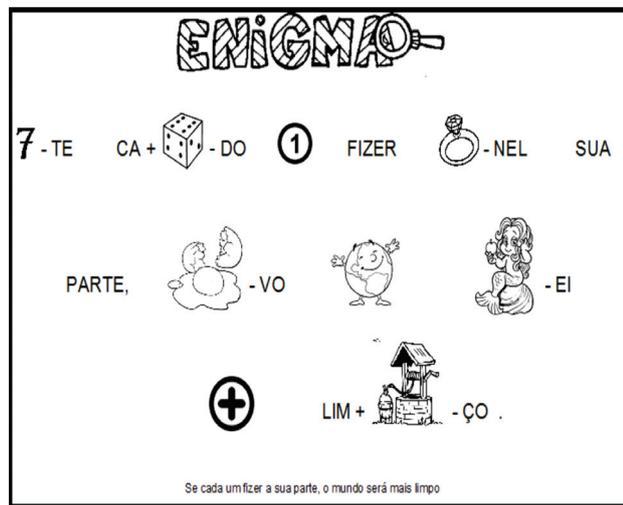


Figura 1: Enigma recebido pelas turmas, as quais deveriam desvendá-lo por meio dos códigos nele apresentados.

A ideia foi motivá-los a desvendar esse enigma e adivinhar quem era o remetente. Foram realizados vários questionamentos para incentivá-los a refletir sobre o que estava escrito e o porquê da turma receber esse envelope. As professoras da escola têm o hábito de incluir nos assuntos desenvolvidos o faz de conta, pois acreditam que a imaginação propicia a criatividade e o desenvolvimento crítico do aluno. A ideia de trazer os personagens para dentro da escola partiu do entendimento de que os alunos se envolveriam ainda mais com o tema. É interessante ressaltar que, ao estimular a imaginação nessa faixa etária de 7 anos, a criança é capaz de criar situações de vivências que a auxiliarão em suas produções textuais.

Num determinado momento da aula, os personagens Mônica e Cebolinha (monitores da escola fantasiados) entraram na aula perguntando se a turma havia recebido um recado em formato de enigma, pois tinham deixado na recepção da escola para eles (Figura 2).



Figura 2. Os personagens Mônica e Cebolinha foram conversar sobre o problema dos resíduos e deixaram um recadinho para a turma: Se cada um fizer a sua parte, o mundo será mais limpo!

Como eram várias turmas, foram marcados pelas professoras horários diferentes para os personagens aparecerem. Nesse momento as crianças iniciaram uma viagem ao mundo da imaginação, na qual tudo é possível. Quando os personagens entraram em uma das salas de aula, uma criança falou em voz alta: “*Profe, eles saíram de dentro do nosso gibi!*”. Essa frase, dita espontânea e ingenuamente, prova que a imaginação é fundamental para que a criança internalize a vivência tão necessária ao processo de aprendizagem.

Os dois personagens da Turma da Mônica entraram de surpresa nas salas, pediram ajuda às crianças do 2º ano/EF e explicaram que estavam enfrentando um problema muito grave na escola onde estudavam, pois havia resíduos espalhados por todos os lados. Contaram também que as lixeiras da escola tinham sido retiradas do pátio e das salas de aula. A Mônica explicou que ela e seus amigos criaram um panfleto de conscientização sobre a separação dos resíduos seco e orgânico e entregaram às crianças do 2º ano, convidando-as a fazerem parte desta campanha, pois o assunto lixo *versus* resíduo é muito importante para a preservação do nosso meio ambiente. É válido salientar que o problema criado pela personagem Mônica é fictício.

A partir de então, o assunto sobre a conscientização da produção de resíduos começou a fazer parte das aulas e de todas as áreas do conhecimento. Segundo Travassos (2006), o tema abordado deve ser praticado

no dia a dia da escola, para que assim possa ser levado também para fora dela.

O trabalho partiu de uma situação-problema, a partir da qual as crianças, por meio de estratégias desenvolvidas, envolveram-se com o assunto. Após a visita dos personagens da Mônica e do Cebolinha a cada uma das dez turmas do 2º ano, foi realizado um debate em torno da problemática. Cada criança, juntamente com os seus colegas e a sua professora, pôde apontar opiniões de como os personagens poderiam resolver o problema dos resíduos espalhados pela escola deles. Durante o debate, as crianças lançaram ideias como: *“as lixeiras foram lavadas e limpas, por isso não estavam no pátio da escola”*; *“foram compradas lixeiras novas, mas demorou para serem entregues”*; *“teve muito vento durante a noite e espalhou as lixeiras”*. Depois de todas essas hipóteses levantadas e sugeridas, as crianças deram início a uma produção textual.

O primeiro passo da produção foram os comentários em torno da problemática *“O sumiço das lixeiras”*. As professoras levantaram alguns questionamentos para que os alunos pudessem analisar o problema: *“Por que não havia lixeiras na escola?”*, *“Quem as teria retirado?”*, *“Por que os lixos e resíduos não foram recolhidos no dia anterior?”*, *“Por que os resíduos estavam todos espalhados?”*, *“Que alternativa poderiam ter para recolher os resíduos espalhados?”*, *“Será que somente a volta das lixeiras resolveria o problema?”*, *“De que maneira poderiam resolver esse problema?”*, *“Como poderiam recolher os resíduos sem as lixeiras?”*. O segundo momento foi destinado para imaginarem como iniciou essa história (personagens, características, local...), levantando ideias sobre o problema e qual seria a solução para ele. Proposto isso, solicitou-se o desenho da história em três partes (início, meio e fim), e só depois foi solicitada a escrita do texto.

Nessa atividade, as professoras ofereceram aos alunos suportes necessários para a construção e sustentação da imaginação. Guaresi (2014) chama a atenção para o fato de que, para ocorrer a aprendizagem, é importante o ser humano ter conhecimentos prévios acumulados sobre o que está sendo apresentado. Por essa razão, somente após uma grande exploração é que as educadoras lançaram o desafio de as crianças construírem individualmente uma produção textual, cujo título seria *“O Sumiço das Lixeiras”*. Os estudos mostram que esses conhecimentos prévios são a base de uma aprendizagem significativa. Sobre este assunto, Boujon e Quaireau (2000) relatam que a atenção e a utilização do raciocínio aumentam a assimilação do conteúdo da aula. É necessário lembrar, no entanto, que a vivência e a imaginação são essenciais no processo de aprendizagem.

Existe, no ambiente escolar da entidade descrita, a preocupação em desenvolver atividades que propiciem a memória, o que Ramos (2014) afirma ser fundamental à aprendizagem, e é ela que faz com que o indivíduo estabeleça relações significativas entre os conteúdos de aprendizagem e os conhecimentos prévios. Por essa razão, sempre que a produção textual é proposta no referido ano, é trabalhada inicialmente a problemática; depois, a descrição de características dos personagens e do local; as situações vivenciadas por esses personagens; os desafios que aconteceram e, finalmente, como foram resolvidos os problemas enfrentados e como tudo terminou.

Guaresi (2014) salienta que todo professor sabe que um dos grandes desafios da prática educativa é despertar o desejo de aprender dos nossos alunos. Frente a isso, as professoras da escola particular de Porto Alegre mostraram-se criativas e preocupadas em promover estratégias que facilitassem esse desejo, pois, de acordo com a psicanálise, o trabalho com o desejo e a motivação está muito relacionado com o fracasso ou sucesso escolar. Cabe ao professor introduzir essa motivação no seu aluno, uma vez que pesquisas neurocientíficas endossam a constatação de que o desejo de aprender e a curiosidade potencializam a aprendizagem.

Em outro momento, os alunos, junto com os seus familiares, tiveram uma tarefa de casa que correspondia à construção de um cartaz criativo sobre a separação dos resíduos sólidos e a preservação do meio ambiente. Os cartazes de conscientização foram espalhados pela escola, para que as outras turmas (de anos anteriores ou posteriores) também fossem motivadas a fazer parte desta campanha.

As discussões realizadas em sala de aula guiaram a elaboração de novas estratégias sobre os resíduos, o que ocasionou um aprofundamento sobre o assunto. Nesse momento, deu-se um enfoque à diferença entre lixo e resíduo, e o tema foi abordado da seguinte forma: o lixo é algo que não tem mais utilidade e não pode ser reutilizado; já os resíduos sólidos são materiais descartados que têm valor e podem ser reutilizados e/ou reciclados. Salientou-se também aos alunos que reciclagem é o termo utilizado para designar o reaproveitamento de materiais como matéria-prima para um novo produto (GARCEZ, 2010). Muitos materiais podem ser reciclados, e os exemplos mais comuns são o papel, o vidro, o metal e o plástico.

Com esses conhecimentos mais apurados, sentiu-se a necessidade de uma formação mais abrangente dos educadores perante o assunto. Assim sendo, uma equipe de professores responsável pelas estratégias do ensi-

no das Ciências Naturais foi em busca de uma capacitação com teorias sobre os resíduos, como separá-los, entre outros assuntos relacionados. Essa equipe criou um informativo para as professoras do 2º ano, com dados importantes e possíveis dúvidas, com suas devidas respostas, que poderiam ser levantadas pelos alunos em sala de aula. Acredita-se que, desta forma, as educadoras estariam mais preparadas, pois nenhuma delas havia tido em sua formação pedagógica alguma disciplina específica que aprofundasse a temática da gestão dos resíduos sólidos.

Segundo o PEC nº 83, a capacitação profissional é necessária e consiste na busca por atualização e aprimoramento teórico e prático de conhecimentos, competências e habilidades exigidas para o exercício das funções, associados à compreensão e à assimilação da identidade e da missão do Colégio.

Diante de toda essa preocupação com a aprendizagem, e com o entendimento de que a escola deva trabalhar a formação de valores por meio de atitudes – o que fortalece a ideia da interdisciplinaridade –, foi apresentado para as turmas um jogo sobre a separação dos resíduos de acordo com o padrão de cores estabelecido pela resolução nº 275 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente): papel (azul), vidro (verde), plástico (vermelho), metal (amarelo) e orgânico (marrom). Essa decisão foi tomada porque as professoras consideram importante a ludicidade como uma aliada da aprendizagem, uma vez que, por meio desta prática, as crianças desenvolvem a capacidade de raciocinar, argumentar, tentar e acertar, fatos esses essenciais para a aprendizagem. Sendo assim, o lúdico é trabalhado como um dos princípios da prática pedagógica e um dos maiores responsáveis pela criatividade na infância. O jogo foi trazido ao grupo de alunos como mais um meio de motivá-los. Para Izquierdo (2002), o cérebro é bastante suscetível aos estímulos; por essa razão, a experiência modifica-o, fazendo com que ocorra a aprendizagem.

O jogo continha desenho de lixeiras em papel cartolina nas cores azul, amarela, vermelha, verde e marrom, contendo etiquetas com as descrições individuais: papel, vidro, plástico, metal e orgânico. Cada lixeira era da cor correspondente ao tipo de resíduo. Também foi impresso o desenho de alguns objetos como: casca de banana, resto de bolacha, maçã mordida, jornal, panfleto, rolo de papel higiênico, lata de refrigerante, lata de sardinha, garrafa, tampinha de garrafa, poti-

nho, garrafa pet, entre outros. A professora propôs que todos sentassem numa roda, e no centro foram colocados os desenhos dos objetos e as lixeiras enfileiradas, de modo que todos pudessem visualizar e discutir sobre o jogo. O maior objetivo com essa atividade foi classificar cada tipo de resíduo nas lixeiras adequadas, ou seja, um aluno pegava o desenho de um objeto e deveria colocá-lo na lixeira correspondente. A cada objeto colocado na lixeira, a professora estimulava uma discussão sobre o assunto. Para Rodrigues e Cavinatto (1997), as pessoas devem ser bem orientadas sobre a separação desses resíduos, e o trabalho sobre a conscientização auxilia na preservação dos recursos naturais. Segundo eles, existe uma grande necessidade na mudança de hábitos em relação à conservação do meio ambiente. Assim, as professoras elaboraram suas estratégias de ensino visando enfatizar a importância dessa preservação e criaram coletores que foram implantados no corredor que levava às salas de aula do 2º ano, como mostra a figura 3.



Figura 3: Lixeiras confeccionadas com caixa de papelão e forradas com papel colorido.

Esses coletores foram construídos com materiais de baixo custo: caixas de papelão forradas de acordo com o padrão de cores estabelecido pela resolução nº 275 do CONAMA. A partir de então, surgiu entre os alunos o hábito de separarem os resíduos produzidos durante a hora do lanche. Ressalta-se que como o corredor era extenso, foram construídos dois jogos de coletores, os quais permaneceram no local do início do trabalho (mês de abril) até o último dia de aula no mês de dezembro. É necessário salientar que nos pátios da escola e em suas áreas externas existem outros tipos de coletores, que foram adquiridos no comércio.

Entende-se que a coleta seletiva é um sistema de recolhimento de materiais recicláveis ou reutilizáveis, tais como papéis, plásticos, vidros, metais e orgânicos,

previamente separados na fonte geradora (GARCEZ, 2010). Por esse entendimento, as crianças foram levadas a se conscientizar da importância da separação para que os resíduos sejam encaminhados às indústrias recicladoras e reaproveitados na produção de novos objetos.

Segundo Felix (2013), a coleta seletiva tem por objetivo minimizar o desperdício de matéria-prima e reforçar que a reciclagem é a forma mais racional de gerir os resíduos sólidos urbanos, com a finalidade de possibilitar mudanças conceituais, procedimentais e atitudinais.

Dentre os benefícios ambientais da coleta seletiva estão: redução da destruição de florestas nativas; diminuição da extração dos recursos naturais; diminuição da poluição do solo, da água e do ar; economia de energia e água; diminuição do lixo nos aterros e lixões; redução dos custos da produção, com o aproveitamento de recicláveis pelas indústrias; melhoria da limpeza e higiene da cidade; prevenção de enchentes; oportunidade de fortalecer as cooperativas, entre outros (GARCEZ, 2010).

Dessa forma, a fim de estimular a valorização dos resíduos, reaproveitá-los e reintroduzi-los no ciclo produtivo, as docentes incentivaram os seus alunos a colocar os resíduos gerados do lanche em seus respectivos coletores, com o intuito de facilitar a coleta.

Os alunos ficaram bastante entusiasmados com esse novo hábito. Vale ressaltar que, sempre que tivessem dúvidas sobre a separação, bastava perguntar às professoras. Por exemplo: “*Professora, em qual lixeira devemos colocar o papel alumínio?*”. Para que a coleta seletiva tenha sucesso, é importante a participação efetiva da sociedade e realizar investimentos para a sensibilização e a conscientização da população (GARCEZ, 2010).

O que essas professoras estão proporcionando, por meio da vivência, é o que Travassos (2006) chamou de mudanças de valores. O autor ressalta que o papel da escola não se reduz ao incentivo apenas da coleta seletiva, mas da conscientização da pessoa. Para Zuben (1998), o trabalho com a coleta seletiva nas escolas é muito importante, pois incentiva os alunos desde pequenos a separar os resíduos, desenvolvendo esse hábito para a vida adulta.

De acordo com o PEC nº 44, é importante avaliarmos as estratégias desenvolvidas, nas quais se observam a contextualização, a relação teoria e prática, a re-

flexão e a análise crítica. Tal trabalho proposto mostrou-se apreciar as diferentes dimensões do aprender e da criatividade de cada criança. Dessa forma, os alunos foram desafiados a construir, junto com seus familiares, algo útil às nossas vidas, reutilizando os resíduos gerados no final de semana em suas casas.

É importante destacar Garcez (2010), o qual nos esclarece que a reutilização consiste em transformar um determinado material já utilizado em outro. Já a reciclagem é um termo utilizado apenas para os materiais que podem voltar ao estado original e ser transformados novamente em um produto igual em todas as suas características. Assim sendo, o conceito de reutilização é diferente do de reciclagem; desta forma, os alunos tiveram que ter muito cuidado na escolha da sua produção.

No dia marcado, as crianças mostraram aos colegas as suas construções por meio da prática da reutilização dos resíduos. Foram apresentados objetos criativos como: garrafa pet com colher de pau para colocar comida de passarinho; poltrona feita com garrafa pet; porta-papel higiênico; *nécessaire*, porta lápis, cofrinho, entre outros. Por meio da vivência, os discentes puderam entender melhor o significado da reutilização de produtos já fabricados, economizando, assim, matéria-prima e energia. Os termos “repensar, reciclar, recusar, reduzir e reutilizar” fizeram-se presentes nas discussões das aulas, e uma bela exposição foi criada (Figura 4).



Figura 4: Exposição dos trabalhos construídos através da reutilização de resíduos.

As professoras do 2º ano acreditam que as atividades com a Educação Ambiental proporcionam o esclarecimento ao aluno sobre os benefícios da reciclagem

e a preservação do meio ambiente, além de ter um trabalho paralelo com outras áreas do ensino, como ciências humanas e ciências exatas. Dessa forma, a escola estará contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidir, criticar e atuar na sociedade de uma forma comprometida com a natureza e o bem-estar de todos. Para Klein (2015), a responsabilidade principal da formação dentro da escola, sendo esta moral ou intelectual, está relacionada ao trabalho desenvolvido pelo professor.

Os trabalhos construídos com resíduos foram expostos no *hall* principal da escola, e as crianças estavam motivadas a apresentar suas ideias para todos os seus familiares e a comunidade escolar.

Também foram realizadas atividades como: leitura e interpretação de textos; problemas matemáticos; construção de gráficos; jogos na Informática; vídeos explicativos e informativos; poemas; letra de música; comparação dos resíduos produzidos nas zonas rurais e urbanas, entre tantas outras que envolveram e estimularam as dez turmas do 2º ano desta escola. Ramos (2014) ressalta que tais atividades realizadas em aula e a prática da resolução de problemas que envolvem planejamento desenvolvem habilidades cognitivas que tornam o sujeito competente, permitindo-lhe interagir com o meio em que vive.

Os relatos trazidos pelos alunos sobre a atividade mostraram que, por meio das suas atitudes, puderam compreender melhor os cuidados que devem ter com o ambiente que os cerca, bem como enfatizaram os cuidados que, a partir dessas estratégias desenvolvidas, estão tendo com a separação dos resíduos em seus lares. A escola entende que as crianças devam formar hábitos de cooperação, respeito e responsabilidade com o tema proposto a partir das estratégias pedagógicas desenvolvidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de explorar a Educação Ambiental em sala de aula deve-se à possibilidade de favorecer uma abordagem do conhecimento científico vinculado à sua aplicação prática no cotidiano do aprendiz. O conhecimento sobre resíduos e lixo pôde se tornar mais relevante e possibilitou a formação de cidadãos mais conscientes de seus envolvimento e suas responsabilidades nos contextos vivenciados. Essa constatação deu-se a partir dos relatos trazidos pelas crianças e pelos comentários das famílias aos professores e à coordenação pedagógica. É importante ressaltar que todo o trabalho desenvolvido estava de acordo com a faixa etária dos alunos.

O relato desta experiência reforçou a ideia de que a escola é realmente um lugar de transformações, o qual,

por meio das estratégias desenvolvidas, promoveu a conscientização, a socialização, a reflexão e a construção de vivências que geram o aprendizado. A proposta deste relato de experiência foi mostrar, por meio da prática, o envolvimento das crianças e as habilidades adquiridas. Conclui-se que, para que ocorra a aprendizagem, é preciso que o aluno seja desafiado a pensar e motivado a agir. Quanto ao início do trabalho, em que foram trazidos para salas de aula os personagens (monitores fantasiados), comprovou-se que o entrelaçamento com a imaginação desperta no aluno a curiosidade, a observação e, assim, a construção de novos conhecimentos, além de oportunizar escolhas e experiências novas.

No decorrer das atividades e das estratégias desenvolvidas, percebeu-se, por meio de comentários, que os alunos estavam praticando a coleta seletiva também em suas casas, além de motivar seus familiares para fazerem o mesmo. Desde que se iniciou o trabalho da seleção dos resíduos nas caixas expostas no corredor, as crianças mostravam-se preocupadas com a separação na hora do lanche, pois era o momento em que mais geravam resíduos. Este trabalho demonstrou que o interesse e a prática fazem com que a criança desenvolva hábitos importantes em sua vida, podendo ir além do ambiente escolar. Além disso, a valorização e a conscientização que se iniciou no 2º ano do Ensino Fundamental terá continuidade nos anos seguintes, com enfoque em novas abordagens sobre os resíduos.

Como culminância do trabalho desenvolvido desde o início do ano letivo e do envolvimento dos alunos com relação ao assunto e aos hábitos adquiridos com os resíduos, principalmente dentro da escola, cada criança recebeu um certificado de comprometimento com o meio ambiente. A educação jesuíta aplicada na escola relatada prioriza atividades motivadoras que envolvam raciocínios reflexivos, lógicos e críticos frente ao tema estudado. Assim sendo, esse certificado é um ato simbólico desse envolvimento, pois, segundo Klein (2015), a educação está envolvida com a formação integral da pessoa.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil 2009**. São Paulo: Abrelpe, 2009.
- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil 2010**. São Paulo: Abrelpe, 2010.
- BOUJON, Christophe; QUAIREAU, Christophe. **Atenção e aproveitamento escolar**. Tradução Ana Paula Castellani. São Paulo: Loyola, 2000.

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos** – Versão Preliminar. Brasília, 2010. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/253/\_arquivos/versao\_preliminar\_pnrs\_wm\_253.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. **Resolução 275 do CONAMA**; Estabelece código de cores para diferentes coletores e transportadores. Brasília: CONAMA, 2001.
- FELIX, Rozeli Aparecida Zanon. Coleta seletiva em ambiente escolar. **REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 18, 2013.
- GARCEZ, Lucília Garcez; GARCEZ, Cristina Garcez. **Lixo – coleção Planeta Saudável**. São Paulo: Callis Editora, 2010.
- GUARESI, Ronei. Repercussões de descobertas neurocientíficas ao ensino da escrita. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 23, n. 41, p. 51-62, jan./jun. 2014.
- IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Porto Alegre: ArtMed, 2002.
- KLEIN, Luiz Fernando (org.). **Educação Jesuíta e Pedagogia Inaciana**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- LOUREIRO, C. F. B. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em Educação Ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R.S. (org.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo, Cortez, 2000.
- MINC, Carlos. **Ecologia e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 2005.
- PEC. **Projeto Educativo Comum**. Edições Loyola, 2016.
- RAMOS, Daniela Karine. Cognoteca: uma alternativa para o exercício de habilidades cognitivas, emocionais e sociais no contexto escolar. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 23, n. 41, p. 63-75, jan./jun. 2014.
- REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- RODRIGUES, Francisco Luiz; CAVINATTO, Vilma Maria. **Resíduos. De onde vem? Para onde vai?** São Paulo: Editora Moderna. 1997.
- TRAVASSOS, Edson Gomes. **A prática da educação ambiental nas escolas**. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- ZUBEN, F. V. Meio Ambiente, cidadania e educação. **Departamento de Multimeios**. Unicamp: Tetra Pak Ltda, 1998.

# A PERCEPÇÃO DO PROFESSOR FRENTE À AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

## TEACHER'S PERCEPTION OF LEARNING EVALUATION

*Shirlei Alexandra Fetter<sup>1</sup>*

*Raquel Karpinski Lemes*

*Cleci Senczkowski da Silva*

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo analisar a forma de avaliação da aprendizagem. A pesquisa apresenta viés qualitativo e foi realizada com três professores e três alunos de 3º ano ao 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública da rede municipal. Com os resultados obtidos, pôde-se perceber que o processo de avaliação se destaca no Projeto Político-Pedagógico da escola e nas atividades práticas de avaliação realizadas pelos docentes. Conclui-se que a avaliação é importante ao considerar o processo de aprendizagem no decorrer do percurso.

**Palavras-chave:** Professores. Aprendizagem. Avaliação. Relação.

**Abstract:** The present study aims to analyze the form of evaluation of learning. The qualitative research project was carried out with three teachers and three students from the 3rd to the 5th year of elementary school in a public school of the municipal network. With the results obtained, it was possible to perceive that the evaluation process stands out in the school's Political-Pedagogical Project and in the practical evaluation activities carried out by the teachers. It is concluded that evaluation is important when considering the learning process during its course.

**Keywords:** Teachers. Learning. Evaluation. Relationship.

### 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A avaliação da aprendizagem é um fator importante e polêmico no meio escolar. Esse assunto gera dúvidas e discussões entre o grupo docente quanto à melhor forma de avaliar e a que instrumentos utilizar no processo avaliativo. Compreende-se que a avaliação é parte integrante do processo educativo, sendo um acompanhamento que o docente realiza com uma constante reflexão, o qual verifica as dificuldades discentes, assim como as falhas durante o processo, adequando métodos de ensino, retomando conteúdos, a fim de possibilitar a aprendizagem (LUCKESI, 1995).

Diante da problemática que instiga o aprofundamento sobre esse assunto, busca-se compreender se a

avaliação está sendo conduzida para fins de aprendizagem na visão dos professores. À frente da questão, justifica-se esse assunto por ser a avaliação utilizada em muitas escolas como um instrumento que busca promover ou não um aluno no fim de um ciclo. Diante dessa proposição, surge a nota, a qual, muitas vezes, acaba evidenciando os alunos à falta de capacidade, causando constrangimento ou receio quanto à questão avaliativa (HOFFMANN, 2008).

Durante a apresentação dos caminhos metodológicos, apresentam-se os aspectos formais da realização desse estudo, bem como o tipo de pesquisa, além da forma como foi realizada a coleta de dados, com quem as entrevistas foram feitas, de que forma e também se

---

<sup>1</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional pela FACCAT. Possui graduação em Pedagogia pela FACCAT (2012). Especialização em Gestão Educacional, com ênfase em Orientação e Supervisão pela FACCAT (2014). Especialização em Mídias na Educação pelo IFSUL (2015). Curso de Aperfeiçoamento de Professores para Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva pela FURG (2015). Aperfeiçoamento em Professor para a Educação a Distância pelo IFRS (2017). Cursando especialização em Informática Instrumental para Professores da Educação Básica pela UFRGS. Aluna PEC do Curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Professora na Rede Municipal de Parobé. [fettershirlei@gmail.com](mailto:fettershirlei@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestre em Educação, UFRGS. [raquelk@faccat.br](mailto:raquelk@faccat.br).

<sup>3</sup> Pedagoga, FACCAT. [clecisenckowski@sou.faccat.br](mailto:clecisenckowski@sou.faccat.br).

menciona que se optou em preservar a identidade dos participantes da pesquisa; assim, para manter o sigilo decidiu-se não citar o nome do município, da escola e utilizaram-se pseudônimos ao se referir aos mesmos.

Apresenta-se o alinhamento teórico tem como base os conceitos sobre a dimensão dialógica da avaliação, em que acontece apreciação constante com a prática, quando os envolvidos colocam-se um no lugar do outro, trocam ideias e, juntos, procuram soluções para as dificuldades existentes, promovendo uma ressignificação do aprender e do ensinar, visto que é um processo de construção conjunta de conhecimento (ESTEBAN, 2002).

Assim, aborda-se a avaliação da aprendizagem e sua importância apresentando os dados obtidos através das entrevistas com os professores. Além disso, foram apresentadas as respostas das entrevistas, destacando os fatos importantes das observações das aulas e da análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP), as quais foram analisadas à luz dos teóricos em prol da construção de saberes e de uma real aprendizagem.

O sistema de avaliação apresentado à escola, e essa, dentro de seu referencial teórico, aos professores, os quais têm por incumbência conciliar requisitos do sistema, da escola e as problemáticas de aprendizagem em sala de aula. Por vezes, os instrumentos avaliativos não são utilizados para compreender se a avaliação está sendo conduzida para fins de aprendizagem, mas em apresentar o significado da avaliação da aprendizagem, aprovar ou reprovar, eis a questão.

### 2 PERCURSO METODOLÓGICO DO ESTUDO

O presente estudo é uma pesquisa qualitativa, cujo foco é de cunho exploratório, e os instrumentos utilizados foram entrevistas, análise documental do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, no que se refere à avaliação e às observações das aulas.

Sendo assim, a investigação tem por objetivo descobrir qual é a importância da avaliação e a sua interferência na aprendizagem. Portanto, assumiu um caráter descritivo e exploratório com coleta de dados e reflexão sobre os mesmos. A observação realizou-se em uma escola pública da rede municipal de ensino, na região do Vale do Sinos, com turmas de 3º ano ao 5º ano, para verificar como os alunos são avaliados no Ensino Fundamental, anos iniciais. Entrevistaram-se os professores titulares que trabalham com cada turma e um aluno por turma, somando-se, assim, seis entrevistados, somando três professores.

Quanto ao período de exploração das turmas, durou aproximadamente um mês. Os encontros foram

realizados semanalmente; cada um teve em média 30 minutos de duração, e cada observação das aulas foi de, aproximadamente, uma hora, em cada turma. Os fatos pertinentes a essas observações foram incorporadas, junto às entrevistas, na análise de dados.

A identidade dos entrevistados foi preservada; para isso foram usados pseudônimos, professora A, professora B e professora C. Os participantes da pesquisa receberam um documento que assegura a proteção de sua identidade, explicando como seria esse processo. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) especifica que os participantes não teriam nenhum privilégio pessoal e que poderiam abandonar a investigação a qualquer momento, e ainda poderiam se omitir das respostas àquelas perguntas que lhes causassem algum constrangimento.

A entrevista foi composta por questões, porém, durante a sua realização surgiram outros questionamentos, que foram incorporados à análise de dados. Ela foi gravada, e, posteriormente, as respostas foram descritas pela acadêmica e apresentadas nesse trabalho. A análise de dados consistiu em diálogo entre a teoria e a prática, assim, como as reflexões que se fazem presentes. Conforme Moraes (1999), a análise de dados deste estudo dividiu-se em três etapas: a categorização, a descrição e a interpretação.

### 3 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NÃO É ALGO MERAMENTE TÉCNICO

Quando os professores falam em avaliação, muitos alunos ficam com medo e apreensivos quanto ao que vai ser cobrado na prova, pois esse é um momento tenso e de muita pressão para os discentes. O preconceito que Hoffmann (1992) aborda, é uma prática avaliativa em que o professor reproduz suas vivências enquanto estudante. Ainda para a autora, a avaliação é um processo natural que acontece para que o professor tenha uma noção dos conteúdos assimilados pelos educandos, bem como para saber se as metodologias de ensino adotadas por ele estão surtindo efeito na aprendizagem.

Outrora, avaliar significava apenas aplicar provas, dar uma nota e classificar os alunos em aprovados e reprovados. Atualmente, o processo avaliativo é entendido não só como o resultado dos testes e provas, mas também como os resultados dos trabalhos e/ou pesquisas que os pupilos realizam. Assim, ele se constitui de várias formas de avaliar e verificar a aprendizagem e entendimento dos alunos (HOFFMANN, 1992).

A aprendizagem é uma construção contínua que cada criança realiza; por isso, a avaliação não se limita a testes e provas, mas sim a toda a construção de apren-

dizagem, realizada durante o processo de aprender e ensinar. Luckesi (1995, p. 66) destaca que “a avaliação é um julgamento de valor sobre as manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão”. O autor afirma que a avaliação possui três elementos sequenciais, os quais são o juízo de valor, o objeto de avaliação e a tomada de decisão. A avaliação é um juízo de valor, o qual deve possuir um padrão ou critério estabelecido, onde o desenvolvimento do aluno se torna cada vez mais satisfatório, na medida em que se aproxima desse padrão; e insatisfatório, na medida em que se distancia do mesmo.

Quanto ao objeto de avaliação, Luckesi (1995) explana que o julgamento, embora seja qualitativo, não é inteiramente subjetivo, porque o juízo depende dos indicadores da realidade, ou seja, da finalidade dessa avaliação. O autor ainda cita o exemplo da avaliação na área matemática, pois, quando se avalia o saber e o raciocínio, geralmente os professores esquecem outros fatores, priorizando um critério.

Referente à questão sobre como a avaliação conduz a uma tomada de decisão, Luckesi (1995, p. 33) menciona: “significa obrigatoriamente uma tomada de posição sobre o objeto avaliado”. A ideia pressupõe uma análise das dificuldades do aluno que desencadeia um posicionamento a respeito de como agir frente a essas situações, sendo, assim, uma tomada de decisão do docente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/96) estabelece que o rendimento escolar do aluno seja considerado como processo contínuo e cumulativo, assim sendo o seu desempenho no decorrer do processo, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e, conseqüentemente os resultados ao longo do período (BRASIL, 1996). A avaliação do processo de ensino e aprendizagem é realizada de forma contínua e cumulativa, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno. Por certo, não deve priorizar apenas o resultado ou o processo, mas deve, como prática de investigação, interrogar a relação ensino – aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades, de uma forma dialógica.

Equitativamente, Sant’Anna (1995) segue a LDB, mencionando que a avaliação é um processo característico de temporalidade, continuidade, totalidade, organicidade e orientação para um fim. Melhor dizendo, deve integrar-se, ser contínua, dinâmica, progressiva, abrangente, voltada para o aluno, cooperativa, versátil e produtiva. Com base nas afirmações acima, pode-se perceber que o processo de avaliação deve considerar todo um processo, principalmente por se tratar de um todo, que visa uma produção de conhecimento.

Segundo os Parâmetros Curriculares, a concepção de avaliar é a seguinte:

A avaliação vai além da visão tradicional, que focaliza o controle externo do aluno, através de notas ou conceitos, para ser compreendida como parte integrante e intrínseca ao processo educacional. A avaliação, ao não se restringir ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno, é compreendida como um conjunto de atuações que tem função de alimentar, sustentar e orientar a orientação pedagógica (BRASIL, 1997, p. 55).

Nesse sentido, Hoffmann (2014) expõe que avaliar é acompanhar o aluno em sua evolução e desenvolvimento, para que seja possível perceber as suas dificuldades e o seu entendimento do conteúdo, assim como o seu crescimento. A autora ainda define o termo avaliação: “[...] refere-se a um conjunto de procedimentos didáticos que se entendem por um longo tempo e em vários espaços escolares, de caráter processual e visando sempre à melhoria do objeto avaliado” (HOFFMANN, 2014, p. 13).

Nesta continuidade, a avaliação é um processo que visa à melhoria do educando em seu ato educacional. Hoffmann (2014) destaca que a avaliação não é um julgamento, mas uma forma de acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem de uma criança, visto que durante esse percurso ocorrem mudanças em diversas áreas, e esse acompanhamento deve gerar intervenções que favoreçam ao máximo o seu desenvolvimento integral. A autora ainda afirma que a avaliação envolve um conjunto de procedimentos e ações, o qual denomina de fazer pedagógico.

Nessa perspectiva, avaliar é um ato que visa à construção e ao desenvolvimento e reflete em atitudes pedagógicas. Luckesi (1995, p. 165) diz que “a avaliação é um ato de investigar a qualidade dos resultados intermediários ou finais de uma ação, subsidiando sempre a sua melhora”. O autor destaca que o principal objetivo da avaliação é promover uma mudança, sendo essa para melhoria do aluno, como forma de progressão em sua ação educativa.

Conforme Méndez (2002) o real sentido da avaliação é de verificar o crescimento do aluno, em prol da construção de um conhecimento significativo. Luckesi (1995, p. 174) manifesta-se sobre o mesmo aspecto, apontando que o objetivo da avaliação é “auxiliar o educando no seu desenvolvimento pessoal, a partir do processo de ensino e aprendizagem, e responder à sociedade pela qualidade do trabalho realizado”. Sendo assim, a avaliação é importante para auxiliar no crescimento do aluno e para mostrar à sociedade todo o trabalho que é feito na escola, em relação a cada indivíduo.

Melchior (2001, p. 18) retrata a importância da avaliação dizendo que “serve, antes de tudo, para identificar como o aprendiz está se movimentando frente às novas aprendizagens, o que já é de seu domínio, os objetivos que ele ainda não alcançou e quais são as suas dificuldades”. Através do pensamento dessa autora, pode-se perceber que a importância da avaliação é diagnosticar as dificuldades do aluno e também as suas facilidades.

Esteban (2002, p. 24) acredita que “a avaliação como prática de investigação tem o sentido de romper as barreiras entre os participantes do processo de ensino/aprendizagem e entre os conhecimentos presentes no contexto escolar”. Desta forma, a avaliação rompe barreiras no sentido de reconhecer as dificuldades dos alunos para, posteriormente, traçarem-se soluções e mediações para se adquirir o conhecimento. Hoffmann (2014) menciona que o sentido de avaliar é acompanhar o aluno em sua evolução e desenvolvimento, verificando as suas dificuldades, seu nível de entendimento e o seu rendimento.

Assim, a avaliação é um dos processos mais importantes para perceber o crescimento e o entendimento dos discentes mediante os conteúdos trabalhados e a forma com que o professor ensina. Após essa avaliação, o educador reflete e analisa os resultados, verificando se a metodologia utilizada está promovendo aprendizagem. Então, o mestre procura repensar a prática, realizar as alterações necessárias para que o discente possa construir o conhecimento de forma significativa.

#### 4 CONCEPÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Para melhor entendimento, destacam-se concepções sobre avaliação. Conforme Weber (2007), elas podem ser formativa, mediadora, emancipatória, diagnóstica e também somativa/tradicional. A autora ainda explica que na avaliação formativa o professor avalia o crescimento do aluno, durante o processo de ensino-aprendizagem, com o intuito de verificar as lacunas existentes durante tal processo, para então reformular a sua prática, garantindo, assim, a construção de novos saberes.

Quanto à avaliação mediadora, segundo a linha de Hoffmann (2000), essa consiste em um acompanhamento das hipóteses do aluno que se formulam ao longo do processo de ensino. A mesma tem por objetivo promover a intervenção que favoreça a descoberta de novos conhecimentos e a aquisição de um saber real. No entanto, o processo de ensino-aprendizado e a avaliação andam juntos e visam a uma construção conjunta do aluno e do professor.

Tratando-se de avaliação emancipatória, Weber (2007) explica que ela está ligada a fatores sociais, contribuindo para transformar uma realidade. A avaliação diagnóstica se refere ao acompanhamento contínuo, e o professor verifica em que momento do processo o aluno se encontra, selecionando atividades e intervindo diretamente, possibilitando a melhoria do aprendizado e da vida desse sujeito. Por fim, a avaliação somativa ou tradicional é aquela que atribui uma nota no fim de um ciclo.

Na metodologia deste trabalho, mencionou-se que os participantes da pesquisa foram os professores de uma escola pública. Destarte, apresenta-se a análise dos dados obtidos através de conversas com os docentes. Quanto ao gênero desses professores, coincidiu que todas são do sexo feminino. De acordo com o já mencionado, optou-se em não mencionar o município, a escola e preservar a imagem docente. Para tanto, inicia-se a relação dialógica entre a teoria e resultados obtidos a partir de entrevistas com as professoras A, B e C.

Diante dessas explicações, seguem as concepções de avaliação da aprendizagem das professoras entrevistadas:

A primeira entrevistada, professora A, diz que “A avaliação é muito importante para saber se o aluno está assimilando o que estou ensinando”. A segunda entrevistada, professora B, acredita que “A avaliação é um importante instrumento para o professor identificar se os alunos estão assimilando, ou não, os conteúdos estudados”.

Sobre o pensamento exposto pelas duas primeiras entrevistadas, pode-se verificar que as opiniões se direcionam ao encontro da corrente tradicional de educação e avaliação. Na perspectiva das entrevistadas, é a forma correta ensinarem os conteúdos e verificarem se os educandos estão ou não devolvendo aprendizagem. Quanto à professora C,

*“Bem, a avaliação para mim é um instrumento que vai mensurar, infelizmente é nesse sentido, tu vai mensurar o que o aluno realmente aproveitou, aprendeu durante as tuas aulas. Apesar de eu pensar que a avaliação é injusta, pois não é numa avaliação que o aluno vai demonstrar tudo aquilo que ele sabe, porque, às vezes, o aluno fica nervoso e não consegue resolver, e tu sabes que são alunos bons dentro da sala de aula. E também tem aqueles alunos que dentro da sala de aula não estão fazendo nada, e chegam na hora da avaliação, eles conseguem; então, por isso, eu acho que ela é meio injusta. Se ela é importante? É também, porque às vezes ali, tu tens uma noção de até que ponto o aluno está conseguindo e, às vezes, até para o professor se avaliar: Bah! Será que eu consegui trabalhar corretamente esse assunto, ou não? Será que deixei alguma lacuna? Será que eu não trabalhei? Alguma coisa eu deixei de fazer, portanto serve, também, para avaliar o professor”.*

Através das palavras dessa entrevistada, pode-se perceber que a sua concepção de avaliação e de fazer pedagógico está de acordo com as concepções avaliativas formadora, diagnóstica e mediadora. No entanto, a mesma menciona que não é no momento avaliativo que o aluno irá mostrar tudo o que ele sabe, por inúmeros fatores, sendo um deles o emocional. Percebe-se, por sua posição, que a educadora avalia a construção e o crescimento dos seus alunos. Durante a conversa, a mesma ainda diz que uma das finalidades da avaliação e sua importância é analisar a metodologia de trabalho do professor, verificando a necessidade de rever as metodologias.

Para discorrer sobre pensamento da entrevistada C, recorre-se às ideias de Freire (1997), no que se refere à importância da avaliação em seu sentido dialógico, isto é, através do diálogo. Nessa direção, a avaliação não é um avaliando o outro, e sim a avaliação conjunta de uma prática, envolvendo em seu desenvolvimento erros e acertos encontrados.

Em conformidade com Melchior (2001), pode-se destacar que a avaliação serve, antes de tudo, para perceber como o estudante está construindo a sua aprendizagem, o que já alcançou o que ainda não assimilou e, também, as suas dificuldades. Da mesma forma, Luckesi (1995) aborda os objetivos da avaliação, afirmando que sua consistência está em promover o desenvolvimento pessoal do educando, mostrando os resultados dessa intervenção à sociedade.

Em analogia, as posições das entrevistadas referentes ao objetivo da avaliação:

*“O objetivo da avaliação é ver se realmente a forma com que estou avaliando está dando certo e se eles estão entendendo, pois se eles não estão entendendo, eu tenho que mudar o meu método”* (PROFESSORA A).

*“A avaliação deve servir para identificar o nível de aprendizagem do aluno (diagnóstico), bem como seus progressos e dificuldades. Ela não deve ser um produto final do conhecimento do aluno, e sim ser usada como instrumento mediador de auxílio para o planejamento do professor, pois os conteúdos que os alunos ainda não assimilaram devem ser revistos com outras abordagens para melhor entendimento dos alunos”* (PROFESSORA B).

*“Acho que volta a questão da primeira. Refletir sobre a prática do professor para ver se realmente tu tá alcançando os objetivos propostos e para ver se realmente os alunos estão conseguindo repassar aquilo que tu passaste”* (PROFESSORA C).

Através das falas das educadoras, percebe-se que há concordância quanto à perspectiva de diagnóstico de avaliação. Sobre isso, o sentido é verificar o que o aluno

assimilou e aprendeu durante o processo e também o que precisa ser retomado; ademais, a avaliação assume a função de considerar a prática do professor – ponto mencionado pelas três participantes –, esclarecer e analisar se a metodologia do professor está desempenhando e garantindo a aprendizagem dos alunos; caso contrário, novos caminhos necessitam ser trilhados tanto na avaliação quanto no processo ensino-aprendizagem.

Conforme Hoffmann (1992), a avaliação parte de um processo natural, o qual possibilita uma reflexão e percepção por parte do professor a respeito do que o aluno sabe e o que precisa ser retomado, e até mesmo para saber se a metodologia de trabalho está surtindo efeito. Bonboir (1976, p. 55) afirma que, se não há eficácia no ensino, “é um sinal que tudo deve ser revisto: a metodologia não está conectada; enquanto o insucesso se manifestar, será necessário proceder a ajustamentos, aperfeiçoar o modo de ação”. Luckesi (1995) complementa dizendo que a avaliação existe para promover a aprendizagem do aluno.

Diante do exposto, percebe-se que as entrevistadas reconhecem que a função não só da avaliação, mas também da escola, é de assegurar a aprendizagem dos alunos, mesmo que para isso seja preciso modificar a forma de trabalho de cada professor, pois a escola deve garantir o crescimento intelectual de cada aluno.

Existem inúmeros caminhos e formas de avaliar um aluno, que dependem da concepção pedagógica de cada professor e dos caminhos escolhidos pela escola, para nortear o fazer pedagógico e a avaliação. Quanto às formas de avaliação que as participantes dessa pesquisa conhecem e utilizam, seguem suas explanações: “Eu faço quatro avaliações por trimestre, uma de português, uma de matemática, um ditado e produção de frases” (PROFESSORA A).

Percebe-se que a entrevistada valoriza o produto final do conhecimento. A verificação da aprendizagem dos alunos, que é realizada por meio de testes, um processo somativo, a qual Weber (2007) menciona ser uma verificação que ocorre no final de um ciclo e, após, atribui-se uma nota. Diante disso, percebe-se a valorização do produto final e não da construção realizada pelo educando. Já professora B valoriza toda a construção que o aluno faz em sala de aula, tanto em aprendizagens quanto em atitudes; ela mesma a denomina de uma avaliação integral. “Como professora das séries iniciais, costumo avaliar meus alunos de forma integral, ou seja, através das participações nas aulas, realização das atividades feitas de forma oral e escrita, avaliações individuais, organização do caderno, etc.”.

Compreende-se que a professora B utiliza várias formas de avaliação, que correspondem à construção de aprendizagem desenvolvida em sala de aula pelo estudante. Dessa forma, percebe-se que a educadora possui preocupação com o crescimento dos seus pupilos; destarte, avalia de forma diagnóstica. Em consequência disso, Weber (2007) aponta que o processo o aluno se destaca a fim de melhorar a sua aprendizagem. Além disso, a entrevistada usa o aspecto formativo da avaliação, pondo em evidência o acompanhamento e crescimento dos alunos durante o processo, com o propósito de diagnosticar os lapsos de sua metodologia, para então reformular práticas, contribuindo para os alunos superarem suas dificuldades.

A professora C demonstra compreender o processo sobre avaliação. A mesma salienta que as formas de avaliar conhecidas por ela são: “*A qualitativa e a quantitativa*”. Portanto, foi instigada a explicar a concepção de avaliação. Assim, obteve-se a seguinte afirmativa:

*“Na quantitativa, se mensura o que o aluno aprendeu pela prova e atribui uma nota e, na qualitativa, tu vê o todo, vê o crescimento, não é somente ver como ele foi naquela prova, tu vais ver aquele exercício, vai ver dentro da sala de aula, então é assim, acho que é mais ampla, a forma de trabalho, tu vê o todo do aluno, não somente o que foi exposto no papel”* (PROFESSORA C).

Luckesi (1995, p. 35) aborda a questão da função da avaliação como “momento dialético no processo, em que se considera o desenvolvimento da ação, do crescimento à autonomia”. O autor reforça a questão do que está ocorrendo no processo, traçando-se ações que promovam crescimento e autonomia na busca pelo saber. Desta forma, a avaliação tem a função de analisar as atividades e meios a fim de programar as futuras ações docentes.

As escolas apresentam concepções e formas de avaliação, para acompanhar a construção do saber, tratando sobre os instrumentos avaliativos no Projeto-Político Pedagógico da escola. Em conformidade o PPP respalda:

[...] Além de ser contínua deve ser diversificada, possibilitando assim diferentes formas de trabalho, dando ao educando oportunidades de expor seus conhecimentos adquiridos durante o trimestre. Exemplo de avaliações a serem aplicadas: exercícios dissertativos, objetivos, trabalhos em grupo escritos e orais (teatros e outras formas de usarem as mídias).

Ao comparar-se o documento da escola com a LDB, nota-se que o mesmo foi elaborado em concordância com a lei, pois ambos estabelecem uma avalia-

ção diversificada e contínua. Quanto ao trabalho das professoras, percebe-se que as mesmas estão de acordo com a lei e com as sugestões de trabalho propostas no PPP da escola pesquisada, sendo que nele se menciona que a avaliação é trimestral e que devem ser aplicadas avaliações, como dissertativas, objetivas, entre outras.

### 4.1 CAMINHOS TRILHADOS PELA ESCOLA REFERENTES À AVALIAÇÃO

A pesquisa envolveu, como parte de um todo, a relação que se estabelece na avaliação de 3º ano ao 5º. A passagem encontrada no Projeto Político Pedagógico da escola acontece da seguinte forma: “Do 3º ao 5º: O professor oportunizará diversos trabalhos de avaliação, nas diferentes áreas de estudo que demonstram o grau de assimilação do processo ensino-aprendizagem do aluno e definirá uma nota global de 10 a 100, acompanhada de parecer descritivo.”

Quanto às entrevistas com as professoras, questionou-se sobre como acontece o sistema avaliativo da escola, se o mesmo é por trimestre, se a escola impunha algum instrumento avaliativo. A resposta da mesma e das demais entrevistadas foi a seguinte:

*“Funciona por trimestre, sendo a média 60 e a máxima 100. Na verdade a escola sugere que os professores devem ter no mínimo quatro avaliações por trimestre. Daí eu aplico uma de matemática, uma de português, um ditado e uma produção de frases, incluo nessa avaliação a questão da organização do caderno e também o comportamento, porque a turma é muito agitada”* (PROFESSORA A).

A professora B revela que “a maioria dos professores opta por provas descritivas, com ou sem consulta, e trabalhos individuais ou em grupos”. Neste mesmo sentido, a professora C expõe: “[...] que temos autonomia, a escola não impõe, vocês têm que fazer esse tipo de avaliação. Não, então usamos as duas formas, a quantitativa e a qualitativa”. Sustenta Luckesi (2000) que bons instrumentos avaliativos são aqueles que geram uma qualificação do aluno, ou seja, uma aprendizagem.

Corroborando, percebe-se que a escola não impõe nenhum tipo de avaliação, sugere uma nota trimestral de 10 a 100, mas ressalta que deve ser um acompanhamento global do educando e que essa nota deve estar acompanhada de parecer descritivo, isso ao se tratar de fechamento de trimestre. Nota-se que as professoras trabalham com os dois vieses, o quantitativo, quando se estabelece uma nota, e o qualitativo, ao verificar o crescimento dos alunos, referente a atitudes e aprendizagens.

Reforçando, Hoffmann (2014, p. 14) menciona que “mesmo que se acompanhe e conheça todas as rea-

ções de uma criança, não se estará avaliando, no sentido pleno, se a intenção não for a de auxiliá-la, de um fazer pedagógico que contribua para o seu desenvolvimento”. Portanto, o processo avaliativo tem como responsabilidade propiciar o desenvolvimento global do aluno, possibilitando-lhe a construção de novos saberes.

#### 4.2 PROTAGONISMO DISCENTE E DOCENTE FRENTE À APRENDIZAGEM

Em relação aos papéis dos envolvidos no processo avaliativo, seguem as opiniões das educadoras entrevistadas:

A professora A diz que “*O papel do professor é... [SILÊNCIO] ver até que ponto o aluno está aprendendo e o papel do aluno é transmitir o que foi ensinado*”.

*“O professor, enquanto mediador da aprendizagem, deve utilizar a avaliação para avaliar o conhecimento dos alunos e até mesmo o seu trabalho como educador, pois, através dela, é possível perceber se os alunos estão assimilando ou não os conteúdos estudados. A avaliação deve servir, única e exclusivamente, para identificar o nível de aprendizagem dos alunos e não como uma forma de castigo ou correção disciplinar. O aluno, por sua vez, apresentará todo o conhecimento adquirido durante as aulas, bem como suas dificuldades, pois numa prova bem elaborada é possível identificar o que o aluno aprendeu e o que não foi bem assimilado ainda” (PROFESSORA B).*

*“Penso que o aluno entende que o professor me deu vermelho na avaliação, mas ele não se dá conta que ele não alcançou as metas, ele não chegou ao objetivo daquela avaliação. Então, é complicado... Mas assim, ao mesmo tempo, é uma forma que tu tem de dizer para o aluno: Olha, você precisa melhorar tal coisa. Então assim, ele não tem aquela visão de uma parte, ele tem a visão do todo, acha que está conseguindo fazer tudo, mas quando ele percebe, não, eu não estou pronto o suficiente, e vale para o professor também, para ele se avaliar, para ver o quanto ele está atingindo o seu aluno ou não” (PROFESSORA, C).*

Ambas acreditam que o papel do professor na avaliação é refletir sobre se o aluno está aprendendo, verificando as suas dificuldades e, diante disso, elaborar formas e metodologias que se disponham a sanar as lacunas encontradas durante o processo de ensino. Quanto ao papel do aluno, segundo as mesmas, é demonstrar o que aprendeu, seja por meio do dia a dia em sala de aula ou em um momento avaliativo. Porém, a última entrevistada deixa transparecer que o papel do professor vai muito além de analisar as dificuldades do aluno, verificando as lacunas existentes, para então traçar novas formas de ensinar, visando à construção do saber. Ela dá a entender que o papel do professor é de media-

dor, pois, conforme Hoffmann (2000), consiste em um acompanhamento das hipóteses que vêm sendo formuladas pelo aluno, intervindo junto com ele em busca da construção de um novo saber.

Luckesi (2000) também trata do assunto enquanto acompanhamento do aluno, no que se refere à disposição de acolher, percebendo a sua dificuldade, para então criar novas estratégias para que a aprendizagem aconteça. A fala da terceira entrevistada vai ao encontro desse autor, na perspectiva de explicar ao aluno os motivos pelos quais ele não conseguiu alcançar os objetivos, o que ele conseguiu e o que faltou. Nessa perspectiva, percebe-se um acolhimento pela terceira professora.

Em fechamento, a função do docente, de acordo com os autores estudados, é refletir sobre a sua prática diária, acompanhando o educando em seu caminho de construção de conhecimento. Segundo Demo (2007), o compromisso docente é de atentar à aprendizagem dos alunos, diagnosticando suas dificuldades, retomando conceitos/conteúdos, e até mesmo reformular a sua didática, quantas vezes for necessário, a fim de garantir a aprendizagem dos alunos.

Dessa forma, define-se que o protagonismo do aluno quanto à construção do seu conhecimento de forma ativa e participativa, essa construção se desenvolve em todas as etapas, priorizando a singularidade de cada um, refletindo sobre a melhor forma de garantir a aprendizagem dos alunos diante de cada subjetividade.

#### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação é importante, sendo ela a forma como o professor avalia a aprendizagem dos alunos, verificando as suas dificuldades, e assim traça novos caminhos de ensino que venham ao encontro da aprendizagem.

Constatarem-se diversas formas e instrumentos avaliativos: no quantitativo avalia-se e atribui-se uma nota no fim de um ciclo, os qualitativos consistem em acompanhar e mediar a relação do estudante com o objeto de estudo, promovendo a construção da aprendizagem e fazendo-o entender a importância de desenvolver hábitos de estudo diários.

Através das entrevistas com as professoras foi possível perceber que algumas delas ainda confundem a avaliação da aprendizagem com um momento de verificação, restringindo a mesma a provas e outros instrumentos, por vezes esquecendo que o aluno é um sujeito integral em construção e um ser ativo no processo. Concepção que está caracterizada à linha tradicional de ensino na perspectiva da professora transmitir o conhecimento e o aluno recebê-lo para, em uma prova, mostrar

o que aprendeu como se fosse uma devolução de conteúdos.

Percebe-se a existência de exceções. Uma das professoras acredita que se deve avaliar o aluno por inteiro, valorizando todo o seu processo de construção, tanto de conhecimento quanto como cidadão, pois não é em uma prova que o aluno irá mostrar tudo o que ele sabe, pois muitos alunos ficam nervosos durante essa verificação e isso acaba interferindo em seu desenvolvimento, causando um bloqueio de ideias.

Porventura há outros que possuem dificuldade em expressar-se oralmente e, durante a avaliação, conseguem demonstrar por escrito o que aprenderam; ainda há aqueles que passaram o tempo todo agindo de forma irresponsável em relação aos seus estudos, não realizando as tarefas e perturbando a aula, e tais alunos estudam para a avaliação e acabam conseguindo. Sendo assim, entende-se a avaliação como injusta, porque nem todos os alunos tiveram o mesmo aproveitamento e interesse durante as aulas, nem mesmo possuem as mesmas habilidades.

Diante do exposto, faz-se necessário avaliar todo o processo de ensino e aprendizagem e de avaliação, verificando atitudes, diversificando instrumentos, observando como cada aluno aprende e o que ainda falta para aprender, para que sejam traçadas novas estratégias que sanem as dificuldades do aluno, em prol do principal objetivo da avaliação e da escola: possibilitar a aprendizagem dos alunos.

O Projeto Político-Pedagógico da escola pesquisada menciona as duas formas, sugerindo uma diversificação de métodos de ensino e avaliativos, porém, nas entrevistas e nas observações das aulas, verificou-se que as formas de ensino são expositivas, “o famoso quadro e caderno, ou até mesmo folhinha”; além disso, foi possível perceber que os instrumentos preferidos pelas avaliadoras são basicamente trabalhos, ditados e provas, realizados no fim de uma sequência de conteúdo, geralmente individuais, os quais não possibilitam uma troca entre a classe.

Em relação aos papéis dos envolvidos no processo, pode-se notar que as docentes reconhecem que a avaliação serve para analisar se os discentes estão aprendendo; caso contrário, devem fazer alterações em sua metodologia de trabalho, revendo seus conteúdos e diversificando os recursos de aprendizagem. Sendo assim, a função docente é identificar as dificuldades, durante o processo, refletindo, reformulando práticas para que a aprendizagem aconteça.

No que se refere ao papel do aluno, percebe-se apontamentos um tanto complicado, visto que os pro-

fessores esperam que ele seja comprometido, que consiga construir o seu próprio conhecimento e que o demonstre, mas, na verdade, o que acontece é uma falta de interesse e uma desmotivação, talvez por não terem tido a oportunidade de expressar-se de outra forma que não seja a escrita, ou até pelo método tradicional de ensino utilizado pelo docente.

Necessita-se uma ressignificação do ensino, desde a didática do professor, postura do aluno, a importância de hábitos de estudo, e até mesmo de uma inovação na forma de ensinar, por meio de trocas e reflexões entre mestre e discípulos. Grande parte dos alunos se vê apenas como receptores e reprodutores que precisam seguir padrões exigidos em documentos e tirar boas notas, quando deveriam compreender que a nota é um mero detalhe e que o importante é construir novos conhecimentos.

Sendo assim, a avaliação é um momento de reflexão, em que os envolvidos no processo avaliam uma prática de forma constante para que novos saberes sejam constituídos.

### REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BONBOIR, Anna. **Como avaliar os alunos.** Lisboa: Seara Nova, 1976.
- DEMO, Pedro. **Professor do futuro e reconstrução do conhecimento.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- ESTEBAN, Maria Teresa. Escola pública, comunidade e avaliação: resgatando a avaliação formativa como instrumento de emancipação. In: ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 7-28.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HOFFMANN, Jussara M. L. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista.** 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.** 18. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Avaliar: respeitar primeiro, educar depois.** Porto Alegre: Mediação, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** 19. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? **Revista Pátio**, Porto Alegre, n. 12, p. 6-11, fev./mar. 2000.

MELCHIOR, Maria Celina (Org.). **Avaliação para qualificar a prática docente: espaço para a ação supervisora**. Porto Alegre: Premier, 2001.

MÉNDEZ, Juan M. Álvarez. **Avaliar para conhecer: examinar para excluir**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, n. 37, mar. 1999.

SANT'ANA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?: Critérios e instrumentos**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

WEBER, Sônia Suzana Farias. **Avaliação da aprendizagem escolar: práticas em novas perspectivas**. 2007. 199f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007. Disponível em: <[http://cascavel.ufsm.br/tede/tde\\_arquivos/18/TDE-2007-12-21T192416Z-1203/Publico/SONIAWEBER.pdf](http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_arquivos/18/TDE-2007-12-21T192416Z-1203/Publico/SONIAWEBER.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2017.

# O QUE E QUEM RECLAMA? A zona do meretrício de Passo Fundo (RS) no jornal *O Nacional* (1949-1955)

## WHO IS COMPLAINING AND ABOUT WHAT? The red light district of Passo Fundo-RS in newspaper *O Nacional* (1949-1955)

Bruna Telassim Baggio<sup>1</sup>  
Marlise Regina Meyrer<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo analisa as representações da zona do meretrício de Passo Fundo (RS) no jornal local *O Nacional*, nos anos 1949-1955, quando o periódico lançou uma campanha para a retirada da zona da Rua Quinze de Novembro, no centro da cidade. Através das matérias publicadas e da fonte oral, busca-se estabelecer a relação dessas representações com a construção de um imaginário sobre aquele espaço que perdura até os dias atuais. Nesse processo os registros da imprensa se articulam à memória social coletiva na elaboração e legitimação de determinadas visões de mundo, que atuam sobre a sociedade.

**Palavras-chave:** Zona do meretrício. Imprensa. Memória.

**Abstract:** The article analyzes the representations of the red light district of Passo Fundo (RS) in the local newspaper *O Nacional* in the years 1949-1955, when the newspaper launched a campaign for the removal of the brothels from the downtown area. Through the stories published and oral sources, it seeks to establish the relation of these representations with the construction of an imaginary about that space that lasts until the present. In this process, press records are articulated with the collective social memory in the elaboration and legitimation of certain world-views that affect society.

**Keywords:** Red light district. Press. Memory.

### 1 INTRODUÇÃO

De acordo com uma matéria do jornal *O Nacional* intitulada “Uma verruga no nariz da cidade”, em 1949 a “metrópole da serra gaúcha” (Passo Fundo – RS) era “motivo obrigatório das conversas dos viajantes de todas as latitudes” devido à fama da zona do meretrício localizada no centro da cidade.<sup>3</sup> De fato, a cidade recebia muitos caixeiros-viajantes, que na época, segundo depoimentos orais, desembarcavam na estação de trem e iam direto para a rua Quinze de Novembro, desfrutar da zona do meretrício. O local teve seu auge entre as décadas de 1930 e 1940, e comportava *dancings*, restau-

rantes, bares, prostíbulos, cassinos, entre outros estabelecimentos, constituindo-se em um importante espaço de sociabilidade e de comércio para Passo Fundo e região.

Todavia, na década de 1950, o processo de urbanização em Passo Fundo e a preocupação de diversas instituições com a expansão de espaços de prazeres que infringiam os códigos de moralidade do município fizeram com que a zona do meretrício e sua localização no centro da cidade passassem a representar um problema para alguns setores sociais. Essa questão foi expressa pelo jornal local *O Nacional* em uma campanha para a retira-

<sup>1</sup> Graduada em História pela UPF, professora da rede municipal de São José dos Campos (SP).

<sup>2</sup> Doutora em História e professora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Escola de Humanidades da PUCRS.

<sup>3</sup> UMA VERRUGA no nariz da cidade. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 9, 10 out. 1949.

da da zona do meretrício da rua Quinze de Novembro, que iniciou-se em 1949 e terminou em 1955, após a determinação jurídica de um ano para a retirada dos estabelecimentos localizados na rua.

O objetivo do presente trabalho é analisar as formas como o jornal *O Nacional* de Passo Fundo/RS representou a zona do meretrício nas suas matérias, durante todo o período da campanha (1949-1955), estabelecendo a relação dessas representações com a construção de um imaginário sobre aquele espaço que perdura até os dias atuais. Embora o jornal seja tanto nosso objeto quanto fonte principal de estudo, também recorreremos à fontes orais para fundamentar o contexto histórico.

Os relatos são analisados à luz de referências bibliográficas sobre o contexto em questão, pois concordamos com Janoti (2010) quando ela aponta para a necessidade de se recorrer a fontes múltiplas, lembrando que o testemunho do depoente não é apenas um relato do que viu e ouviu, mas uma construção de um determinado discurso sobre o fato. A utilização dessa metodologia, aqui, liga-se diretamente à questão da memória. Interessa-nos a elaboração da memória coletiva do grupo. Nesse sentido, o conjunto de depoimentos e seus significados são entendidos na medida em que se referem à mesma realidade, ou seja, uma realidade comungada por todo o grupo social, adquirindo dessa forma um significado coletivo. Os relatos de memória atrelam-se aos registros publicados na imprensa do período, na medida em que os discursos veiculados no jornal [*O Nacional*] tanto respaldam certas visões de mundo da coletividade em questão quanto reelaboram tais visões, de acordo com seus interesses e/ou ideologias.

Ao privilegiarmos a imprensa, mais especificamente *O Nacional*, como fonte para nosso estudo, entendemos que ela se constitui num registro impresso dos acontecimentos da época sem descuidar, no entanto, de que foi elevado a esta categoria – acontecimento – por uma escolha dentro de uma multiplicidade de acontecimentos que permeiam a vida social. Por isso, é fundamental levarmos em consideração essa subjetividade, procurando identificar quais as forças que agem sobre uma ou outra representação e como elas poderiam influenciar a realidade ou mesmo quais as relações que mantêm com a realidade.

Para tal análise, recorreremos aos estudos de Charadeau, que define informação como um ato de transmissão, “que faria que com que o indivíduo passasse de um estado de ignorância a um estado de saber, que o tiraria do desconhecido para mergulhá-lo no conhe-

cido [...]” (CHARADEAU, 2006, p. 33). Todavia, problematiza essa transmissão a partir de algumas questões, como: Quem informa e por que informa? Qual é a natureza da informação? Quem é o receptor da informação e qual a sua relação com o sujeito informador? Enfim, “Qual é o resultado pragmático, psicológico, social desse ato e qual é seu efeito individual e social?” (CHARADEAU, 2006, p. 33). Dessa forma, o ato de “apenas informar” das mídias vai se transformando em uma ação a ser investigada. Nosso trabalho é tentar responder essas questões assinaladas por Charadeau, entendendo que nenhuma informação possui neutralidade ou factualidade. Informar é uma escolha, e “não somente escolha de conteúdos a transmitir [...] mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas” (CHARADEAU, 2006, p. 39).

O estudo das mídias possui origem nas décadas de 1960/70, quando “foi descoberto o homem social” – aquele que é o criador de sua sociedade e sua cultura e, ao mesmo tempo, o produto delas (BODERNAVE, 1997, p. 7). À medida que os meios de comunicação foram se aperfeiçoando e aumentando sua difusão, as influências dos meios de comunicação nesse “homem social” (que é produto de sua sociedade/cultura) cresceram, sendo cada vez mais reconhecidas. Hoje, compreendemos a mídia como um fator de peso na formação das sociedades modernas, estando presente em todas as esferas da sociedade. “O impacto dos meios sobre as ideias, as emoções, o comportamento econômico e político das pessoas, cresceu tanto, que se converteu em fator fundamental de poder e de domínio em todos os campos da atividade humana” (BODERNAVE, 1997, p. 33).

Uma das principais formas de poder exercido pela mídia é o poder simbólico. Para Thompson (2005, p. 24), os meios de comunicação são “um tipo distinto de atividade social que envolve transmissão e a recepção de formas simbólicas e implica utilização de recursos de vários tipos, todos eles decorrentes de alguma forma técnica”. Para o autor, “as ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descreer, apoiar os negócios de estado ou sublevar as massas em revolta coletiva” (THOMPSON, 2005, p. 24).

O período ora em estudo (1949-1955) caracteriza-se pela fase de transição da imprensa brasileira. Segundo Marialva Barbosa, na década de 1950 uma série de mudanças (modernização gráfica, editorial, lingüís-

tica e empresarial) transformou inteiramente a face do jornalismo:

O jornalismo da década de 1950 sedimentou uma série de mudanças que já vinham sendo implementadas desde a primeira década do século e que encontra na conjunta história dos anos 1950 eco favorável ao discurso de neutralidade. [...] O que se procura construir naquele momento é a autonomia do campo jornalístico em relação ao literário, fundamental para a autoconstrução da legitimidade da própria profissão. [...] a mítica da objetividade – imposta pelos padrões redacionais e editoriais – é fundamental para dar ao campo lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor (BARBOSA, 2007, p. 150).

O que Barbosa (2007, p. 152) expõe é a ideia de imparcialidade que os jornais passam a promover nesse contexto e como isso oferece reconhecimento do público do periódico como lugar de informação, “ainda que a carga opinativa não tenha sido alijada das publicações”. Todo esse processo resulta na afirmação do jornalismo como “fala autorizada em relação à constituição do real. O discurso jornalístico se reveste da aura de fidelidade aos fatos, o que lhe confere considerável poder simbólico” (RIBEIRO, 2000, p. 8 apud BARBOSA, 2007, p. 151).

Entretanto, podemos observar que nas matérias publicadas sobre a zona do meretrício *O Nacional* não adota o modelo da imparcialidade, desde o primeiro ano (1949), quando lança a campanha de retirada: “Somos de opinião que a zona do meretrício deve sair da parte central da cidade”<sup>4</sup>. Todavia, promove essa campanha com a justificativa de ser “um ponto de vista, aliás, ressaltado por todos”<sup>5</sup>, e que acredita “que o interesse coletivo sempre deve predominar sobre o particular”<sup>6</sup>. Nos títulos das matérias, cita a campanha como a “voz unânime do povo passofundense”<sup>7</sup>. Deste modo, promovia a ideia de neutralidade, quando se apresentava como defensor dos interesses de todos sem assumir interesses próprios. Como veremos posteriormente, esses interes-

ses existiam, assim como a retirada da zona do meretrício não era uma questão unânime.

A rua Quinze de Novembro em Passo Fundo – RS concentrou, ao longo dos anos 1940 e 1950, uma série de estabelecimentos voltados para atividades e práticas consideradas marginais pela sociedade tradicional da cidade. *Dancings*, cassinos, bares e pensões, que alugavam quartos para a prática da prostituição, compunham o cenário do local, que também era um espaço de sociabilidade, onde parte da elite masculina fechava negócios e fazia política. Um desses estabelecimentos se sobressaiu, ganhando fama nacional: o *Cassino da Maroca*, ou *Cassino Palácio*.

O Cassino recebia a elite local, visitantes de fora da cidade e mesmo do Estado. Era considerado inacessível para a maioria da população. Mulheres bem vestidas, vindas dos países vizinhos como Uruguai e Argentina, orquestras e mesas regadas a champanhe fazem parte do imaginário da cidade sobre o Cassino. Imaginário este retratado na obra da artista plástica Ruth Schneider<sup>8</sup>, a partir das memórias de seu padrao, motorista de táxi no local à época.

Os anos áureos da movimentação da Rua Quinze foram os da década de 1940 até meados de 1950. Em 1955, com a proximidade das comemorações do centenário da cidade, alguns membros da sociedade de Passo Fundo, com apoio das autoridades locais, promoveram, através do jornal *O Nacional*, uma intensa campanha para a retirada da zona do meretrício daquele local, que ficava praticamente no centro da cidade.<sup>9</sup>

A zona do meretrício era tema de diversas matérias do *O Nacional*, não somente vinculadas à campanha. “O que o povo reclama” era uma coluna reservada para reclamações dos passo-fundenses sobre a cidade, e a zona do meretrício foi o tema mais recorrente na coluna, conforme nossa pesquisa indica. O local também era citado com frequência nas “Ocorrências policiais” e nos artigos de opinião com políticos, padres e médicos.

Após o sucesso da campanha do *O Nacional* para a retirada da zona do centro da cidade e da mobilização

<sup>4</sup> APLAUSOS à campanha do Delegado de Polícia, em prol da MORALIDADE. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 04 fev. 1955.

<sup>5</sup> CANCELADAS licenças para os dancings na zona. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 10 fev. 1955.

<sup>6</sup> IMPÕE-SE a extinção da atual “zona do meretrício”. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 05 fev. 1955.

<sup>7</sup> PESA, como um anatema, sobre a cidade! A atual zona do meretrício deve ser extinta! É a voz unânime do povo PASSOFUNDENSE. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 09 fev. 1955.

<sup>8</sup> Ruth Schneider foi uma artista plástica, natural da cidade de Passo Fundo, cujos trabalhos ganharam expressão nacional. Entre suas obras destaca-se a coleção que retrata cenas das memórias de sua infância, entre as quais a série sobre o Cassino da Maroca, que lhe eram contadas por seu padrao. Atualmente parte de suas obras podem ser conhecidas no Museu que leva o seu nome na cidade de Passo Fundo: o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider em Passo Fundo/RS.

<sup>9</sup> Segundo depoimentos de antigos moradores, a rua, inicialmente, não ficava no centro, mais muito próxima do centro. Com a intensificação do desenvolvimento urbano da década de 1950, ela passou a ser considerada como parte da região central da cidade.

de alguns setores, a zona do meretrício, conhecida pelos atrativos que oferecia, em fins da década de 1950 já não existia mais na rua Quinze. Fora transferida para bairros afastados do centro da cidade (Xangrilá e Petrópolis).

Entretanto, mais de 50 anos após seu fechamento, a *Zona da Quinze* ainda é lembrada pelos moradores de Passo Fundo. Alguns a relembram como “uma rua proibida”,<sup>10</sup> “um espaço tolerado”<sup>11</sup>, outros, até mesmo como “lugar calmo”.<sup>12</sup> Independentemente da variabilidade do discurso sobre o local, o fato é que a rua Quinze de Novembro pode ser entendida como um *lugar de memória*. Na concepção do historiador Pierre Nora, o conceito refere-se a lugares com efeito material, simbólico e funcional, onde a memória se cristaliza, causado pela consciência da ruptura com o passado, despertando a encarnação da memória nos lugares. “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (NORA, 1993).

Entretanto, a instituição desse espaço como um *lugar de memória* não está livre de disputas. Disputas entre o que se quer lembrar e o que se quer esquecer, disputas, sobretudo, pelo reconhecimento da legitimidade do que é memorável no município. A memória legítima, entretanto, associa-se, muitas vezes, aos “abusos” do uso da memória, resultantes da manipulação da memória e do esquecimento pelos detentores do poder (RICOEUR, 2007, p. 93). O autor se refere à memória “instrumentalizada” para falar desses “abusos” e os relaciona com a problemática da identidade. As discussões sobre o tombamento do prédio onde se situava o Cassino da Maroca, “símbolo da boemia e da diversão das noites de Passo Fundo” (ROHRIG, 2016), evidenciam essa disputa pela memória, envolvendo a construção da identidade dos passo-fundenses.

Uma ação do Ministério Público sobre o tombamento do prédio do antigo Cassino da Maroca, na rua Quinze de Novembro, permanece aberta desde

2007. Depois de ter sido julgada improcedente pelo Judiciário em Passo Fundo e pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, o promotor recorreu das decisões junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). O prédio, além do Cassino, sediou posteriormente o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), uma delegacia e um sindicato. O prédio, um sobrado, foi construído no final dos anos 30 e inaugurado em 1941, projetado pelo construtor civil João de César a pedido de Isaltina Rodrigues, conhecida como Maroca. Segundo matéria publicada no jornal *Zero Hora*, de 20/09/2013, de uma lista de prédios a serem patrimonializados, organizada pela Universidade de Passo Fundo, somente a edificação do antigo Cassino não se tornou patrimônio.

Adquirido por dois empresários em 2010, o prédio foi reformado e, embora os proprietários tenham se comprometido com a manutenção da fachada original, constata-se sua descaracterização. Em depoimento para o jornal *O Nacional* (10/11/2010), um dos compradores, Igor Loss da Silva, explicou os motivos da Justiça não ter aprovado o tombamento até aquele momento: “[...] a Justiça considerou que não foi determinado o valor histórico do imóvel por ter sido uma casa de prostituição [...]”. A reportagem diz, ainda, que o sobrado não é considerado legalmente um imóvel histórico para a cidade.

## **2 A RUA QUINZE DE NOVEMBRO**

As matérias do jornal *O Nacional* ao longo do período analisado focaram na extinção/afastamento da zona do meretrício. Entre as justificativas, destaca-se o local em que a zona se estabelecia: a rua Quinze de Novembro. Segundo o periódico, a rua seria “um dos locais mais privilegiados”<sup>13</sup>, pois se encontrava na área central da cidade. Utilizando-nos de um mapa atual da cidade, destacamos a localização de um antigo estabelecimento da zona do meretrício, o Cassino Palácio (conhecido por “Cassino da Maroca”), a proximidade da zona com a Avenida Brasil (principal rua da cidade) e a localização da antiga estação ferroviária:

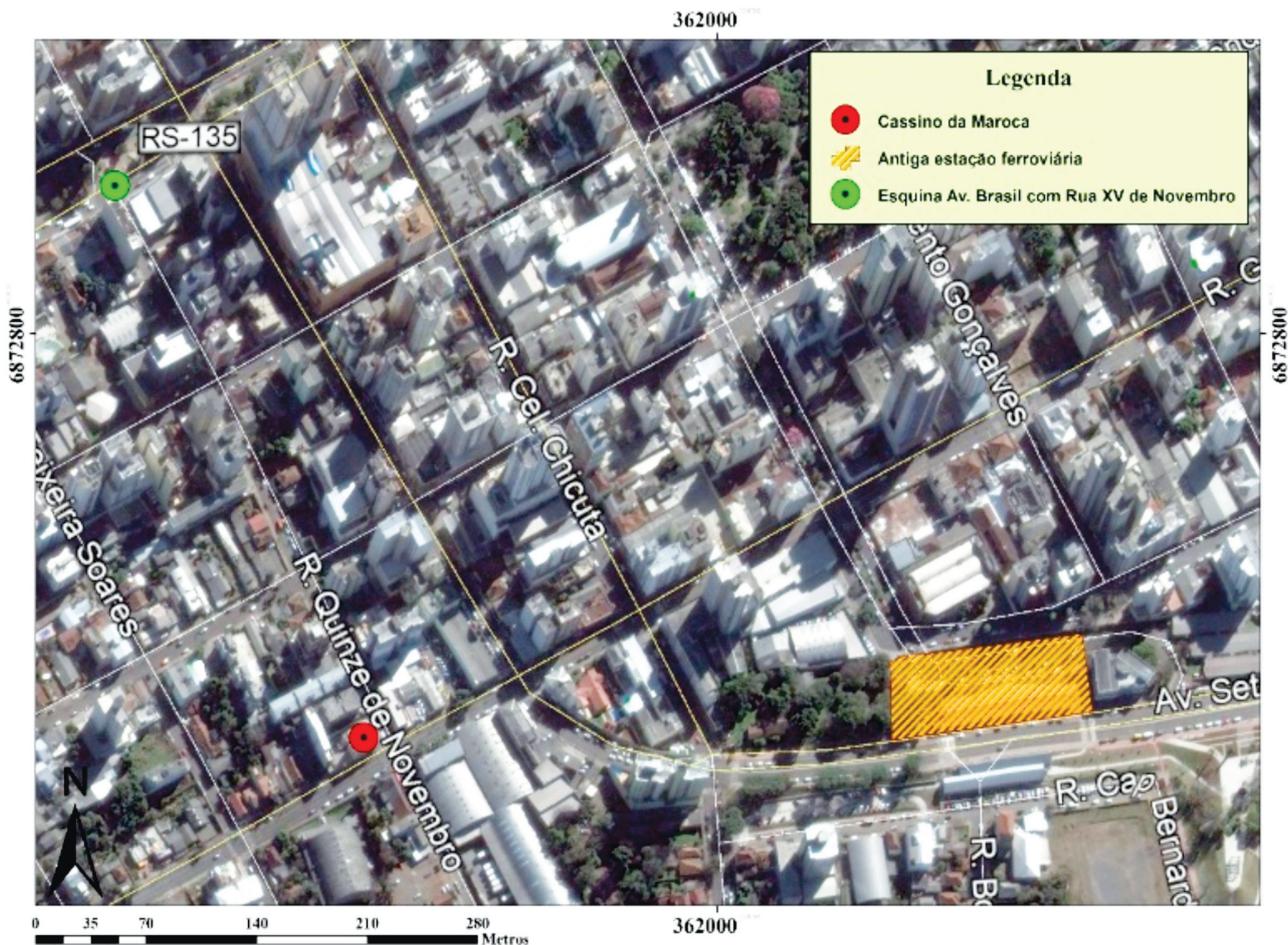
<sup>10</sup> DREHER, M. T. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyrer, 2016.

<sup>11</sup> MONTEIRO, P. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyrer, 2016.

<sup>12</sup> RIBEIRO, C. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyrer, 2016.

<sup>13</sup> PESA, como um anatema, sobre a cidade! A atual zona do meretrício deve ser extinta! É a voz unanime do povo PASSOFUNDENSE. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 09 fev. 1955.

Figura 1: Mapa atual da Rua Quinze de Novembro e seu entorno



Fonte: Google Maps. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-28.2625152,-52.4097836,17z>>. Acesso em: 19 set. 2017.

A proximidade da zona com a estação ferroviária antiga é relevante, pois os *dancings*, bares, cassinos, prostíbulos, restaurantes se estabeleceram na rua Quinze de Novembro em meados do século XX, período de desenvolvimento econômico em Passo Fundo em que o trem teve um papel fundamental:

O trem no Brasil significava um tremendo avanço rumo à adequação ao mundo que se modernizava em termos técnicos, em produção e desenvolvimento econômico. A indústria da madeira, a moageira, os matadouros e os frigoríficos, a rede de comerciantes, a pecuária, dentre uma série de outras atividades no município [Passo Fundo], tiveram na estrutura ferroviária a ponte necessária para a dinâmica produtiva e mercantil (TEDESCO, 2016, p. 39).

Fontes orais consultadas a respeito do funcionamento da zona do meretrício frequentemente citavam os ferroviários: “Aqui elas tinham as freguesias delas, porque aqui eram os ferroviários, né? O trem apitava, as mulheres ficavam “assanhadinhas”[...]”<sup>14</sup>. Também o jornal *O Nacional* destaca a proximidade da zona com a ferrovia, como uma justificativa para a retirada da zona da rua Quinze de Novembro: “Com o lupanar logo abaixo dos trilhos, quase no centro de Passo Fundo, que é que sucede?”<sup>15</sup>

A Quinze de Novembro abrigava estabelecimentos distintos frequentados por diferentes grupos sociais: as famílias, as prostitutas, as cafetinas, os homens da elite, os chamados “malandros”. Ao ser indagada sobre morar na rua Quinze de Novembro, uma de nossas en-

<sup>14</sup> HAHISI, M. T. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyer, 2016.

<sup>15</sup> UMA VERRUGA no nariz da cidade. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 9, 10 out. 1949.

trevistadas responde que as famílias “tinha um diferencial”<sup>16</sup>. A diferenciação desses grupos e suas identidades se expressavam de diversas maneiras: “Era comum nas casas das meninas ter uma luz vermelha ou uma rosa vermelha na porta e nas casas de família uma plaquinha ‘é de família!’”<sup>17</sup>.

No jornal *O Nacional* foi possível observar as diferenças nos discursos relativos ao Cassino em contraposição aos outros estabelecimentos da rua. Enquanto o jornal publicava anúncios do Cassino (no mês de fevereiro de 1949 encontramos 21 anúncios) identificando-o como “O maior centro de diversões noturnas no interior do Rio Grande do Sul!”<sup>18</sup>, situado na rua Quinze de Novembro, simultaneamente lançava protestos contra os estabelecimentos da zona do meretrício classificando-os como “mercado de mulheres”<sup>19</sup>.

A relação dos nomes dos diferentes estabelecimentos da rua (casa da Maria Preta, casa da Maria Italiana, bailante da velha Ticha, prostíbulo da Olivia, entre outros) revela a presença majoritária de mulheres como proprietárias e/ou como administradoras do negócio. Em uma matéria no ano de 1951, o jornal *O Nacional* publicou a intimação de um juiz (em virtude da presença de menores na zona do meretrício) a todas “as donas de pensão”<sup>20</sup>. Assim, o periódico também revelava a presença feminina na administração dos estabelecimentos. Em 1955, ao descrever um acordo proposto pelas autoridades para a retirada da zona do meretrício, o jornal cita os nomes dos proprietários representados por um advogado: de 35 pessoas, 25 são mulheres.

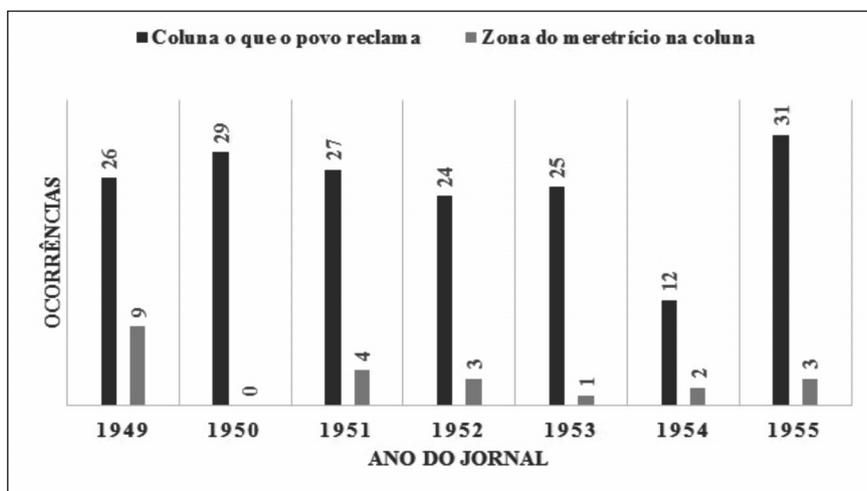
### 3 O QUE O POVO RECLAMA

A campanha proposta em 1949 a fim de retirar a zona do meretrício do centro da cidade, não surtiu efeitos e reapareceu somente quatro anos após sua primeira publicação, na edição de 15/04/1954, em um curto artigo na última página, denominado “O problema da localização do Meretrício”.

A questão só ganharia relevância nas páginas do jornal em 1955, com a aproximação do Centenário de Passo Fundo (1957). Porém, a partir da análise do período, é perceptível que, entre os anos 1949 até 1955, o jornal não deixou de fazer campanha a respeito da localização da zona do meretrício.

Passo Fundo vivenciava na década de 50 uma crescente urbanização, que pode ser evidenciada nas notícias do jornal *O Nacional* da época, como: a criação da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo (SPU), a instalação dos correios, a vinda do primeiro caminhão de bombeiros e a obra que ligaria a ferrovia de Passo Fundo a Porto Alegre, entre outras. Nesse contexto de transformações, a zona do meretrício no centro da cidade representava um problema que, evidentemente, o jornal *O Nacional* divulgava na sua coluna “O que o povo reclama”. O meretrício apareceu em 22 das 174 vezes em que a coluna foi publicada, sendo que os demais temas nunca se repetiram na coluna no período analisado, ou seja, somente a questão da zona do meretrício foi recorrente entre as reclamações publicadas no período:

Figura 2: Periodicidade da zona do meretrício na coluna “O que o povo reclama”



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa.

<sup>16</sup> LEMES, F. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyrer, 2016.

<sup>17</sup> PINHEIRO, N. W. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyrer, 2016.

<sup>18</sup> CASSINO Palácio. **O Nacional**, Passo Fundo, p. 4, 03 fev. 1949.

<sup>19</sup> A LOCALIZAÇÃO do meretrício. **O Nacional**, Passo Fundo, p. 3, 29 nov. 1949.

<sup>20</sup> É ABSOLUTAMENTE vedada a presença de menores na zona do meretrício. **O Nacional**, Passo Fundo, p. 4. 06 set. 1951.

A coluna “O que o povo reclama” era publicada sem uma periodicidade específica, destinada a dar espaço aos passo-fundenses, leitores do jornal, para exporem seu descontentamento com problemas da cidade. A temática das meretrizes e da rua Quinze de Novembro foi um dos temas mais abordados na coluna:

De alguns anos a esta parte, a zona do meretrício, que já ocupa uma vasta área nesta cidade, vai se alastrando pelos bairros, intrometendo-se entre as casas de família, procurando avassalar todos os recantos, pondo em polvorosa os moradores de diversas ruas que se consideram atingidos no seu decoro.[...] Torna-se necessária uma ação enérgica da policia, proibindo a continuação de tal fonte de escândalo, sem o que veremos, dentre em breve, todas as ruas tomadas pelas marafonas inextrucupulosas, ferindo profundamente o ambiente de moralidade e respeito da cidade.<sup>21</sup>

Na coluna “O que o povo reclama” as cartas destinadas ao “Sr. Mucio de Castro” apelavam para as autoridades, e na maioria das vezes eram assinadas em nome das “famílias”<sup>22</sup> ou sem nenhuma assinatura, como essa:

Os moradores das Vilas Luiza e Schell, bem como daquelas imediações, protestam contra o alastramento do meretrício para aquelas bandas saindo da zona demarcada da rua 15 de Novembro, houveram por bem fazer uma abaixa assinado, reclamando contra a falta de decoro das mulheres que se expõe em plena via pública, em algazarras até alta madrugada completamente embriagadas. [...]. Esse abaixo assinado foi levado ao sr. Prefeito Municipal, sendo logo baixado à sub-prefeitura que, por sua vez, o encaminhou á Delegacia de Policia, que é a única repartição competente para tomar as devidas providencias.<sup>23</sup>

O tópico principal de tais reclamações era a questão da questão da moralidade (“a falta de decoro”) e do espaço ocupado (“plena via pública”). Chama a atenção na matéria citada acima o termo “zona demarcada”. Não identificamos se havia uma demarcação jurídica/oficial da rua Quinze de Novembro como área de prostituição. Todavia, fica evidente que essa demarcação existia no imaginário social, quando diversas cartas de reclamações denunciavam casas de prostituição nas demais localidades, citando a zona do meretrício como contraponto.

As reclamações referentes às algazarras das meretrizes frequentemente vinham com afirmações contrapondo-se ao trabalho entendido como honesto:

temos por chefes, humildes operários, que diariamente chegam cansados do serviço, onde vão ganhar o sagrado pão de cada dia para seus filhos [...] nossos maridos regressam ao lar e querem repousar, mas não podem conseguir, pois que mulheres divertidas continuam fazendo grossa algazarra até tarde da noite, como aconteceu na noite passada.<sup>24</sup>

[...] as ditas meretrizes, levantam algazarra, todas as noites, altas horas, inquietando o sono das famílias e dos operários que, cedo, são obrigados a encaminhar-se aos seus empregos.<sup>25</sup>

Pereira, ao analisar processos criminais, também debate a questão do ideal do trabalho: “[...] o discurso que enquadrava determinadas pessoas como marginais não passava somente pela sua desocupação, mas também por atividades desenvolvidas por elas, as quais, de acordo com a ‘ideologia positiva do trabalho’, não eram vistas como produtivas, sendo portanto desqualificadas. Entre essas atividades ‘marginais’, localizamos a prostituição” (PEREIRA, 2004, p. 96). Cabe-nos aqui ressaltar que, nessas reclamações, o foco eram as “algazarras” e a “embriaguez” que atrapalhavam o sono do trabalhador.

Todavia, os homens acompanhantes das meretrizes e frequentadores dos espaços de sociabilidade da noite passo-fundense nunca eram citados, de maneira que só as meretrizes eram responsabilizadas pelo barulho das diversões noturnas. Havia a culpabilização da prostituta pela existência das zonas de prostituição, como destacou Rago (2008, p. 166): “Mesmo que procurassem destacar os aspectos exteriores – econômicos, sociais, e culturais – que favoreciam a existência do comércio sexual do corpo feminino, a grande ênfase na explicação da existência da prostituição recaiu sobre a figura da meretriz.”

Outra acusação recorrente na coluna era de as meretrizes abordarem os homens em público: “O mulherio da referida casa em pleno dia convidam os passantes, ostensivamente, escandalizando os moradores daquela via”.<sup>26</sup> Rago (2008, p. 144) observa que essa preo-

<sup>21</sup> O QUE O POVO reclama: Alastram-se os <rendez vous> na cidade. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 2, 20 mar. 1951.

<sup>22</sup> O QUE O POVO reclama. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 26 fev. 1949.

<sup>23</sup> O QUE O POVO reclama. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 2, 07 jan. 1949.

<sup>24</sup> O QUE O POVO reclama. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 3, 25 mar. 1949.

<sup>25</sup> O QUE O POVO reclama. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 3, 08, set. 1951.

<sup>26</sup> O QUE O POVO reclama. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 2, 20 mar. 1951.

cupação advinha da presença feminina no cenário urbano: “A presença feminina no cenário urbano incomodava de várias maneiras [...] como ameaça sexual, é visível a irritação provocada pelas prostitutas, quando abordavam diretamente os homens. Medo? De acordo com nosso código moral, ao sexo forte cabia a iniciativa de aproximação sexual.” Sobre a abordagem das prostitutas na zona do meretrício, há diferentes lembranças no imaginário social passo-fundense:

A mãe sempre dizia que havia um respeito, se transitava aqui como se estivesse transitando em qualquer outro lugar. Respeito que eu digo por parte das mulheres, não ficavam ali na sacada largando piada, mexendo com as pessoas que passavam, se mantinham no interior de suas casas. Que a gente às vezes vê em um filme ou em outros lugares que as mulheres ficavam na janela chamando homem, mas diz que aqui ocorria tudo interno [...].<sup>27</sup>

A interação dos leitores nas publicações da coluna “O que o povo reclama” pode ser identificada no ano de 1951, quando encontramos uma contestação de uma matéria que identificou uma “mulher honesta” como meretriz:

Tendo vosso conceituado jornal inserido, na edição de terça-feira última, uma carta em que moradores da Vila Lucas Araujo estariam reclamando contra a existência de um rendez-vous à rua Padre Valentim no.304, cumpremos, como vizinhos aludido do prédio, e esclarecendo a verdade informar a V.S que a aludida carta não expressa a verdade, pois no prédio em referencia mora dona Silvana Ferreira, viúva, com seus dois filhos menores, pessoa honesta e que vive trabalhando em costuras para manter seus pequenos filhos.<sup>28</sup>

Também podemos observar, na matéria acima, a preocupação em estabelecer as fronteiras entre as mulheres honestas e as meretrizes. A produção científica da época configurou dois tipos de figura da prostituta: a meretriz vitimizada pelas condições econômicas adversas e por um destino implacável e a *femme fatale* designada como cortesã poderosa e cruel. A primeira se prostituiria para complementar um salário miserável ou porque não tem qualificação profissional e a segunda responderia a um caso mais patológico: traumas de infância, complexos edipianos mal resolvidos, sexualidades exuberantes (RAGO, 2008, p. 23). As publicações

do jornal *O Nacional* sobre as prostitutas, em geral, caracterizavam-nas como a figura da *femme fatale* ao representar a prostituta da zona do meretrício. Evidenciamos isso, principalmente, pelo fato das matérias sempre colocarem os frequentadores como vítimas da prostituta poderosa que os atrai: “A mulher que explora esse comércio ali, de parceria com outra que mantém rendez-vous, pratica as maiores calamidades [...] fazendo ali tudo isso por iniciativa da primeira que sai todas as noites para atrair homens e mulheres para o seu antro”<sup>29</sup>.

A heterogeneidade das relações sociais na cidade de Passo Fundo na década de 1950 foi enfatizada por Domingos (1997). Para a autora, o plano urbanístico da cidade contribuía para a concentração dos segmentos considerados de nível inferior no centro da cidade, sendo que as camadas da elite local tinham que conviver com as demais categorias sociais; “[...] o convívio com essa heterogeneidade social e cultural parecia insuportável para aqueles que tinham uma visão excludente do que deveria ser uma cidade civilizada” (DOMINGOS, 1997, p. 7).

#### 4 A ZONA DO MERETRÍCIO COMO UM ESPAÇO DE VIOLÊNCIA

Além da coluna “O que o povo reclama”, a campanha do jornal *O Nacional* frente à zona do meretrício realizou-se também de forma implícita a partir de artigos e ocorrências policiais. Cenas de violência na zona do meretrício noticiadas pelo jornal não eram incomuns, ocupando principalmente a coluna “Ocorrências policiais” na última página – página 4 – do periódico. As notícias relatavam conflitos das meretrizes entre si e entre seus clientes, que frequentemente as agrediam:

O indivíduo armado de faca á rua 15 de novembro, na zona do meretrício, desafiava todos os que passavam por ali, provocando-os para briga, culminando com a tentativa de agressão á meretrizes Ana de Tal, dizendo que ia degolá-la, tendo mesmo segurado Ana pelos cabelos, do que ela se esquivou.<sup>30</sup>

No ano de 1952, em um período de 10 dias, o jornal noticia que três mulheres foram vítimas de tentativa de homicídio, especificamente degolamento. O jornal *O Nacional* satirizava a situação tratando a prática como “moda”: “[...] sendo os homens, em boa porcen-

<sup>27</sup> FREITAG, J. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyrer, 2016.

<sup>28</sup> O QUE O POVO reclama. **O Nacional**, Passo Fundo, p. 2, 10 nov. 1951.

<sup>29</sup> O QUE O POVO reclama. **O Nacional**, Passo Fundo, p. 6, 05 mar. 1949.

<sup>30</sup> OCORRÊNCIAS Policiais. **O Nacional**, Passo Fundo, p. 4, 25 jan. 1951.

tagem, seres amigos da moda, tanto bastou para um indivíduo tentasse degolar sua amante no dia de ontem.”<sup>31</sup> A violência contra a mulher manifesta-se nesses espaços com mais intensidade, devido à condição ilegal da prostituta frente à sociedade, que a deixa mais vulnerável a agressões dos clientes e também à arbitrariedade da polícia (MOREIRA; MONTEIRO, 2012).

Entre as vezes em que a zona do meretrício ocupou a capa do jornal, 95,45% das reportagens eram relacionadas à violência, sendo que as charges faziam referência ao homicídio de Herodes, à campanha contra a localização da zona e a roubos de relógios. As abordagens do jornal podem ser observadas no quadro abaixo:

Quadro 1: A zona do meretrício na capa do jornal *O Nacional* entre os anos de 1949-1955

	Tentativa de homicídio /homicídios	Charge	Furtos	Reclamações	Conflitos	Prisões	Campanha	Outros
1949	10	4	3	1				
1950	1	1	1		2	3		2
1951								
1952	2							
1953	1	1				1		
1954	1							\
1955	1	4		1	1		3	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A coluna “outros” corresponde a abordagens não relacionadas à violência. Referem-se a um incêndio na rua Quinze de Novembro e à inauguração de um restaurante novo; neste caso, não foi usado o termo “zona do meretrício”, mas sim “rua Quinze de Novembro”.

As mulheres que trabalhavam na zona também foram alvos constante de violência. Havia a violência entre os fregueses, dos fregueses com as prostitutas, das prostitutas entre si, enfim, em diversas relações sociais constituídas na zona do meretrício poderíamos encontrar a violência. O jornal relatava diariamente essas ocasiões: “Às 22,30 horas de ontem compareceu Maria de Lourdes à Delegacia de Polícia local, dizendo-se residir à rua Quinze de Novembro e que fora agredida pelo seu amante, a socos, sem motivo justificado, sendo o mesmo intimado a comparecer para prestar declarações”.<sup>32</sup>

Notícias como essas eram comuns nas páginas do *O Nacional*, mas sem ênfase. No ano de 1952 houve um destaque nesses casos, pois em dez dias três mulheres foram alvos de tentativas de homicídio, duas delas residentes na zona do meretrício:

Não faz muito, um cabo do Exército, depois de ter degolado sua amante, na rua Independência, na zona do meretrício, cortou, com o mesmo canivete, as próprias carótidas, vindo a falecer pouco depois, ao dar entrada no Hospital São Vicente de Paulo. E sendo os homens, em boa porcentagem, seres amigos da moda, muito embora seja esta, por vezes, deprimente e muito macabra, tanto bastou para que outro indivíduo tentasse degolar sua amante, no dia de ontem, levado instintivamente pelo gesto que impulsionou o infeliz cabo, dias antes. Trata-se de moda semelhante àquela que fez

dos maridos vítimas preferidas das mulheres ciumentas, causando uma onda de homicídios no Rio de Janeiro. Pois, ontem, às 22 horas não se sabe se por ciúme ou porque, o preto Aristoteles José Antonio dos Santos fez uma tentativa de morte, felizmente frustrada a tempo.<sup>33</sup>

Menos de uma semana após os ocorridos, mais uma mulher seria vítima na zona do meretrício, seguindo a “moda”, como apontou *O Nacional*:

Ontem à noite, seriam 22,30 horas, no Anexo do Dancing Royal, à Rua 15 de Novembro, na zona do meretrício, ocorreu mais uma cena de sangue, provocada por um praça da Brigada Militar que, ao que se presume por ciúmes, tentou matar uma mulher, de modo bárbaro e sanguíneo. A cena é quase uma repetição do fato ocorrido com o soldado do I/20º. R.C, que há uma semana degolou a amante [...] A diferença é que a arma empregada pelo praça da Brigada não é um canivete, mas uma adaga, e que, ao envez de suicidar-se, procurou fugir das malhas das autoridades. O praça, que é de nome Benjamin Moreira, ontem, às 22,30 horas, dentro do quarto da mulher Teresinha de Tal, depois de uma cena de ciúmes, arrancou da adaga e investiu contra sua vítima, que procurou defender-se pela fuga, não o conseguindo, porém, tendo Benjamin desferido, em fúria selvagem, nada menos de oito golpes na zona craniana da infeliz,

<sup>31</sup> QUIZ DEGOLAR a amante com uma lamina de gilete! Foi impedido por feliz intervenção do Sr. Albino Michelleto. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 24 mar. 1952.

<sup>32</sup> OCORRÊNCIAS Policiais. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 2, 31 ago. 1949.

<sup>33</sup> QUIZ DEGOLAR a amante com uma lamina de gilete! Foi impedido por feliz intervenção do Sr. Albino Michelleto. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 24 mar. 1952.

além de pontacos no antebraço e mão esquerdas, vindo a prostrar Terezinha em meio de um lençol de sangue. [...] Segundo pudemos apurar, todos os oito ferimentos são de natureza grave, e o estado de Terezinha inspira sérios cuidados. Após a prática do crime, Benjamin Moreira, como dissemos, fugiu. Tempo depois, entretanto, voltara às imediações do local, talvez para certificar-se dos acontecimentos consequentes, ocasião em que foi aprisionado por uma patrulha do 3º. R. C da Brigada Militar, que o recolheu ao xadrez daquela unidade.<sup>34</sup>

Mesmo com as matérias divulgadas, podemos observar um certo descaso com os ocorridos, pois nos dias seguintes o jornal não divulgou mais nada sobre os casos (a vítima do dia 29 recuperou-se ou não? Os homens foram condenados?). Também se evidencia como na época esses casos não eram tratados como violência contra mulher, visto que na primeira matéria o caso é comparado com o homicídio de homens, e em todos os casos o “ciúme” era apontado como a principal motivação (“tocado talvez pelo ciúme ou pelo vexame sofrido”<sup>35</sup>). A violência sofrida pelas meretrizes e o descaso das autoridades também são tratados por Pereira (2004, p. 117), que argumenta que,

Inseridas num contexto em que a grande maioria do setor público da cidade era comandada pelo sexo masculino, as leis, as normas e as regras eram elaboradas e executadas por homens; existiam relações desiguais, determinadas pelas definições dos papéis sexuais; dentro de uma sociedade em que existia um projeto moral, amparado por relações de gêneros, no qual se valorizava a virgindade e o casamento. É compreensível que as prostitutas gozassem de pouca proteção e sofressem uma desqualificação por parte das autoridades e do setor público, pois, afinal, apesar das “decaídas” terem uma função na sociedade, na visão das autoridades, a de escoamento dos desejos masculinos e preservação da moral das “moças de bem”, a referida função não se enquadrava dentro das “atividades produtivas”. Daí, certamente, o fato de as autoridades considerarem banais as violências sofridas pelas prostitutas.

Durante todo o período analisado, 1949 foi o ano em que a zona do meretrício mais apareceu nas matérias do jornal *O Nacional*. O motivo foi a morte de Herodes Nunes do Rosário, espancado até a morte pela Patrulha

da Madrugada, enquanto frequentava o estabelecimento “Bataclan” na zona do meretrício, no dia 13 de março de 1949. A Patrulha da Madrugada era responsável por manter a ordem noturna na cidade. No mês anterior ao assassinato de Herodes (17/02/1949), a Patrulha já havia sido denunciada no jornal por ter espancado um homem no Cassino Palácio.

Ao relatar o caso, o jornal *O Nacional* esclarece não possuir “nenhum resquício de parcialidade”, o que vai ao encontro da ideia que expomos no capítulo anterior, sobre o ideal da imparcialidade que os jornais passam a promover no contexto do anos 1950, destacada por Marialva Barbosa. Mesmo assim, na matéria acima, o periódico trouxe uma crítica à ação violenta da Patrulha da Madrugada. A matéria também expõe a arbitrariedade dos patrulheiros frente à autoridade do inspetor. Sobre a relação da imprensa com as autoridades policiais, Rago (2008), afirma que nas duas primeiras décadas do século XX, em São Paulo, as autoridades queriam mais poderes para agir nas zonas de meretrício, todavia, só o conseguiram a partir de 1942 com a criação da Delegacia de Costumes e Jogos do Gabinete Geral. Mas, embora em vários momentos as atitudes policiais ganhassem apoio dos periódicos, “muitas vezes a própria polícia era objeto de ataque por parte dos jornalistas e de outros setores sociais. A criminalização crescente das práticas populares de lazer, incluindo-se aí as sexuais, não se dava sem encontrar forte resistência por parte de quem se sentia lesado” (RAGO, 2008, p. 131).

O caso da Patrulha da Madrugada ganhou espaço também no jornal *Diário da Manhã*, periódico local, concorrente do *O Nacional* e influente na época, que, diferentemente do *O Nacional*, posicionou-se em defesa da Patrulha. Ainda no mês de março, o *Diário da Manhã* denunciava que, após o caso de Herodes, “a polícia passo-fundense tem se visto em situações bastante delicadas, para cumprir sua missão, principalmente na zona do meretrício, onde os desordeiros e bêbados continuam dando alterações”<sup>36</sup>.

A forma como eram realizadas as abordagens da Patrulha na zona do meretrício constitui parte da memória coletiva sobre a rua:

A patrulha era muito rigorosa, e o delegado era o Serafim de Melo, um homem muito enérgico, impõe respeito, ocorriam vários crimes e ficava por

<sup>34</sup> DESFERIU oito facadas no cráneo da mulher! Cena de sangue ocorrida ontem á noite, na Rua 15 de Novembro. **O Nacional**, Passo Fundo, p. 4, 29 mar. 1952.

<sup>35</sup> TRAGEDIA passional! Num ato tresloucado, o homem degolou a amante, pondo, em seguida, termo á existência, seccionando a carótida! **O Nacional**, Passo Fundo, p. 1, 19 mar. 1952.

<sup>36</sup> A POLICIA está carregando no cólo! **O Nacional**, Passo Fundo, p. 4, mar. 1949.

isso mesmo. O Serafim de Melo deixou História aqui em Passo Fundo, um homem muito rigoroso, andava armado com um revólver, uma espada, um homem alto e forte e as pessoas temiam muito! Tinham medo dele, “olha, lá vem o Serafim aí”, e já era o suficiente para o pessoal se mandar do local. E a patrulha era apoiada pelo delegado, então fazia o que queria.<sup>37</sup>

A quantidade de matérias publicadas em *O Nacional* sobre crimes, brigas e assassinatos ocorridos na zona do meretrício, principalmente na capa do jornal, revela que a zona foi representada como um espaço violento e perigoso nas páginas do periódico. Mas fontes orais, ao serem questionadas a respeito da violência na zona, demonstraram diferentes perspectivas: “De vez em quando se desentendiam, iam para o soco, essas coisas poderiam acontecer, mas violência desenfreada não tinha”<sup>38</sup>, “Não! Não era violento, era um lugar calmo, que tu podia sair dali, subir de a pé até o hotel e dormir ali, que nada mexia, era bem tranquilo, era um ambiente familiar!”<sup>39</sup>, ou “[...] A violência sempre existiu, principalmente nesse meio aqui, a própria zona, como falei anteriormente, 90% da população andava armada, a patrulha era muito rigorosa [...] e ocorriam vários crimes que na maioria das vezes ficava por isso mesmo, não se investigava, morriam as pessoas, enterravam, e ficava assim mesmo.”<sup>40</sup> Se de fato a zona do meretrício era um local violento ou não, não podemos afirmar, uma vez que nosso objetivo não é averiguar a veracidade das matérias do jornal. Mas podemos problematizar essa representação da zona como um espaço violento, contrapondo relatos de antigos moradores e frequentadores daquele espaço, todavia precisamos levar em conta que a compreensão de um local como violento ou não é um fator muito relativo, pois é singular e subjetivo.

### 5 A RETIRADA DA ZONA DO MERETRÍCIO DA RUA QUINZE DE NOVEMBRO

Como já observamos, a coluna “O que o povo reclama” abordava constantemente reclamações sobre a zona do meretrício; mesmo quando o ocorrido não era na rua Quinze de Novembro, se envolvia prostituição, a

zona do meretrício era citada. No mês de outubro de 1949, uma dessas reclamações, ao falar sobre um prostíbulo localizado na Rua Moron, abordou pela primeira vez a questão do meretrício localizar-se no centro da cidade:

Os moradores da Rua Moron, lados do Boqueirão e nas imediações da casa nº 2.957, fizeram um abaixo assinado, onde constam assinaturas de diversas pessoas de família, e o entregaram (ao que nos consta) ao sr. Acilino do Nascimento, digno Delegado de polícia, protestando contra a existência, aliás recente, de uma casa de meretrizes [...] Na verdade, não se concebe que o meretrício, que tem uma vasta área da cidade como habitat exclusivo, venha alastrar-se pela urbs, tomando vulto e ponto em cheque a moral dos habitantes desta Capital do Planalto. O meretrício ocupa, como dissemos, uma vasta área, e em ponto quase central, área arrancada à urbanização e habitação das famílias, criando verdadeiro entrave para o problema de locação às famílias. Pois bem, como se isso já não bastasse, as meretrizes procuram alargar o seu campo de ação, avassalando a cidade.<sup>41</sup>

No dia seguinte, o jornal *O Nacional* reservou uma matéria intitulada “Uma verruga no nariz” para abordar o assunto da localização da zona, expondo “seu parecer”:

O meretrício constitui um verdadeiro problema para a cidade. E um constante desassossego para seus habitantes, pelo simples fato de achar-se localizado a dois passos do centro. E, como se não bastasse a vasta área cedida às mulheres da vida airosa, o meretrício pretende ainda alastrar-se por outras bandas, avassalando aos poucos os locais destinados às famílias. Somos do parecer, por isso, que o meretrício devia ser instalado em recanto afastado, fora da cidade, libertando a Metropole da Serra dessa chaga purulenta que lhe afeia as faces e a torna celebre, nesse respeito, em todo o Rio Grande do Sul, sendo o motivo obrigatório das conversas dos viajantes de todas as latitudes. A área ocupada pelo meretrício é uma área roubada à cidade, a dois passos do centro, área que poderia ser edificada e transformada para a moradia das famílias. [...] As famílias vão se localizando cada vez em pontos mais distante, obrigando a grandes caminhadas os que trabalham no centro

<sup>37</sup> FREITAG, J. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyer, 2016.

<sup>38</sup> D'ARENZO, A. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyer, 2016.

<sup>39</sup> RIBEIRO, C. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyer, 2016.

<sup>40</sup> FREITAG, J. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyer, 2016.

<sup>41</sup> O QUE O POVO reclama. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 26 out. 1949.

ou a gastos com ônibus, passando martírios em tempo de chuva, pois nas zonas retiradas o lodacal é um complemento infalível das nossas ruas. Enquanto isto, o meretrício está aqui perto, nos queixos da cidade, zombando do mal estar alheio. A cidade vai se alastrando para o norte, sul, leste e oeste: enquanto isso, a zona do meretrício continua no mesmo: uma verruga no nariz da cidade. A cidade, assim, vai crescendo á volta da zona interdita que se vai transformando numa bolsa incomoda, ocupando quase o centro da área destinada ás famílias. Passo Fundo tende a progredir, cada vez com mais ímpeto, e a zona do meretrício não poderá ficar indefinidamente no lugar em que está, sob pena de prejudicar não só a urbanização da Metropole da Serra, como entrar a marcha natural do nosso desenvolvimento.<sup>42</sup>

No mês seguinte, o jornal abordou novamente o assunto. Sob o título “Um quisto no coração de Passo Fundo”, dessa vez destacava a responsabilidade das autoridades em solucionar o problema da localização do meretrício:

Como a cidade cresce dia a dia, a área proibida não poderá continuar no lugar em que está, sob pena de entrar o desenvolvimento da nossa urbs, acarretando sérios transtornos ao povo e ás próprias autoridades municipais, encarregadas da urbanização e remodelação da Metropole da Serra. Urge, pois, que as nossas autoridades encarem desde logo o problema, estudando o atentamente, afim de ser providenciada nova localização para o meretrício, levando em conta o próprio bem e saneamento moral da nossa cidade<sup>43</sup>.

Não tardou para que as autoridades se pronunciassem, e alguns dias depois *O Nacional* publicou uma matéria denominada “A localização do Meretrício” com os esclarecimentos do delegado de polícia:

Temos atacado o problema da localização do meretrício na cidade, argumentado sobre a necessidade de os poderes competentes transferirem para zona retirada o “mercado de mulheres”, atualmente situado no coração da cidade. A nossa campanha mereceu referencia especial do sr. Acilino do Nascimento, delegado de Polícia, que concordou com a necessidade dessa transferência. Entretanto, fez ver a complexidade do problema: qual o proletário de terras, nos subúrbios que queira edificar residências para esse fim? Ou quem desejara abandonar sua casa, aí fora, para cedê-la isto é,

vende-las e aluga-las? E o problema se torna mais complexo ainda quando se sabe que serão precisas, pelo mínimo, duzentas ou trezentas casas... O Meretrício aqui em Passo Fundo, é grande, grandíssimo mesmo! Nada menos de 800 mulheres estão fichadas na policia, sendo o seu numero total, em atividade, mais de mil... O problema esta aí a desafiar a capacidade, a argucia e boa vontade das nossas autoridades. Esperamos, todavia, que algo possa ser feito no sentido da solução adequada da questão que é, na verdade, uma das mais sérias com quem já nos temos defrontado.<sup>44</sup>

“A localização do Meretrício” foi a última reportagem abordando a localização da zona no ano de 1949. No ano seguinte (1950) ainda havia muitas notícias sobre a morte de Herodes (assassinado na zona pela Patrulha da Madrugada), pois o caso estava em julgamento. As notícias sobre as ocorrências policiais na zona também circularam com frequência nas páginas do *O Nacional*. Mas o assunto sobre a localização da zona não estava mais sendo abordado, após a declaração do delegado de polícia no ano anterior. Todavia, isso não significa que as autoridades houvessem se esquecido da zona. Uma matéria no mês de junho noticiava que a Delegacia de Polícia estava fazendo “intensa campanha contra os larápios, os malandros e desordeiros que infestam a cidade e que, costumeiramente provocam alvoroços na zona do meretrício”<sup>45</sup>, e o jornal alegava: “É de se louvar a ação enérgica da policia nesse sentido, inclusive na parte que diz respeito á repressão aos perturbadores da ordem publica de todos os matizes.”<sup>46</sup> Em 1949 o jornal *O Nacional* criticava a repressão da Patrulha que resultou no assassinato de Herodes Nunes do Rosário, e no ano seguinte louvava a ação repressiva dos policiais na zona.

A campanha de 1949 não teve força, e nos anos seguintes (1951, 1952 e 1953) o tema da localização do meretrício na rua Quinze de Novembro não ganhou espaço. Mas a repressão policial na zona do meretrício teve continuidade, mesmo mudando o delegado, e o jornal *O Nacional* permaneceu divulgando e apoiando as ações:

Dia a dia vai crescendo o numero de vadios nessa cidade, principalmente nos bairros e na zona do meretrício, elementos esses que vão se atolando no vicio e no crime [...] Em boa hora a policia local vem desenvolvendo severa campanha contra a

<sup>42</sup> UMA VERRUGA no nariz. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 3, 27 out. 1949.

<sup>43</sup> UM QUISTO no coração de Passo Fundo. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 3, 10 nov. 1949.

<sup>44</sup> A LOCALIZAÇÃO do meretrício. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 3, 29 nov. 1949.

<sup>45</sup> OCORRÊNCIAS Policiais. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 1, 03 jun. 1950.

<sup>46</sup> Ibid.

malandragem e a embriaguez, contra todos os elementos desordeiros. Numa batida pela cidade e pela zona do meretrício foram detidos por embriaguez: [...].<sup>47</sup>

As ações policiais se estenderam por todo o período analisado, e foram intensas entre os anos de 1951 a 1953 (período em que *O Nacional* não abordou a campanha de afastamento da zona). Em algumas ocasiões, a própria delegacia comunicava-se com os proprietários de estabelecimentos na zona, por meio de “editais”, o que nos sugere que o *O Nacional* detinha uma significativa circulação popular:

Delegacia de Polícia de Passo Fundo. Edital: JOSÉ JOAQUIM GONLVES BRAGA, Delegado de Polícia no município de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, FAZ SABER aos senhores proprietários de dancings, bares e restaurantes, localizados na Zona do Meretrício, que a partir de 31 do corrente até 3 de Novembro, suas respectivas casas, deverão permanecer fechadas. A presente determinação tem seu fundamento em virtude de, nas datas acima mencionadas, ser expressamente proibida a venda de quaisquer bebidas alcoólicas, uma vez que nesse período terá seu transcurso as eleições municipais [...].<sup>48</sup>

Outro fato que se destacou nesses anos também é que as matérias do jornal que tratavam das ocorrências policiais na zona do meretrício anteriormente divulgadas nas últimas páginas passaram a ocupar a capa do jornal. Em 1954, o tema da localização voltou a ser discutido (talvez pelas sucessivas intervenções policiais na zona). Entretanto, foi no ano de 1955 que a repressão na zona se intensificou. No mês de fevereiro, o novo delegado, Joaquim Germano Melgaré, determinou o fechamento de dois *dancings* da zona. A justificativa apontada pelo jornal *O Nacional* era a presença de homossexuais :

[...] pode comprovar a policia, imperava nos mesmos a pratica do homossexualismo, em compartimentos superiores e especiais, constituindo fonte perene de escândalos. Tratava-se de elementos vindos de Porto Alegre, diretamente a esta cidade, que se entregavam desbragamente á pratica perversa, manchando negramente o bom nome da cidade.<sup>49</sup>

A utilização da homossexualidade como justificativa deu legitimidade às ações policiais perante a opinião

pública, e o *O Nacional* passou a visibilizar a “campanha” do delegado destacando a motivação do mesmo:

Vem obtendo a mais simpática repercussão, na cidade, a oportuna medida do Delegado Joaquim Germano Melgaré [...] A imoralidade campeava ali de maneira a mais estremada e infrene, chegando ao ponto de os citados dancings, não satisfeitos com a frequência das meretrizes, mandarem vir elementos da escoria porto-alegrense, dados ao homossexualismo, para melhor satisfazerem aos apetites dos enfermos sexuais e tarados de todas as espécies, transformando ditas casas em antros nauseabundos e infames. Damos, por isso, todo o nosso apoio à medida do sr. Joaquim Germano Melgaré [...] Somos de opinião que a zona do meretrício deve sair da parte central da cidade, onde se localiza actualmente, isso tendo em vista a aproximação das festas do Centenário do Município [...].<sup>50</sup>

Aproveitando-se das medidas e justificativas do delegado, o jornal *O Nacional* empregou a comemoração do Centenário de Passo Fundo (previsto para 1957) como uma das justificativas para o afastamento da zona do meretrício do centro da cidade. Foram diversos os argumentos expostos pelo periódico. Segundo algumas matérias, a localização era responsável por trazer uma fama à cidade de Passo Fundo que “se estende não apenas pela região, mas em todo o Estado”<sup>51</sup>. A possibilidade dos “forasteiros” confundirem as famílias com as pessoas da zona do meretrício também foi um pretexto para dar sustentação à campanha:

[...] Não há distinção entre a zona familiar e a zona do meretrício. Poderíamos responder que há distinção, mas essa distinção é conhecida pelos pasofundenses e não pelos forasteiros. Imagine-se, agora, o que não será na época dos festejos do Centenário, com uma multidão de forasteiros que saem de uma casa de família, possivelmente parentes, e, ao dobrar a esquina, topa, de chofre, com uma casa de prostituição...Que dirão esses forasteiros da nossa moralidade?<sup>52</sup>

O jornal foi destacando sua campanha e a atuação do delegado todos os dias, e comprometia-se com a retirada afirmando “não descansar, enquanto não for extirpado do centro tamanha mazela”.<sup>53</sup> Também passou a ressaltar seus apoiadores: “Estamos recebendo o

<sup>47</sup> A POLICIA em campanha contra a vadiagem. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 3, 11 ago. 1953.

<sup>48</sup> DELEGACIA de Polícia de Passo Fundo. Edital. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 1<sup>o</sup> jan. 1951.

<sup>49</sup> REPRESSÃO aos escândalos e á imoralidade. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 03 fev. 1955.

<sup>50</sup> APLAUSOS à campanha do Delegado de Polícia, em prol da MORALIDADE. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 04 fev. 1955.

<sup>51</sup> IMPÔE-SE a extinção da atual “zona do meretrício”. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 05 fev. 1955.

<sup>52</sup> Ibid.

<sup>53</sup> A ATUAL ZONA do meretrício recebe a condenação pública! *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 08 fev. 1955.

apoio moral das famílias que estão visitando a redação deste vespertino, a fim de hipotecar a sua irrestrita solidariedade”.<sup>54</sup> As autoridades da Igreja Católica de Passo Fundo também se manifestaram nas páginas do jornal como apoiadores da causa:

Não nos interessa discutir o assunto sob o aspecto legal. O que debatemos é o lado prático da questão. A zona do meretrício está localizada em zona residencial, o que constitui uma afronta à sociedade à moralidade pública. Compete, portanto, aos poderes públicos providenciarem no sentido de sanar esse mal, que tanto prejuízo traz à infância e à juventude. O convívio quase que obrigatório da juventude, dada a proximidade, faz com que perca ela, quase o respeito mútuo, entre moços e moças, em detrimento dos futuros lares, que são as células de uma nação moralmente sadia [...]. Revdo. Congeo Jose Gomes, vigário da catedral.<sup>55</sup>

Se desejamos que Passo Fundo progrida, material e moralmente, e que adquira a fama de cidade honesta, onde qualquer família possa fixar sua residência sem temores, é necessário que a zona do meretrício seja afastada [...]. Certamente, as autoridades locais não de avocar a grande honra de terem sido as pioneiras do saneamento moral da Capital do Planalto. Monsenhor Paulo Chiamonte.<sup>56</sup>

Mesmo com o insucesso da campanha nos anos anteriores, o jornal declarava que agora contava com “a boa vontade demonstrada pelos srs. Vereadores municipais, bem como a ação dinâmica e anti-demagógica do sr. prefeito Mário Menegaz”.<sup>57</sup> De fato, o prefeito já havia declarado no jornal seu apoio ao afastamento da zona, bem como sua certeza de que não haveria resistência dos(as) proprietários(as): “Temos a certeza de que não vamos ter dificuldade nenhuma na execução dessa iniciativa, porquanto contamos com o alto espírito de colaboração pública dos proprietários e proprietárias daquela zona, que precisam colaborar com a nobre iniciativa que será executada pelos poderes públicos.”<sup>58</sup>

O esforço do jornal e dos diversos setores envolvidos não tardou a repercutir. Ainda no mês de fevereiro, o delegado Joaquim Germano Melgaré suspendeu as concessões de alvarás para os *dancings*.<sup>59</sup> A campanha do jornal, por indicação do vereador Angelino Rafael Jacinini, foi aplaudida e louvada em ata na Câmara, no dia 11 de fevereiro de 1955, por unanimidade.<sup>60</sup> No dia 16 de fevereiro, *O Nacional* já considerava sua campanha vitoriosa, após a declaração do delegado Melgaré de que, a partir do dia 10 de março, fecharia todos os *dancings* que funcionavam na rua Quinze de Novembro.<sup>61</sup>

Fica evidente, ao longo do trabalho, a importância que os delegados de polícia tinham na época para a sociedade passo-fundense. O delegado Melgaré empenhou-se na retirada da zona do meretrício, sendo estimado por diversos setores, principalmente pelo jornal *O Nacional*. Todavia, em março, poucos dias antes do fechamento dos *dancings* declarado por ele, o delegado foi transferido para a cidade de Soledade. *O Nacional* declarou que havia um movimento em “pról da permanência do sr. Joaquim Germano Melgaré” e inclusive que as autoridades religiosas estavam “trabalhando, no sentido da permanência do delegado Melgaré, efetuando démarches junto ao governo do Estado”<sup>62</sup>.

Mesmo que o jornal tenha apontado o afastamento da zona do meretrício da rua Quinze de Novembro como motivação para a transferência do delegado Melgaré, o novo delegado, Aldo Pinto de Moraes, comprometeu-se com o afastamento da zona. Em 11 de março de 1955, foi assinado um acordo entre as autoridades locais e os proprietários da zona (representados por um advogado) fixando o prazo de um ano para a retirada dos estabelecimentos da rua Quinze de Novembro.<sup>63</sup> A retirada da zona envolveu diversos interesses, entre eles, o imobiliário. *O Nacional* defendeu esses interesses durante a campanha de retirada/afastamento, utilizando-se de diferentes justificativas para ganhar o apoio da população passo-fundense.

<sup>54</sup> Ibid.

<sup>55</sup> Ibid.

<sup>56</sup> Ibid.

<sup>57</sup> ACABEMOS com a atual zona do meretrício! *O Nacional*, Passo Fundo, p. 3. 09 fev. 1955.

<sup>58</sup> A ATUAL ZONA do meretrício recebe a condenação pública! *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4. 08 fev. 1955.

<sup>59</sup> CANCELADAS licenças para os Dancings, na zona. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 10 fev. 1955.

<sup>60</sup> APLAUSOS da Câmara á campanha de *O Nacional* e ás determinações do delegado Melgaré. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 12 fev. 1955.

<sup>61</sup> VITORIOSA campanha de *O Nacional*. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 16 fev. 1955.

<sup>62</sup> O POVO PEDE A PERMANENCIA DO SR. MELGARÉ ! *O Nacional*. 1955. p. 4, 02 mar. de 1955.

<sup>63</sup> Lavrado o acordo, fixando praso para a permanencia da atual zona do meretrício. *O Nacional*. 1955, p. 1, 12 mar. de 1955.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BODERNAVE, J. E. D. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- DOMINGOS, Maria D. C. **Uma verruga no nariz: a transferência do meretrício da rua 15 de Novembro**. 1997. Dissertação (Mestrado em História Regional) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 1997.
- GAWRYSZEWSKI, A. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. **Domínios da Imagem**, Londrina, n. 2, maio 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/issue/view/1013/showToc>>. Acesso em: 25 out. 2016.
- JANOTTI, M. L. M. A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates. **História Oral**, v. 13, n. 1, p. 9-22, jan./jun. 2010.
- LUCA, T. R. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassaneze (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.
- MOREIRA, I. C. C. C.; MONTEIRO, C. F. S. A violência no cotidiano da prostituição: invisibilidades e ambiguidades. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 5, set./out. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010411692012000500018&script=sci\\_arttext&tling=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010411692012000500018&script=sci_arttext&tling=pt)>. Acesso em: 09 maio 2015.
- NASCIMENTO, M. **Prazer marginal e política alternativa: a zona de meretrício em Passo Fundo (1939-1945)**. 2003. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, p. 7-28, 1993.
- PEREIRA, Ivonete. **“As decaídas”**: prostituição em Florianópolis (1990-1940). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.
- RAGO, M. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- ROHRIG, D. **Nos embalos do Cassino da Maroca**: um pulo de 60 anos no passado para reviver a época de ouro das noites de Passo Fundo. Passo Fundo: Nexjor – FAC-UPF, 2016. Disponível em: <<https://nexjor.atavist.com/nos-embalos-do-cassino-da-maroca>>. Acesso em: 10 out. 2016.
- TEDESCO, J. C. Dinâmicas econômicas de Passo Fundo na primeira metade do século XX. In: MEYRER, M. R. (Org.). **Quinze de Novembro**: fronteiras da (in)tolerância: Passo Fundo (1940-1955). São Leopoldo: Oikos, 2016.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2005.

### **Artigos do Dossiê Temático**

- REGIMES DE MIGRAÇÃO NO BRASIL E NA ALEMANHA: *Frederik Schulze*  
uma comparação sincrônica
- AS GRANDES MIGRAÇÕES: fronteiras abertas e fronteiras fechadas *Vania B. M. Herédia*
- A IMIGRAÇÃO PARA O IMPÉRIO DO BRASIL: um olhar sobre os discursos acerca dos imigrantes estrangeiros no século XIX *Angela Bernadete Lima*
- A COLÔNIA DE SÃO LEOPOLDO: a primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul *Jorge Luiz da Cunha*
- RELIGIÃO E AS FRONTEIRAS MIGRATÓRIAS *Joana Bahia*

### **Artigos Livres**

- AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA DE ESTUDANTES DE BIOLOGIA *Marcela Ines Espinoza Rivas*  
*Maria Cecília de Chiara Moço*  
*Heloisa Junqueira*
- OLHARES EDUCACIONAIS VOLTADOS PARA OS RESÍDUOS: o relato de uma prática *Luciane Knüppe-Rocha*  
*Marcela Ines Espinoza Rivas*
- A PERCEPÇÃO DO PROFESSOR FRENTE À AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM *Shirlei Alexandra Fetter*
- O QUE E QUEM RECLAMA? A zona do meretrício de Passo Fundo (RS) no jornal *O Nacional* (1949-1955) *Bruna Telassim Baggio*  
*Marlise Regina Meyer*